

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Resistência, Luta e Sindicalismo: Um Estudo Sobre A
Greve (1984) Dos Canavieiros de Campos Dos
Goytacazes (RJ).**

Filipe Moreira de Azeredo Tavares

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**RESISTÊNCIA, LUTA E SINDICALISMO: UM ESTUDO
SOBRE A GREVE (1984) DOS CANAVIEIROS DE CAMPOS
DOS GOYTACAZES (RJ).**

FILIPPE MOREIRA DE AZEREDO TAVARES

Sob a orientação da Professora
Regina Angela Landim Bruno

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no curso
de Pós-Graduação em Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

RIO DE JANEIRO, RJ

Março de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T231r Tavares, Filipe Moreira de Azeredo, 1997-
Resistência, Luta e Sindicalismo: Um Estudo Sobre
A Greve (1984) Dos Canavieiros de Campos Dos
Goytacazes (RJ). / Filipe Moreira de Azeredo Tavares.
- Rio de Janeiro, 2022.
190 f.: il.

Orientadora: Regina Ângela Landim Bruno.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2022.

1. Canavieiros. 2. Sindicalismo rural. 3.
Movimentos Sociais. 4. Rio de Janeiro. 5. Campos dos
Goytacazes. I. Ângela Landim Bruno, Regina, 1949-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

FILIPE MOREIRA DE AZEREDO TAVARES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 10/03/2022.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Prof.^a Dr.^a REGINA ANGELA LANDIM BRUNO (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a ANA MARIA MOTTA RIBEIRO (UFF)

DEDICATÓRIA

*A Gilmar Miguel da Silva (in memoriam), meu melhor amigo e irmão, que sempre
acreditou no poder dos jovens negros desse país.
A todos e todas cortadores de cana, que lutam diariamente para sobreviver.*

AGRADECIMENTOS

Okê Arô, Oxóssi! Ora yê yê ô, Oxum! Não poderia iniciar meus agradecimentos de outro modo, se não aos meus Orixás, por toda proteção e amor. Pelos ensinamentos sobre respeito, cuidado, afeto e coragem. A vocês entrego minha vida e meu destino, hoje, amanhã e sempre.

Em momentos de dificuldades e ataques à Ciência, agradeço verdadeiramente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos – Código de Financiamento 001. Sem esse apoio a realização deste trabalho não seria possível. Ao CPDA, em toda sua totalidade, professores, técnicos e funcionários, pela constante atenção, preocupação e responsabilidade com os discentes.

Aos meus pais, Leidimar e Valter, e minha avó, Alice, gratidão por investirem na minha educação e por incentivarem a leitura e os estudos desde sempre. Os esforços são por vocês. Agradeço, também, ao meu irmão Raphael, por sempre acreditar em mim.

Impossível não reconhecer a importância que Henrique, meu “namorado”, possui para concretização desse trabalho. Suas dicas, correções e indicações fizeram parte de todo percurso, além do ombro para desabafar as frustrações e do sorriso encorajador. Sem você, não teria conseguido. Amo-te imensamente.

As reflexões apresentadas aqui foram elevadas e construídas com o apoio e parceria de minha orientadora, Regina Bruno. Obrigado pela confiança e pelas trocas acadêmicas e pessoais, estão eternizadas em minha trajetória. Sua paixão pelos estudos nos motiva.

Não posso deixar de lembrar, reconhecer e agradecer as indicações e apoio da Professora Débora Lerrer para delimitação do objeto de pesquisa e construção do projeto. Suas aulas foram inspiradoras.

Agradeço à Leonilde Medeiros, Ana Motta Ribeiro e José Roberto Novaes, que para além de referências bibliográficas e avaliadores, são inspirações pessoais. Suas reflexões contribuíram para que eu pudesse enxergar o mundo de outra forma, articulando teoria e prática. Gratidão, ainda, por dedicarem tempo a leitura e comentário desse trabalho.

Aos meus amigos, Thainá, Gabriel, Roney, Renan, Luiza, Paulo Victor, Gabriella, Martins, Giovanna e tantos outros, pelo apoio e incentivo. Vocês estiveram presentes nos momentos bons e ruins.

Agradeço a Tenda Espírita Caboclo Tupinambá, minha casa de Axé, onde bato minha cabeça, me deito e dedico ao sagrado, recarregando as forças e energias para continuar.

Não posso deixar agradecer e parabenizar minha coragem ao longo desses anos. Trabalhar em pé durante o dia, fazer faculdade à noite, estudar para o processo seletivo entre uma noite e outra, mudar de cidade e abandonar tudo para perseguir este sonho, mesmo com todas as incertezas e chances de erro. Nos momentos de fraqueza e “síndrome do impostor”, agarrei-me na certeza de que não poderia ser mais um negro afastado da academia, historicamente marcada pela diferença de classe e raça. Devemos ocupar o lugar que quisermos e lutar por sua transformação.

O açúcar

*O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.*

*Vejo-o puro
e afável ao paladar
como beijo de moça, água
na pele, flor
que se dissolve na boca.
Mas este açúcar não foi feito por mim.*

*Este açúcar veio
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira,
dono da mercearia.*

*Este açúcar veio de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono da usina.*

*Este açúcar era cana
e veio dos canaviais extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.*

*Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,
homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.*

*Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema*

RESUMO

A partir dos anos 1970, com o início do processo de redemocratização da sociedade brasileira, diversas lutas rurais e urbanas, com distintos objetivos políticos, econômicos e sociais, intensificaram-se. Logo, novos e antigos atores das classes trabalhadoras mobilizaram estratégias para transformação das suas realidades, bem como seus sindicatos, confederações e federações. No cenário dos canavieiros, a Confederação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura (CONTAG), em conjunto com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de diversas regiões encaminharam a reestruturação das lutas, promovendo a conscientização das classes, intensificando os processos legais e aderindo a greves e paralisações como instrumentos de pressão política para conquista dos direitos básicos e fundamentais. Surgiu desse movimento importantes greves para os canavieiros, como a que ocorreu em Pernambuco (1979), Guariba (1984) e Campos dos Goytacazes (1984). Esta dissertação analisa a greve campista, ocorrida em julho de 1984, com duração de 36h, cujas vitórias assemelham-se à Guariba. Tendo como sujeitos principais os canavieiros, analisam-se as condições de vida e trabalho presentes nos instantes da paralisação, as articulações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC) e seus associados com a estrutura sindical nacional; o intercâmbio de experiências e demandas de outras regiões, fundamentais para eclosão do movimento. Compreende-se o início, andamento e finalização da greve, tendo como fontes de pesquisa entrevistas, bibliografia especializada e jornais. Como resultado, apresenta-se que o movimento se construiu meses antes, com avanços e retrocessos nas negociações junto a classe patronal, cuja intransigência dos usineiros levou à reação dos trabalhadores. Discute-se, ainda, como os canavieiros campistas rompem momentaneamente com o projeto de sindicalismo organizado pela CONTAG, realizando uma greve fora da lei. Os resultados indicam, ademais, a constância das mobilizações nas usinas e fazendas mesmo após a vitória do movimento, com objetivo de obrigar o cumprimento do acordo assinado. Desse modo, o estudo contribui para o campo sobre mobilizações dos trabalhadores rurais no período da redemocratização, discutindo o papel, ação e mobilização dos canavieiros fluminenses.

Palavras-chave: Campos dos Goytacazes; Canavieiros; Greves rurais.

Abstract

From the 1970s onwards, with the process of return of the Brazilian's democracy after the dictatorship, several rural and urban struggles, with different political, economic and social objectives, intensified. Therefore, new and old actors of the working classes mobilize strategies to transform their realities, as well as their unions, confederations and federations. In the sugarcane field, the Confederation of Rural Workers in Agriculture (CONTAG), together with the Unions of Rural Workers from different regions, directed the restructuring of the struggles, promoting the awareness of the classes, intensifying the legal processes and adhering to strikes and strikes as instruments of political pressure for the conquest of basic and fundamental rights. Important strikes for sugarcane workers emerged from this movement, such as the one that took place in Pernambuco (1979), Guariba (1984) and Campos dos Goytacazes (1984). This dissertation analyzes the campistas strike, occurred in July 1984, lasting 36 hours, whose victories are similar to Guariba. Having the sugarcane workers as its main subjects, it is presented as the conditions of life and work in the moments of the strike, as articulations of the Union of Rural Workers of Campos (STRC) and its associates with the national union structure; the exchange of experiences and demands of other regions, fundamental to the emergence of the movement. The beginning, progress and end of the strike are understood, having as sources of research interviews, specialized bibliography and newspapers. As a result, it is shown that the movement was built months before, with advances and setbacks in negotiations with the employer class, whose intransigence of the mill owners led to the reaction of the workers. Furthermore, it is discussed how the camper sugarcane workers momentarily break with the unionism project organized by CONTAG, carrying out an illegal strike. The results also indicate the constant mobilization in the plants and farms, even after the victory of the movement, aiming to forcing the execution of the signed agreement. In this way, the study contributes to the field of mobilization of rural workers in the period of redemocratization, discussing the role, action and mobilization of sugarcane workers in Rio de Janeiro.

Keywords: Campos dos Goytacazes; Sugarcane field, rural strikes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dezenas de Presos Políticos já no Caio Martins.....	52
Figura 2 - Greve no campo em PE já tem 18 mil parados.....	67
Figura 3 - Usineiros e canavieiros não fazem acordo e 100 mil podem parar hoje Fonte: <i>Jornal do Brasil</i> , 1979.....	70
Figura 4 - Usineiros fluminenses não temem greve nos canaviais Fonte: O Fluminense, 1979.....	71
Figura 5 - Revolta de bóias-frias provoca destruição e morte.....	77
Figura 6 - Um morto e 14 feridos a bala	79
Figura 7 - Bombas e espancamentos na greve em Bebedouro	80
Figura 8 - Vitoriosos, trabalhadores encerram greve em Guariba.....	82
Figura 9 - Trabalhadores do açúcar querem casas populares	95
Figura 10 - Cortador de cana acha que vive melhor em favela do Rio	101
Figura 11 - Caminhão capota e fere 8 pessoas	104
Figura 12 - Estefânia decidiu ‘ir á luta’ Figura 13 - Uma vida cara e sem esperança	119
Figura 14 - Trabalho-escravo no Norte-RJ é denunciado	123
Figura 15 - Fiscais chegam e bóias-frias somem	124
Figura 16 - Líder dos rurais entra com dissídio no TRT	140
Figura 17 - Sindicato discute bases do dissídio.....	141
Figura 18 - Bóias-frias podem deflagrar greve.....	158
Figura 19 - 100 mil em greve	163
Figura 20 - Greve por melhores salários para 25 mil bóias-frias	164
Figura 21 - De braços cruzados, nos canaviais, os cortadores impedem que bóias-frias trabalhem	167
Figura 22 - Bóias-frias e usineiros fazem acordo em Campos.....	168
Figura 23 - Bóias-frias voltam ao trabalho nos canaviais	170
Figura 24 - Canaviais: de novo o trabalho.....	172
Figura 25 - Bóia-fria de Campos pode voltar à greve	176

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Breve contextualização sobre as políticas sucroalcooleira nos anos 1970.....	21
Declínio da produção açucareira e transformação nas relações de trabalho.	26
Referencial Teórico	29
Diálogo com os estudos existentes: Campos e a produção açucareira.	34
Metodologia.....	38
Estrutura da dissertação	43
CAPÍTULO 1: Repressão, conflito e resistências: Lutas por direitos no campo e na cidade (1970-1989).	45
1.1– Repressão no Campo	48
1.2 Greves e paralisações no ABCD Paulista (1978)	58
1.3 Pernambuco: greve e sindicalismo	65
1.4 Guariba: A caminho da greve.....	73
1.5 - Guariba: greve e repressão	76
CAPÍTULO 2: Trabalho e trabalhadores da agroindústria canavieira em Campos dos Goytacazes (1980-1989).....	85
2.1 Trabalhadores-moradores.	88
2.2 Trabalhadores bóias-frias	96
2.3 O TRABALHO DE CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR.	102
2.3.1 O transporte para os canaviais.	102
2.3.2 “No eito, só quem protege o homem é Jesus”	105
2.3.3 “OS HOMENS”	111
2.4 TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA.....	114
2.4. 1 Trabalhadores “fichados” e “contratados”.	115
2.4.2 Trabalhadores de contrato cortado e safristas.....	117
2.4.3 Trabalhadores clandestinos.	119
2.4.4 Considerações finais sobre o capítulo.	129
CAPÍTULO 3: A greve de 1984: Luta, ação e poder	133
3.1 Introdução.....	133
3.2 O fim dos anos 1970 e as mudanças do sindicalismo rural.	136
3.3 O Dissídio Coletivo de 1981	139
3.4 Visões e versões sobre a greve de 1984.	147

3.5 José Rodrigues Sales - preparação, mobilização e resolução da greve de 1984. ...	150
3.6 O grande momento: Da assembleia à vitória.....	157
3.7 Considerações Finais	171
O pós-greve: continuidade ou ruptura?	171
REFERÊNCIAS	178

INTRODUÇÃO

O universo das usinas de cana-de-açúcar é pautado pelo constante conflito entre trabalhadores e patrões. Ao longo dos séculos, diversos movimentos iniciados nos canaviais e sindicatos emergiram para lutar contra o abuso de autoridade, desrespeito, ausência de direitos trabalhistas e condições indevidas de salário. Alguns fracassaram pela dificuldade de organização coletiva, outros foram reprimidos com balas, cassetetes, demissões, espancamentos, e outros obtiveram êxito. No entanto, possuem em comum a coragem de opor-se ao dominante, o sentimento de injustiça e a busca por transformação.

Essa dissertação, em sua particularidade, objetiva compreender e analisar um desses momentos de resistência dos trabalhadores canavieiros frente à exploração: **A greve dos canavieiros de Campos dos Goytacazes, interior do Estado do Rio de Janeiro, em julho de 1984**. Considera-se à ação prática de homens e mulheres, atribuídos a papéis de submissão e inferioridade a vida inteira, até o momento, em que, juntos, questionaram a autoridade patronal e exigiram respeito e dignidade a condição de cidadãos e canavieiros.

Foi a primeira greve da região Norte-Fluminense no período de abertura política, inserida em contextos de retomada de mobilização¹ dos movimentos sociais rurais e urbanos, reprimidos ao longo da Ditadura Civil-Militar². Sua atuação não se restringiu apenas à cidade de Campos, mas estendeu-se pelas regiões próximas como: Custodópolis, Goitacazes, Tocos, Ponta Grossa, Venda Nova, Balança Rangel, Parque Santa Ana, Campelo, Travessão, Campos Novos, Ururaí, entre outras. Paralisou mais de 80% dos trabalhadores, “aproximadamente 25 mil trabalhadores, homens, mulheres e crianças, fichados e clandestinos de usinas e de fazendas” (IAMAMOTO & COSTA, 2015, p. 661-662).

¹Apesar da repressão aos movimentos sociais durante o período da Ditadura civil-militar, ela não extinguiu esses movimentos. Conforme demonstra Medeiros (1989), durante os anos 70 os Sindicatos são instrumentos ativos de luta por melhoria das condições de vida dos trabalhadores, tendo convocado em 1973, inclusive, o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Além disso, os processos trabalhistas e dissídios coletivos mobilizados durante os anos de repressão apontam para uma mudança nas formas de luta, dada a impossibilidade de reivindicação através de passeatas, protestos e greves, priorizando a esfera legal como instrumento de denúncia da exploração.

² O termo Ditadura Civil-Militar é desenvolvido por Dreifuss (1981) ao considerar o apoio, organização e composição de setores civis para o golpe, tais como empresários, tecno-empresários, etc. Para o autor, esses setores auxiliaram no processo de tomada do poder com objetivos de assegurar seus interesses industriais, especialmente os banqueiros multinacionais e associados.

Foi oficialmente deflagrada no dia 30/07, após uma grande assembleia com cerca de 5 mil trabalhadores, realizada fora do estabelecido pela Lei De Greve³. Interromperam as atividades por 36 horas, obtendo 11 conquistas, semelhantes às da greve Guariba, interior de São Paulo, no mesmo ano. As reivindicações possuíam um amplo caráter, abarcando uma diversidade de relações como as de trabalho, remuneração, representação sindical, além do campo político.

Dentre suas motivações, destaca-se o desencanto com as ações movidas na Justiça do Trabalho, a influência da greve dos canavieiros de Pernambuco (outubro de 1979) e Guariba⁴ (maio de 1984), especialmente. Os guaribenses reivindicaram aumento do salário, fim das empreiteiras, fornecimento de equipamentos de proteção, registros da produtividade diária, transporte gratuito e seguro, tabela do preço do corte da cana, dentre outras medidas a serem analisadas. Suas demandas expuseram a precária situação em que se encontravam, além da exploração sofrida ao longo dos anos. Campos, desse modo, inspirou-se no acordo assinado ao fim da greve, devido as semelhanças na forma desrespeitosa destinada aos trabalhadores, as modalidades de pagamento e contratos, etc.

Após a vitória em São Paulo, o movimento sindical fluminense se rearticulou, desejando obter equiparação das conquistas por meio das vias legais. Diante da resistência da classe patronal em negociar e atender as proposições, os canavieiros paralisaram, contando com a articulação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG/RJ).

Como abordado, o desencanto com os processos trabalhistas configurava uma das razões para greve. Apesar de atingirem seu ápice naquele instante, as críticas pelos trabalhadores e Sindicato são anteriores às mobilizações de 1980. A justiça antes, durante e depois da Ditadura Civil-Militar, por exemplo, apesar de representar um meio legal para denúncia das arbitrariedades sofridas, tendia a ser favorável e ligada aos interesses da

³A Lei de greve e seu processo legal para decretação será analisado no capítulo 1., Lei de Greve, nº 4.330 de 1º de junho de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4330-1-junho-1964-376623-norma-pl.html>, acesso em março de 2021.

⁴A greve de Guariba, ocorrida em maio de 1984, é resultado da mobilização dos trabalhadores do corte da cana contra as explorações sofridas como a baixa remuneração, o corte de cana de 7 ruas ao invés de 5 e a falta de alimentos, cujo ápice teve como marco o aumento da conta de água pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Cf: Gomes (2002); Perani (1984). Importante produção audiovisual é dirigida por José Roberto Novaes, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pRZ1hPwcc6c>, acesso em julho de 2021.

classe patronal⁵, levando a um atraso no julgamento dos processos e anulação dos direitos dos trabalhadores, conforme também demonstrou Iamamoto & Costa (2015).

A possibilidade de ingressar na justiça contra os patrões pode ser compreendida como uma prática imbuída de valores e conotações morais, inseridas no conjunto de representações dos trabalhadores sobre o mundo e suas relações de trabalho (SIGAUD, 1996). O capitalismo é marcado pelo conflito constante entre as classes e o desejo da manutenção da hegemonia pelos detentores dos meios de produção. Logo, os processos não eram aceitos de forma passiva pelos usineiros, que empregavam estratégias para punir e desempregar aqueles que reivindicassem seus direitos, como analisarei posteriormente.

Retornando à greve analisada, contou com a influência e/ou apoio de partidos, líderes políticos, sindicatos e órgãos, cujos membros dialogavam e reivindicavam à classe patronal mínimas condições de trabalho. Dentre eles, estavam o Partido Democrático Trabalhista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, CONTAG, FETAG/RJ, Anthony e Rosinha Garotinho, entre outros. Além disso, nossa hipótese corrobora com Gonçalves (2019) no que tange à interferência do ex-governador Leonel Brizola, cujo apoio e impedimento da repressão policial sob o movimento favoreceu a atuação e organização, diferente da repressão e da violência sofrida pelos canavieiros paulistas.

Minhas reflexões dialogam diretamente com as proposições e fontes levantadas por Ribeiro (1987) e Gonçalves (2019) em seus estudos, interessadas em contribuir para compreensão do cenário regional naquele período, bem como as posições dos atores no campo político. Desse modo, o estudo de Ribeiro (1987) auxiliou a entender os debates e disputas existentes por trás do movimento, por exemplo, os conflitos pelo direito de representação e recolhimento da contribuição sindical entre o STRC e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Campos (STIAC) e suas formas de ações legais.

Sua obra visa compreender como o STRC interpreta, dá forma e conteúdo à luta sindical em uma situação concreta, como o Dissídio Coletivo movido em 1981, inserido no projeto de reorganização da luta coletiva proposta pela confederação. Naquele período, os trabalhadores rurais uniram-se para pressionar a justiça e o Estado por mudanças nas relações de trabalho e a luta por reforma agrária.

A autora analisa as condições regionais dos canavieiros, elencando aspectos econômicos sobre salário, custo de vida, exploração e aspectos sociais como acesso à

⁵ A justiça e a lei como espaço de disputa, não apenas no passado, mas no presente, priorizam a ligação entre a classe patronal e o Estado. As classes dominantes delas servem-se para defender seus interesses quando confrontados, mas também para garantir a deslegitimação das pautas sociais.

direitos trabalhistas, moradia, transporte, alimentação, dentre outros elementos. Seu estudo levou à consideração da hipótese acerca do dissídio como um momento de impulsionamento do desencanto com a luta nas formas legais e jurídicas, influenciando para a eclosão da greve, analisado posteriormente.

A pesquisa realizada por Gonçalves (2019) contextualiza momentos anteriores à greve de 1984, demonstrando como a mesma é fruto de uma construção não linear, com momentos de avanços e retrocessos das instâncias de representação dos trabalhadores. A autora relaciona o entrelaçamento de interesses entre a confederação, a federação e o STRC naquele período, principalmente após o III Congresso da CONTAG, onde há uma mudança em suas estratégias de lutas, analisado por mim no capítulo dois.

Considerando o contexto regional mencionado brevemente acima, meu objetivo, portanto, é compreender como ocorre a mobilização, deflagração, andamento e finalização da greve, tendo como fontes os estudos e pesquisas sobre o tema em questão, entrevistas e jornais de grande circulação no período. Pretendeu-se, com este trabalho, contribuir para o debate sobre as mobilizações dos trabalhadores canavieiros na década de 1980, tendo Campos dos Goytacazes como região de análise.

Ao ter uma greve como objeto de pesquisa, reflito sobre sua organização, etapas, avanços, retrocessos, negociações sucedidas e fracassadas, demonstrando sua organicidade. Estão no centro das questões os canavieiros como sujeitos ativos e dotados de capacidade reflexiva e política. Segundo Gramsci (1982, p. 7): “poderia dizer-se que todos os homens são intelectuais, mas nem todos possuem esta função de intelectuais”. Para além, a greve constitui um momento onde os trabalhadores protestam porque são pessoas práticas, que expressam seus sentimentos na ação, tal como os ingleses analisados por Engels (2008). Havia, naqueles momentos, assim como ocorreu em 1984, a percepção da união como alternativa à exploração, que tem como um de seus objetivos segregar os indivíduos de uma mesma classe.

As greves são paralisações deliberadas, organizadas, feitas costumeiramente pelos trabalhadores para transformar, modificar e criar direitos e aspectos práticos do trabalho (Magalhães & Miranda, 2012, p.53). São instrumentos que tornam públicos os conflitos, manifestam o desequilíbrio de forças e poderes, obrigam os patrões a diminuírem suas intransigências e negociarem.

Apesar de garantidas na Constituição Federal de 1988 como um Direito Fundamental, segundo o artigo 9^o, nem sempre esteve associada ao exercício da cidadania. Durante a Constituição de 1937, chegou a ser considerada como “recurso antissocial, nociva ao trabalho e ao capital, e incompatível com os superiores interesses da produção nacional” (MAGALHÃES & MIRANDA, 2012, p. 56). Por confrontar a autoridade dos patrões, esteve sob objeto de regulação do Estado entre os anos 1930 a 1945, sob vigilância do modelo sindicalista corporativista e autoritário, contrários a manifestações, paralisações e contestação do poder. Durante a Ditadura Civil-Militar, conforme discutiremos, foram violentamente suprimidas.

A garantia do seu direito de exercício na lei não determina a sua igualdade durante as negociações ou no percurso. Ela é o questionamento direto do contrato de trabalho, das obrigações dos patrões frente ao trabalhador. Manifesta-se, através dos discursos, slogans, cartazes, músicas e tantos outros elementos, o descontentamento, a raiva, os sentimentos e mágoas geradas no decorrer da venda da força de trabalho. Evidencia a natureza conflituosa do mundo social e do trabalho.

Viana (2007, p. 239) expõe que:

A greve consegue ser muitas coisas de uma vez só: é momento de liberdade, de pausa, de rebelião e de sonho; tem traços de homem e de mulher; arroubos de jovem e racionalidade de adulto. Exatamente por isso, as leis estão sempre tentando capturá-la, e ela sempre buscando fugir. Historicamente, a greve foi e tem sido a grande arma do sindicato não só para criar direitos, como para torná-los mais eficazes; e não apenas para fins trabalhistas, mas para a promoção das classes oprimidas em geral.

Possui, também, uma dimensão cultural, identitária. Possibilita a reflexão sobre seu papel no mundo, exterioriza as práticas e habitus da categoria, reconstrói alianças, possibilita aproximação que é impossível durante as jornadas de trabalho. Pode proporcionar uma sensação de liberdade e autonomia. Viana (2007) demonstra que ela permite a comparação com outros contratos e modelos de trabalhos, permite parar, pensar e retomar as rotinas do trabalho de forma diferente, mesmo que minimamente.

O seu caráter coletivo é o elo transformador. Através dele são denunciadas as explorações sofridas, a exigência pelo reconhecimento e também um desabafo sobre a violência dos patrões, simbólicas e físicas.

⁶ “Art. 9º - É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

Mesmo o operário que treme diante do patrão consegue ousar na greve, pois a multidão o esconde e protege. Tal como na fábrica, onde ele é um entre muitos, na greve se torna quase invisível. Nesse sentido, a força do número não a torna apenas eficaz, mas possível. A greve de um só seria vencida pelo medo” (VIANA, 2007, p.250)

Discurso sobre uma greve rural, em contextos específicos, atrelados à degradação do trabalho e da vida, oriundos de uma modernização conservadora da agricultura. Porém, não desconsidero a existência de greves por outras razões que não as condições de trabalho, como a greve de fome dos presos políticos durante a Ditadura, greve dos professores em 1984, greve dos açougueiros⁷, etc.

Tendo como objeto de estudo a greve dos canavieiros, discuto a categoria, direta ou indiretamente, ao longo de todo trabalho, para desconstruir estereótipos, desarticular ideias e concepções naturalizadas. Nos momentos de luta e construção de propostas alternativas, como o caso da greve de 1984, os pesquisadores podem dar voz às questões trazidas pelos próprios agentes, sendo este um dos nossos interesses principais.

Algumas hipóteses nortearão o desenvolvimento da dissertação. Inicialmente, relaciona-se à influência e importância da CONTAG e FETAG/RJ para realização da greve. Conforme demonstrarei, o movimento deflagrou-se fora da Lei de Greve (a ser discutida), em contramão às orientações da confederação, apesar de ela apoiá-los. Isso significou na prática que a articulação dos campistas superou, momentaneamente, os combinados estabelecidos pelo Movimento Sindical Rural de todo país, tal como ocorreu em Guariba.

Demonstro, para além da organização e da influência das entidades representativas durante o episódio, que os sindicalistas campistas e os trabalhadores, sabiam e compreendiam o cenário de outras regiões e nelas inspiravam-se, especialmente Guariba e Pernambuco. Logo, não estavam isolados nesse momento de retomada das mobilizações, pelo contrário, indico a presença de sindicalistas campistas na greve de Pernambuco, levando para sua realidade, os aprendizados e as experiências, indispensáveis para construir o movimento de julho.

A análise pondera, ademais, o fato como uma construção não linear e marcado pelas negociações e conflitos. Comprova-se que durante todos os meses de 1984, até a eclosão do movimento, os trabalhadores organizados através do sindicato buscaram alternativas à paralisação. Isso ocorreu, pois a interrupção do corte afetava não apenas os

⁷ Para informações sobre essa greve, que atingiu alguns dos bairros de Campos dos Goytacazes, consultar o jornal O Fluminense, ano de 1984.

lucros dos usineiros, mas o salário dos canavieiros, cuja remuneração era por produção. O STRC, ao analisar o cenário regional, possivelmente compreendia as desvantagens da greve para os trabalhadores, priorizando a resolução através da justiça. Como não fora possível, executam a promessa da paralisação.

Como afirmei, as relações eram pautadas pelos conflitos e pelas negociações. Usineiros e canavieiros agiam para atingir objetivos distintos. Demonstrarei posteriormente, nessa mesma lógica, os inúmeros artifícios utilizados pelos usineiros para impedir a mobilização, como o recurso à lei, chantagens, contratação de trabalhadores temporários com maiores salários, violência física e simbólica, etc.

Destarte, demonstro que as exigências dos canavieiros eram amplamente divulgadas na imprensa, do mesmo modo que sua situação de fome, miséria e desrespeito à legislação trabalhista. Havia uma ampla divulgação da temática nos jornais, influenciados pelo contexto de redemocratização e ampliação das lutas sociais. Isso engendrou a formulação da hipótese de a greve não ter sido gerada espontaneamente, mas construída e tecida ao longo dos eventos, acontecimentos, reuniões. Em síntese, uma greve previamente anunciada.

Outra argumentação central a ser destacada refere-se à continuidade das lutas após a vitória do movimento. Com a assinatura do acordo, os trabalhadores mantiveram-se mobilizados e as paralisações prosseguiram, porém, com novos formatos. O movimento representou uma reconfiguração das possibilidades de luta e demonstrou aos canavieiros a força que tinham.

Para estes fins, dialogamos com a bibliografia especializada, utilizamos entrevistas realizadas por outros autores, buscando os elementos expostos acima e contraposições, tendo como uma das fontes os jornais. Ao tê-lo como uma das fontes para compreender a greve, entendo ser preciso estar atento às entrelinhas, às orientações políticas adotadas, à presença de figuras que expressam poderes financeiros, políticos e simbólicos.

Os jornais estão inseridos em jogos de conflitos, interesses e identidades que vão se modificando temporalmente. São influenciados, também, por conjunturas econômicas e políticas, capazes de ampliar ou reduzir sua circulação, faturamento e influência na opinião pública. Suas opiniões, formatações e posições são autônomas, mas não desconexas dos contextos nacionais, regionais e locais, porque neles se integram e deles dependem.

Foram analisadas reportagens do jornal *O Fluminense*, *O Globo*, *Última Hora*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Comércio (RJ)*, *Jornal do Brasil* e *Jornal dos Sports*, segundo suas disponibilidades nos acervos encontrados. Com isso, as

mudanças nas posturas, reveladas através das reportagens, nas escolhas das manchetes, dos personagens, das palavras, revelam as contradições e ocasionam a percepção do que estava oculto (ou a reafirmação do explícito). Para além, revelam interesses das classes dominantes, ideias e ideologias que o jornal pretende transmitir, constrói visões sobre a sociedade, fatos, etc.

A reflexão sobre a linguagem utilizada, os conceitos mobilizados e direcionados para tratar do movimento dos trabalhadores é indispensável, considerando que não existe palavra inocente⁸, sempre estão carregadas de contextos e valores que podem assumir dois sentidos antagônicos, influenciando a maneira como o receptor interpreta e a decodifica (BOURDIEU, 1981).

O movimento campista inseriu-se no momento de falência de unidades produtivas, cujo fracasso das políticas creditícias e desenvolvimentistas dos governos militares levou ao endividamento da classe patronal⁹. As usinas modernizadas através do acesso ao financiamento de destilarias, reformas e compras de maquinários modernos, permaneceram em grande parte ociosas pelas condições do açúcar no cenário (inter)nacional. Logo, compreender o cenário regional de declínio das unidades produtivas de Campos nos anos 1980, só é possível ao contextualizar os anos 1970, quando políticas de crédito e incentivo aos usineiros levaram à modernização do setor industrial, enquanto mantinham a superexploração da mão de obra¹⁰.

⁸ Segundo o autor: "A comunicação entre as classes (ou, nas sociedades coloniais ou semicoloniais, entre etnias) representa sempre uma situação crítica para a língua utilizada, seja ela qual for. De fato, ela tende a provocar uma volta ao sentido mais abertamente carregado de conotações sociais: 'Quando se pronuncia a palavra 'camponês' diante de alguém que acaba de vir do campo, nunca se sabe como ele vai interpretá-la'. **Por conseguinte, não existem mais palavras inocentes.** Esse efeito objetivo de desvelamento rompe a unidade aparente da linguagem comum. **Cada palavra, cada locução ameaça assumir dois sentidos antagônicos conforme a maneira que o emissor e o receptor tiveram de interpretá-la**" (BOURDIEU, 1981, p. 27, grifos meus).

⁹ Um importante estudo de caso é realizado por Neves (2007) ao analisar o processo de falência e ocupação das terras da Usina Novo Horizonte pelos trabalhadores. Esse estudo apresenta elementos comuns à outras unidades produtivas, e segundo a autora: "Alegando incapacidade de pagamento dos créditos contratados pela expansão do parque industrial e da produção agrícola e reivindicando do governo federal a consolidação das dívidas, o proprietário da Usina Novo horizonte passou a explicitar publicamente suas dificuldades financeiras durante o início da década de 80 responsabilizava o IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool pelo fato de retardar em demasia a definição do processo de consolidação das dívidas, cujas verbas deveriam ter sido liberadas desde 1981" (NEVES, 2007, p. 116).

¹⁰ Esse processo não é exclusivo de Campos e as políticas também foram aplicadas em outros Estados produtores de cana-de-açúcar no Sudeste e no Nordeste. De acordo com Novaes (1993), a década de 60 é um "momento crucial de transição no desenvolvimento da agricultura brasileira. A partir desta época, delinearam-se os principais elementos que alterariam a dinâmica da acumulação no campo: a modernização da base técnica e a consolidação do complexo agroindustrial; a intensa urbanização articulada à pressão sobre a oferta agrícola e à diversificação das exportações; a política de crédito rural que atendeu interesses de segmentos dominantes rurais e urbanos" (NOVAES, 1993, p.2).

Consideramos que os usineiros campistas aderiram às modernizações dos militares por compreenderem a máquina enquanto um sinônimo de progresso. O acesso à evolução dos empréstimos e a conseqüente concentração de capitais talvez tivesse como objetivo o domínio do mercado regional, com a absorção das pequenas propriedades e a proletarização dos trabalhadores rurais. Para os usineiros, a mão de obra assalariada, paga por produção, ao invés de moradores ou parceiros tornava o negócio mais lucrativo, e a criação da dependência de fornecedores de cana para suas usinas poderiam ser posições favoráveis. Novaes (1993) ressalta que:

Os principais elementos que motivaram grupos econômicos nacionais e internacionais a investirem na agricultura na década de 70 foram: os subsídios, os incentivos fiscais, os créditos; a intervenção direta do Estado na ocupação da fronteira e na construção de infra-estrutura de comercialização; as perspectivas de ampliação das exportações de produtos agrícolas; a desmobilização dos trabalhadores em virtude da repressão policial e patronal" (NOVAES, 1993, p. 3).

Sobre o processo de transformação da agricultura após os anos 1970, Kageyama & Silva (1983) ressaltam que a modernização brasileira acentuou as marcas contraditórias do desenvolvimento capitalista, pela capacidade de produzir, simultaneamente, a riqueza e a miséria, capacidade de modernização tecnológica com desigualdades relacionadas aos produtos e máquinas. Esse processo pautou-se pela contradição entre a acumulação da riqueza, pelos setores dominantes e pela miserabilidade da sociedade.

Para se efetivarem, foram pautados em dois elementos fundamentais: o uso de fertilizantes químicos e a mecanização. “É preciso observar que, a despeito do vigoroso crescimento do consumo de fertilizantes pela agricultura brasileira nos anos 70, há uma forte concentração de seu uso, nos maiores estabelecimentos” (KAGEYAMA & SILVA, 1983, p. 543). Já a mecanização, caracterizou-se de forma geral pelo aumento de tratores, colheitadeiras, semeadeiras, máquinas de arado, transporte, etc.

Deste modo, parte-se de dois momentos específicos para explicar o processo de acumulação de capitais industriais¹¹: a criação do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, em 1971 e o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1975. Importante ressaltar que essas políticas, segundo a bibliografia consultada, só puderam ser implementadas devido à formulação e execução do Programa Nacional do

¹¹ Não apenas industriais, pois como afirmam Kageyama & Silva (1983), na década de 1970 há um aumento expressivo da concentração fundiária. Segundo os autores: “A década de 70 reforçou esse padrão. Assistiu-se nesse período a uma elevação do grau de concentração da propriedade da terra no Brasil, fruto da proliferação dos imóveis muito grandes e gigantescos, em detrimento das pequenas e médias propriedades. Entre 1972 e 1978 o índice de Gini cresceu de 0,387 para 0,849” (KAGEYAMA & SILVA, 1978, p. 538).

Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR), através do decreto Nº 1186, de 27/08/1971. As regras vigentes neste decreto influenciaram as políticas do Programa de Racionalização e do PROÁLCOOL (BRAY, 1979, p. 106-107). Esses programas serão analisados no próximo tópico, como contextualização do cenário nacional nos anos anteriores às mobilizações dos trabalhadores.

Breve contextualização sobre as políticas sucroalcooleira nos anos 1970.

Antes de iniciar as considerações, reforço a consideração de que a transformação na base tecnológica da agricultura campista, apesar de elevar a capacidade de produção e inserção no mercado a outros níveis, degradou as condições de trabalho dos canavieiros, uma das principais razões para eclosão da greve. Logo, é necessário contextualizar quais eram essas políticas e seus impactos reais na vida cotidiana dos trabalhadores para analisar o cenário regional.

Conforme dito acima, para compreender como ocorreu o processo de acumulação de capitais e modernização industrial das usinas, cujo cenário de falência remete-se aos anos 1980, abordaremos brevemente as mudanças nas regulações e políticas para o setor, focando nos dois principais momentos de mudança das unidades agroindustriais: o Programa de Racionalização da Agroindústria Brasileira (1971) e o Programa Nacional de Álcool (PROÁLCOOL), ressaltando, também, a influência do PLANALSUCAR, regulamentado através do Decreto nº 1186 para as ações práticas de ambos os programas.

A importância do Decreto nº 1186, de 27/08/1971 consiste em seus “estímulos à fusão, incorporação e realocização de unidades industriais açucareiras”¹² (BRASIL,1971), cujos artigos decretavam que as empresas açucareiras – e fornecedores – que alcançassem a cota pudessem ter acesso à “estímulos financeiros”. Na prática, promoveram o processo de extinção das menores unidades produtivas e absorção das pequenas pelas grandes¹³. Além disso, ressaltavam a possibilidade de os preços da cana tornarem-se unificados em todo o país.

¹² BRASIL. Decreto-LEI Nº 1.186, de 27 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1186-27-agosto-1971-375415-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em março de 2021.

¹³ Palmeira (1989) ressalta que a modernização promovida no final dos anos 1960 ocorreu sem que a estrutura da propriedade fosse alterada, tornando-se mais concentrada, com maiores disparidades de renda e aumento do êxodo rural. Conforme o autor: “Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, ‘efeitos perversos’: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de

Essa hipótese é ressaltada por Rodrigues & Ross (2020)¹⁴. Os autores analisam a trajetória da cana-de-açúcar no Brasil através de múltiplas perspectivas, como a geográfica, histórica e ambiental. Ao longo da obra, demonstram o percurso da cana nas regiões brasileiras, sua expansão, técnicas de cultivo empregadas e os impactos causados pelo setor. Percorrem com exemplos locais a transição dos engenhos às usinas, como o caso de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, demonstram as transformações sofridas com as políticas de incentivos econômicos, as crises e soluções empregadas pelo Estado e pelos capitalistas.

Retomando, consideram que o decreto 1.186/71 revogou dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira¹⁵, oferecendo aos usineiros maiores produtividades e redução dos custos de produção através da concentração empresarial. Ao eliminar as menores unidades produtivas, a absorção dessas cotas por outras usinas e a consequente expansão da infraestrutura enriqueceu as unidades mais produtivas. O decreto-lei também determinou que os benefícios só poderiam ser concedidos para usinas com produção igual ou superior a 24 mil toneladas de açúcar/safra.

Outro pesquisador a analisar as políticas de planejamento é Bray (1979, 1980). Em suas obras, o autor reconstrói as bases históricas, geográficas, econômicas da região de Paranapanema, em São Paulo. Seus estudos relacionam os diferentes objetivos e metas das políticas do Instituto do Açúcar e do Alcool com uma área em específico. Portanto, reconstrói, analisa e diferencia diversos momentos brasileiros ligados ao planejamento e implementação de políticas públicas voltadas ao setor, indispensáveis para nossa contextualização.

Bray (1979) indica que o planejamento do Programa de Melhorias do PLANALSUCAR, desejava aprimorar a qualidade da matéria prima e ocasionar a

exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão ‘modernização conservadora’” (PALMEIRA, 1989, p. 87).

¹⁴ Em sua obra, os autores realizam a trajetória da cana-de-açúcar no Brasil através de múltiplas perspectivas, como a geográfica, histórica e ambiental. Ao longo da obra, demonstram o percurso da cana nas regiões brasileiras, a sua expansão, as técnicas de cultivo empregada e os impactos causados pelo setor. Percorrem com exemplos locais a transição dos engenhos às usinas, como o caso de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, demonstram as transformações sofridas com as políticas de incentivos econômicos, as crises e soluções empregadas pelo Estado e pelos capitalistas.

¹⁵ Palmeira (1989) aponta a importância de perceber que a legislação não determina a aplicação de uma política. Ao analisar o ETR, indica que o mesmo, na sua ambiguidade, “abre a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e oferece múltiplos instrumentos de intervenção ao Estado. Nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares” (PALMEIRA, 1989, p. 96).

racionalização do produto, estando ligado a dois programas em desenvolvimento do Instituto do Açúcar e do Alcool: o de financiamento e fusão das empresas agroindustriais; e da construção de terminais açucareiros numa política de modernização tecnológica e administrativa para armazenar e transportar os produtos a granel.

Esse conjunto de leis e orientações guiaram o Programa de Racionalização, regulamentado pela lei nº5.654 de 14 de maio de 1971, que dentro de suas prerrogativas, estabelecia o aumento da produtividade da agroindústria, fornecendo estímulos financeiros aos plantadores e usineiros. As medidas também alteravam o valor total da produção (nacional) do açúcar para 6 milhões de toneladas, onde o limite poderia ser modificado pelo Ministro da Indústria e Comércio, caso necessário, e calculava as cotas de produção a partir do somatório das cotas das usinas da região Norte/Nordeste e Centro-Sul, em vez de ter como base o somatório dos limites dos estados produtores (RODRIGUES & ROSS, 2020).

Dentre os dispositivos da lei¹⁶, o artigo 1º estabelecia “em cem milhões de sacas de 60 (sessenta) quilos o limite global das cotas oficiais de produção de açúcar das usinas do País” (BRASIL, 1971). Além disso, havia em seu terceiro artigo a exclusão pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) das usinas “que tenham paralisado sua atividade industrial durante três (3) safras consecutivas, a partir da safra 1968-69” (BRASIL, 1971), engendrando um processo de extinção das pequenas unidades e uma consequente realocação daqueles fornecedores de cana.

A produção de cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes era realizada por usineiros e plantadores (pequenos, médios e grandes), cujas inserções nas políticas creditícias e recursos públicos eram distintas¹⁷. Consideramos, em concordância com Neves (1997), que os plantadores constituíam uma classe com interesses específicos regionais que não eram iguais em todo o país.

Consequentemente, as relações de poder experienciadas por esses sujeitos devem ser analisadas em sua historicidade, considerando o processo de acumulação desigual entre a própria classe. Deste modo, os plantadores que forneciam cana-de-açúcar para as unidades desativadas ou que passaram por fusão foram impactados ao terem sua produção

¹⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15654.htm, acesso em julho de 2021.

¹⁷ Para a Neves (1997), o termo plantador de cana está ligado a contextos de lutas das condições adversas de comercialização da cana ou para reivindicação e proteção do Estado nos conflitos, onde também utilizavam o termo lavrador de cana. O fazendeiro estava ligado mais às unidades de produção e trabalho, diretamente articulado ao de morador e colono. Segundo a pesquisadora, quanto mais os grandes produtores de cana foram se especializando e alterando as relações de trabalho, acentuaram sua identificação como plantador de cana e minimizando a qualificação de fazendeiro (NEVES, 1997, p.46).

destinada à outra usina, por vezes longe de sua propriedade, sem vínculos ou relações pessoais, dificultando as transações e por consequência, perdendo poder de negociação.

Os empréstimos adquiridos pelos usineiros para a modernização da parte industrial foram empregados na construção de destilarias, troca de caldeiras e equipamentos de moagem mais modernos, que permaneceram ociosos e com baixa utilização até a metade da década de 1970. Essas destilarias conservaram-se ociosas, principalmente, porque a crise do petróleo ainda não existia e o custo da gasolina era menor que a produção de álcool. Portanto, era mais vantajoso a produção de açúcar e a exportação de seu melaço que a produção de álcool residual (RODRIGUES & ROSS, 2020).

Esses empréstimos ocorreram pela alta do mercado internacional do açúcar nos primeiros anos da década de 1970. O Instituto do Açúcar e do Álcool – único autorizado a exportar o produto –, através do pagamento inferior aos produtores do valor médio recebido, acumulou capital para o Fundo Especial de Exportação, utilizados para conceder capital para a modernização das usinas através de empréstimos com juros baixos. Ao final de 1974 os preços do açúcar no mercado internacional declinam abruptamente, e as exportações que proporcionaram lucros para o Fundo Especial de Exportação, retraem. Desta forma, o preço pago pelo IAA aos usineiros também diminuiu, impossibilitando o pagamento das dívidas contraídas para modernização (BRAY, 1979, p. 112).

Dentre as estratégias criadas para reaquecer o setor, indica-se a criação de projetos visando o aumento da produção da cana-de-açúcar, refletida pelo Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975 que regulamentou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). O programa destinou parte da matéria prima para produção de combustível, com créditos para instalação de destilarias concedidos a “juros 17% ao ano, podendo atingir 15% ao ano para o Norte e Nordeste”, com prazo máximo de 12 anos e carência de 3 anos. Para a cana-de-açúcar os juros foram regulamentados em 7% ao ano, com prazo máximo de 5 anos e carência de até 2 anos (BRASIL, 1975).

O Proálcool surgiu como uma alternativa energética para solucionar a crise do açúcar nacional no mercado mundial, incentivando, principalmente, a produção de álcool anidro para ser adicionado à gasolina. Não obstante, pretendia aproveitar a capacidade ociosa das destilarias anexas às usinas, considerando que até aquele momento era mais barato e lucrativo produzir açúcar e melaço para exportação do que álcool (RODRIGUES, 2020, p. 159).

A implementação dessas políticas e programas de avanço e expansão tecnológica foram pautadas no aumento da mecanização da atividade agrícola e no uso de insumos químicos, gerando ambiguidades nas relações entre capital-trabalho. Por um lado, os esforços econômicos expandiram o volume das toneladas de cana após 1960, mesmo com as estiagens. Por outro, a introdução de máquinas de carregamento, transporte e esmagamento de cana encurtou o número de dias das safras. Portanto, essas transformações intensificaram o trabalho manual de corte, reduziram o período de trabalho, o salário obtido pelos trabalhadores e seu poder de compra (NEVES, 1997, p.183).

A autora citada indica a redução do período de 7 a 8 meses da safra - de maio a dezembro - para 3 ou 4 meses, sendo "entre 1977 e 1985 o número médio de dias efetivos de moagem foi de 117" (NEVES, 1997, p. 194). A redução do tempo, logicamente diminuiu a mão de obra empregada naquelas atividades, aumentando o desemprego e contribuindo para o agravamento das condições dos canavieiros. Durante os anos 1980, período de reivindicações e greves - inclusive de categorias como professores e açougueiros-, uma das pautas defendidas pelos trabalhadores era a permanência no emprego, pois ocorria na região a demissão de até 200 trabalhadores em um único dia, como em novembro de 1980 na Usina Cupim.

O imenso parque açucareiro campista na década de 1980 empregava aproximadamente 70 mil pessoas, entre trabalhadores da indústria e lavoura, sendo a maioria deles "bóias-frias", contratados durante o período da safra e sem registro contínuo de trabalho. Ribeiro (1987) aponta que na época da realização de seu trabalho de campo, no mesmo período, a população dos assalariados da cana ultrapassa 70 mil¹⁸. Neves (2007), relata a existência de cerca de 40 mil¹⁹. Gonçalves (2019) ressalta a existência de 30 mil.

¹⁸ Ao contextualizar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, objeto de sua pesquisa, a autora afirma: "Mas retomando, o sindicato em questão localiza-se numa área onde se concentram cerca de 70 mil assalariados rurais, na maioria bóias-frias, e que a partir de uma atuação que privilegia a luta na justiça, transformou-se numa entidade que mobiliza no seu cotidiano, um volume expressivo de dinheiro obtido em nome do ressarcimento das irregularidades trabalhistas cometidas em excesso no município..." (RIBEIRO, 1987, p. 267).

¹⁹ "A Região Açucareira de Campos, segundo classificação da FIBGE, corresponde ao espaço físico de predomínio da produção de cana-de-açúcar no norte do Estado do Rio de Janeiro. No momento abarco os municípios de Campos, São João da Barra, Macaé, Conceição de Macabu e São Fidélis. Inserem-se nessa produção agro-industrial 15 usinas, duas destilarias autônomas, 15.000 fornecedores de cana e 40.000 trabalhadores rurais, aproximadamente" (NEVES, 2007, p. 115).

Esses números possuem divergências devido à alta taxa de informalidade e ausência de censos dessa população. Considerando o trabalho não remunerado e registrado dos filhos, esposas e maridos destes formalmente empregados na atividade, o número tende a duplicar ou triplicar. Diante da impossibilidade desta pesquisa em realizar um levantamento detalhado através das fontes, consideramos o número máximo apontado por Ribeiro (1987), pois comparando a regiões com produções superiores, como o Nordeste, percebe-se a necessidade de grande contingente de trabalhadores, mesmo considerando a sobrecarga do trabalho. Além disso, o emprego da mão de obra temporária era uma realidade regional do período, abarcando crianças, mulheres e idosos sem enquadramento formal, apesar de sua existência.

A Região Açucareira de Campos, por onde esses trabalhadores se distribuía, era composta por 17 usinas, sendo elas: Baixa Grande, Barcelos, Cambayba, Carapebus, Conceição de Macabu, Cupim, Novo Horizonte, Outeiro, Paraíso, Pureza, Queimados, Quissamã, Santa Cruz, São João, Sapucaia, Santa Maria e São José. Nessas usinas, os canavieiros eram empregados através de diversos modos de contrato de trabalho e moradia, e suas relações com os patrões eram distintas. As conexões que envolvem contratos de trabalho e moradia serão discutidas no capítulo dois.

Reforçamos que durante a década de 1980 essas unidades produtivas passaram por processos de falência e endividamento ocasionado pelos empréstimos obtidos e não pagos, fornecidos pelos programas citados acima²⁰. Essas transformações alteraram as relações de trabalho, aspecto a ser discutido abaixo, importante para compreensão da greve de 1984.

Declínio da produção açucareira e transformação nas relações de trabalho.

As políticas mencionadas - como o PROÁLCOOL e o PLANALSUCAR - visando o aumento da capacidade industrial e produtiva das usinas não atingiram os índices esperados pelo setor ao longo dos anos 1970, devido às razões já debatidas. A década seguinte foi pautada pelo processo de falência das unidades produtivas

²⁰ Neves (1997b) indica que: “Os significados da política de crédito – oferecida como um mecanismo de compensação pelos preços ‘baixos’ e pela forma de redistribuição de parte da renda gerada pelo setor – constituíam, segundo tais usineiros, um dos fatores do endividamento crônico das usinas, da dependência deles em relação às instituições governamentais, colocando-os em ‘situação de eterna penúria financeira’. Os juros subsidiados não compensavam os preços baixos e não impediam a falta de liquidez das empresas, que se encontravam limitadas quanto às alternativas de expansão da produção e da produtividade” (NEVES, 1997b, p. 34-35)

modernizadas, alterando as relações de trabalho. As políticas implementadas durante a ditadura civil-militar, apesar de terem inserido os usineiros em uma nova escala de capacidade produtiva, compuseram um período de violência e repressão aos trabalhadores rurais.

Importante considerar que naquele momento o aumento do trabalho temporário e clandestino, uma das consequências da modernização desigual, deteriorou as condições de vida e acirrou a superexploração do trabalhador. Assim sendo, as análises são feitas relacionando os efeitos das políticas econômicas na vida dos trabalhadores²¹.

Logo, o fim dos incentivos fiscais, dos empréstimos a juros baixos, somados ao fracasso do projeto de irrigação pretendendo o aumento da produção local afetaram diretamente os canaviais, onde atrasos de pagamento, roubo na balança, demissão em massa, sobrecarga de trabalho e contratos informais modificaram as formas de resistência dos canavieiros, historicamente posicionadas²².

A trajetória da mobilização sindical dos trabalhadores de usinas teve início em 1932, na Usina Santo Antônio, de propriedade de Tarcísio de Almeida Miranda, integrante da comissão executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool. Vitoriosos na extinção do barracão e da liberação do pagamento quinzenal do salário, os trabalhadores criaram bases para a organização do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas em Campos, em 1933, agregando trabalhadores da indústria²³ e da

²¹Indispensável para pensar os efeitos das políticas econômicas na vida social são as reflexões de Marx (2008), cujas análises demonstram que o grau de desenvolvimento das relações de produção está relacionado às forças produtivas materiais dos homens.

²² Neves (1997) aponta que para os trabalhadores, o processo de falências das usinas iniciou quando os patrões não puderam mais cumprir com seu papel. Este processo esteve diretamente relacionado, portanto, à crescente deterioração das condições de vida e trabalho. Segundo ela: “Ao se reportarem à ruptura ou à falência da usina, os ex-trabalhadores, diferenciadamente, conforme as diversas posições anteriormente em jogo, enfatizam os princípios e as regras constitutivas do modo idealizado de funcionamento do sistema social que os integrava a partir da relação de trabalho [...] À falência da usina correspondeu então um processo imediato e descendente de deterioração das condições de vida e de trabalho. A percepção dos limites enfrentados para a reprodução do sistema recaí sobre um ponto de referência comum: o não-cumprimento do papel de patrão, expresso pela ausência de meios diretos e indiretos de transferência do salário, asseguradores da criação de múltiplas estratégias de provisão das necessidades da família. A forma de lidar com esta escassez é qualificada como sacrifício, isto é, articulação desgastante e ineficaz de meios para obtenção precária dos bens de subsistência e reconhecimento de direitos adquiridos” (NEVES, 1997b, p. 151)

²³ As condições de trabalho na lavoura canvieira (plantio, corte, transporte, lida de roças dos usineiros, campeiros, etc) difere do trabalho industrial feito no interior das usinas. Apesar de submetidos a condições salariais próximas e sociabilidades diárias aproximadas, nesta pesquisa distinguiremos as características que abrangem essas categorias e o que ora as afasta e ora as une. Neves (2004) aponta os diferentes direitos e benefícios entre essas categorias, cujas entrevistas fornecidas para a obra serão analisadas como fonte e comparadas com as reportagens e depoimentos dos trabalhadores. O trabalho de Soares (2015) oferece, também, importantes subsídios quanto às análises sobre a percepção da Justiça do Trabalho acerca das fronteiras legais das duas categorias.

lavoura, o **primeiro Sindicato de trabalhadores rurais do país**. Naquele momento, a influência do advogado socialista Valdir Rocha e pelo líder rural Antônio João de Farias foram indispensáveis para organização e criação do sindicato, ambos presidentes da organização.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas em Campos no momento de sua fundação representava as duas categorias: rurais e industriais. No entanto, em 1937, por pressões políticas da classe patronal para aprovar regulações trabalhistas da classe industrial, o Sindicato deixa de representar os rurais, passando a se chamar Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar do Município de Campos. Em 23 de outubro de 1938, João Antônio de Farias fundou, então, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos, sem o reconhecimento legal da burocracia varguista. Neste sindicato foram filiados os trabalhadores das fazendas de usina e da lavoura.

Em novembro de 1944, o Decreto-Lei nº 7.038 que dispõe sobre a sindicalização rural, regularizou o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos, após diversas vitórias na justiça do trabalho e reconhecimento legal das autoridades, sob o nome de Sindicato dos Empregados Rurais (GONÇALVES & CRUZ, 2015, p. 536). Em 1947, com a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, em contextos nacionais de pós-guerra do governo Dutra, com cassação do PCB e fim do legado de propostas trabalhistas e sindicais ligadas à Vargas, sua atuação ficou restrita até 1955. Durante esse período, “ficou na presidência da junta governativa um ‘jagunço’ que vivia armado” (RIBEIRO, 1987, p. 239).

Daquele período, não existe nenhum registro de expressão quanto à atuação sindical e ficam “sem ações na justiça ou acordos trabalhistas” (RIBEIRO, 1987, p. 239). Em 1956 realizaram uma eleição e novamente João Farias elegeu-se presidente. Por decisão da Comissão do Enquadramento Sindical o sindicato passou a se chamar **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos** (RIBEIRO, 1987, p.239). Estes fatos demonstram a relevância de Campos no aspecto dos movimentos sociais, influenciando movimentos posteriores.

A partir deste momento, as lutas trabalhistas adquiriram um caráter de reivindicação pautado na esfera legal, com processos e dissídios encaminhados à Delegacia Regional do Trabalho (TRT) e à Junta de Conciliação regional. As greves dos anos 1980, no entanto, foram momentos de paralisações, piquetes, boicotes à produção, diferente das lutas na esfera trabalhista.

Contribuímos nesta pesquisa com a literatura existente sobre as greves dos anos 1980 (IAMAMOTO & COSTA, 2015; NEVES, 1989, 1981, 2001; RIBEIRO, 1987; MAIO & REIS, 2016; GONÇALVES, 2019), expandindo o debate sobre as mobilizações, organizações, influências e representações dos canavieiros, possibilitando referências para novas abordagens, indicando elementos e propondo questões ainda não suficientemente exploradas.

Como dito anteriormente, estes movimentos serão analisados através da bibliografia, utilizando como fonte, jornais, entrevistas e relatórios técnicos. Quando considerados os jornais, dialogamos com trajetórias de estudos onde a mídia impressa aparece como fonte para reconstrução de movimentos sociais e compreensão do cenário político, tais como Medeiros (1995), Bruno (2002) e Lerrer (2008). Deste modo, a relevância desta pesquisa considera dois aspectos pouco abordados pelos estudos de mobilizações de trabalhadores em Campos - as greves de 1980 – e a utilização das mídias como fontes legítimas capazes de auxiliar na interpretação dos fatos.

Referencial Teórico

A produção jornalística como fonte histórica

Os estudos de fontes históricas, assim como os sujeitos que as produzem, estão inseridos no tempo e no espaço. Consideramos que ao produzirem notícias, reportagens e livros os sujeitos elaboram partindo das experiências temporais de sua época, influenciado pelos acontecimentos que marcam sua vida, bem como por seus valores e códigos morais. O presente, espaço temporal da produção, não pode reviver o passado tal como era, mas pode ajudar a compreendê-lo partindo dos vestígios e dos indícios deixados. O objetivo desta seção é, portanto, discutir a escolha do jornal como fonte de pesquisa, considerando-a como um campo.

Outros pesquisadores se empenharam em analisar a imprensa no mesmo período, como por exemplo, Bruno (2002). A autora, ao estudar a reorganização da classe patronal do contexto da Nova República, comprova hipóteses indispensáveis para o entendimento dessa fonte de pesquisa. Primeiramente, concordamos acerca da percepção da importância da imprensa como um palco privilegiado dos grandes proprietários de terra para publicizar suas questões. No entanto, a autora reforça que a própria conjuntura de abertura política permitiu uma reapropriação da imprensa pela classe sociedade civil.

Apesar de desigual, exprime a incapacidade de poder absoluto mesmo entre os grupos hegemônicos.

A reapropriação por parte dos trabalhadores é perceptível ao longo da dissertação, principalmente pela quantidade de reportagens com objetivo de denunciar, explicita ou implicitamente, as condições degradantes dos canavieiros campistas. A difusão desses fatos, seja com vistas a cumprir um papel social de denúncia ou por interesses específicos, auxilia na construção e divulgação da greve, como demonstrarei.

Reafirmamos a hipótese de Bruno (2002) acerca da imprescindibilidade de refletir sobre os interesses das classes hegemônicas no processo de produção, controle e difusão de informações, porém, como aponta a mesma, deve se evitar o maniqueísmo sobre a imprensa. Desse modo: “Não basta apenas condenar o mau uso da imprensa. É igualmente importante ressaltar que nem toda a imprensa e nem toda avaliação significam um embuste. Ela não existe sem dados e informações e, para se legitimar, não pode se distanciar da trama dos fatos e dos acontecimentos” (BRUNO, 2002, s/p).

Em seu estudo, a autora demonstrou a defesa da imprensa frente a propriedade privada, a estrutura fundiária e o interesse da classe patronal. Indica que no período da década de 1980, ela oculta os discursos da classe trabalhadora do campo sobre a necessidade e urgência da Reforma Agrária, por vezes considerando-a desnecessária e atrasada frente aos novos padrões econômicos. Bruno (2002) aponta metodologicamente caminhos possíveis a serem percorridos ao longo do trabalho com fontes impressas.

Suas opiniões e posições variam, primordialmente, porque estão inseridas em determinado período histórico, imbuídas de ideias e concepções de mundo dos seus proprietários. Consideramos que utilizar o jornal enquanto fonte histórica não é considerá-lo como um receptáculo absoluto de verdades, mas sim, meio de análise sobre visões de mundo partindo de suas peculiaridades, particularidades e ressaltando suas escolhas quanto aos fatos e posicionamentos. Le Goff (1990) nos aponta para a necessidade de questionar os documentos aos quais estamos analisando, pois, sua produção é fruto de um momento específico²⁴. Os jornalistas ou redatores de documentos oficiais são, portanto, fruto de um campo com relações sociais e regras próprias.

²⁴ “Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade), as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas

O conceito de campo – seja literário, jornalístico, político ou artístico- elaborado por Bourdieu (2004) importa para nossas reflexões por permitir a percepção de um universo onde estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência, e obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004, p. 20). O autor, ao considerar o **jornalismo como um campo**, demonstra que os sujeitos nele inserido – jornalistas, redatores, mensageiros, repórteres e editores – sofrem as influências da estrutura das relações objetivas, que acabam por determinar o que podem ou não fazer – de acordo, inclusive, com a posição que ocupam nessa estrutura –, o que deve ser publicado (onde e quando); quais temas são relevantes e quais objetos merecem atenção.

A estrutura das relações objetivas relaciona-se ao espaço que as condicionam. Isto é, essas relações, são diferentes entre os agentes, que possuem forças específicas e capitais distintos dentro desse campo. Esses agentes, na sua multiplicidade de campos e relações – práticas, logo, objetivas -, mobilizam diferentes posições de forças inerentes à sua acumulação de capitais, seja simbólico, política, econômico, cultural, etc.

Essa multiplicidade de forças e atuações ocorrem, também, no campo jornalístico, que é marcado pela disputa entorno da veracidade da informação, hegemonia das ideias, etc. É pautado pelas posições dominantes capazes de impor maior pressão ou força sobre as relações objetivas, possibilitando a imposição dos seus valores, códigos morais e visões de mundo. Logo:

Os agentes sociais estão inseridos na estrutura em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição” (BOURDIEU, 2004b, p. 29).

No entanto, deve-se ressaltar que assim como os sujeitos citados acima – jornalistas, redatores, mensageiros, repórteres – estão inseridos nesse campo, também estão os leitores. Apesar das especificidades das relações e dos distintos níveis de poder, acesso à opinião e construção de ideias, os receptores da mensagem manifestam no jornal

capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade...” (LE GOFF, 1990, p. 111).

seus descontentamentos sobre a sociedade, política ou solicitam retratação de determinada reportagem através de espaços específicos, como cartas do leitor, colunas de opinião, matérias pagas.

Os espaços dedicados ao leitor não são iguais em todos os jornais, mas constituem para o pesquisador um importante elemento para análise das opiniões do receptor acerca da mensagem transmitida. Através deles, pode-se apreender o grau de aceitação ou rejeição das linhas editoriais, das notícias, opiniões implícitas e/ou explícitas do jornal, entre outras. Nessa pesquisa, como se trata da análise de uma greve, priorizamos as reportagens editoriais, geralmente dedicadas a notícias mais veiculadas ou com maior capacidade de impactar o leitor.

O campo jornalístico, segundo a teoria de Bourdieu (1998), impõe e opera uma visão inteiramente particular do campo político, operando no discurso as trocas fictícias onde são estabelecidos os limites do que pode e não pode ser dito. Isso possibilita, portanto, ponderar as relações de poder inseridas no próprio jornal e nos seus interesses enquanto empresa, capaz de selecionar fatos, omitir opiniões e articulando as notícias conforme seus interesses. No entanto, atentamos que esse campo é composto por disputas, tensões, conflitos e acordos que são realizados na prática, nas relações objetivas e no próprio exercício do jornalismo.

Os jornalistas, na teoria de Bourdieu (1998) são atores políticos sem serem membros de pleno direito político e dialogam oferecendo serviços simbólicos que podem atuar para reforçar seu posicionamento e seu prestígio no campo, como para destruir reputações, eleições e manipular opiniões²⁵. Desta forma, podemos compreender que os interesses favoráveis ou contrários - quando se trata do campo político e do jornalismo -, colocam o jornalista como sujeito ativo e reflexivo.

Estar contra ou a favor em determinada situação ou adotar uma atitude posicional dependerá dos próprios interesses que alcançará, seu prestígio ou até mesmo a possibilidade de aumentar seu público e audiência. No caso específico desta pesquisa, a necessidade de credibilidade no contexto da Nova República favoreceu a produção de

²⁵ “Em razão de sua posição ambígua no mundo político, no qual são atores muito influentes sem por isso serem membros de pleno direito e no qual estão em condição de oferecer aos políticos serviços simbólicos indispensáveis (que eles não podem conquistar para si mesmos, salvo, hoje, coletivamente, no domínio literário, em que fazem funcionar plenamente o jogo do "toma-lá-dá-cá"), eles tendem ao ponto de vista de Tersites e a uma forma espontânea da filosofia da suspeita, que os leva a procurar as causas das tomadas de posição mais desinteressadas e das convicções mais sinceras nos interesses associados a posições no campo político (como as rivalidades no seio de um partido ou de uma "corrente")” (BOURDIEU, 1998, p.58).

pautas que revelassem as condições dos trabalhadores, no campo e na cidade, de forma verídica. Portanto, as reportagens analisadas não fugiram às condições experienciadas pelos canavieiros ao longo dos anos. Pelo contrário, exibiam informações e contextos não abarcados pela bibliografia.

Influenciados por Bourdieu (1998), pensamos a mídia para além dos seus efeitos visíveis no mundo social. Ao analisar as reportagens, procuramos considerar as intenções de produção das matérias, os contextos e disputas que poderiam influenciar na informação final, entregue ao leitor. Dessa forma, foram comparadas entre si e externamente, interrogadas e refletidas para obtermos uma maior confiabilidade das fontes.

Esse campo jornalístico, cujas disputas são inerentes ao seu funcionamento, pode ser operado sobre diversas formas, dentre elas: para representar os interesses das classes hegemônicas e para difundir os interesses das classes trabalhadoras. O espaço de produção de discurso jornalístico é disputado, também, por aqueles cujas vozes são constantemente silenciadas.

Dialogamos com o estudo de Medeiros (1995) ao analisar movimentos grevistas através da imprensa comunista no período de 1949 a 1964, constatando que esta desempenhou importante papel para aparecimento público dos trabalhadores do campo, influenciando leitores e contribuindo para a expansão do movimento, além da contribuição para o próprio "fazer" das lutas. Para a autora, a imprensa comunista, ao qual ressaltamos o caráter não hegemônico, "foi ainda um instrumento de problematização da situação dos trabalhadores do campo, criando condições para que ela fosse visualizada como problema, passível de intervenção e resolução e não como algo natural" (MEDEIROS, 1995, p.121).

As reflexões da classe trabalhadora circulam, ademais, através de outras formas de comunicação, como rádios, bilhetes, panfletos, etc. Destacamos que apesar de utilizarmos a grande imprensa como fonte, consideramos a existência e a importância da imprensa alternativa no mesmo período. A mídia, dessa forma, não é apenas um instrumento burguês, é também um espaço de disputa e expressão do contradiscurso. Nela, há um limite do que pode ou não ser evidenciado, quais fatos ou narrativas não podem deixar de existir, devido, primordialmente, à necessidade da credibilidade.

Portanto, serve aos interesses das diferentes classes, possuem diferentes níveis de inserção tecnológica e distribuição, mas constroem o discurso a partir das suas preferências e do seu lugar na sociedade. A imprensa artesanal, dessa forma, apesar de possuir menor alcance, não é menos importante em termos de conteúdos políticos ou

profundidade nas análises. Em síntese, considerando os jornais como um campo político com regras, interesses, disputas e objetivos próprios e os utilizamos para auxiliar a compreensão do movimento grevista de 1984.

Diálogo com os estudos existentes: Campos e a produção açucareira.

Os estudos sobre a produção canavieira em Campos dos Goytacazes são um campo dividido entre três principais abordagens: 1º) as relações do Estado com a agroindústria, cujos estudos abordam processos de financiamento, transformações no modelo de produção, crise e ascensão do álcool e do açúcar, bem como a modernização das unidades produtivas; 2º) os estudos acerca das resistências dos trabalhadores, como objeto as greves, paralisações e principalmente o encaminhamento de processos trabalhistas através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos; 3º) as análises históricas sobre a formação dos engenhos e das usinas, a introdução no mercado internacional do açúcar, as relações da escravidão com a produção açucareira, etc. Desta primeira abordagem, dialogamos com Neves (1981;1997;1989;2004), cujas obras serão abordadas a seguir.

Sobre as lutas trabalhistas e sindicais, anteriores às greves dos anos 1980, mas que influenciaram seu acontecimento, ressaltamos os estudos de Soares (2015), pelo levantamento e análise das lutas trabalhistas encaminhadas para a justiça do trabalho no período de 1945 a 1964 pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes, demonstrando como a resistência ocorria sem confronto direto com usineiros. A justiça era utilizada, portanto, como um meio impessoal.

O autor privilegia as análises acerca dos dissídios coletivos e individuais que permitiam melhorias nas condições de trabalho, como aumento do salário, pagamento por quinzena, garantia das férias, além de denúncias quanto ao atraso de pagamentos, cobrança indevida de aluguel das casas, destruição das roças, etc. As razões dos processos, bem como a argumentação dos trabalhadores interessa para compreender as estratégias de dominação e exploração.

Gonçalves (2019), em dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), aparece como importante interlocutora para esta pesquisa por apresentar o cenário de organização dos trabalhadores e dos sindicatos em momentos anteriores a greve de 1984. Partindo da hipótese de uma construção não linear, com momentos de

avanços e retrocessos das instâncias de representação dos trabalhadores, a autora evidencia a relação entre a CONTAG, a FETAG/RJ e o STRC com representantes sindicais campistas assumindo a diretoria da federação. Este estudo é utilizado para compreender quais posições e onde as instituições e seus porta-vozes estavam localizados em momentos anteriores à greve.

Uma das principais obras para realização deste trabalho é Ribeiro (1987), citada ao longo de todo o processo. A autora analisa a atuação e luta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos – STRC, compreendendo que suas definições de luta pelos direitos perpassam e enfatizam a forma legalista. O importante levantamento documental e entrevistas realizadas com líderes sindicais, bem como os processos e dissídios encaminhados e analisados por Ribeiro (1987), são pontos de partida para contextualização do cenário sucroalcooleiro campista. Desta obra, destacamos, também, as indicações bibliográficas e relatórios de pesquisa produzidos por representações sindicais e órgãos do governo, cujas contribuições são indelévels para comparação e investigação.

O diálogo com Imamoto & Costa (2015) ocorre pela compreensão das autoras da arena de disputa presente entre as classes e as organizações político-sindical. Os embates entre os trabalhadores assalariados canavieiros e os Usineiros da região no período (1964-1985) analisado por elas, contribuíram para dar visibilidade à violação dos direitos, que segundo elas contribuem “para a formação políticas dos trabalhadores como classe” (IAMAMOTO & COSTA, 2015, p. 620). Ressaltam a esfera jurídica como local de defesa dos direitos, orientada e assessorada por dirigentes sindicais, advogados e intelectuais, cujas atuações contribuem para estratégia de defesa e ação dos canavieiros.

Para compreensão das reivindicações da greve e do porque o movimento ocorre é necessário contextualizar ao leitor as condições de vida e trabalho dos canavieiros. Portanto, esse aspecto de entendimento do seu dia-a-dia, de sua rotina, alimentação, salário e relações com os patrões perpassa todo o trabalho. Essas argumentações são

influenciadas pelas produções de Delma Pessanha Neves (1981²⁶, 1989²⁷, 2004²⁸...) devido ao amplo conhecimento compartilhado acerca da trajetória dos trabalhadores e dos processos de acumulação e dominação dos usineiros²⁹.

Assim sendo, ao analisar as circunstâncias das reproduções de vida e trabalho, faz-se necessário refletir sobre a dominação e a exploração, elementos constitutivos das relações entre patrões e empregados. Portanto, servimo-nos das reflexões de autores como Scott (2000; 2002), Moore (1987) e Guanais (2010; 2018).

Ao considerar as formas de resistência dos dominados frente às explorações, de Scott (2000; 2002) aproveitamos as reflexões sobre as etiquetas do poder, as práticas de humilhação e exploração produzidas nas relações entre as classes, bem como o papel público assumido pela elite para manifestar e garantir seu poder, os conceitos de discurso público; a infrapolítica dos grupos subordinados através de pequenas resistências cotidianas como contos, fofocas³⁰, cochichos, deboche, canções, tendo em mente a fluidez das relações e à atenção aos mecanismos de “pequenos poderes” mobilizados pelos subordinados.

As greves são momentos importantes para compreensão dos limites e das lógicas de exploração, principalmente pela reação dos dominados. Entretanto, não são exclusivas. As resistências cotidianas, que não são realizadas através das grandes revoltas e da pressão política legal, também compõem o cenário de transformação social. Scott (2011)

²⁶ Seu trabalho *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana – Estudos das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*, publicado em 1981, é o ponto de partida de nossas reflexões sobre a subordinação dos produtores de cana e dos trabalhadores frente aos usineiros no processo de expansão das atividades industriais. Nesta obra, Neves (1981), reflete sobre os processos de subordinação e rearticulação dos pequenos e médios produtores, analisando como as transformações causam a eliminação da unidade de produção familiar e aumentam a expropriação do trabalho excedente desses grupos.

²⁷ Do estudo *Por Trás dos Verdes Canaviais – Estudo das condições sociais de constituição e das formas de encaminhamento dos conflitos entre trabalhadores rurais e usineiro*, publicado em 1989, evidenciamos os contratos presentes entre os trabalhadores do corte da cana. Neves (1989) nesta obra revela os mecanismos de poder e dominação aos quais estão submetidos os canavieiros, variantes conforme o contrato de trabalho e como essas questões eram encaminhadas à justiça do trabalho. Consideramos esse pequeno livro como o elemento mais importante para compreensão do universo das usinas e das dominações, onde a autora aborda as reivindicações dos trabalhadores como roubo na balança, roubo de salário, pagamentos atrasados.

²⁸ Em *Do Imbé, Novos Horizontes – Processo de construção de um assentamento rural*, as análises de Neves (2004) são direcionadas para o processo de assentamento da Usina Novo Horizonte após o processo de falência no final dos anos 80. Utilizamos suas entrevistas como fontes, onde percebemos a relação entre as memórias e os acontecimentos, servindo para analisar a greve dos trabalhadores. As entrevistas expõem as condições de vida e a trajetória de diversos canavieiros, demonstrando, também, os processos de venda das fazendas particulares para membros das famílias dos usineiros.

²⁹ Ademais, Neves (1981) orienta sobre a produção de cana e os ciclos produtivos do açúcar, suas etapas de produção como plantação, limpas, colheitas e os recursos necessários para a realização do processo.

³⁰ Sobre o papel que as fofocas possuem para formação das crenças e identidades de uma comunidade, conferir Elias & Scotson, 2000, cap. 7.

atenta-nos que para falar da história ou de uma teoria política camponesa é necessário compreender os movimentos diários e documentá-los.

Assim sendo, os pequenos atos, ocultos nas grandes manchetes jornalísticas, podem influenciar o pesquisador a ignorá-los em sua relevância, perdendo uma longevidade de resistências individuais que compõem um quadro geral de oposição aos dominantes. Sua teoria é percebida e aplicada ao analisar o pós-greve, com pequenas paralisações nas usinas locais que não atenderam ao acordo assinado, analisado no último capítulo.

Para refletir os aspectos condicionantes da dominação, bem como a possibilidade ou impossibilidade de reação dos grupos dominados sobre determinados contextos, dialogamos com Moore (1987), dada as vastas contextualizações realizadas pelo mesmo, em diversos períodos da história, sobre exemplos que geram a ira moral, o sentido de injustiça e como os mecanismos psicológicos e sociais podem inibir ou exacerbar revoltas, raiva e manifestações de descontentamento. As questões do autor, mencionadas anteriormente, sobre o que leva os indivíduos a aceitarem ou rejeitarem suas posições de explorados são teoricamente valiosas para pensar as ligações entre padrões e empregados.

No capítulo dois exponho que a situação dos trabalhadores é agravada pela forma de pagamento comum nas usinas de todo o país, no passado e no presente: o pagamento por produção. Essa modalidade de remuneração, estudada por Guanais (2000; 2018), está na base das relações de acumulação do capital pelos patrões, e serve como engrenagem para manter a subsistência em níveis mínimos, mantendo os trabalhadores presos à empresa dada a ausência de oportunidades, ao mesmo tempo em que seu trabalho é expropriado e sua saúde degradada. Os estudos dela, apontam ainda, a atualidade das reflexões propostas por Marx acerca do salário por peça, das técnicas de exploração da mão de obra, o controle, etc.

Isto posto, além de expor o cenário de subjugação dos trabalhadores, compreendo como indispensável o estudo sobre a posição, *habitus*³¹ e percepção de mundo dos usineiros. O entendimento de suas práticas, codificações e regras aplicadas para

³¹ Habitus, de acordo com Bourdieu (2004), são sistemas de disposições para as práticas, algo que é fluido e espontâneo, inerente às lógicas e as práticas dos acontecimentos. Diz o autor que: "O habitus, como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (neste caso, a sanção associada a uma determinada transgressão), é porque o habitus faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias" (BOURDIEU, 2004, p. 98).

manterem-se no poder apresenta-se como fértil terreno para contextualização. A atuação da classe patronal, por consequência, possui sentido devido às estratégias de ofensiva frente aos avanços das lutas dos trabalhadores.

Na década de 1980, ocorre, igualmente, uma mobilização dos usineiros e de seus respectivos sindicatos, inseridos em contextos de reordenação do discurso sobre a propriedade e a empresa agroindustrial³². Demonstramos o receio da classe patronal com a expansão de movimentos e paralisações inspiradas em Guariba. Essa hipótese pode ser comprovada a partir de reportagens encontradas no jornal e na bibliografia estudada.

Outras produções acadêmicas auxiliaram na construção teórica dessa pesquisa, principalmente aquelas ligadas à história de resistência dos trabalhadores rurais, como é o caso do estudo de Medeiros (1995), Sigaud (1978) e Soares (2021). Essas pesquisas possuem em comum o objetivo de tecer fios condutores que desmistificam a pacificidade dos trabalhadores frente à dominação e opressão simbólica, física e econômica ao longo da vida.

Metodologia

Em concordância ao que foi discutido, o objetivo desta dissertação é compreender, analisar e reconstruir o movimento grevista de 1984. Questiona-se quais eram os objetivos da greve, como ocorre sua mobilização, seu planejamento, execução e finalização. Interessa-nos refletir sobre os agentes participantes, as entidades mobilizadas, os discursos e justificativas presentes no movimento, tanto pelo ponto de vista dos trabalhadores quanto pelos usineiros e seus porta-vozes.

Outro objetivo central é responder quais eram as condições de vida e trabalho no contexto da mobilização. Logo, refletimos sobre o exercício do trabalho, a qualidade do transporte, as modalidades de contratação, os formatos de pagamento, as críticas feitas pelos trabalhadores aos patrões, formal ou informalmente. Relativizar, indagar e entender o dia a dia desses trabalhadores, seus desejos, indignações, sonhos e estratégias de transformação auxilia no entendimento das demandas durante a paralisação, como o fim

³² Logo, dialogamos com Bruno (2002), cuja pesquisa aponta a reafirmação das identidades da classe patronal, somadas a uma nova linguagem. De acordo com a autora, nos anos 1980, mesmo com uma modernização da agricultura incompleta, o elemento da produtividade e da tecnologia passam a ser incorporados ao discurso. A agroindústria e por consequência a adesão do caráter empresarial da propriedade da terra aglutinam-se às tradições dessa classe.

das empreiteiras, recibo de pagamentos, transporte, pagamento em dinheiro, respeito à dignidade, etc.

Para auxiliar no processo de compreensão e contextualização dos objetivos acima, recorreremos aos jornais³³. A escolha do jornal enquanto fonte de pesquisa não é acidental. É uma atividade consciente de compreensão de que através deles, costumes, valores, tradições e opiniões de uma sociedade são expressos, e as intervenções dos editores influenciam na construção daquela realidade. Nesta pesquisa, descartamos a hipótese de neutralidade em qualquer material ou documento analisado, pois as intervenções e manipulações por parte de quem os produzem já consistem em uma operação de objetividade. Essas concepções orientam o trabalho metodológico de análise.

Dessa forma, ao examinar as informações das reportagens sobre a greve de 1984 reforço a necessidade de relativizá-las, bem como contextualizá-las, quando necessário. Busco prioritariamente estabelecer vínculos, conexões, produzir hipóteses e afirmações, bem como relacionar eventos e narrativas, evitando afirmações que parecem um fim. Logo, indago o pré-construído, o naturalizado, o considerado “normal” e “comum”, atentando-me para não caracterizar como “inculto” ou “insuficiente” os saberes, práticas e valores presentes no senso comum.

A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural. A ruptura é, com efeito, uma conversão do olhar e pode-se dizer do ensino da pesquisa em sociologia que ele deve em primeiro lugar <<dar novos olhos>> como dizem por vezes os filósofos iniciáticos. Trata-se de produzir, senão <<um homem novo>>, pelo menos, <<um novo olhar>>, um olhar sociológico. E isso não é possível sem uma verdadeira conversão, uma metanoia, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social (BOURDIEU, 1989, p. 49).

Impossibilitado de ir a campo realizar entrevistas, dada às condições da pandemia de COVID-19, como fontes complementares manuseamos entrevistas realizadas por outros pesquisadores presentes nas bibliografias, considerando, principalmente, os

³³ A compreensão do jornal como fonte de pesquisa modificou-se no final da década de 1960, ocasionado pelas produções da terceira geração da Escola dos Annales, cujas reflexões sobre as fontes históricas, seus limites e potencialidades modificaram estruturalmente o campo científico. A partir daquele momento foram elencados novos objetos de estudos - tais como obras literárias, imagens, testamentos, diários, trajetórias de vida - em especial para os historiadores, ainda muito restritos quanto às possibilidades desses documentos, privilegiando os “documentos oficiais”. Legítimos objetos de análise dos movimentos sociais, entre os anos 1970 e 1990 consolida-se nos círculos acadêmicos, principalmente pelos estudos da História do Movimento Operário (LUCA, 2008). A partir disso, novas interpretações sobre o caráter da imprensa foram traçadas, deixando de considerá-la meramente como empresarial, legitimando, também, a pequena imprensa militante, sem tiragens de números específicos, com recursos dos próprios redatores para sobrevivência, onde eram anunciadas as greves, as paralisações, as condições de exploração entre patrões e empregados, etc.

aspectos relacionados à exploração e dominação das condições de trabalho, sem omitir que os objetivos no momento das entrevistas eram outros. Portanto, tenho em conta que entrevistas científicas também são relações sociais de poder que exercem efeitos sobre os pesquisados.

A análise das interpretações do jornal sobre a greve – bem como seu posicionamento, omissão e destaque frente aos acontecimentos – só pôde ser realizada nesta pesquisa ao comparar outros conjuntos de representações e atores envolvidos, dentre elas: entrevistas, produção acadêmica sobre a temática, livros de memórias, biografias, etc.

Bourdieu (1989, p.32) indica a necessidade do pesquisador, ao construir um objeto, ter perante os fatos uma postura ativa e reflexiva, interrogando sistematicamente o caso particular, colocando-o à prova. Ainda conforme o autor, a primeira tarefa do cientista social é transformar seu olhar, romper com as visões do senso-comum, com o pré-construído, com tudo o que na ordem social se apresenta como natural, normal, instituído.

Por isso, visando a contextualização do episódio, cujas influências de partidos, líderes políticos, sindicatos e órgãos do governo fazem-se presente, utilizei para fins comparativos entrevistas, comunicações, panfletos de greves e depoimentos de organizações patronais e sindicais. Através da repetição e aproximação de informações semelhantes no mesmo contexto pude questionar, verificar e compreender os fatos. Portanto, ao considerar outros conjuntos representativos sobre o mesmo evento – que também são outras interpretações e outras leituras – ampliamos nossa capacidade de pensar e entender como as mobilizações e os sujeitos participantes agiram. Ademais, ao ponderar outras versões sobre a greve, delimitamos os objetivos, as omissões e os destaques.

Partimos da hipótese que os interesses desses três atores (usineiros, trabalhadores e mídia impressa) são conflituosos e desiguais. Dessa forma, usineiros e trabalhadores podem utilizar-se dos meios de comunicação para criar narrativas e visões de mundo, na mesma medida que o jornal pode delas utilizar-se para reafirmar seus valores, construir novas interpretações sobre os fatos, ocultar e/ou evidenciar tensões, medos, paixões, afetos e desafetos.

Evidentemente, são posições no campo político com diferentes acessos e possibilidades, mas que devem ser consideradas para compreensão do cenário. Ao dizer que os trabalhadores podem utilizar do jornal para denunciar ou noticiar algo, não estamos

afirmando a existência de um poder ou capacidade de controle deste, mas ressaltando como os jogos políticos são conflituosos, ambíguos e por vezes contraditórios. Isso é, podem ser entrevistados, podem publicizar questões, pagar por matérias e/ou até serem aceitos, mas essas operações não configurarão capacidade de poder sobre a imprensa.

A argumentação é demonstrada através dos contrapontos das entrevistas concedidas nos momentos de paralisação. A elite sucroalcooleira justificando a crise do setor e a impossibilidade de melhores pagamentos, ao passo em que os pobres denunciavam a miséria e o descaso frente à fome, atraso de salários e recusa ao reconhecimento de sua dignidade.

Os trabalhadores do corte da cana estavam circunscritos ao espaço da usina e das fazendas, também consideradas um campo, onde as relações de poder e dominação são mutáveis e fluidas, apesar de reconhecermos os limites nestas dinâmicas. São mutáveis no sentido de ninguém ser detentor absoluto do poder, todos, em menor ou maior grau, podem vir a exercê-lo, e são fluídas por apresentarem diferentes aspectos, características e graus, a depender da posição que o agente se encontra no campo. Um exemplo disso é o operário assalariado, que é dominado no trabalho, mas na esfera privada exerce a função de dominante sobre a família. Determina as regras, dita comportamentos e limita as ações dos demais membros.

Considerando-as dessa forma, à luz das reflexões de Bourdieu (1992), percebemos como eram estabelecidas e organizadas as interações entre os pólos patrão-empregados, analisadas no capítulo dois. De um lado, o usineiro e sua administração, de outro, os trabalhadores das fábricas e dos canaviais.

No contato cotidiano entre esses sujeitos, os capitais e interesses específicos de cada um mobilizam-se estruturados por relações de forças assimétricas e desiguais, influenciando sobre esses pólos, ainda, forças externas das instituições, como o Instituto do Açúcar e do Alcool, sindicatos patronais e dos trabalhadores.

Existe, ainda, a contradição interna dos interesses individuais frente à coletividade. Dentro do movimento sindical, os interesses entre sindicalistas e trabalhadores podem ser distintos; o interesse entre trabalhadores fabris e da lavoura também podem ser conflituosos e/ou opostos; dentro do sindicato patronal podem influir correntes distintas, com vistas a favorecer seu próprio capital, entre outros exemplos. São, portanto, relações dinâmicas e quase sempre pautadas pelo conflito e tensão entre interesses coletivos e individuais.

Retomando, as usinas, assim como eram espaços de reprodução e criação de práticas sociais de controle, também eram locais de resistência, onde os acordos, as alianças e o descontentamento frente aos patrões eram construídos. Os canaviais foram locais de informação e articulação do movimento sindical, conforme analisaremos. Era o espaço do trabalho, assim como esconderijo para assembleias e reuniões secretas, longe dos ouvidos dos patrões e seus “jagunços”.

Essas reflexões e práticas teórico-metodológicas auxiliaram a estabelecer questões objetivas respondidas ao longo da pesquisa, direta ou indiretamente, como: a) quem eram os representantes (porta-vozes) dos trabalhadores e dos usineiros?; b) como o movimento é construído?; c) quem coordenou e orientou os trabalhadores e os Sindicatos nos momentos de conflito?; d) como ocorre o início, desenrolar e finalização da greve?; e) quais cláusulas foram atendidas?; f) quais as consequências após o fim do movimento?; g) quais diferenças entre Guariba, Pernambuco e Campos?, entre outras questões.

As reportagens foram catalogadas através do Acervo Digital da Biblioteca Nacional³⁴ e dos acervos virtuais dos jornais O Globo³⁵, O Estado de São Paulo³⁶ e Folha de São Paulo³⁷. Nesse levantamento, foram registradas cerca de 150 reportagens do período de (1980 a 1987). Optei por agregar matérias com as seguintes temáticas: reivindicações dos trabalhadores, situações de fome e miséria, atraso de salários, produção e declínio das usinas, projetos de irrigação e investimento, auxílio de órgãos como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), greves, paralisações e piquetes.

As reportagens foram recolhidas através de três maneiras: a primeira por palavras chaves envolvendo o nome das 17 usinas citadas na introdução, a segunda através dos termos “Campos (sucursal)”, “bóia-fria”; “bóias-frias”; “usineiro”; “greve”; “canavieiros”; e a terceira através da procura manual das reportagens no período da greve para garantir que não houvesse reportagens fora das palavras-chaves selecionadas acima.

Para fins de organização, criou-se uma planilha em Excel, cujas matérias foram dispostas através da seguinte ordem: Descritores (os termos empregados acima), data da publicação – nome do jornal – edição – página – título. Essa metodologia auxiliou na leitura e análise das reportagens, além de organizar o material empírico.

³⁴ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>, acesso em 29 de novembro de 2021.

³⁵ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>, acesso em 29 de novembro de 2021.

³⁶ Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>, acesso em 29 de novembro de 2021.

³⁷ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>, acesso em 29 de novembro de 2021.

Estrutura da dissertação

No primeiro capítulo deste trabalho, denuncio as condições de violência e repressão nos anos 1970 e 1980, que impediram durante a ditadura civil-militar oposições diretas, greves e paralisações. Início o capítulo apontando ao leitor as razões pelas quais os canavieiros e outras categorias priorizaram as lutas na esfera jurídica, cujo cenário de torturas, repressão, assassinatos e violências tornavam-se desfavoráveis a organização e mobilização. Tenho o Brasil como panorama, mas abordo elementos ligados ao universo campista.

Ainda neste capítulo, contextualizo as lutas dos trabalhadores rurais e urbanos ao longo dos anos 1970 e 1980, para demonstrar como os movimentos que influenciaram a greve de 1984 se constituíram, quais suas demandas, vitórias e derrotas. Portanto, são discutidas as Greves do ABCD Paulista, em maio de 1978, a greve de Pernambuco, em outubro de 1979 e de Guariba, em maio de 1984.

O objetivo de relacionar as lutas dos trabalhadores é inserir Campos em um movimento de mobilização nacional. Portanto, a greve de 1984 não surge desligada do cenário político, ela insere-se numa estrutura de sindicalismo associada à CONTAG, com apoio político e inspirada nas lutas de outros estados.

No segundo capítulo, *Trabalho e trabalhadores da agroindústria canavieira em Campos dos Goytacazes (1980-1989)*, contextualizo e evidencio as condições de vida, trabalho e moradia nas usinas e fazendas de plantadores de cana. Nesse capítulo são abordados os contratos de trabalho, as denúncias de exploração, roubo, trabalho clandestino, miséria e dominação. Visei reconstruir, diante das possibilidades e das fontes disponíveis, como eram as rotinas nos canaviais campistas, comparando-as a outros estados.

No terceiro capítulo, *A greve de 1984: Luta, ação e poder*, reconstruo os momentos anteriores à greve campista, evidenciando como o movimento foi construído nas estratégias do sindicalismo rural da CONTAG e FETAG/RJ, quais elementos foram adotados para deflagração da greve, as alianças e oposições presentes até a assembleia de decretação. Analiso, ainda, os discursos da classe patronal referente aos trabalhadores, baseado no Dissídio Coletivo de 1981, detalhadamente presenciado e transcrito por Ribeiro (1987). Esse momento auxilia o entendimento da visão de mundo dos usineiros, pautado no direito absoluto da propriedade, no mando e na animalização dos trabalhadores rurais.

Por fim, analiso “a greve por ela mesma”. Demonstro o passo a passo da mobilização, as estratégias empregadas para paralisar as atividades, as articulações durante os dias, as etapas de negociação, os impasses, conquistas e os resultados finais. Indico quais os desafios foram enfrentados após a vitória do movimento, elencando novas atitudes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC) frente às novas realidades.

CAPÍTULO 1: Repressão, conflito e resistências: Lutas por direitos no campo e na cidade (1970-1989).

O final da década de 1970 e os anos 1980 foram marcados pela retomada da mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos. Ao longo de todo país explodiram manifestações, greves e paralisações enquanto a ditadura civil-militar ainda perdurava e diversas lutas efervesciam, como a luta pela anistia, a volta dos exilados, a resistência Universitária e das mulheres, etc. Por isso, o objetivo desse capítulo é analisar o ciclo de greve do final da década de 70, iniciado no ABCD Paulista pelos operários industriais e que logo se expandiu para outros setores, especialmente o sucroalcooleiro no Nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro. Compreender a dimensão espaço-temporal dessas lutas, bem como as questões, reivindicações e o papel das entidades representativas das classes permitirá compreender e analisar de modo mais conciso a greve dos canavieiros campistas em 1984. Partimos do pressuposto, portanto, de que a greve de Campos dos Goytacazes utilizou experiências anteriores – como Pernambuco (1979) e Guariba (1984) para somar forças à sua luta.

Assim como no ABCD Paulista e Guariba, Campos realizou uma greve fora da lei. Para compreensão do significado dessa afirmação, faz-se necessário compreender, antes de iniciar as argumentações, quais eram as exigências dos militares para realização de uma greve “legal”, descumpridas pelos trabalhadores em 1979 e 1984. A Lei De Greve é regulada pelo nº 4.330, de 1º de junho de 1964, na forma do artigo 158 da Constituição Federal.

No artigo 2º, autorizava-se a suspensão coletiva temporária da prestação de serviços mediante decreto da assembleia geral da entidade sindical da categoria, cujas reivindicações precisavam ser previamente enviadas por escrito aos empregadores. Para decretação do direito da greve, a assembleia geral deveria contar com 2/3 dos associados na primeira convocação, e 1/3 na segunda, resolvida através do voto secreto e pela maioria³⁸. O intervalo entre a primeira e a segunda deveriam ser de no mínimo dois dias.

³⁸ “Art 5º - O exercício do direito de greve deverá ser autorizado por decisão da assembleia geral da entidade sindical, que representar a categoria profissional dos associados, por 2/3 (dois terços) em primeira convocação, e, por 1/3 (um terço), em segunda convocação, em escrutínio secreto e por maioria de votos” (BRASIL, 1964).

Já para os sindicatos com mais de 5.000 profissionais, a segunda convocação deveria contar com quórum de 1/8 dos associados³⁹.

As dificuldades em prosseguir com a greve iniciavam-se com a improbabilidade de reunir 2/3 dos associados na primeira assembleia, principalmente pois durante o período da ditadura os Sindicatos sofreram intervenção e líderes e associados eram perseguidos, presos e torturados arbitrariamente. Havia uma resistência na participação e filiação, inclusive pelas notícias de violência vindas de outras regiões.

A lei exigia, através do Artº 6 §1, que para Assembleia Geral, convocada pela Diretoria do Sindicato, devia-se publicar em jornais locais com antecedência mínima de 10 dias, contendo o lugar, hora e dia e quais seriam as discussões e deliberações. A aprovação das decisões deveria ser feita em cédulas escritas “sim” ou “não”, na presença de um membro do Ministério Público do Trabalho, designado pelo Procurador Geral do Trabalho ou Procuradores Regionais⁴⁰.

Difícilmente, sob pressão dos patrões e coações, os trabalhadores mantinham-se organizados ao longo de dez dias, e após esse prazo, mais cinco, aguardando a resposta da classe patronal às exigências⁴¹. O próprio requisito da presença do membro do MP dificultava a organização, pois caso os interesses destes fossem compatíveis aos dos usineiros, seriam adiadas infinitas vezes a data do encontro.

Demais estratégias para impedir a paralisação foram aprovadas pela lei, como o dever das autoridades de garantir livre acesso ao local de trabalho aos que não aderissem à paralisação. Esse artigo, especialmente na agroindústria canavieira foi utilizado pelos usineiros para chantagear os canavieiros. Os patrões, visando burlar os piquetes e paralisações dos caminhões de turma (responsáveis pelo transporte até o eito), imediatamente recrutavam em regiões vizinhas um contingente temporário, oferecendo salários superiores à média. Dessa maneira, garantiam a continuidade do corte da cana e criavam nos paredistas o medo de demissão ou substituição de postos de trabalho.

³⁹ “§3º O quórum de votação será de 1/8 (um oitavo) dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que representem mais de 5.000 (cinco mil) profissionais da respectiva categoria” (BRASIL, 1964).

⁴⁰ “Art 6º - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria da entidade sindical interessada, com a publicação de editais nos jornais do local da situação da empresa, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias. § 1º O edital de convocação conterá:

a) indicação de local, dia e hora para a realização da Assembleia Geral.

b) designação da ordem do dia, que será exclusivamente destinada à discussão das reivindicações e deliberação sobre o movimento grevista.

§ 2º As decisões da Assembleia Geral serão adotadas com a utilização das cédulas ‘sim’ e ‘não’” (BRASIL, 1964).

⁴¹ Para as atividades fundamentais e acessórias, caso a greve fosse motivada pela falta de pagamento, havia ainda a necessidade do cumprimento do pré-aviso de 72 horas para a deflagração.

Um dos instrumentos mais contraditórios para determinação da ilegalidade da greve encontrava-se no capítulo VI, parágrafo III, que dizia: "Se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessem, direta ou indiretamente, à categoria profissional" (BRASIL, 1964).

Após o golpe os militares utilizaram diversos mecanismos de acusação, baseadas na Lei de Segurança Nacional, criminando de "comunista", "terrorista" ou "subversivo" qualquer cidadão sem necessidade de prova concreta ou julgamento. Numa greve, momento de conflito de classes com maior visibilidade e repercussão, facilmente esse argumento poderia ser utilizado para prender líderes sindicais, sob motivação de ameaça ao país ou por desarticular a "harmonia entre as classes".

Portanto, foi uma lei de greve criada para impedir a realização por sua estrutura burocrática ou pelas contradições do texto. Não se pode esquecer o momento de censura e repressão no qual fora decretada, tornando-se, na verdade, uma lei "antigreve". Nela esteve contida todos os empecilhos necessários para manter os trabalhadores desmobilizados e acatando às ordens e humilhações da classe patronal.

Evidentemente, quando a fome, a indignação e o sentimento de injustiça não puderam ser controlados, os trabalhadores implodiram o "passo a passo" para a greve, avançando diretamente para paralisações e a tomada dos direitos na marra. Em Pernambuco, conforme será discutido, as etapas foram fielmente cumpridas por ocasião do longo e exaustivo processo de mobilização e organização. Já no ABCD, Guariba e Campos, os trabalhadores decidem, "no podão", enfrentar os patrões e os militares, e só após o reconhecimento da legalidade das pautas, sentaram-se à mesa de negociação; não tanto para pedir, mas para exigir e reivindicar.

Elaborada essa explicação e tendo em mente os obstáculos vividos pelas classes trabalhadoras no período, informo ao leitor como o capítulo será conduzido.

O texto a seguir divide-se em quatro tópicos: Primeiramente analiso as estratégias de repressão utilizadas pela ditadura civil-militar (1964–1985) para perseguir, silenciar e torturar trabalhadores ligados à movimentos sindicais e sociais, com objetivo de demonstrar quais riscos estavam sofrendo durante o ciclo grevista e as formas empregadas para manter a luta viva, apesar das adversidades. Segundamente, demonstro brevemente a primeira grande greve nacional do período, em 1978, no ABCD Paulista, procurando elencar alguns aspectos teóricos capazes de auxiliar a compreensão do movimento campista e dos demais.

No terceiro momento, discuto a greve dos canavieiros de Pernambuco, que, no que lhe concerne, fomentou a mobilização dos trabalhadores rurais no restante do país, levando à quarta análise: a greve de Guariba (SP), em 1984. A greve paulista antecipa o movimento ocorrido em Campos, influenciando-o diretamente, portanto, merece ser analisado. Ao longo do texto, as referências à presença da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (FETAG/RJ) e a Confederação dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), serão constantes, por serem responsáveis pelo auxílio, orientação e promoção da luta pelos direitos no campo, prestando assessoria jurídica, econômica e social aos trabalhadores em condições de exploração. No final dos anos 1970 terão um importante papel no sentido de ressignificar as lutas, conforme será discutido abaixo.

1.1– Repressão no Campo

A deposição de João Goulart e o golpe civil-militar instaurado em 1º de abril de 1964 interrompeu, dentre outros aspectos, a efervescência política dos movimentos sociais e as lutas pelas reformas de base⁴². O regime, através da perseguição política, censura, tortura, assassinatos e uso de aparatos oficiais e para-oficiais desmobilizou os sindicatos, organizações e partidos políticos, punindo todos aqueles considerados “subversivos” e inimigos do poder instituído. No campo e na cidade, prisões arbitrárias, julgamentos sem processos e violação dos direitos humanos foram uma constante ao longo dos anos de chumbo. Meu objetivo é demonstrar, através das reflexões bibliográficas, como os trabalhadores rurais foram atingidos pelo golpe. Longe de objetivar esgotar o assunto, atendo-me ao caráter violento e repressivo da ditadura, bem

⁴² De 1950 a 1964 o campo político brasileiro é marcado pela expansão dos Sindicatos, influenciados predominantemente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Igreja Católica. A difusão de ideologias e estratégias de classe para minimizar e/ou destruir as condições de exploração geram o estreitamento das relações entre Estado, proprietários rurais e empresários, com objetivos de manter o status quo e a estrutura fundiária brasileira. Com o golpe, esses laços são fortalecidos e através da violência privada da classe patronal - contando com o apoio e incentivo do Estado - promovem a desmobilização, a perseguição, assassinato e tortura de líderes sindicais e trabalhadores. Estudos como o de Carneiro e Ciocari (2010) indicam que a maior parte dos trabalhadores e lideranças assassinados no período da ditadura teve como culpados as milícias privadas dos grandes proprietários de terra. A ditadura visava não só calar esses camponeses em sua heterogeneidade de categorias, mas apagar sua identidade das lutas anteriores pelo direito à terra. O termo camponês, ao fazer menção à trajetória de reivindicação, passa a ser combatidos por militares, latifundiários e seus capangas, tamanha a dimensão da repressão. As autoras citadas acima, ao entrevistarem um ex-líder sindical de Pernambuco, relatam: “Santiago nos contava que, em Palmares (PE), os jagunços do senhor de engenho onde ele trabalhava, com vistas a humilhar os trabalhadores do campo, costumavam chamar os cães que os acompanhavam pelo termo “camponês” – tão caro aos sindicalistas daquela região do país. “Quando passavam por nós, eles se dirigiam aos cães e diziam: ‘Vem cá, Camponês!’ (CARNEIRO & CIOCCARI, 2010, p.21)”

como as estratégias empregadas pelos perseguidos para manter viva a centelha da esperança e da luta.

Após 1964, muitos sindicatos foram ocupados pelo Exército e figuras ligadas ao autoritarismo militar, principalmente na zona da mata de Pernambuco, onde 38 dos 40 STR sofreram intervenções imediatamente após o golpe (CARNEIRO & CIOCCARI, 2010, p. 23). Apesar da truculência e da intensificação da arbitrariedade, os militares não conseguiram suprimir totalmente as lutas dos trabalhadores rurais, e os Sindicatos que permaneceram sem intervenção estabeleceram suas lutas através da legislação, buscando melhorias nas condições de vida dos filiados através da exigência do cumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural.

Portanto, impedidos de manifestar o descontentamento através do confronto direto, ao longo de todo país os Sindicatos promoveram ações coletivas e individuais contra os patrões na Justiça do Trabalho, evidenciando uma nova estratégia em momentos de repressão. Para além da aplicação da força, os militares se ocupavam na construção de uma legitimidade frente à “ameaça comunista”⁴³.

Após o golpe, a construção de legislações e esferas burocráticas visou construir no Estado de exceção o caráter formal e legal, principalmente sob a alcunha da “doutrina de segurança nacional”. Um imenso aparato de vigilância, repressão e interrogatórios foi construído ao redor de órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), Divisões de Segurança e Informações (DSIs) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI-CODIS) (GOMES, 2014). Esses aparatos institucionais formais eram responsáveis pela coleta e armazenamento de informações acerca de diversos cidadãos, envolvidos ou não, em práticas políticas, movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, células religiosas, etc.

Além da dimensão tecnológica da vigilância para monitorar os “subversivos”, a construção de estruturas físicas destinadas à tortura era conhecida no horizonte dos

⁴³ Dreifuss (1981) aponta que a construção ideológica não parte apenas dos militares, mas também da elite orgânica e empresarial, articulada entorno de institutos e mídia impressa para difundir seus interesses. Segundo ele: “Preparava-se para operar em toda área da vida social visando a competir com os predominantes interesses políticos, o trabalhismo e a esquerda pelo controle do Estado. Uma vez em ação, fazia uso de todo recurso disponível, legal ou ilegal...”. Dentre as estratégias, destaca que: “Suas recomendações envolviam a ‘criação de um caos econômico e político, o fomento à insatisfação e profundo temor ao comunismo por patrões e empregados, o bloqueio de esforços da esquerda no Congresso, a organização de demonstração de massa e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário’. **As áreas alvos para a doutrinação específica e a pressão política direta eram os sindicatos, o movimento estudantil e a classe camponesa mobilizada**, as camadas sociais intermediárias e a hierarquia da Igreja, o Legislativo e as Forças Armadas” (DREIFUSS, 1981, p.230, grifos meus).

trabalhadores – e civis considerados subversivos no eixo Rio-São Paulo –, como, por exemplo, a “Casa da Morte”, localizada em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro⁴⁴. A única sobrevivente desse espaço, Inês Etienne Romeu, presa durante 96 dias (entre 5 de maio e 11 de agosto de 1971), prestou depoimento na sessão da Comissão da Verdade Nacional, expondo as barbaridades físicas e psicológicas sofridas⁴⁵.

Inês Etienne Romeu foi sequestrada aos 29 anos, no dia 05/05/1971. No dia seguinte (06), por temer não suportar as sessões de tortura, tentou suicídio. Apesar de ferida, foi atendida em hospital civil, posteriormente encaminhada ao militar e sobreviveu, tendo sido transportada à casa da morte no dia 8 de maio. Ao longo do período presa, foi torturada e liberada após simular estar “virada” (termo utilizado pelos militares para designar aqueles convertidos à causa anticomunista). Naquele momento, debilitada, pesando 32 kg, se entrega oficialmente à justiça, estratégia realizada para fugir dos torturadores, e cumpre pena por 8 anos no presídio feminino Talavera Bruce, em Bangu (OAB, 2012)⁴⁶.

Em Campos, a repressão iniciou-se no dia 06 de abril, dias após a tomada de poder, de acordo com Delso Gomes Azevedo, ex-militante do Partido Comunista de Campos. Em seu livro, *História do Partido Comunista em Campos*, relata ter se entregado para evitar traumas à família e aos sobrinhos. Seu irmão Néelson teria contactado o sogro, o comissário de polícia Élzio Ramos para arranjar a prisão. Após ter se apresentado, relata que: “Fui preso, interrogado e recolhido ao presídio, em um cubículo superlotado de presos políticos, **inclusive operários da usina Santa Cruz**, muitos deles de pés no chão, em estado deprimente” (GOMES, 2000, p. 226, grifos meus).

Interessante notar no trecho citado acima a prisão de operários das usinas logo após o golpe. Ao longo da ditadura civil-militar, os laços entre a classe patronal e o Estado

⁴⁴ “Casa da Morte foi uma estrutura criada pelo Centro de Informações do Exército (CIE), no início do ano de 1971, para atender a uma nova estratégia de intensificação do combate às organizações armadas de esquerda pela ditadura. Nessa nova etapas, o aparelho repressivo passou a contar com bases secretas e equipes especializadas na execução de uma política de extermínio e desaparecimento forçado das principais lideranças das organizações em luta aberta contra o regime ditatorial. Com a finalidade de realizar sequestros, manter centros de detenção clandestinos, preparar agentes infiltrados nas organizações de esquerda, efetuar traslados de prisioneiros, interrogatórios sob tortura, execuções extrajudiciais e ocultações de cadáveres, foram criadas equipes especializadas, diretamente subordinadas aos mais altos escalões de comando das Forças Armadas e que geralmente trabalhavam à paisana dentro e fora dos ministérios militares” (CNV, 2014, p. 5)

⁴⁵ O depoimento completo da vítima pode ser acessado em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/petropolis/relatorio_preliminar.pdf

⁴⁶ Equipe de reportagem entrevista ex-proprietários da Casa da Morte. Disponível em: <https://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100041840/equipe-de-reportagem-entrevista-ex-proprietarios-da-casa-da-morte>, acesso em 27 de setembro de 2021.

são intensificados, e o desejo de ruir os sindicatos e a representação dos trabalhadores rurais e industriais, àquela altura bem organizados, tornou-se uma oportunidade para os usineiros. O estreitamento desses laços ocorreu, dentre outras razões, pela defesa e adoção de políticas econômicas e sociais que favoreciam a modernização dos setores. Além disso, não se pode ignorar a dimensão ideológica, conforme aponta Dreyfuss (1981). A construção de explicações sobre o mundo pautada na criminalização dos movimentos dos trabalhadores, na construção de uma ameaça iminente ao país, na meritocracia, na retirada de direitos civis e políticos contribuíram para o estreitamento desses laços, pois favoreciam a manutenção da estrutura dominante.

Além disso, é possível que com a expansão da reivindicação por reforma agrária e a ocupação por posseiros da região do Imbé, em 1963, embasada pelo PCB, os usineiros temessem novas ocupações, revoltas e greves. Com o golpe, o poder de suas milícias privadas é legitimado, podendo denunciar sindicalistas por “subversão” a qualquer sinal de ameaça. De fato, isso ocorreu, conforme demonstra Gomes (2000) ao relatar as torturas sofridas por seus companheiros da região do Imbé, tendo as solas dos pés queimadas durante os interrogatórios, de modo que revelassem onde estariam as supostas armas dos ocupantes.

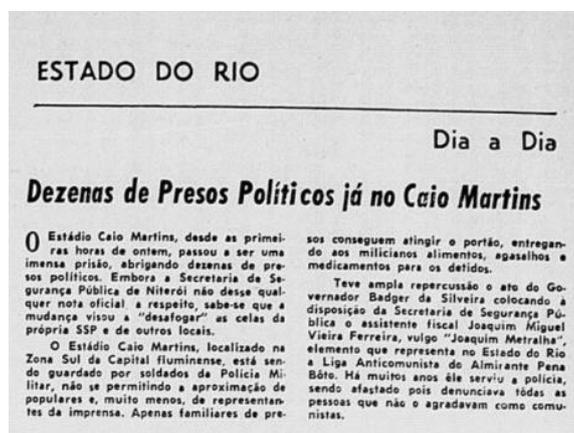
Para Gomes (2000, p. 227), “as armas só existiam na imaginação doentia dos reacionários e dos grileiros das terras do Imbé e policiais a seu serviço”. Ainda segundo o autor, após alguns dias, ele e os companheiros considerados pelos militares como “mais perigosos”, tais como: Jacy Barreto, Almirante, José e Octávio das Dores, Irineu Martins, Dr. Josival Barreto, João Carneiro e outros, foram transferidos no dia 20 de abril para Niterói, em um “ônibus especial” (GOMES, 2000, p. 227).

Chegando à cidade, foram encaminhados ao DOPS, fichados e presos em cubículos superlotados. O autor relata que: “para dormir, tínhamos que ficar agachados. No espaço para um preso existiam cinco” (*idem, ibidem*). A privação do sono era uma forma comum de tortura para debilitar o indivíduo. Ela ocorria não só nos momentos de “interrogatórios”, mas eram praticadas quando se encontravam presos em celas sem espaço para dormir, andar, fazer necessidades fisiológicas e até mesmo respirar adequadamente.

Com aumento do número de prisões sem quaisquer processos legais, baseadas na defesa da segurança nacional contra à ameaça comunista, os militares transformaram o

estádio Caio Martins, em Niterói, em prisões, ou nas palavras de Gomes (2000), “campos de concentração”. O acontecimento é noticiado pelo jornal *Última Hora*⁴⁷.

Figura 1 - Dezenas de Presos Políticos já no Caio Martins



Fonte: Jornal Última Hora (RJ), 1964.

Conforme dito acima, não só houve prisões de trabalhadores da usina, como a intervenção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Açúcar de Campos. Além disso, de acordo com Gomes (2000, p. 231) foram realizadas prisões de operários das usinas de Tocos e Sapucaia, acusados de pertencerem ao Grupo dos Onze⁴⁸, posteriormente liberados.

⁴⁷ De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, v. I, p. 309): “Especificamente, o estádio de futebol Caio Martins, situado no município de Niterói (RJ), serviu de “campo de concentração” para diversos presos políticos, já a partir de abril de 1964, tendo sido registradas no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro mais de 300 pessoas que teriam ficado detidas ali. No entanto, segundo diversos depoimentos, esse número foi superior a mil. Urbano José Cariello, delegado adjunto do DOPS, em 6 de maio de 1964, determinou ao escrivão Nilton Vieira que o acompanhasse a esse estádio para realizar diversos interrogatórios de pessoas detidas sem a devida formalização ou instauração de inquérito policial. Uma das pessoas interrogadas foi Magno da Silveira Couto, cujo termo de interrogatório consta no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Nesse documento, Magno afirmou que desconhecia as razões de sua prisão, posto não ter nenhuma ligação político-partidária. Acreditava ter sido preso simplesmente por ser filiado ao Sindicato dos Lavradores, mesmo que sem atuação formal. Foi detido quando estava na casa de seu irmão, “desfazendo” oito sacos de milho, sendo levado primeiramente ao Departamento de Ordem Política e Social, depois ao Centro de Armamento da Marinha, à detenção no estado da Guanabara e, finalmente, transferido para o Estádio Caio Martins. As declarações prestadas nos dias posteriores por outras pessoas presas no estádio foram colhidas pelo escrivão ad hoc José Augusto de Almeida, por determinação do delegado Celso Valente, no próprio “Ginásio Caio Martins”, como era igualmente designado o estádio de futebol em questão.”

⁴⁸ “Movimento também conhecido como Grupos dos Onze Companheiros, criado em fins de outubro de 1963 pelo então deputado federal Leonel Brizola, com o objetivo de lutar pela implantação das chamadas reformas de base (agrária, urbana, educacional, bancária etc.) preconizadas pelo presidente João Goulart, e pela “libertação do Brasil da espoliação internacional”. Foi desarticulado após o movimento político-militar de 31 de março de 1964”. Grupo dos Onze. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupos-dos-onze>, acesso em 01 de dezembro de 2021.

Retornando à relação entre a elite sucroalcooleira e o governo militar, exprimo que existem, ainda, mais perguntas do que respostas. Meu objetivo não consiste em explorar esse campo, mas desnaturalizar relações e através da “imaginação sociológica” (MILLS, 1982) compreender a posição dos trabalhadores e líderes sindicais no momento do golpe, e quais contextos levaram-os a considerar a esfera jurídica uma alternativa possível de luta.

Por exemplo, em 1961 a Usina Cambahyba é vendida para Hélio Ribeiro Gomes por 150 milhões de cruzeiros⁴⁹. Em 1968, o usineiro é empossado vice-governador do Rio de Janeiro, tendo como governador Geremias de Mattos Fontes, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido aliado ao governo. Por coincidência – ou não – a Usina Cambahyba foi utilizada para incinerar corpos de opositores do regime, oriundos da Casa da Morte.

Em 10 de agosto do mesmo ano, representantes da CNV, entre os quais peritos técnicos de seu núcleo pericial, acompanhados do ex-delegado Cláudio Antônio Guerra, estiveram na sede da antiga Usina Cambahyba, no município de Campos dos Goytacazes (RJ), norte fluminense. No local, Guerra afirma ter incinerado corpos de 12 presos políticos, recolhidos por ele na Casa da Morte, em Petrópolis, e também no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Ele afirma que atendia a chamados do capitão de cavalaria do Exército Freddie Perdigão Pereira e recebia os corpos diretamente da equipe do militar. (CNV, 2014, p. 802)

Segundo o depoimento fornecido por Cláudio Guerra, ex delegado do DOPS, a usina também era administrada pelo filho de Hélio Ribeiro Gomes, João Lysando Ribeiro, conhecido por “João Bala”. O filho do usineiro ano de 1974 testemunhou a execução do tenente do Exército Odilon Carlos de Souza (CNV, 2014, p. 802). A relação da família do usineiro com os militares também é indicada quando afirma que João teria um corpo no carro e precisava de ajuda.

No Espírito Santo eu estou sugerindo ouvir umas duas pessoas, tem um que ia no (ininteligível) Zero comigo com o carro dele buscar explosivos, quando nós viemos para (ininteligível) de São Paulo, o jornal, foi eu que montei toda a operação, levei o carro, o carro foi lá do Espírito Santo, montando no Espírito Santo. Essa pessoa está disposta a falar também, Charles Lisboa, ele confirma a história que buscava explosivo na (ininteligível) Zero comigo e tem uma, até foi minha ex companheira, chama Célia, ela estava comigo em Campos quando o Coronel Perdigão, isso já em 81, chegou com um corpo, nós estávamos em uma festa de aniversário na casa do João (ininteligível) que é o filho do dono da usina, ele chegou dizendo que estava com um corpo no carro e que precisava (ininteligível), então ela o viu, só que ela achou que nós tínhamos que armar o

⁴⁹ *O Fluminense*: Vendida a Usina Cambaiba de Campos, 23 de março de 1961.

corpo no canavial, ela fala: “Ah, isso é para cavar um corpo no canavial (CNV, 2012, p. 17)⁵⁰.”

As fontes indicam a intensificação contínua da repressão na região açucareira de Campos, com o Inquéritos Policiais Militares (IPMs) reforçando a investigação e perseguição de civis. De acordo com Gomes (2000, p. 239), “segundo o jornal A Notícia, de Campos, eram ouvidos cerca de sete depoimentos por dia; por aí tira-se uma conclusão do número de pessoas que depuseram no IPM de Campos”.

Essas relações servem para compreender as razões pelas quais durante esse período os Sindicatos adotam uma postura legalista e priorizam a justiça do trabalho. Os trabalhadores naquele momento provavelmente possuíam consciência do que significava ser acusado pela ditadura e as atrocidades cometidas “em nome da pátria”. Para os militares, outrora, a tortura não era utilizada apenas para punição, mas como estratégia para obter informações sobre os movimentos de oposição, seus militantes e estruturas. Utilizavam-na como um método de interrogatório, com técnicas, estratégias e aprimoramento, fazendo cursos em outros países e testando-as aqui. Gomes (2014) nos indica que “ao contrário do que se imagina a prática da tortura não é perpetrada por um sádico, louco, mas por um técnico comprometido com o sucesso da dor infligida ao outro” (GOMES, 2014, p.7).

Apesar das condições de repressão citada acima, os trabalhadores lutaram e se movimentaram pelo que consideravam correto durante a ditadura. Diversas estratégias empregadas reforçam a existência da luta de classes no campo. Uma delas é o acesso à Justiça do Trabalho. Naquele momento, com o emparelhamento da estrutura burocrática e jurídica concentrada nas mãos dos militares e seus aliados, levar questões de cunho trabalhistas e reivindicar o cumprimento da legislação vigente, especificamente o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) – aprovado em 1963 –, significava denunciar o pacto conservador estabelecido entre o Estado e a classe patronal. Este, consistia na expansão do latifúndio e a modernização das propriedades agrícolas através da exclusão de camadas como posseiros, meeiros, foreiros e a superexploração do trabalhador assalariado, especialmente da cana-de-açúcar.

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) começou a ser debatido em 1956, idealizado por Fernando Ferrari, uma das lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro

⁵⁰Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/ap_Claudio_Antonio_Guerra_25.06.2012.pdf, acesso em 27 de setembro de 2021.

(PTB) (SOARES, 2015), tornando-se lei em 1963, um ano antes do golpe. Regulamentado pela Lei n.º 4.214 de 2 de março de 1963⁵¹, regularizava e descrevia os contratos de trabalho, obrigava o registro em carteira de trabalho, pagamento de salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias remuneradas, proteção à mulher durante o período gestacional, dentre outras medidas.

Durante a ditadura, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – inclusive o de Campos – podem tê-lo utilizado para burlar o estigma ou acusações de associação ao comunismo, destacando seu caráter legal. Por isso, no cenário de desequilíbrio entre os poderes, solicitar por meio da esfera legal o cumprimento das medidas aprovadas pelo próprio Estado significava reconhecê-lo como agente mediador pelas relações entre capital-trabalho.

Para Silva (2013, p.35), “a reivindicação pelo cumprimento da legislação era a estratégia sindical rural de se fazer a luta, mas também era uma forma de reerguer os sindicatos e de mantê-los enquanto entidades representativas dos trabalhadores rurais”. Além disso, diante do contexto de intervenção no sistema sindical rural, prisões dos direitos e de agentes políticos ligados aos trabalhadores, “o ‘ritual legal’ como *habitus* político da prática sindical criava uma cultura sindical com sentido para as altas direções da estrutura, muito embora tais rituais não impedissem a autonomia das lideranças de base” (*idem, ibidem*).

O STRC, ao ingressar com ações individuais ou coletivas contra o patrão, salvaguardava-se da prisão e tortura arbitrária, recorrendo a opções viáveis. Conforme a abertura do regime surgiu no horizonte, as lutas diretas por todo o país são evidenciadas e a Justiça do Trabalho deixa de ser a única possibilidade. Provavelmente os sindicalistas percebiam e opunham-se à tendência da justiça no favorecimento dos usineiros nos processos, sendo muitos juízes representantes legítimos da classe patronal, empenhados no desfavorecimento da classe assalariada rural.

Evidentemente, a resistência dos usineiros à submissão das relações capital-trabalho ao campo da regulamentação jurídica não é exclusiva do período da Ditadura. Mesmo após o fim do regime militar, há o afrontamento direto ao direito de representação dos trabalhadores na justiça. Para os usineiros, o Estado se intrometer em relações que deveriam ser resolvidas entre patrão-funcionários é uma forma de deslegitimar o seu poder.

⁵¹ BRASIL, 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm, acesso em 28 de setembro de 2021.

O patronato campista considera que suas propriedades são em si espaços de regulamentação jurídica, onde o usineiro desempenha o papel de juiz e mediador. Assemelham-se, portanto, ao descrito por Ianni (2004, p. 62) acerca do mundo social onde estão inseridos as usinas e os canaviais, com predomínio dos usineiros. Eles são, portanto, “a figura e a figuração do que se pode e deve fazer, do que é permitido e proibido, do que se premia e se castiga. É o proprietário, dono e prefeito de tudo”.⁵² Nessa concepção, o trabalhador não deve inserir mediadores ou acionar esferas capazes de deslegitimar a autoridade absoluta, principalmente, pois não são considerados cidadãos, com pleno direito de exercício da liberdade de expressão e acesso à justiça.

Apesar de muitos sindicatos adotarem a postura legalista como forma de sobrevivência durante os períodos de arbitrariedade e repressão, no caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC), Ribeiro (1987) aponta para o aspecto pessoal do fundador do sindicato, Antônio João de Faria, declaradamente anticomunista e cuja forma de luta nas esferas legais compunham, de fato, sua forma de compreender o mundo e as resoluções para os problemas enfrentados pela classe canavieira. O sindicalista, da fundação em 1938, até o ano de 1969 constrói um tipo de orientação que preza pela defesa das leis trabalhistas, sendo o mesmo grande conhecedor e orientando os próprios advogados do sindicato em como atuar nas audiências e processos. Diz a autora:

O orgulho de Faria até hoje afirmar que sempre foi "vacinado contra o comunismo" (sic.) que tentava "aparelhar" o sindicato com gente de fora da categoria, colocando-o debaixo das ordens do partido. Afirma que sempre conduziu a luta sindical dentro do direito da lei, acreditando na justiça e "incomodando" as autoridades para quem encaminhava as demandas da categoria, na certeza de que o Estado tinha por "obrigação e dever", proteger o trabalhador (RIBEIRO, 1987, p. 252-253).

Enfim, longe de esgotar a discussão acerca das disputas e dos modos como a classe trabalhadora reivindicava o direito à justiça e condições de trabalho e moradia, importa considerar o contexto de repressão e os riscos presentes naquele momento. Pode-se atribuir, com objetivo de evitar a deslegitimação da atuação sindical, a busca por auxílio jurídico no STRC como uma posição de classe cuja prioridade é ocupar e manter-se no

⁵² Ademais, reforça que: “nas plantações e usina, colônias e escritórios, caminhos e porteiras, o usineiro aparece como a autoridade máxima, predominante, ou quase única. Tanto assim que a Prefeitura, a Delegacia, o Sindicato, a Igreja e outras instituições não operam na área da usina e seus canaviais a não ser por meio de intermediação do usineiro ou seus prepostos. Algumas relações “externas” fundamentais das pessoas, famílias e grupos que trabalham e residem nas herdades do usineiro estão sob o controle da direção da empresa. No mundo social da usina os canaviais, tudo tende a tornar-se privado, organizado segundo as exigências da reprodução do capital agroindustrial especializado na produção de açúcar e álcool” (IANNI, 2004, p. 62).

terreno da política, sempre conflituoso e desigual. Bourdieu (1989, p. 159-160), analisando o espaço social e a gênese das classes, evidencia que a própria representação política das classes dissimula um enunciado existencial, reiterando sua existência. Desse modo, o Sindicato ao falar em nome da classe – através da autoridade e da legitimidade concedida –, reafirma a existência dela e dos problemas e desafios inerentes à sua reprodução.

Em concordância com o enunciado na introdução, o objetivo dessa seção consistiu em evidenciar e demonstrar algumas estratégias de dominação praticadas pela ditadura civil-militar para reprimir greves, passeatas, manifestações e quaisquer oposições ao regime. No final dos anos 1970 as diversas práticas de tortura e a construção do aparato burocrático-institucional de vigilância não conseguiram impedir o início do ciclo grevista. A partir da greve dos metalúrgicos do ABCD Paulista, o sindicalismo rural e urbano ganha fôlego, reorganizando suas bases e exigindo a transição para o regime democrático⁵³.

As condições de vida presentes no campo naquele momento, detalhadas ao longo de toda dissertação, possuía como semelhança aos operários urbanos o desrespeito à condição de trabalhador, longas jornadas, descumprimento da legislação trabalhista, coerção e ameaças de demissões. A fim de evitar comparações desiguais e descontextualizadas, o foco da reflexão centrar-se-á nas condições de trabalho, na desumanização do indivíduo e na captura de sua subjetividade pelo capitalismo, haja visto que as condições salariais dos operários das empresas automobilísticas do ABCD Paulista eram muito superiores às de qualquer trabalhador da agroindústria açucareira, seja da lavoura ou da indústria.

O eixo da reflexão pondera que a greve 1978 do ABCD paulista, composta pela classe operária melhor remunerada no Brasil à época, consegue revelar elementos sociológicos importantes para reflexão sobre dominação e poder. Em concordância com a tese de Abramo (1999), partimos do pressuposto de que o movimento, para além das reivindicações por melhores remunerações e condições dignas de trabalho, lutava pelo resgate da dignidade, respeito e limites na relação entre capital e trabalho. A seguir, demonstramos os eventos e traçamos algumas considerações.

⁵³ Destaca-se, no entanto, que essas não são as únicas lutas importantes do período. Outras questões como a luta pela anistia, liberdade de imprensa, movimentos acadêmicos e estudantis também constituem o cenário.

1.2 Greves e paralisações no ABCD Paulista (1978)

O final dos anos 1970 é tomado pelo movimento dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na região ABCD do estado de São Paulo. As greves, assim como em Pernambuco, Guariba e Campos é um grito há muito tempo preso na garganta, liberto pela força e união dos trabalhadores, cujas exigências estão para além das condições salariais⁵⁴. Em plena ditadura, com grande repressão nas fábricas de dimensões citadinas, são rompidos os grilhões da dominação, e em 12 de maio a greve na Scania inicia o ciclo grevista, incrementado nos meses seguintes.

A fábrica, localizada em São Bernardo do Campo, iniciou a manhã com as máquinas em silêncio, situação atípica. A chefia, ao chegar no local, acreditou ser falta de energia elétrica na região, incrédulos com o movimento que logo incentivaria outras paralisações⁵⁵. No dia 15 de maio, a greve atingia a Ford, no dia 16 a Mercedes e a Volkswagen (ABRAMO, 1999, p.209). O movimento, reivindicando melhorias de salário, levaria quatorze dias depois a paralisação dos metalúrgicos da Toshiba.

Em 30 de maio, paralisa a fábrica de empilhadeira Hyster do Brasil. Em 1 de junho, em Osasco, 3 mil operários da Brown Boveri. Nove dias depois, 1700 trabalhadores da Olivetti paralisam. O movimento no ABCD se encerra após um mês, com a assinatura da convenção coletiva em 30 de maio, realizada entre o Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (SINFAEVA) e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, com aumento parcelado de 11% para todas as empresas do setor automobilístico e mais 13% de antecipação (NETO, 2020, p.81-82).

Abramo (1999) enuncia a dificuldade em quantificar o ritmo e a dimensão da onda grevista de 1978, dada a imprevisibilidade do movimento e de seu baixo grau de

⁵⁴ Sader (1988) indica que “o impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas” (SADER, 1988, p. 26-27)

⁵⁵ “As greves iniciaram-se de forma desordenada, a partir de dentro das empresas, na grande maioria com a paralisação das seções de trabalhadores mais qualificados: ferramentaria, estamparia, usinagem. No início do turno ou na volta do almoço, os operários entravam nas fábricas, marcavam o ponto, encaminhavam-se para os seus postos de trabalho e permaneciam ao lado das máquinas, de braços cruzados. Desde o primeiro dia de greve, o sindicato negou ter orientado os trabalhadores a paralisarem o trabalho. Imediatamente após deflagração das paralisações, porém, e quase sempre por solicitação dos grevistas, assumiu o papel de intermediário nas negociações com os patrões” (ABRAMO, 1999, p.218).

organicidade. No entanto, é notório a força de São Bernardo como epicentro do movimento, e no final de um mês, 61.800 metalúrgicos haviam paralisado o trabalho em 28 empresas (idem, p. 210), sendo as maiores delas a Volkswagen, Ford, Mercedes-Benz, Philco, Pirelli, Chrysler, Alcan e Brastemp, responsáveis por agrupar “quase a metade de todos os trabalhadores que aderiram ao movimento no período considerado” (ABRAMO, 1999, p. 214).

Neto (2020) contextualiza e demonstra a dimensão dos movimentos nos anos 1978 e 1979. De acordo com nossos objetivos, citamos abaixo o calendário feito pelo autor no primeiro ano, mas cientes da permanência do movimento em 1980.

12 a 30 de maio de 1978 – greves de “braços cruzados e máquinas paradas” no ABC. Representaram um “golpe rápido e contundente”, segundo Abramo, mobilizando cerca de 61.800 operários de 28 empresas.

26 de maio a setembro de 1978 – greves de braços cruzados e máquinas paradas em São Paulo, Osasco e Guarulhos. Processo mais prolongado, envolvendo maior número de empresas pequenas e médias (77 empresas ao todo) e um menor número de trabalhadores (55.905)

30 de outubro de 1978 a 1º de novembro – primeira greve geral metalúrgica na grande São Paulo com assembleias de 20 a 30 mil pessoas na rua do Carmo. (NETO, 2020, p. 92-93).

A paralisação, tendo como pauta inicial o aumento do salário, foi o ponto de partida para denúncia das constantes humilhações e perseguições sofridas. Conforme Abramo (1999), o principal objetivo da greve de 1978 do ABCD era a recuperação da dignidade violentada. Considera-se, naquele momento, aguçada as percepções sobre a violação da dignidade e o forte sentimento de injustiça, exclusão e humilhação. Além dos fatores econômicos, existia a exigência e a reivindicação do respeito que é devido à própria condição de humanidade. O respeito enquanto trabalhador, portanto, como humano, estabelecia fronteiras do aceitável e inaceitável, silenciadas pela repressão nas fábricas, a ser discutido abaixo.

Importa reforçar o cenário de repressão ao longo de toda ditadura civil-militar. Apesar de durante a década de 1970 os operários das indústrias automobilísticas receberem salários elevados quando comparados a outras categorias – inclusive os operários das fábricas sucroalcooleiras -, havia, em contraposição, a dureza do trabalho, a intensidade e o ritmo acelerado, além da rigidez da disciplina interna. Conforme demonstrado por Abramo (1999), a despeito do prestígio social em ser empregado numa grande empresa automobilística, conhecida pelos altos salários e cumprimento da legislação trabalhista (13º salário, férias, descanso semanal remunerado), a situação real dos trabalhadores era diferente.

As quatro maiores empresas automobilísticas (Scania, Ford, Mercedes e Volkswagen), impunham aos trabalhadores repressivas ações, com constantes ameaças e coações. Ademais, era comum o excesso de trabalho, ampliação da jornada para além das 48 horas semanais, desrespeito ao descanso semanal remunerado e intensificação dos ritmos de trabalho. De acordo com um funcionário da Volksagen:

Não era raro o trabalhador fazer 160 horas extras em um mês, o que dava uma jornada de 14 horas diárias. Contando com o trajeto de casa ao trabalho e vice-versa, dava 16, 17 horas. Não era nada diferente da época da escravidão (mecânico de manutenção) (ABRAMO, 1999, p. 95)

Nas fábricas Alemãs, como a Mercedes e a Volkswagen (Volks), a repressão era ainda maior, e os trabalhadores chamavam os seguranças de fascistas, nazistas e até mesmo a polícia da Volks de Gestapo (ABRAMO, 1999). Essas caracterizações são atribuídas a partir das experiências históricas dos trabalhadores frente às suas condições, relacionando suas vivências com o universo externo às fábricas. Logo, denominar aqueles indivíduos como fascistas ou nazistas era uma denúncia explícita das suas práticas de autoritarismo e violação.

Na Mercedes, a própria tentativa de tentar discutir o revezamento dos turnos ou a “convocação” para prestação das horas extras era considerado insubordinação e levava a demissão do trabalhador (ABRAMO, 1999, p. 98). Em sua concorrente, a Volks, havia ainda uma estrutura militar separando os seguranças internamente através de patentes, com a presença de sargento, tenente e coronel. Suas instalações possuíam circuitos de TV em todos os setores da fábrica, além da presença de guardas de trânsito e semáforo nas ruas internas, ambos modos de controle e vigilância (ABRAMO, 1999, p. 109).

A coerção chegava ao ponto de haver dois grupos de segurança, denominados segurança “comum” e o “serviço de orientação trabalhista”. O primeiro era acionado pelas chefias em momentos de conflitos, como atraso, imposição de horas extras, para manter o ritmo do trabalho, etc. O segundo, responsável por levar os desobedientes ao “serviço de orientação trabalhista”, onde a situação era agravada. Lá havia uma espécie de delegacia, onde eram registrados boletins de ocorrência nas fichas dos funcionários e realizados inquéritos daqueles operários atrasados ou que rejeitavam uma ordem, cuja sentença costumeiramente era demissão por justa causa.

Percebe-se, portanto, dentro dos muros das fábricas a criação de uma estrutura social com regras próprias, cujas relações com o exterior são cumpridas apenas nas formalidades. Fora daquele espaço, estavam submetidos a repressão militar, a prisão

arbitrária, censura e tortura. Nos espaços do trabalho, havia as ameaças, o terror e medo. Portanto, pode-se refletir que em poucos momentos o indivíduo expressava sua identidade e liberdade, e mesmo nos momentos de lazer os sentimentos negativos de desemprego e angústia rondava-os. Essas emoções são trazidas à tona em 1978⁵⁶.

Essa desumanização do trabalhador e a superexploração de sua força de trabalho é típica do capitalismo. Nele, o trabalhador é peça substituível e desprovida de laços e compromissos sociais. Ao ameaçá-lo com a demissão para aumentar a produtividade ou manter a dominação, o empregado transforma-se em número, redução de gastos ou troca de mercadorias.

De modo geral, para o empregado, a demissão é o desespero, a desesperança, a vergonha frente à família e comunidade. Noutros momentos, é motivo de orgulho por lutar por um mundo melhor, opondo-se à tamanha exploração. Naquele momento em específico, ser demitido de uma das fábricas do ABCD era um estigma perturbador para o operário, e a forma autoritária como era conduzido, escoraçando-o da sede da fábrica retirava a dignidade, demonstrando aos outros o seu papel e sua fraqueza perante os patrões e ao modelo de produção. É a face do autoritarismo e do capitalismo selvagem, exemplificado nos depoimentos colhidos por Abramo (1999):

O que mais me marcava era a questão da 6ª feira, eu não esqueço disso. Toda 6ª feira a gente via assim o colega passar com o macacão numa mão, as botas na outra, um guarda atrás e um rapaz do Departamento de Pessoal com a papelada na mão. Eu cansei de ver colegas assim chorar de estar sendo despedido (usinagem, Scania) (ABRAMO, 1999, p. 104)

A 6ª feira marcava porque era a expectativa do descanso do fim de semana (quando você ia ter), e, na grande maioria mesmo, marcava porque ele tinha a certeza que não ia ser mandado embora naquela semana. Então a pessoa tinha a certeza de ter mais um fim de semana pago pela empresa, e além disso ia descansar; e só ia ser torturado novamente a partir de quarta ou quinta-feira. Porque da quinta-feira à tarde até a sexta às 17:30hs era dia de tortura. O trabalhador ficava pensando: "Será que eu vou embora?" A rotatividade era imensa (idem) (ABRAMO, 1999, p. 104-105)

A greve de 1978, conforme demonstrado por Abramo (1999), era carregada de nós na garganta dos operários pelas constantes humilhações sofridas. Nas fábricas não havia espaço para oposição às ordens, aqueles corajosos para desafiar ou contestar o

⁵⁶ Apesar disso, existe entre esses mesmos trabalhadores o que Scott (2000) determina como formas de resistências cotidianas. Os atos são diferentes dos analisados pelo autor, referente ao campo, mas o sentido e os objetivos são semelhantes. Nas fábricas, "o poder subversivo do riso" (ABRAMO, 1999, p.115), o deboche dos guardas, correr escondido, dar informações erradas ao saber que será penalizado constituem micro resistências que contribuem para manter a subjetividade e sua dignidade frente à violenta humilhação cotidiana. A dominação, por mais autoritária e controladora que seja, não é capaz de impedir a rebeldia, seja nas menores ações ou em momentos de grandes mobilizações. O dominador, por mais que tente, não é capaz de aprisionar e controlar sentimentos profundos como o ódio e a indignação.

supervisor estavam cientes que sua demissão logo viria. Em um dos depoimentos (ABRAMO, 1999, p.107), um trabalhador revela o tratamento à base de gritos, do aumento da produção arbitrariamente e a demissão dos reclamantes para “evitar a dor de cabeça” à chefia.

Além disso, na fábrica os espaços público-privados não existiam, e o direito à privacidade do trabalhador era desrespeitado mesmo nos momentos de ida ao banheiro: “Na porta do banheiro tinha um buraco grande onde o chefe ia olhar o cidadão se ele estava ou não fazendo as suas necessidades fisiológicas” (ABRAMO, 1999, p.108). Esses exemplos evidenciam a capacidade da chefia de controle dos corpos, da vigilância constante e punitiva.

Os acordos foram sendo assinados conforme as propostas oferecidas pelas fábricas, com repressão aos líderes sindicais e aos trabalhadores grevistas, para retomarem o trabalho, enquanto fábricas menores também se mobilizavam. Durante todo o período, no ABCD e em São Paulo, a polícia militar agia pronta para aplicar a força. Os detalhes das negociações são analisados por Abramo (1999) e Neto (2020). As greves geraram grandes transformações na estrutura sindical de todo o país, com reflexo nas organizações dos trabalhadores rurais.

A greve da Scania, em 1978, foi responsável por projetar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e a figura de Luiz Inácio Lula da Silva como “expressões de uma nova concepção e práticas sindicais, tendo sido essa a matriz para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central única dos Trabalhadores (CUT)” (OLIVEIRA et.al, 2020, p. 154). Desse modo, as greves do ABCD demonstraram para classe patronal a capacidade de luta e organização dos trabalhadores, inaugurando projetos que disputaram a representatividade das classes trabalhadoras brasileira.

Surge durante as greves o chamado “novo sindicalismo”, formado por metalúrgicos, bancários e petroleiros, autodenominados de “bloco combativo”, tendo como uma das representações Lula. Opuseram-se à Unidade Sindical, ligadas às lideranças tradicionais do interior do movimento, associadas a partidos como PCB, Pcdob e o MR8. As lideranças do “novo sindicalismo”, dentre elas Lula, considerava as estratégias da Unidade Sindical, em grande parte atuantes na esfera legal, como negociadora, conciliadora e reformista. Em sua defesa, a Unidade Sindical acusava a estratégia do bloco combativo como “esquerdista e desestabilizadora”. “Em termos gerais, será dividido entre tais vertentes que o movimento sindical brasileiro entrará na década de

1980, um período extremamente rico de sua história político-organizacional" (SANTANA, 2007, p. 291).

O sindicalismo rural, no que lhe concerne, também enfrentava naquele momento as disputas por representação dentro de seu próprio campo, como veremos adiante. Havia nos sindicatos a construção de chapas de oposição alinhadas com posições dos operários urbanos no tocante à forma de luta. Àquela altura, estavam sendo contestadas estratégias de reivindicações que preferiam a articulação na esfera legal, baseando-se no cumprimento do Estatuto da Lavoura Canavieira e do Estatuto da Terra.

A construção de chapas de oposição intensifica-se a partir do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizados em maio de 1979, onde as experiências e demandas foram sistematizadas, tendo como principal bandeira a reforma agrária⁵⁷. A importância daquele momento é discutida detalhadamente no terceiro capítulo.

Retornando ao conflito entre o “novo sindicalismo” e a Unidade Sindical, tiveram como principal momento de disputa a I Conferência⁵⁸, reunindo cerca de 5 mil delegados⁵⁹. Aquele momento foi responsável por determinar a Comissão Executiva Nacional, responsável por organizar o primeiro **Congresso** Nacional da Classe Trabalhadora (também chamado I Conclat) (RODRIGUES, 1990). Àquela altura, a unidade sindical, formada por sindicalistas ligados aos partidos comunistas e dirigentes moderados, “opunha-se à ideia de uma greve geral, temendo que a temática social radical prejudicasse a transição democrática, não partilhava das mesmas opiniões negativas dos ‘autênticos’ com relação à estrutura sindical corporativa...” (RODRIGUES, 1990, p. 12).

A Unidade Sindical atuou para adiar o I Congresso a ser realizado em 1982, e os sindicalistas mais à esquerda organizaram, sem a presença dos moderados e dos comunistas, o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Em reação, os sindicalistas da Unidade Sindical convocaram em novembro (1983) o seu Congresso Nacional da

⁵⁷ “Além da reforma agrária, o encontro reivindicava o cumprimento da legislação trabalhista, visto que se constatava que 80% dos trabalhadores do campo sequer tinham carteira assinada, garantia aos trabalhadores rurais dos benefícios previdenciários que a legislação assegurava aos urbanos, incentivos às culturas dos pequenos produtores etc” (MEDEIROS, 1989, p. 116).

⁵⁸ Quando ocorre a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), reunindo rurais e urbanos, na Praia Grande, em 1981, a oposição dentro do sindicalismo rural já empenhava-se na revisão das estratégias.

⁵⁹ Na ocasião, unidas as classes trabalhadoras rural e urbana, as propostas foram debatidas e engendrou: “A formação de uma comissão coordenadora da Central Única dos Trabalhadores (a comissão Pró-CUT), que agregava membros de ambos os setores e tinha como tarefa não só encaminhar a luta geral da classe trabalhadora brasileira, mas também preparar a organização da II Conclat, em que, conforme definição congressual prévia, se deveria fundar a CUT, até então pensada por todos os setores como uma central unitária” (SANTANA, 2007, p. 292).

Classe Trabalhadora, com a presença de 4.324 delegados de 1.243 entidades de todo país. A partir daquele momento, o grupo do “novo sindicalismo” deu origem à Central Única dos Trabalhadores, realizando seu primeiro congresso em agosto de 1984. A Unidade Sindical, no entanto, convocou em março de 1986 um II Conclat, que se transformou em Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (RODRIGUES, 1990, p.12-13).

Os eventos e rupturas citadas acima são importantes para compreender a ação sindical no final dos anos 1970 e 1980, principalmente a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), no intuito de revisitar as estratégias de luta e unificar a classe trabalhadora rural com objetivo de realizar a reforma agrária e melhorias nas condições de vida dos assalariados. Iniciamos a seção abordando a primeira greve do período, no ABCD Paulista, bem como seus resultados para o movimento sindical brasileiro de forma geral, elencando os aspectos mais importantes para os objetivos subsequentes. Analisamos, a seguir, a greve da zona da mata de Pernambuco, ocorrida em outubro de 1979.

Destacamos o conteúdo das reivindicações do ABCD, e, principalmente, os contextos no qual irrompe o movimento. Objetivou-se compreender o cenário de forma abrangente, pois o evento influenciou direta ou indiretamente na greve de Campos, em 1984, objeto principal da pesquisa. Essa influência é materializada pelas trocas de experiências entre os sindicalistas, os encontros nacionais de trabalhadores e a presença de líderes de diversas regiões em momentos de paralisações. Isso possibilitou o aprendizado dos fluminenses sobre aspectos legais, sociais em situações de confronto, além de permitir o entendimento sobre as práticas e estratégias dos patrões.

Adiante, o leitor perceberá uma construção não-linear dos eventos na argumentação, haja visto o caráter dinâmico das relações sociais e da política. Isso significa que os atores agem enquanto a vida acontece, e no momento da greve de Pernambuco, outubro de 1979, havia uma pluralidade de lutas e disputas pela representação dos trabalhadores em todo país.

Articular essas proposições e posições dos diferentes atores não é uma tarefa simples, mas serve para elucidar processos interligados, demonstrando a riqueza do movimento dos trabalhadores em momentos anteriores a primeira greve de Campos no período de “abertura lenta e gradual” do regime. Isso posto, passo agora para análise da greve de Pernambuco.

1.3 Pernambuco: greve e sindicalismo

Falou-se, acima, da primeira greve urbana no período da ditadura. A Zona da Mata de Pernambuco, inaugura, por outro lado, a primeira greve rural do mesmo período⁶⁰. No início de outubro de 1979, milhares de canavieiros paralisam por uma semana, envolvendo direta ou indiretamente 120 mil trabalhadores. Esse número confirma a força do sindicalismo rural no Brasil, silenciado e reprimido pela censura, mas em reconstrução na conjuntura política de abertura lenta do regime. Raposo (2018, p. 26) revela que entre janeiro e setembro de 1979, houveram no Brasil aproximadamente 68 greves, envolvendo mais de 2 milhões de trabalhadores. A greve de Pernambuco, uma delas, contribui para alastrar a força do movimento sindical, tal como fogo na palha seca da cana.

As motivações da greve dos canavieiros de Pernambuco são intrínsecas às relações da indústria sucroalcooleira: fome, excesso de trabalho, baixas remunerações, humilhações constantes e trabalho clandestino. As condições de vida, deterioradas pelas políticas militares e pelo aumento da produção, agravava as condições de trabalho e sacrificava homens, mulheres e crianças empregadas no setor, cujos salários eram insuficientes para custear a alimentação básica⁶¹.

O sentimento de revolta e o desejo de transformar as relações de trabalho, no entanto, não são exclusivas do período. Oliveira et.al (2020) demonstra que a greve de 1979 foi a retomada das lutas intensificadas em 1963, quando ocorreu a primeira greve dos canavieiros de Pernambuco, proporcionadas pelo governo de João Goulart no plano nacional, e o apoio de Miguel Arraes, no plano estadual. A vitória no movimento resultou, momentos antes do golpe, na assinatura do Acordo com Campo⁶², obrigando os usineiros

⁶⁰ Apesar de considerarmos como a primeira greve rural, devido a sua dimensão e proporção, Oliveira et. Al (2020, p.126) indica que outros movimentos menores ocorreram após o golpe, mas reprimidos e com posteriores intervenções nos sindicatos: “Vários estudos posteriores trouxeram registros de greves em diversos municípios da Zona da Mata Pernambucana, com destaque para Cabo de Santo Agostinho, entre 1966 e 1968, tendo sus- citado uma nova onda de intervenções nos sindicatos da região (Medeiros, 1989; Lima, 2003; Melo, 2017)”.

⁶¹ Novaes (1993), demonstra como a expansão e modernização da lavoura canavieira após os anos 60 reestruturou o mercado de trabalho do Nordeste e as relações dos trabalhadores com a terra, engendrando processos de rupturas. Com isso, um grande número foi empurrado para as periferias das cidades e favelas dos grandes centros urbanos. Ademais, nos anos 1970 e 1980 há a intensificação da degradação das relações de moradas nos canaviais de Pernambuco, iniciada por volta dos anos 1950/60.

⁶² O Acordo do Campo, intermediado em setembro de 1963 pelo governador Miguel Arraes, provocou mudanças consideráveis nas condições de vida, como o reajuste salarial de 80%, assistência média e escolar, reconhecimento dos delegados sindicais nas usinas, regulação da carteira assinada, pagamento de 13º, não punição aos grevistas, etc. Além disso, promoveu o acesso dos trabalhadores à negociação na justiça do Trabalho via Delegacia Regional do Trabalho (OLIVEIRA et. al., 2020, p. 145).

e donos de engenhos a concederem melhorias no plano econômico e sindical. A greve contou, naquele momento, com a condução das Ligas Camponesas e Sindicatos.

Os sete dias de paralisação em 1979 exteriorizou a organização e a determinação do movimento sindical, cujas prerrogativas para deflagração respeitou a Lei de Greve, criada para dificultar manifestações e greves durante a ditadura, dada sua extensão burocrática e as etapas necessárias para aprovação, conforme já discutido. Medeiros (1989) destaca o caráter articulado do movimento, informando que:

A greve dos canavieiros de Pernambuco, em outubro de 1979, época da safra, foi um primeiro experimento de novas formas de luta de trabalhadores assalariados. Articulado desde final do ano anterior, esse movimento foi intensamente preparado, especialmente no caso dos sindicatos mais estruturados e combativos da Zona da Mata, como era o caso de São Lourenço da Mata e Pau- d'Alho (MEDEIROS, 1989, p. 122).

As reivindicações envolveram aumento de salário, tarefas mais baixas, terra para plantar e pagamento em caso de doenças (MEDEIROS, 1989). A greve diferenciou-se de outros movimentos ocorridos no meio urbano pela coordenação, com a participação ativa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Em reportagem no *Jornal do Brasil*⁶³ foi destacado o caráter legal do movimento e sua coordenação FETAPE. Ademais, o Ministério do Trabalho temia que a greve se alastrasse por todo Estado e atingisse 250 mil pessoas empregadas no corte e transporte da cana, destacando a paralisação dos 18 mil associados. Destes, 10 mil eram assalariados ligado ao Sindicato de São Lourenço, 5 mil de Paudalho e cerca de 3 mil boias-frias. A greve paralisou 38 usinas nos dois municípios e receberam apoio de outros 22 que se encontravam em negociação sobre adesão ao movimento (JORNAL DO BRASIL, 1979).

As greves de Pernambuco permitiram que a CONTAG tivesse no movimento um laboratório que posteriormente se espalhou por todo país, com dois elementos principais: “a articulação da ação a partir da confederação e a luta respeitando os parâmetros legais” (MEDEIROS, 1989, p. 125). Durante a década de 1980 as lutas por condições salariais e o cumprimento da legislação foram organizadas e desenvolvidas pela confederação, articulando os níveis estaduais e locais, onde o confronto ocorria. A sistematização, as

⁶³ *Jornal do Brasil*: Greve no campo em PE já tem 18 mil parados, 3 de outubro de 1979.

experiências e a assessoria prestada pela confederação, chegando até o nível dos Sindicatos compõem o chamado “COMPLEXO CONTAG”⁶⁴.

Figura 2 - Greve no campo em PE já tem 18 mil parados



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1979.

O apoio da confederação à greve de Pernambuco não ocorreu do dia para noite. Após o golpe, a CONTAG sofreu intervenção pelo Ministério do Trabalho, e assumiu como presidente José Rotta, ligado aos Círculos Operários Católicos, paralisando as movimentações de base. O presidente durante sua atuação na confederação, “focou na organização da entidade (como buscar dar apoio assistencial aos trabalhadores e fazer valer a recém-regulamentada contribuição sindical)” (PORTO&TEIXEIRA, 2020, p. 269). A escolha de Rotta para o cargo não foi aleatória, e conforme destaca Porto & Teixeira (2020), muitos interventores atuantes após o golpe eram ligados ao movimento sindical e disputavam a representação dos trabalhadores rurais com os comunistas em momentos anteriores. Portanto, não eram *outsiders*. Além disso:

Outro destaque na gestão de Rotta, de acordo com entrevistados, foi a criação de delegacias regionais, responsáveis pela articulação dos estados de cada região. Eram dirigidas por lideranças escolhidas por Rotta, em negociação com os estados da federação. Entre as ações promovidas nas delegacias estava a realização de encontros regionais sobre temas diversos (PORTO & TEIXEIRA, 2020, p.269)

Articulou-se, alguns anos depois, um grupo de sindicalistas contrários à intervenção e a degeneração do aparelho sindical, cujo fortalecimento e alianças com outros estados para pressionar os interventores levou a eleição, em 1968, de José

⁶⁴ O sindicalismo urbano opunha-se ao modelo sindical da CONTAG por considerar insuficiente sua mobilização na base. Para os trabalhadores urbanos, o modelo “top-down”, iniciando na Confederação, passando pela Federação e chegando nos Sindicatos era insuficiente para o combate político e davam poucas margens à ação direta dos trabalhadores.

Francisco da Silva, reeleito também em 1971, 1974, 1977, 1980 e 1985 (RICCI, 1990, p. 21). A partir daquele momento, as lutas da Confederação se adequaram ao momento de repressão, mas não foram extintas. “Impossibilitada de trabalhar com as bases, a direção da CONTAG investe na formação de quadros e na capacidade da liderança canalizar as demandas dos trabalhadores rurais” (RICCI, 1990, p. 21-22).

Desse modo, a partir de 1968 atuaram juntos aos sindicatos na defesa jurídica dos trabalhadores, demandando a Reforma Agrária e a Previdência Social. Àquela altura, a figura dos advogados sindicalistas e dos assessores tornaram-se peças indispensáveis para manutenção dos vínculos com os sindicalizados (TEIXEIRA, 2018). A esfera legal foi utilizada de forma estratégica e o próprio acionamento já representava uma atitude de enfrentamento.

Outra estratégia empregada após 1968 pela CONTAG foram os cursos de formação sindical. “Para tanto, criou-se um Centro de Formação e Estudos Sindicais Rurais (Cenfesir), adquirido na época com o objetivo de realizar cursos para preparar dirigentes sindicais, secretários, presidentes e tesoureiros” (TEIXEIRA, 2010, p.130). O autor revela que os dirigentes sindicais às vezes eram acompanhados pelos militares nos locais do curso. Temendo a repressão, avisavam os companheiros e estes informavam os associados, desse modo, evitavam surpresas desagradáveis. Os militares, por sua parte, preocupavam-se com o conteúdo dos cursos, acreditando ser formações para guerrilhas. Como defesa, a Confederação e os Sindicatos informavam que nos cursos oferecidos aprendiam sobre a legislação trabalhista.

Diferente da greve de Guariba, em 1984, o movimento de Pernambuco foi tecido no sindicalismo da CONTAG, com diretrizes e parâmetros capazes de evitar a violência contra os trabalhadores. Portanto, foi estrategicamente calculado, respeitando as exigências da lei, mobilizando os trabalhadores através de panfletos, rádio e “boca-boca”, dentro e fora dos canaviais (OLIVEIRA apud SIGAUD, 2020, p. 151). Para driblar a repressão, reuniam-se à noite em locais afastados ou nos canaviais, evitando chamar atenção.

No final dos anos 70, mais precisamente em setembro de 1979, a FETAPE, respeitando todas as exigências legais, organizou a maior greve de trabalhadores rurais da história do país, mobilizando milhares de canavieiros na Zona da Mata para lutar por seus direitos trabalhistas (ROSA, 2004, p. 477)

As reuniões foram realizadas ao longo de todo mês, mobilizando a categoria e expondo os problemas. No dia 23 de setembro, os Sindicatos de São Lourenço da Mata e o Sindicato de Paudalho fizeram assembleias, e outros 24 sindicatos dos municípios

próximos marcaram as suas para o dia 30 de setembro. No dia 26 de setembro, os patrões de São Lourenço e Paudalho são informados que caso não aceitassem o cumprimento das demandas, a partir do dia 2 de outubro os trabalhadores paralisariam.

Respeitadas às obrigatoriedades da lei, no dia 2 de outubro os dois primeiros sindicatos dão início a greve. De acordo com depoimento de Zé Rodrigues - ex presidente da FETAPE -, a razão da greve ter iniciado por São Lourenço e Paudalho estava na relação dos proprietários com os trabalhadores. As empresas pertencentes à família de Moraes, segundo ele, não eram tão violentas e permitiam maior mobilização (OLIVEIRA, 2020).

As negociações foram marcadas pelo conflito e analisada detalhadamente por Raposo (2013), tendo como resultado o aumento de 52% do salário (dos 100% solicitados), adicional de insalubridade, pagamento de hora extra, tabela de preço dos serviços do corte da cana, proibição do pagamento no barracão e desconto das dívidas, dentre outras medidas. O *Jornal do Brasil*, demonstra em matéria a dificuldade dos usineiros em aceitar as demandas durante as tratativas.

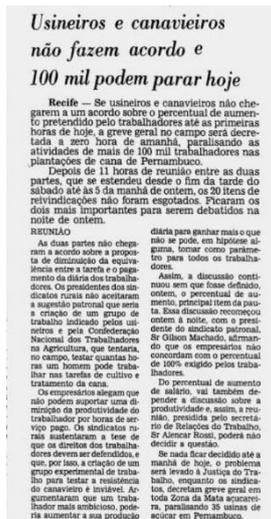
Dos 20 itens do documento reivindicatório dos canavieiros, apenas seis foram debatidos em quase oito horas de reunião e, desses, em somente dois aspectos as partes chegaram a um acordo. O primeiro diz respeito ao pagamento da primeira parcela do 13º salário no dia 30 de junho...⁶⁵

Com o passar dos dias, a tensão e o medo da classe patronal foi aumentando. No dia 8 de outubro, o *Jornal do Brasil* noticiou a possibilidade da paralisação de 100 mil trabalhadores canavieiros a partir das 00h caso os usineiros não aceitassem as propostas na reunião daquele dia. Segundo eles: “Se nada ficar decidido até a manhã de hoje, o problema será levado à Justiça do Trabalho, enquanto os sindicatos, decretam greve geral em toda Zona da Mata açucareira, paralisando 35 usinas de açúcar em Pernambuco”⁶⁶.

⁶⁵ *Jornal do Brasil*: Canavieiros não chegaram a acordo que evite greve geral, 5 de outubro de 1979.

⁶⁶ *Jornal do Brasil*: Usineiros e canavieiros não fazem acordo e 100 mil podem parar hoje, 5 de outubro de 1979.

Figura 3 - Usineiros e canavieiros não fazem acordo e 100 mil podem parar hoje



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1979.

Se os usineiros pernambucanos estavam amedrontados com a força do sindicalismo, os usineiros campistas pareciam despreocupar-se com a possibilidade de greve na região. Em entrevista concedida para *O Fluminense*, Nilson Lobo de Azevedo, advogado do Sindicato Patronal, acreditava na impossibilidade da extensão do movimento a outros estados, sobretudo para o Rio de Janeiro. Segundo ele: “porque o ambiente em Campos é de entendimento permanente”⁶⁷. Conforme evidenciei acima, um dos traços do patronato campista é a deslegitimação da capacidade de ação dos trabalhadores, reforçada por essa fala.

A matéria, apesar disso, demonstra o apoio dos trabalhadores campistas à greve. Na entrevista, o dirigente sindical Salvador Francisco dos Santos informa que: “(...) o movimento deles está servindo para abrir a memória da gente”⁶⁸. Novamente, outra evidência da circularidade de informações sobre as lutas e as estratégias de greve, corroborando com minha hipótese sobre as influências de Pernambuco e Guariba para greve campista de 1984.

⁶⁷ *O Fluminense*: Usineiros fluminenses não temem greve nos canaviais, 6 de outubro de 1979.

⁶⁸ *Idem, ibidem*.

privilegiaram ao longo dos anos 1960 e 1970 as reivindicações na esfera trabalhista não por desinteresse em transformações efetivas e rápidas, mas pelas condições inerentes à ditadura e a repressão sofrida.

Cabe ao pesquisador atentar-se para os detalhes conjecturais e compreender, partindo das possibilidades dos sujeitos nos momentos em que viveram, quais alternativas eram viáveis. Não é, desse modo, compatível com as boas práticas da teoria sociológica refletir sobre o que deveria ter sido o passado ou como deveriam ter agido. Algumas perguntas podem ser feitas como alternativa ao julgamento sobre o passado, evitando categorizar uma ampla atuação sindical como “pelega” ou “desinteressada”, tais como: Uma confederação “pelega”, em momento de hegemonia da política militar autoritária, se ligada à esses setores, conseguiria difundir e formar militantes em todo país?; Como uma confederação ligada a interesses dos dominantes aliava-se às Universidades, centros de pesquisa e assessores para ensinar e compartilhar o conhecimento sobre legislação e movimentos sociais em áreas de conflito?

Para Teixeira (2018), aqueles que adotam a depreciação do movimento sindical rural baseiam-se:

Numa percepção sobre a atuação política da CONTAG que analisa ação política a partir de uma projeção sobre como deve ser a atuação política de um movimento social, a partir da atribuição de um projeto político ao ator que lhe atribui um papel histórico anterior à experiência social (TEIXEIRA, 2018, p. 185)

Desse modo, ao afirmar que a partir de 1979 as mobilizações e greves foram pautadas na exigência de demandas, reconhece-se a possibilidade e o jogo político favorecido pelo contexto da Lei da Anistia e da mobilização de múltiplos setores em todo Brasil, resistindo e abalando as estruturas autoritárias do regime.

Frisamos, em vista disso, a adoção de formas coletivas de luta e pressão após 1979, com a presença de dirigentes sindicais de outros estados nos momentos de assembleias para deflagração e nos próprios momentos de greves, demonstrando o interesse em articular e difundir um formato de luta. As dificuldades, evidentemente, estavam na heterogeneidade dos trabalhadores brasileiros, e a CONTAG naquele momento encontrou nas chamadas “lutas unificadas” um ponto de interseção, baseando-se em pautas como as campanhas salariais, a luta pela terra, o combate à seca e a defesa da reforma agrária (TEIXEIRA, 2018).

Apesar do que acreditavam alguns setores do sindicalismo urbano sobre a ausência de críticas e conservadorismo para manter antigas práticas, a CONTAG após o

Congresso de 1979 assumiu o compromisso de refletir sobre as atuações sindicais nos estados, realizando diagnósticos para orientar sua ação, prática já desenvolvida pelos MSTR, conforme demonstra Teixeira (2018, p. 113-114). Essas ações não impediram a articulação da oposição dentro do MSTR ao longo dos anos 1980, ainda insatisfeitos e desejando uma estrutura sindical mais flexível e nivelada pela base.

Medeiros (2018, p. 249) revela que:

Já no final dos anos 1970, algumas das concepções da Contag sobre formas de ação e organização passaram também a sofrer questionamentos no interior mesmo do sindicalismo e resultou na constituição das “oposições sindicais”, alinhadas com as críticas às práticas e à estrutura sindical então animadoras de importantes debates políticos. As disputas internas ao sindicalismo culminaram em rearranjos políticos que levaram à criação, no final dos anos 1980, em São Paulo, da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo - FERAESP, que se filiou à Federação dos Trabalhadores na Alimentação e à CUT.

Por fim, para evitar tornar redundante as ponderações feitas, reitero que a atuação da CONTAG naquela década foi pautada, para além da unicidade sindical e das lutas pelos trabalhadores rurais, pela defesa da democracia. Ao longo dos anos 1980, reivindicaram uma série de pautas como a Campanha pela Anistia e pelas Diretas Já, articulando nacionalmente interesses favoráveis a toda classe trabalhadora. Ademais, participou na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (I PNRA) e do processo da Constituinte (TEIXEIRA, 2020, p. 118).

Apesar de o esforço em manter a unidade sindical em todo país, bem como o empenho para formar e treinar dirigentes, advogados e assessores, dois movimentos agiram autonomamente, desconsiderando momentaneamente a articulação do complexo CONTAG e partindo para a ação coletiva autônoma: a greve de Guariba, em maio, e a greve de Campos, em julho, ambas em 1984. A greve de Campos será analisada após o segundo capítulo, onde são evidenciadas as condições de vida e trabalho dos sujeitos responsáveis pelo movimento. O movimento de Guariba é analisado a seguir, por influenciar o sindicalismo fluminense pela sua força, expressividade e coragem.

1.4 Guariba: A caminho da greve...

O sindicalismo da CONTAG, conforme discutido acima, teve um papel primordial na organização dos trabalhadores rurais. A estrutura sindical proposta pela confederação, no entanto, não impediu a livre manifestação dos trabalhadores no cotidiano da lavoura, e nem era esse seu objetivo. Milhares de homens e mulheres, quando empunhados com

podão enquanto a indignação, a fome e o sentimento de humilhação transbordavam-nos, conseguiram substituir qualquer representação no âmbito legal pela ação direta realizada por suas próprias mãos calejadas. A greve de Guariba é um desses momentos, onde apesar da força da CONTAG e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo (FETAESP) e no interesse em realizar uma greve pautada numa Lei arbitrária, os trabalhadores tomam na marra os direitos e os sonhos que há muito tempo vinham sendo discutidos.

O movimento guaribense de 1984, que antecede em alguns meses a greve de Campos, foi um exemplo para as lutas posteriores, mas também um lembrete à estrutura sindical e aos trabalhadores da violência e da repressão que desconsiderava o avanço da democratização. Mesmo com a abertura da ditadura, Guariba expôs que a aliança entre o Estado e a classe patronal estava enraizada nas instituições como a Polícia Militar, e os trabalhadores foram vistos como baderneiros, terroristas ou subversivos. Essa denominação era acionada sempre que existia a possibilidade, mesmo mínima, de ameaça ao direito da propriedade privada, do latifúndio e da acumulação desigual, fruto da superexploração e do roubo.

Interessa-nos, a seguir, não uma descrição detalhada do evento, mas assim como a análise sobre Pernambuco, discutir seus aspectos mais relevantes capazes de indicar questões e caminhos para reflexão sobre a greve campista. Segundo os estudos, Guariba possui algumas peculiaridades, como a razão principal da eclosão, a violência sofrida pelos trabalhadores, a cobertura na mídia internacionalmente ou a ação valente e direta dos canavieiros, a serem elaboradas.

A greve teve seu estopim diante do aumento abusivo da conta de água da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), mas logo adquiriu outras pautas, expandindo-se para os canaviais de forma autônoma, diante do acúmulo de situações exploratórias. Logo, as razões para o movimento podem ser compreendidas como fios articulados, tendo em vista que os trabalhadores já se articulavam antes de maio de 1984, diante de uma provável paralisação.

Desse modo, antes de “Guariba pegar fogo”, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, bem como a FETAESP, promoviam assembleias, encontros e discussões sobre os direitos trabalhistas, as conquistas de Pernambuco e a organização da classe trabalhadora como mecanismo de pressão para conquistas. O cenário de crítica à estrutura dominante, as denúncias à imprensa e a mobilização para paralisações e greves fizeram

parte do cotidiano dos canavieiros. Partimos, portanto, dessa proposição antes de analisar o desenrolar do movimento.

Evidentemente, o descontentamento com as condições de trabalho possuía uma longa temporalidade, do mesmo modo que as lutas e resistências cotidianas. A partir de 1983, a alteração do sistema de corte de 5 para 7 ruas de cana, em Guariba, intensificou o trabalho e reduziu os ganhos. Isso ocorreu, principalmente, porque no sistema de 7 linhas os trabalhadores eram obrigados a cortar 2 fileiras de cana a mais e organizá-las na quarta rua, em pequenos montes, e não mais em leiras. Dessa maneira, precisavam andar mais até as linhas centrais para deixar a cana, gastando mais tempo e reduzindo a quantidade de matéria prima cortada. Como o pagamento era realizado por produção, ao dispenderem mais tempo no trajeto do que efetivamente cortando, perdiam dinheiro e com isso tinham seus salários – já insuficientes para subsistência – reduzidos (VERONEZZI, 2015).

Diversos estudos analisam as transformações no trabalho e nas remunerações, tais como, Gebara & Baccarin (1984), que discutem como a mudança do sistema de corte, além de prejudicar os trabalhadores, favoreceram a usina na redução de gastos com combustíveis e da menor compactação e destruição do solo, além de outras vantagens. Conforme os autores,

Também a não-necessidade de amontoamento mecânico do produto colhido significa menor revolvimento do solo, diminuindo os problemas de erosão, mantendo-se a fertilidade da terra e fazendo com que a cana colhida apresente menos terra agregada aos colmos (GEBARA & BACCARIN, 1984, p. 48).

Ainda segundo os autores, as usinas impuseram o sistema de 7 ruas organizadamente, sem considerar os prejuízos para os trabalhadores e suas condições de trabalho. Além disso, “chegaram mesmo a divulgar, contrariando todas as evidências, que o novo sistema de corte por 7 ruas aumentava o rendimento do trabalhador” (GEBARA & BACCARIN, 1984, p. 54). A transformação de um sistema de corte já implementado e conhecido pelos trabalhadores demonstrou o grau de despotismo da classe patronal. Além disso, reforçaram as estratégias de dominação que impõem a obediência e a passividade, desconsiderando as reações dos trabalhadores, sujeitos ativos e questionadores dos processos políticos, sociais, econômicos, etc.

Sociologicamente, me interessa refletir sobre a indubitabilidade da elite de que as medidas não teriam queixas ou contrapartidas fortes o suficiente para serem descartadas. A classe patronal atua explorando os limites, testando a capacidade de retirar direitos e

impor regras, e ao passo que a dominação vai sendo consentida ou contrariada sem força transformadora suficiente, vão estendendo os tecidos das relações sociais. Há por trás das ações patronais um jogo político, cujas ações, conscientes ou não, possuem como objetivo principal a domesticação dos trabalhadores, para além do controle. Não basta contê-los, é preciso domá-los. No entanto, meses após, essa segurança da estabilidade seria abalada com a greve de 1984.

A greve de Guariba representou a possibilidade da contestação não só das péssimas condições, mas do direito de mando inquestionável dos patrões. Ao paralisar a produção, incendiar canaviais e destruir imóveis, sabem que afetam diretamente o lucro, a renda e o patrimônio, elementos mais importantes para o capitalista. Feitas essas considerações, descrevemos e discutimos brevemente a greve, ocorrida entre os dias 14 e 17 de maio.

1.5 - Guariba: greve e repressão

Outros autores evidenciam a mobilização dos trabalhadores em momentos anteriores a deflagração da greve, tal como Penteado (1995). A pesquisadora demonstra que desde novembro de 1983 os trabalhadores rurais manifestavam seu descontentamento com a situação vivida, tendo como um dos exemplos a demolição da Delegacia de Polícia de Barreirinha, região canavieira do estado de São Paulo. Além disso, entre janeiro e fevereiro de 1984, em Morro Agudo, São Joaquim da Barra e Miguelópolis, na mesma região, os trabalhadores rurais desempregados realizaram saques a supermercados.

Desse modo, no dia 14 de maio, quando Guariba “explode”, já se sentia no ar os ventos da indignação e da ação coletiva, superando uma greve pautada na Lei e na estrutura sindical da CONTAG. Apesar da espontaneidade, a FETAESP exerce importante papel nas negociações com a classe patronal. Então, naquela segunda-feira (14), à beira do talhão da seção Limeira, na fazenda São Bento, fornecedora de cana à Usina São Martinho, localizada na cidade de Pradópolis, um trabalhador grita aos companheiros que parem de trabalhar. Embora o fiscal de turma tenha tentado impedir a paralisação dos demais, os líderes do movimento utilizaram ameaças aos companheiros que desacatassem as ordens da paralisação.

Em pouco tempo, cerca de 17 turmas, totalizando 4 mil trabalhadores paralisaram os serviços naquela fazenda (PENTEADO, 1995). À noite do mesmo dia, a cidade de Guariba, com 25 mil habitantes, surpreendeu-se com o anúncio da greve de 10 mil

trabalhadores da cana. Por volta das 7:30h do dia 15, cerca de dois mil trabalhadores marchavam em direção à sede da SABESP, com cartazes escritos “nós não vamos pagar a SABESP”. Revoltaram-se, principalmente, pelo aumento de 200% na tarifa de água, já elevada na cidade. Ao chegarem lá, exaltados, invadiram a sede administrativa, destruíram as máquinas de escrever, picaram e queimaram os documentos de cobrança destinado a 4.300 "contribuintes" (idem, p. 29-30).

Penteado (1995) evidencia que com pedaços de paus, podões e enxadas destruíam as paredes e janelas do prédio, derrubando-o e em seguida, atearam fogo. Os trabalhadores da companhia, ao saberem dos objetivos dos manifestantes, fogem a tempo, tendo o gerente, Carlos Alberto Júlio da Rocha se refugiado na delegacia, por medo, já que “os trabalhadores estavam revoltados com o gerente da companhia, em decorrência de promessa não cumprida de retirar a SABESP da cidade. Essa promessa fora feita, pelo gerente Carlos Alberto, durante eleições para vereador, em 1982” (PENTEADO, 1995, p.30)

O Jornal *Folha de São Paulo* noticia o ocorrido, informando que:

(...) uma multidão de bóias-frias invadiu, incendiou e demoliu dois prédios da SABESP, ateou fogo a três veículos, depredou e saqueou um supermercado e danificou uma casa. Houve violentos choques com a Polícia Militar. No final, uma pessoa morreu baleada e 29 ficaram feridas, das quais 14 a bala⁶⁹.

Figura 5 - Revolta de bóias-frias provoca destruição e morte



Fonte: *Folha de São Paulo*, 1984.

A proporção da greve amedrontou, inclusive, os policiais da cidade, recolhidos na delegacia à espera de reforços da tropa de choque da Polícia Militar das cidades de

⁶⁹ *Folha de São Paulo*: Revolta de bóias-frias provoca destruição, 16 de maio de 1984.

Araraquara e Ribeirão Preto. Segundo a reportagem produzida por Carlos Alberto Nonino e Galeno Amorim ao jornal *O Estado de São Paulo*:

Enquanto a PM de Guariba, com um contingente de 16 homens - dos quais 12 em serviço ontem - não se arriscava a enfrentar os manifestantes, o comércio fechava as portas, havia preocupação nas escolas, e, nas estradas, a Polícia Rodoviária aconselhava ninguém a entrar na cidade, recomendando aos repórteres que "tenham cuidado e saibam do risco que estão assumindo"⁷⁰.

Nesse entretempo, invadiram a sede de tratamento, destruindo casas de bomba, painéis elétricos e bombas dosadoras de cloro. A ação policial iniciou quando os trabalhadores tentaram invadir o supermercado de Cláudio Amorim, um ex agenciador ("gato") e presidente do diretório municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). De acordo com Penteado (1995), no início da depredação ao mercado, apenas seis policiais com cães faziam a defesa do presidente e de seu supermercado, e após provocação por parte do agenciador, iniciou-se o confronto.

(...) Protegido pelos policiais, postou-se à frente de um grupo de mais ou menos duzentos trabalhadores, enquanto outros tentavam arrombar uma das portas do estabelecimento, e disse: 'Por que vocês não usam essa força para cortar cana?'. Como resposta, os trabalhadores avançaram sobre Cláudio Amorim e, para protegê-lo, os policiais atiraram os cães sobre os trabalhadores. Com seu largo e afiado podão, um trabalhador degolou um dos cães e, nesse momento, a rua Feres Sadalla transformou-se em praça de guerra" (PENTEADO, 1995, p. 32-33).

Após um trabalhador, Amaral Vaz Meloni, que observava a distância os acontecimentos ser morto por uma bala perdida, a ira dos trabalhadores acentuou-se, e não retrocederam diante do gás lacrimogêneo e dos tiros, levando a força policial recuar após um tenente ser baleado no ombro. Como resultado, conseguiram invadir o supermercado, saquearam os alimentos e levaram-os em direção a periferia; explodiram o cofre forte onde estavam guardados cheques, dinheiro e incendiaram os automóveis que estavam na garagem.

Cerca de 200 soldados, armados com revólveres, metralhadora, cassetetes, escudos e capacetes ocuparam a praça diante do supermercado e reprimiram brutalmente os trabalhadores. Muitos tiros foram disparados, ferindo os trabalhadores. Conforme diz Penteado (1995, p. 35): "Feridos, o sangue escorrendo pelo corpo, mesmo assim os trabalhadores avançavam, sobre os policiais e, como se não fosse nada, continuavam seus atos de protestos".

⁷⁰*O Estado de São Paulo*: Uma manhã de terror em Guariba 16 de maio de 1984.

Figura 6 - Um morto e 14 feridos a bala

Um morto e 14 feridos a bala

A revolta dos bóias-frias de Guariba acabou com um morto (Amaral Vaz Meloni, de 49 anos) e 29 feridos, alguns em estado grave. Até a noite de ontem, continuavam internados Francisco Albuquerque, Alexandrino Alves Macedo, João Adauto dos Santos, Sebastião Gomes Andrade Neto e Sérgio Mariano. Haviam sido atendidos e liberados Braz Antônio de Deus (sargento da PM), Claudemir Soares de Souza, Luiz Otávio de Souza, Manoel Bispo e Zileu de Jesus. Foram encaminhados para hospitais de Ribeirão Preto, Araraquara e Jaboticabal Ademir Domingos da Silva, Antônio Alves de Oliveira, Gilton Felipe, Izaías Alves de Aranha, Izilda Bezerra (estado gravíssimo), José Gueixas de Aguiar (te-

nente, ferido com um tiro no ombro), Jua rez de Andrade e Moacir da Silva. Pelo menos 14, segundo o médico chefe, foram feridos a bala.

As 19 horas, a rua Dez de Abril, na Vila Socet, viveu momento de muito desespero com a chegada do corpo de Amaral Vaz Meloni, que tinha 49 anos, sete filhos e se aposentara há três meses por problemas físicos. Ele morreu nas escadarias do estádio municipal, quando assistia aos tumultos. Recebeu um tiro no olho e a bala saiu na nuca. Até agora ninguém na cidade sabe quem foi o autor do disparo. A família, no entanto, acusa um PM, conhecido pelo nome de Lima, como autor do tiro. Amaral Vaz Meloni deverá ser sepultado hoje de manhã.

Fonte: *Folha de São Paulo*, 1984.

Com o caos, os trabalhadores retiraram-se em direção às suas casas, na localidade de Jardim Monte Alegre e Bairro Alto, perseguidos pela Polícia Militar. Os que foram presos no caminho foram encaminhados à delegacia por furto, e muitos que chegaram às suas residências foram lá agredidos e arrancados a golpes de cassetetes, ameaçados pelas metralhadoras e presos.

"Apesar desse cenário de guerra, os soldados obtiveram apenas vitórias momentâneas sobre o movimento grevista. Somente ao anoitecer os cidadãos guaribeneses puderam se livrar dos tumultos e dos piquetes, mas não conseguiram escapar da tensão gerada por esse estado de guerra. A cidade, mesmo sitiada pela Polícia Militar, permanecia ameaçada por novos atos de protesto dos trabalhadores" (PENTEADO, 1995, p. 36).

Ainda na manhã do dia 15, os apanhadores de laranja da cidade de Bebedouro, a 30 km de Guariba, declararam greve reivindicando o aumento do preço da caixa colhida. Conforme a reportagem da *Folha de São Paulo*, naquele local a violência policial não foi diferente. Ao longo do dia 16 os policiais confrontaram-se com os trabalhadores, atirando gás lacrimogêneo para impedir a paralisação dos caminhões de turma nos locais onde os apanhadores de laranja eram embarcados.

Segundo o jornal, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Bebedouro, José Nunes do Nascimento, denunciou a violência policial ao invadir as casas e espancar senhoras e crianças. O depoimento de uma entrevistada, Solange Aparecida dos Santos, de 15 anos, expõe a violência da polícia.

"A gente estava num grupo na porta, quando a polícia chegou dando pauladas de todo lado. Eu corri pra dentro de casa e fui me esconder debaixo da cama. Mas um soldado foi me tirar de lá para me dar umas cacetadas"⁷¹

⁷¹ *Folha de São Paulo*: Bombas e espancamentos na greve em Bebedouro, 17 de maio de 1984.

Como hábito após praticar atitudes arbitrarias e de violação aos direitos humanos em momentos de conflito, em entrevista ao jornal o tenente Antônio, que comandava o patrulhamento no Jardim Cláudia, onde as ações ocorreram, negou que houve uso excessivo da força, mas que "foi obrigado a usar a força para dispersar grupos de grevistas que lançavam paus e pedras contra a polícia"⁷².

Figura 7 - Bombas e espancamentos na greve em Bebedouro



Fonte: Folha de São Paulo, 1984.

No dia 16 de maio, quarta-feira, os comércios permaneceram fechados e o medo de desabastecimento de alimentos rondou a todos, inclusive os grevistas. Ao longo da cidade diversos piquetes foram realizados e a polícia militar manteve sua patrulha. O ambiente, como se esperava, era de tensão e temor. Reuniram-se no estádio da cidade mais de 2 mil trabalhadores, diversos sindicalistas e lideranças de partidos políticos⁷³. Os canaviais contaram com ajuda do Partido dos Trabalhadores, dos sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, dos Químicos de São Paulo e da Pastoral da Terra⁷⁴.

Na assembleia foram lidas as 19 reivindicações, sendo que uma delas havia sido aprovada na noite anterior pelos patrões: o retorno do corte de 5 ruas. Exigiam para a suspensão da paralisação a aceitação imediata de medidas como:

⁷² *Idem, ibidem.*

⁷³ De acordo com Vucovix (1984), mais de dois mil trabalhadores em assembleia "decidiram continuar a greve iniciada na terça-feira, apoiados por representantes da CUT e dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo e dos Metalúrgicos de São Bernardo. A continuidade da greve foi decidida porque os usineiros atenderam apenas a uma das 19 reivindicações dos trabalhadores: a mudança no sistema de trabalho de sete para cinco ruas" (VUCOVIX, Irene. Sob Tensão, polícia ocupa Guariba. In: *O Estado de São Paulo*, 17 de maio de 1984).

⁷⁴ *O Estado de São Paulo: Fogo nos canaviais, pânico em Guariba*, 17 de maio de 1984.

"um recibo de produção para saberem no final do dia quanta cana cortaram e quanto dinheiro querem receber; aumento no preço do corte de cana; horas extras no período de transporte de suas casas até o trabalho; equipamentos (facões, lima, luvas, macacões e protetores das pernas) gratuitos, além de assistência médica paga pela empresa; pagamento dos dias parados por causa de qualquer doença" (PENTEADO apud O ESTADO DE SÃO PAULO, 1995, p. 45)

Importante destacar a ação dos trabalhadores em eleger um comando de greve durante a assembleia, integrado por representantes de turmas de empregados responsáveis por dialogar com dirigentes e advogados do Sindicato e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (FETAESP)⁷⁵.

A classe patronal, diante das reivindicações, solicitou o prazo de uma semana para sentar à mesa de negociação com o Comando de Greve, que se opôs à demora. Os piquetes e paralisações continuaram por toda tarde do dia 16, com a marca da violência e da repressão policial. Para evitar o bloqueio das estradas realizado pelos trabalhadores, a polícia fortemente armada desmantelou o movimento com gás lacrimogêneo e ameaças de confronto direto. Nos bairros próximos como Jardim Monte Alegre e Bairro do Alto, habitado por cerca de dois mil trabalhadores, a polícia jogou gás lacrimogêneo nas casas, atingindo crianças, mulheres e idosos, assim como em Bebedouro. A violência foi generalizada, e o padre José Domingos Braghetto teria sido espancado pela tropa de choque (PENTEADO, 1995, p. 44-47).

A polícia, àquela altura, praticou o que esteve sempre presente no seu *modus operandi*: a defesa da classe patronal e do *status quo*, através da criminalização de movimentos sociais das classes trabalhadoras. Assumiram o papel de carrasco e algoz daqueles mais próximos à sua condição de classe, sob proteção da impunibilidade pelo Estado.

De outra forma, Penteado (1995) expressa que a força dos manifestantes levou os fabricantes de açúcar e álcool do Estado de São Paulo, reunidos em Sertãozinho, “a supor que na manhã do dia 17 o movimento atingiria as 26 usinas da microrregião de Ribeirão Preto e as fazendas isoladas, e que o processo de paralisação das máquinas nas usinas já havia começado. Em dois ou três dias, tudo estaria parado” (PENTEADO, 1995, p.53). Afirma, ademais, que “os patrões estavam assustados com a inusitada lógica dos trabalhadores para forçar as negociações sobre todos os pontos da pauta” (idem, ibidem).

⁷⁵ *O Estado de São Paulo*: E a greve continuará, 17 de maio de 1984.

Talvez naquele momento a classe patronal duvidasse da coragem dos trabalhadores em paralisar e incendiar talhões de cana, o que ocorreu diversas vezes ao longo dos dias. Incendiar os canaviais, além de uma forma de pressão para as negociações, era um ato simbólico de grande dimensão, representando a destituição, mesmo que temporária, da matéria prima que levava à exploração do trabalho⁷⁶. A cana está para o usineiro, assim como o ouro para o minerador. É a matéria que faz sua fortuna, perpetua sua condição como classe hegemônica e justifica sua posição, riqueza e mando. Ao ter isso tomado à força, os trabalhadores expuseram sua potência.

Como resultado das paralisações, incêndios nos canaviais e mobilização, na noite do dia 16 os usineiros contataram o secretário estadual do Trabalho, Almyr Pazzianotto, “dispostos” a negociar os outros pontos da pauta. “As 21h30, formalizaram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal e de Guariba uma proposta de conciliação” (PENTEADO, 1995, p.54). Na quinta-feira pela manhã as negociações iniciaram no Sindicato Rural de Jaboticabal, e após 7 horas de reunião os usineiros aceitaram 90% das reivindicações. Por volta das 17h, no Estádio Municipal de Guariba, o acordo foi aprovado e a assembleia decretou o fim da greve.

Figura 8 - Vitoriosos, trabalhadores encerram greve em Guariba



Fonte: Folha de São Paulo, 1984.

⁷⁶ Marx (2011) evidencia uma lógica no O Capital (I) capaz de auxiliar a pensar em termos de ação contra a degradação das condições de trabalho: o movimento ludista dos trabalhadores ingleses nos quinze primeiros anos do século XIX, em distritos manufatureiros. Esse movimento visava impedir, através da destruição das máquinas de tear a demissão de milhares de trabalhadores, substituídos pelos equipamentos ao longo da expansão da manufatura. A máquina, nesse evento, não é a matéria-prima, mas é a concorrência direta do trabalhador, já que o destitui e aniquila suas condições de existência. É a resistência frente a substituição impiedosa do homem pela máquina, mais barata para o capitalista.

As conquistas foram quase todas atendidas, tais como:

Recibo de pagamento mensal em envelopes contendo o valor do salário; aumento do preço do corte da cana de 18 meses, podendo chegar a CR\$2.100,00 por tonelada (antes era CR\$2.100); descanso semanal remunerado e pagamento de Cr\$2.035,00 por tonelada de outros tipos de cana. Os patrões fornecerão também todos os equipamentos - facão, lima, macacão, luvas e tornozeleiras de couro para os trabalhadores⁷⁷.

Além disso, “ganham ainda condução gratuita; complementação salarial em caso de acidente de trabalho, pagando a diferença do INPS, além de salário no período de 30 dias caso tenham de ficar afastados por motivos de doença”⁷⁸. Outro ganho importante foi o salário mínimo mensal de CR\$240 mil, que permitiu uma melhora na alimentação.

Há na reportagem do jornal *Folha de São Paulo* uma interessante fala do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de que o movimento grevista surgiu sem nenhuma influência externa. No entanto, o jornal ressaltou a condução da paralisação por líderes sindicais e advogados trabalhistas de outras regiões como Araraquara e Ribeirão Preto. O movimento, portanto, foi abraçado pela Federação e Sindicatos após iniciado. A CONTAG, apesar da movimentação nos Sindicatos Rurais do Brasil e a estratégia de unificação da luta sindical não teve responsabilidade direta pela paralisação, mas certamente contribuiu para o êxito.

O movimento canavieiro guaribense teve um destaque na mídia internacionalmente superior aos outros movimentos. A partir do dia 15, diversos veículos de imprensa da Europa produziram matérias sobre o fato, as condições de vida e denunciando a atuação da Polícia Militar. A repressão atuou, inclusive, sobre a liberdade de imprensa dos jornalistas, assustados com a hostilidade e as ameaças, "como foi o caso do jornalista Joel Sian, de um jornal da região, que teve um revólver apontado por um miliciano quando registrava em fotos um conflito entre grevistas e policiais" (PENTEADO, 1995, p. 61).

Os ganhos foram além das demandas por condições dignas de salário e trabalho. A greve engendrou o processo de criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, em 1985. A coragem dos canavieiros foi, no mais, exemplo para a luta dos boias-frias campistas, cuja situação de miséria assemelhava-se.

Tivemos como objetivo, portanto, demonstrar como ocorreu o movimento e suas principais características, evidenciando a ação coletiva independente da organização

⁷⁷ *Folha de São Paulo*: Vitoriosos, trabalhadores encerram greve em Guariba, 18 de maio de 1984.

⁷⁸ *Idem, ibidem*.

sindical da Confederação. Guariba assemelha-se à Campos pelo fato das negociações e a solicitação do cumprimento das exigências pelos usineiros terem sido costurados ao longo dos meses. Sem resposta, os canavieiros paralisaram, desconsiderando os trâmites da Lei de Greve, mas foram apoiados e auxiliados pelos Sindicatos e Federação. Suas diferenças, no entanto, serão analisadas no capítulo 3.

Antes, é necessário contextualizar a situação de vida e trabalho na região açucareira de Campos, com vistas a compreender porque o movimento ocorre. Descrevemos a partir das fontes analisadas e da bibliografia estudada, as condições de vida e trabalho, bem como a humilhação, fome e pagamentos irrisórios ao qual estavam submetidos na década de 1980.

CAPÍTULO 2: Trabalho e trabalhadores da agroindústria canavieira em Campos dos Goytacazes (1980-1989)

O dia começa antes das 04h e termina, parcialmente, às 18:30h.

A pele castigada pelo sol, os cabelos presos dentro de um chapéu envolto por um lenço para evitar que caia em seus olhos e atrapalhe o serviço, bem como para disfarçar sua identidade ao subir em um caminhão inapropriado para transporte de humanos, cheio de homens igualmente cansados, no meio da madrugada. A rotina inicia cedo, antes das quatro horas da manhã, pois é nesse horário que deve estar parada em frente de casa esperando, sem possibilidades de atraso. Perder o caminhão significa perder a diária, não ter o que comer e nem como alimentar seus filhos no retorno.

O acordar cedo não é novidade, desde os nove anos realiza o trajeto na caçamba do caminhão, com bancos de madeiras e cobertura de lona - quando disponibilizados - impedindo, ao menos, que sua roupa não fique suja de fezes de animais, palha ou bagaços de cana. Entre aqueles 20, 30, 40 homens espremidos, tem sua condição de criança - e posteriormente de mulher adulta- violada. Quando criança, devido ao menor ritmo de trabalho, recebia cerca de CR\$3,00 por dia de trabalho. Aos 18 anos, sua força de trabalho custa metade do valor da força de trabalho masculina, independente da sua capacidade de produção. “Vale” CR\$20,00 por dia, enquanto seus companheiros, submetidos às mesmas condições, “valem” CR\$40,00.

Ao subir no caminhão, não é, na visão dos exploradores, a mãe solteira de dois filhos, preocupada com o futuro, com as contas, com a saúde da família. É uma bóia-fria, cujos problemas não interessam, cujas condições de saúde servem para classificá-la ou desclassificá-la para execução da tarefa. O calor que faz dentro das roupas, o sol que frita o cérebro e os litros de água perdidos em cada dia de trabalho não sensibiliza os fiscais, que a cada feixo de cana cortada fazem questão de reafirmar a improdutividade de seu trabalho.

Não há para essa mulher, e tantas outras, momentos de descanso. O suor que leva embora todos os nutrientes e vitaminas necessários para enfrentar mais de doze horas de trabalho com breves pausas, não são repostos, pois a água é escassa, muitas das vezes suja, e duas garrafas de água aparentam ser o suficiente para o patrão manter o trabalhador vivo. O almoço é feito às pressas, costumeiramente azedo devido ao calor,

sem prazer, sem mastigação, no chão e são tratados como preguiçosos se reivindicam tempo para deglutir.

O calor que emerge da cana queimada, as folhas que cortam os braços, que podem atingir os olhos e os constantes gritos de ameaça de demissão fazem da vida de Tereza um eterno ciclo de exploração e violação ao seu direito como cidadã, como mulher, como mãe. Não aguenta firma, ergue o podão e despende golpes com toda sua força por querer estar ali, mas pelo instinto de sobreviver e de dar a oportunidade para seus filhos de se manterem com os olhos abertos e a respiração constante.

A narrativa acima, apesar de fictícia, foi escrita por mim, baseada na história de vida de Tereza, cujo depoimento concedido para reportagem do *O Fluminense*⁷⁹ é ponto de partida para as reflexões. Apesar da contextualização não compor a reportagem, não há nenhuma informação que fuja à realidade e o cotidiano dos trabalhadores “bóias-frias” da agroindústria canavieira campista. O excesso de trabalho, as condições de exploração, os baixos salários, as humilhações e ameaças são elementos indissociáveis deste setor e se fazem presentes na vida de milhares de pessoas que vendem sua força para se manterem vivas. Elaborada essa explicação, o objetivo deste capítulo é inserir o leitor no universo das usinas de cana-de-açúcar, dialogando sobre a figura do cortador de cana, bem como suas condições de trabalho, pagamento e as explorações sofridas, causadas pela classe patronal.

Minha análise é direcionada a analisar as relações de trabalho em Campos dos Goytacazes, mas não são processos exclusivos da região. Muitos elementos abordados a seguir, como a exploração, o pagamento por produção, o trabalho clandestino, a remuneração inferior para mulheres e crianças são processos que transcendem o específico do estudo. Portanto, estão na origem de processos comuns, ligados a forma como o capitalismo se organiza e como o setor sucroalcooleiro gerencia suas atividades, impõe suas vontades e dominação. Podem ser encontrados no Nordeste, São Paulo ou em outros países.

Para fins de organização da leitura, o capítulo está separado por subtópicos, dialogando com a bibliografia especializada (SIGAUD, 1978; LAAT, 2010; GUANAIS, 2010, 2018; NOVAES, 2007; NEVES, 1989; RIBEIRO, 1987), dentre outros, sobre os

⁷⁹ *O Fluminense*: Distorções existentes no meio rural, propiciam surgimento de “novos-ricos”, 16 de dezembro de 1977.

trabalhadores e suas condições. Nosso objetivo é construir um percurso lógico, iniciando quando são contratados pelos usineiros ou recrutados pelos empreiteiros até o trabalho nos canaviais, suas formas de pagamento e reivindicações.

Para isso, é necessário distinguir entre as categorias de trabalhadores presentes nas usinas campistas, como os moradores (antigos colonos), os “bóias-frias” e os trabalhadores temporários, além dos seus distintos contratos de trabalho: contrato-efetivo, contrato cortado, safristas e clandestinos.

Ressaltamos que essas categorias não são opostas ou imutáveis, mas são utilizadas nessa pesquisa para refletir sobre a multiplicidade das relações presentes nas propriedades dos usineiros. Desta forma, não era incomum encontrar trabalhadores que moravam nas usinas, mas eram empregados como clandestinos; trabalhadores temporários que residiam com familiares “fichados” ou safristas que decidiam permanecer nas terras próximas ou fazendas de particulares após o fim da safra.

Essas categorias não correspondem a tipos ideais, mas podem ser organizadas para facilitar a compreensão dos contextos. Não tenho como propósito esgotar a temática, mas indicar ao leitor a impossibilidade de considerar todos os trabalhadores como iguais. O exercício de pensar grupos – ou conjuntos – em movimento e ressaltar suas particularidades será importante para compreensão da greve.

Além disso, reiteramos a compreensão de que os cortadores de cana, sujeitos centrais desta pesquisa, podiam desempenhar outros papéis ao longo de sua vida ou da relação com o patrão, empregados como meeiros, parceiros, foreiros etc. Isso ocorria porque na cidade de Campos, no período da década de 1980, existiam diferentes categorias de trabalhadores que atuavam no setor: os residentes das propriedades do usineiro (suas fazendas e a parte central das usinas); os cortadores dos fazendeiros (grandes plantadores de cana); e os bóias-frias, que residiam nas áreas favelizadas urbanas próximas e que vendiam sua força de trabalho para quem desejavam.

Eram múltiplas as trajetórias de vida dos trabalhadores no momento da greve de 1984, com diferentes ocupações, o que impossibilita a análise do movimento a partir de categorias separadas. **Logo, no quarto capítulo, ao analisar a greve e sua configuração, será abordado como cortadores de cana ou canavieiros todos aqueles ligados à atividade do corte, cujos pagamentos eram na maioria das vezes por produção, um dos elementos centrais para compreensão da exploração que levam ao movimento.**

Posteriormente, categorizo a partir da FUNÇÃO executada, e não da condição de moradia ou contratos de trabalho, como nesse capítulo. Logo, quando me referir a canavieiros e cortadores de cana serão considerados todos que desempenhavam essa função, independentemente do local de residência. O termo “bóia-fria” aparece com menor frequência, geralmente em referência às fontes analisadas.

A escolha dessa generalização, apesar de (re)conhecer a multiplicidade decorre porque a execução do trabalho era semelhante para quase todas as modalidades. Variavam em questão de intensidade, localização (havia eitos com canas mais produtivas, que consequentemente aumentavam o salário), jornadas de trabalho e acesso a determinados direitos sociais negados a categorias como clandestinos. Porém, todos estavam submetidos à superexploração, dominação e controle. Considero essas questões como ponto de junção em suas trajetórias, não prejudiciais a análise do contexto geral.

Como dito, é importante contextualizar a multiplicidade das condições dos trabalhadores para compreensão do cenário das usinas, e esse capítulo é dedicado a isso. São abordados os trabalhadores moradores e os “bóias-frias”, suas relações com os usineiros e funcionários, os acessos à moradia, água e terra. Ademais, abordo as condições do trabalho e as categorias de contrato presentes na lavoura canavieira.

2.1 Trabalhadores-moradores.

A literatura sobre os trabalhadores que residiam nas unidades produtivas possui importantes estudos como os de Sigaud (1978) e Silva (1999). A primeira, ao analisar a Zona da Mata de Pernambuco apontou para a construção da ideologia dos trabalhadores rurais partindo de suas próprias visões sobre o mundo e sobre sua posição de classe. A segunda, ao analisar e comparar as relações de trabalho entre os canavieiros, os apanhadores de laranja e os cafeicultores, elencando as formas de dominação e exploração desses sujeitos. Diante da relevância de seus apontamentos e construção teórica sobre a temática, estabelecemos diálogo com as obras referidas.

O universo das usinas em Campos na década de 1980 compunha-se por duas realidades com sujeitos em posições econômicas distintas que empregavam trabalhadores residentes em suas propriedades: os usineiros e os plantadores de cana. Os usineiros possuíam, além das propriedades onde se plantava e colhia cana, a fábrica ou a usina propriamente dita, onde era moída e transformada em álcool e/ou açúcar e o bagaço

encaminhado para produção de energia. Os plantadores eram detentores da produção e colheita, mas não estavam inseridos no processo de transformação da matéria prima, e possuíam cotas estabelecidas de fornecimento às usinas.

De acordo com Neves (1997), os plantadores de cana também eram conhecidos como “fazendeiros”, e a forma como apresentavam-se revelava interesses relativos às relações específicas da época, aos conflitos, ao modo como desejavam ser vistos e seus interesses ⁸⁰. No período da década de 1980, com a modernização da agroindústria e a reestruturação interna dos quadros de funcionários das usinas, com novos cargos da indústria e a mudança nas relações das fazendas produtoras, a figura do usineiro - e do plantador - deixa de ser tão próxima aos trabalhadores como anteriormente, e as relações passam a ser intermediadas pelas figuras dos administradores dos escritórios, fiscais e empreiteiro.

Naquele período, muitos usineiros já possuíam como residência o centro da cidade, administrando seus negócios próximos à usina, mas distante das fazendas. Em justaposição, os fazendeiros também poderiam possuir outros negócios, deixando a administração das fazendas para familiares ou funcionários de confiança.

A hipótese do distanciamento dos trabalhadores-moradores da figura do patrão, anteriormente marcada pelos laços de fidelidade e obediência foi percebida nos depoimentos colhidos por Neves (2004) ao estudar o processo de criação do Assentamento Rural nas terras da Usina Novo Horizonte, na região do Imbé. Apesar disso, a autora demonstrou como essa relação de proximidade, afeto e desafeto pelo patrão é fluida, e não pode ser generalizada. Em seu estudo, revelou que as percepções sobre Roberto Moll (usineiro) ser um “bom patrão” ou “mau patrão”, variavam conforme o tempo de moradia, as tarefas que executava e o cargo ocupado.

Os trabalhadores moradores também eram distintos e possuíam acessos diferentes a moradias, terras, favores e benefícios. As diferenciações⁸¹ ocorriam, principalmente,

⁸⁰ Utilizamos nessa pesquisa o termo plantador de cana ou fazendeiro como sinônimo, haja visto que ambos empregavam em suas propriedades cortadores de cana nas diferentes categorias de trabalho. Já para a autora, o termo plantador de cana está ligado a contextos de lutas das condições adversas de comercialização da cana ou para reivindicação e proteção do Estado nos conflitos, onde também utilizavam o termo lavrador de cana. O fazendeiro estava ligado mais às unidades de produção e trabalho, diretamente articulado ao de morador e colono. Para Neves, quanto mais os grandes produtores de cana foram se especializando e alterando as relações de trabalho, passaram a acentuar sua identificação como plantador de cana e de minimizar a qualificação de fazendeiro (NEVES, 1997, p.46).

⁸¹ Importante considerar que essa diversidade de relações expressa modos de relações de poder com elementos próprios. Além disso, os laços de compadrio e amizade podem ser modos de encobrir relações, justificar determinadas ações e aproximar, com vistas a atender determinados interesses, sujeitos em posições distintas.

pelos laços de obediência e fidelidade construídos ao longo dos anos. O significado disso era refletido nas condições das casas, suas localizações e no acesso à roça de beira de casa, elemento indispensável para complemento da alimentação e da renda familiar.

Diferenciavam-se das outras categorias pelo acesso à casa cedida pelo patrão - com ou sem desconto de salário -. Apesar de o desconto não ser prática comum nas usinas de Campos, verificamos nas fontes uma reivindicação na Usina Santa Cruz e Poço Gordo, em 1952 em oposição aos 27% descontados⁸². Outros exemplos foram encontrados por Ribeiro (1987) ao analisar os dissídios coletivos encaminhados para o Ministério do Trabalho. As casas geralmente encontravam-se em péssimas condições, sem pisos, cômodos apertados, muitas vezes sem acesso à água ou energia elétrica.

Soma-se a essas considerações, que, após a expansão do cultivo da cana (necessária para atender às novas máquinas modernas), muitos trabalhadores deixaram de ter acesso à 'roça de beira de casa'. A roça de beira de casa era a segurança nutricional e financeira do trabalhador, em contrapartida aos altos preços cobrados por gêneros alimentícios nos barracões. Ela englobava a produção de verduras, legumes, bananeiras, e a criação de pequenos animais como galinhas e porcos, elementos tradicionais da alimentação brasileira. Ao colher seus próprios alimentos, os moradores conseguiam economizar o dinheiro gasto no barracão⁸³ e investiam em gêneros de necessidades básicas, além de comercializar o excedente caso houvesse.

Evidencio duas reclamações dos moradores nas fontes analisadas frente à ausência de terras para plantação, a primeira de fazendas de particulares e a segunda de usineiros. No primeiro caso, os depoimentos foram colhidos por Neves (2004), já mencionados; o segundo, o depoimento presente na reportagem do *Jornal do Brasil*. Na pesquisa da autora, é destacado que a venda de fazendas retira os direitos anteriormente conquistados, pois muitas das vezes os novos patrões não possuíam nenhuma relação com os moradores.

Em caso de falecimento, os filhos tendiam a fazer alterações, mas acabavam respeitando os contratos previamente estabelecidos. Em nossa hipótese, isso ocorria principalmente por ser mais fácil perpetuar a dominação através da constância dos

⁸² O direito do desconto de aluguel é regularizado pela lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.

⁸³ O barracão era o local de compra de produtos como comida, remédios, roupas e móveis, dentro da propriedade da usina. O 'barraqueiro' era responsável por executar o pagamento dos trabalhadores semanalmente ou quinzenalmente, e descontava do salário real as compras feitas no estabelecimento. Essa prática corroborava para o impedimento da circulação de dinheiro nas propriedades, fazendo o trabalhador um refém, já que os produtos eram superfaturados e costumeiramente ficavam devendo. A prática é analisada de forma detalhada por Sigaud (1978).

acordos e da continuidade das regras já aceitas do que instaurar novas formas, podendo levar a revoltas pelas perdas das conquistas.

Importante apontar ao leitor que a entrevista foi realizada em julho de 1988, em contexto de assentamento rural das fazendas da Usina Novo Horizonte, anteriormente de propriedade de “O.P”, comprada pela família Moll⁸⁴. Ao perguntar a uma esposa, de 58 anos, de um ex-trabalhador rural da usina “Quanto tempo os filhos desse fazendeiro⁸⁵ tentaram manter a fazenda?”, a entrevistada responde:

Ficaram uns 5 anos. Aí resolveram vender.
Quando eles venderam essa fazenda aqui, **começaram as máquinas entrando aqui, derrubando as laranjeiras, acabando com as fruteiras que tinham, muito jenipapo, muita fruteira.** O povo ficava sentado chorando de ver. A gente nunca viu tanta miséria na vida, conforme a usina entrou, porque o plantio da cana é só miséria na vida. **Plantio de cana é só miséria mesmo.** Ficava todo mundo chorando, quando os caminhões de gado começaram a sair daqui. O pessoal pegou a chorar porque sabia que a miséria ia entrar para a gente aqui. Como de fato entrou. Acabou tudo. Ninguém tinha mais nada, ninguém tinha porco. Até para criar galinha ficou difícil. Como que a gente ia criar galinha dentro dos canaviais? Não tinha condição de criar. Aí ficamos nesse sofrimento até agora. Agora, graças a Deus, está entrando a reforma agrária.’ (NEVES, 2004, p. 19, grifos meus).

Essa entrevista expõe a violência da modernização, com as máquinas destruindo árvores frutíferas, responsáveis pela complementação alimentar. Pode-se pensar na dimensão afetiva que possuíam, no vínculo entre homem e natureza, destruído de forma rápida, causando intenso sofrimento. Para além disso, a percepção do plantio de cana ser só miséria pode ser remetida aos elementos já apresentados como pagamento por produção, salários através do barracão, longas jornadas, ausência de direitos básicos. O que se apontou como saída para entrevistada acima foi o acesso à terra, o direito de plantar e colher de forma autônoma, longe do mando e da violência. A terra, que viria com a Reforma Agrária, era um presente divino.

Já a reportagem do *Jornal do Brasil* é produzida quando o Papa João Paulo II visita o país, em julho de 1980. Os repórteres, ao entrevistarem canavieiros na Usina São José, questiona-os quais seriam duas reivindicações possíveis de serem feitas ao líder religioso caso tivessem oportunidade, tendo como resposta: a de combater o alto custo de

⁸⁴ Conforme especificado acima, a autora tem o interesse em elencar as percepções sobre o “bom e mau” patrão antes e depois da venda da propriedade para Roberto Moll. Deste modo, ela colhe depoimentos de pessoas que consideravam melhor o período de “O.P” e pessoas que consideravam melhor a gestão de Moll. As opiniões variam, primordialmente, dada às posições de trabalho em que o controle exercido sobre os trabalhadores é maior.

⁸⁵ Referindo-se aos filhos do seu O.P, que tentaram administrar a propriedade após sua morte, antes de venderem para Moll.

vida e a possibilidade de manter roças de subsistência em volta das casas onde moravam, nas usinas⁸⁶.

As demandas das mulheres - caso pudessem ser atendidas pelo Papa - aparecem lideradas por Ireneia Leandro (53 anos), mãe de oito filhos, e relacionavam-se à baixa do preço das mercadorias, especialmente o feijão. Trouxeram, também, o depoimento de um cortador chamado Telson Gomes (32 anos), casado e pai de quatro filhos, sobre a proibição dos fornecedores de cana e proprietários de terra de produzir alimentos para subsistência, como o feijão, verduras, batata, além de animais como porcos e galinhas. Ele diz:

Basta que os usineiros e os fornecedores de cana, proprietários da terra, voltem a dar à gente o direito de plantar o nosso feijão, a nossa verdura, a nossa batata e criar os nossos porcos e galinhas, para que tudo volte ao normal. Se o papa viesse aqui, olhasse tudo e conversasse um pouco com o pessoal, temos a certeza de que tudo estaria resolvido (GOMES, Telson. Cortador de cana pediria ao Papa o direito de ter horta. *Jornal do Brasil*, 01 de julho de 1980).

Ambas as falas apontam para a importância da roça de beira de casa, escassa no período, considerada um “privilégio” destinado a poucos funcionários após a expansão das terras para monocultura. No entanto, esses “privilégios” eram acompanhados de um esforço físico rotineiro e ajuda de mão de obra familiar, inclusive crianças, em período quase integral. Envolviam diversas dificuldades discutidas abaixo, como o trabalho após a jornada nos canaviais, a divisão desigual entre os gêneros, a distância percorrida, o cansaço, entre outros.

Além “de dar conta” das atividades relativas ao plantio e corte de cana, para manter as possibilidades de melhorias momentâneas, tinham encurtados o tempo de descanso e substituíam as poucas horas de folga pela lida na terra cedida. Esses “privilégios” estavam baseados em uma visão de mundo orientada pela autoridade tradicional, “na qual a benevolência, o arbítrio e a fidelidade pessoal encontram-se na base da obediência” (BRUNO, 2019, p.153). Eram, portanto, recompensados ao legitimar - mesmo inconscientemente - a dominação do usineiro.

⁸⁶ O jornal aponta que dentre os 210 entrevistados que trabalhavam na Usina São José no dia da entrevista (31 de agosto de 1980), na localidade de Mundéus, todos ouvidos se declararam católicos, uns mais, outros menos. Alegam que a visita do Papa representava a esperança de dias melhores e menores desigualdades sociais, tendo parado por trinta minutos ao meio-dia para assistirem pela televisão e prestigiar, tendo as disposições renovadas. Esta reportagem indica a existência de mães solteiras, trabalhadoras do corte da cana, com média de seis filhos que apesar de não saberem explicar dogmaticamente sua adesão ao catolicismo, autodeclaravam-se. A inexistência de igrejas próximas de suas casas dificultava o contato religioso.

Nas roças de beira de casa poucos são os que não contribuíaam trabalhando, e as mulheres, conforme já analisado por Neves (2004), se dividiam entre a criação dos filhos, o cuidado da casa, alimentação, trabalho da usina e a lida da roça; por considerarem de extremo valor o acesso à terra. Em entrevista realizada pela autora com a esposa de um ex-trabalhador rural de usina, com 53 anos, em processo de assentamento na Usina Novo Horizonte, a dificuldade é relatada:

(...) Botava minha filha mais velha nas costas, levava e deixava na casa de uma vizinha, até a hora do almoço. Na hora do almoço, ia em casa, almoçava. Levava a menina para casa e depois para roça. Trabalhava, na hora do café, tomava café, ia para roça. Ia para casa, levava a menina do lado, um cesto de lenha na cabeça e a vasilha de almoço pendurada no braço. Ia para casa. Chegavam em casa, dava banho na menina e não ia fazer janta logo não. Apanhava uns ovos, estalava na água, fazia um pirãozinho de farinha para dar à garota. Depois eu ia aprontar a janta, carregava água para botar em casa, tomava banho. À noite que eu tomava banho. Só depois que eu arrumava a cozinha. Arrumava a cozinha, aí que eu ia tomar banho para jantar. Ia dormir, por volta de 11 horas da noite. Aí eu acordava cedo, fazia almoço de novo, meu marido ia trabalhar e eu ficava. Arrumava as coisas em casa e ia para roça de novo. Trabalhava a semana toda na roça, carregando criança... (NEVES, 2004, p. 36).

Destarte, a plantação em terras cedidas nem sempre eram próximas à casa, gerando novos desafios para manutenção da roça e da subsistência. Alguns fazendeiros e usineiros concediam o direito em áreas distantes, sem acesso a estradas ou trilhas descampadas, geralmente próximo a pedreiras ou terrenos irregulares com solos pouco férteis. Naquele trajeto, a família caminhava, nos poucos momentos livres, na expectativa não de enriquecer, mas de se alimentar de forma menos precária.

Como destaquei diversas vezes, a concessão dessas terras não é geral e estava inserida em contextos específicos das relações estabelecidas com os patrões. Além disso, não eram todos os cargos ou funções com direito a roças ou moradias, Neves (2004) aponta que nas fazendas de particulares, “os campeiros e os administradores, empregados de confiança, responsáveis pelos bens ou controle de produção na fazenda” é que eram recompensados, e:

os outros trabalhadores, comandados pelos administradores ou que, a cada dia, recebiam ordens quanto à tarefa que iam realizar, guardam até hoje na lembrança a fartura na fazenda, mas lembram também da vida de “sacrifício” ou de “perrengue”, num “passado difícil”, marcado pela escassez de alimentos (NEVES, 2004, p. 20).

Apesar de nem todos os trabalhadores possuírem acesso às moradias nas propriedades ou possuírem acesso à terra, residir com o patrão era algo cobiçado pelos trabalhadores, dado aos baixos salários e os custos que implicavam manter uma residência, como água, luz, IPTU, compras, deslocamento para o trabalho, entre outros

gastos inevitáveis. A propósito, a disputa por alojamentos coletivos ou familiares permanece uma constante no setor agroindustrial. Ao analisar os trabalhadores que migram do Nordeste para São Paulo para trabalhar no corte da cana, Guanais (2010), ressalta a importância de a usina fornecer alojamento, constatada a necessidade dos migrantes em economizar dinheiro para enviar às suas famílias e possuir saldo positivo para enfrentar a entressafra no retorno.

As disponibilidades de moradia inseriam-se num campo de dominação simbólica e submissão às regras do usineiro e seus administradores. Através da obediência e “fidelidade”, além da não difusão de intrigas, comentários contrários à administração e realização do trabalho sem reclamações ou opiniões, os trabalhadores e suas famílias poderiam receber benefícios. O contrário também se encontrava, trabalhadores que questionavam as explorações sofridas perdiam benefícios, corriam risco de demissão e suas famílias poderiam sofrer represálias⁸⁷.

As moradias não seguiam um padrão de qualidade e algumas casas apresentavam condições melhores que outras, com problemas estruturais e riscos de desabar. Variavam, ainda, conforme o estado civil do trabalhador e as relações que possuíam com o usineiro/patrão. Importante estudo realizado por Torres (1945), para o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), sobre a condição de vida dos trabalhadores na agroindústria do açúcar no Rio de Janeiro, revelou o perfil das casas na região de Campos, cujas construções com telhados cobertos de telha e ausentes de pisos, abrigavam mais do que sua capacidade suportava.

Como nem todos os trabalhadores possuíam família naquela localidade ou esposas, os homens solteiros eram abrigados em olarias e antigas senzalas adaptadas, cujas habitações com capacidade para uma pessoa, habitavam quatro. As pesquisas realizadas por Torres (1945), abarcando as Usinas de Cambaíba, Paraíso, Poço Gordo, Queimado, Novo Horizonte, Santa Cruz, Santo Amaro, Santo Antônio e São José são um importante panorama da forma como as moradias eram constituídas.

⁸⁷“A expulsão de moradores ocorrida em Campos (RJ) utilizou-se de estratégias de pressão similares às demais regiões, identificadas por Ribeiro (1987, p. 178): expulsão direta com indenização irrisória ou nenhuma; deslocamento do lote de subsistência para terras esgotadas; exigência de pagamento de aluguel da casa ou seu abandono; atribuição de tarefas dificilmente realizáveis no prazo estabelecido; contratação de trabalhadores de fora por empreitada. A expulsão de trabalhadores ou invasão violenta de suas terras, com base em milícias privadas, remonta aos anos 1920 e foi persistente nas décadas de 1970 e 1980, transformando-os em assalariados, “trabalhadores livres com os pássaros” ou um “pauper virtual” nos termos de Marx (1985, 1980)” (IAMAMOTO & COSTA, 2015, p. 642).

As moradias nas usinas ou fazendas, entretanto, não faziam parte da realidade da grande maioria dos trabalhadores, espremidos nas áreas próximas engendradas pelos processos de urbanização e favelização. No período entressafra, essa população ficava ainda mais desamparada e dependentes das intervenções dos agentes públicos.

A questão aparece estampada nas páginas do *O Fluminense* no início dos anos 1980. Neste período aprofundou-se a luta por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais de Campos, assunto a ser explorado posteriormente. Jaudenes Carvalho Batista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e do Estado do Rio, propôs um projeto de habitação. Em articulação com o Sindicato dos Usineiros, conseguiu a promessa de doação de um pedaço de terra para construção de vilas rurais, sem especificação na reportagem da distância entre a usina e a residência ou as condições dos terrenos como água, estrada e em quais fazendas.

Figura 9 - Trabalhadores do açúcar querem casas populares



Fonte: *O Fluminense*, 1980.

Essa reportagem demonstra as influências políticas do STIAC junto ao Ministro do Trabalho, cujo projeto foi diretamente apresentado. Jaudenes Carvalho Batista também exerce sua influência junto ao Ministro da Previdência Social, solicitando postos médicos em Quissamã, Santo Eduardo e Baixa Grande, locais distantes do centro de Campos, onde geralmente os trabalhadores eram atendidos.

Não eram comuns em todas as usinas a cobrança do aluguel, mas não era uma prática impossível de ser localizada. Batista denuncia através da reportagem a existência de cobrança na Usina Quissamã, relatando: “Naquela usina, os trabalhadores são

obrigados a pagar Cr\$475,00 de aluguel de casa, enquanto que em qualquer outra usina os empregados não pagam nada.”⁸⁸

Realizada essa exposição das condições de moradia dos trabalhadores residentes nas propriedades das usinas e dos plantadores, percebe-se que a questão também toma as manchetes como um problema social, inscrito nas pautas políticas. O jornal reflete um problema antigo que atinge diretamente os trabalhadores. Analiso, a seguir, os trabalhadores assalariados residentes nas comunidades próximas ou “nas franjas” das propriedades, ligados à outra lógica de relações.

2.2 Trabalhadores bóias-frias

A figura do trabalhador empregado como mão de obra fixa e/ou temporária, mas que não reside nas fazendas dos patrões é uma figura popularizada a partir do fim do regime de colonato, em torno da década de 1930. Para fins de compreensão do surgimento da figura do trabalhador “bóia-fria”, exponho brevemente o que era o colonato, segundo Neves (1997). Ressalto, no entanto, que essa denominação surge publicamente no final da década de 1960, mas utilizo amplamente para representar a mão de obra assalariada da agroindústria canavieira em Campos.

Em seu estudo sobre a relação entre o Estado e fornecedores de cana, Neves (1997), indelével pesquisadora da região sucroalcooleira de Campos, definiu o regime de colonato como “modalidade de parceria agrícola em que o proprietário participava com a cessão da terra, das mudas (toletes de cana), dos instrumentos agrícolas para preparo do solo e com a obrigação de realizar o transporte da cana até às balanças da usina” (NEVES, 1997, p. 55). O colono, portanto, era responsável pela preparação do solo, plantio, corte e o embarque das canas, e sua parceria poderia também ser estendida às lavouras brancas ou lavouras de cereais, como milho, feijão, batata-doce, abóbora, aipim e mandioca (NEVES, 1997).

O colonato também era considerado uma “forma de imobilização da força de trabalho em que o proprietário da terra, garantindo seu acesso nos momentos de pico, liberava-se dos custos de sua reprodução naqueles de diminuição agrícolas” (NEVES, 1997, p. 56). Logo, em momentos de colheitas ruins, falta de serviço e principalmente na

⁸⁸ *O Fluminense*: Trabalhadores do açúcar querem casas populares, 19 de novembro de 1980.

entressafra, mediante autorização dos patrões, os colonos podiam prestar serviços em outras propriedades, evitando a responsabilidade do patrão em ampará-los nas dificuldades. Ademais, era apresentado como,

um sistema de remuneração por tempo de serviço, tarefa e produção, combinado com plantio das lavouras de subsistência, vigente em determinados contextos em que o sistema de poder se fundava em relações personalizadas e regras consensuais” (NEVES, 1997, p. 56).

Naquele sistema, prevaleciam os acordos informais e as regras consensuais presentes em cada fazenda, bem como os limites da exploração sofrida pelo colono, não sendo aceito pelos trabalhadores ofensas à sua família, destruição de suas lavouras, roubo de animais, entre outros⁸⁹.

Alguns elementos são centrais para compreensão do fim desse processo, como a exigência pela mecanização e aperfeiçoamento do cultivo, causada pelo aumento da produção nacional e a introdução da legislação trabalhista no campo, especialmente o Estatuto da Lavoura Canavieira, alterando as racionalidades desta modalidade de trabalho. O ELC, ao definir erroneamente a categoria de fornecedor de cana, criou situações as quais a classe patronal se opôs, principalmente no que tange à venda da cana plantada pelos colonos às usinas.

Os proprietários de terra, a todo custo, impediam que a relação da venda da cana se desse entre o colono e a usina, visando apropriar-se do trabalho e reduzindo o pagamento. Com a legislação, os conflitos trabalhistas entre as duas classes tornaram-se mais visíveis e os colonos reivindicavam, através de orientação do sindicato, seus direitos legais.

O artigo 7º, do Estatuto da Lavoura Canavieira, em específico, modifica as relações e regras consensuais em lei, obrigando o patrão a conceder área de terras suficiente para plantação, direito a moradia, assistência médica e hospitalar, ensino primário gratuito na escola, indenização em caso de demissão sem justa causa. Essas obrigações compõem direitos básicos ligados a garantia de mínimas condições de vida e trabalho.

Art. 7º Nos contratos tipos deverão ser observados, a juízo do Instituto, os seguintes princípios:

a) concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família;

⁸⁹ Para maiores descrições do regime de colonato presente na região, conferir Neves (1997).

- b) proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior;
 - c) direito a moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador;
 - d) assistência médica e hospitalar;
 - e) ensino primário gratuito às crianças em idade escolar;
 - f) garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador.
- Parágrafo único. A usina deverá entregar ao trabalhador um exemplar, devidamente autenticado, do contrato tipo.⁹⁰

Acrescenta-se a essas determinações o acesso ao salário. Essas exigências, somadas ao acesso à justiça para cumprimento dos direitos, tornou desinteressante para a classe patronal a manutenção daquelas relações “paternalistas”, e o rompimento daqueles vínculos aconteceram como modo de reduzir custos. Logo, através de um violento processo de expulsão, os trabalhadores foram empurrados para fora das propriedades, não possuindo mais o acesso à terra, aos favores, à estrutura simbólica correspondente aquela forma de poder. Esse processo de proletarização do trabalhador rural é analisado por Soares (2015), ao considerar as entrevistas realizadas por Ana Maria Motta Ribeiro com líderes sindicais, dentre eles Antônio João de Farias, no início da década de 1980.

(Antônio João de Farias): -que era da lavoura canavieira. Esse decreto, com esse decreto os usineiros, os fazendeiros achavam que os colonos iam tomar conta de tudo deles, então passou a perseguir. Perseguiam de maneira que os pequenos proprietários eram obrigados a vender as terras à Usina e passar a ser empregado da Usina

(Entrevistador): -Ué, mas como é que isso? Pressionavam como?

(Antônio João de Farias): -Não dava trator, não dava condições de desenvolver a terra e ficava tudo do mato, por que não tinha condições mesmo e continuava obrigado a dar 50 por cento pra Usina. E daí nasceu aquela luta dos fazendeiros e usineiros tomar as lavouras e passar todos pra ser empregado. Daí cresce o latifúndio da usina e aumentava a miséria na família dos trabalhadores (SOARES apud FARIAS, 2015, p. 49).

A contratação daqueles trabalhadores, a partir das décadas de 1930 e 1940, de grosso modo, passou ser absorvida nos momentos de safra, ficando à mercê de serviços esporádicos nos momentos de entressafra. A partir da década de 1960, com o crescimento do setor de construção civil, muitos venderam sua força de trabalho nas obras públicas, privadas e olarias para garantia de sobrevivência.

As condições de moradia e alimentação foram agravadas pela ausência de terras para plantação e de residências nas áreas favelizadas próximas. A alternativa de migrar para as áreas próximas eram uma forma de evitar ainda mais a degradação das condições de subsistência, dada a impossibilidade do pagamento de aluguel, luz, água e outras despesas com o salário da cana. Acredito que alguns trabalhadores que ganharam

⁹⁰ BRASIL, Decreto-Lei nº 3855, de 21 de novembro de 1941.

indenizações através dos processos, tenham investido em terras próximas às fazendas, mas não deveriam representar a maioria.

Os trabalhadores do corte da cana “fichados” estavam em posições econômicas inferiores quando comparados aos trabalhadores da indústria no final da década de 1970 e início dos anos 1980, e estes em posições diferentes quanto aos clandestinos, temporários, colonos, ilegais, mulheres e crianças.

Ao analisar os relatórios dos estudos conduzidos pelo Conselho Estadual de Política Agrária - CEPA-RJ, Ribeiro (1987) chegou à conclusão que da mão de obra permanente⁹¹ ocupada nas atividades da usina (referente a safra de 1978/1979) era composta de 8.072 trabalhadores. Destes, 33% eram especializados, com funções relativas ao manuseio de máquinas e salários industriários médios quase duas vezes superior ao salário mínimo vigente na época. Os trabalhadores permanentes não especializados – categoria que abrangia os canavieiros – recebiam salários abaixo do mínimo oficial. Conforme os números analisados pela autora:

Segundo a pesquisa da CEPA que revela as informações obtidas nos escritórios das usinas, do total da mão-de-obra permanente, ocupada nas usinas (8.072), em 1979, 33% é especializada, o que significa, ocupada nas funções relativas ao manuseio com o maquinário. Nesta atividade industriária o salário médio/mês era da ordem de Cr\$4.424,68.8. Um valor, portanto, quase duas vezes superior ao salário mínimo vigente na época, de Cr\$ 2.932,00. Os demais trabalhadores permanentes não especializados recebiam na média das usinas, Cr\$2.368,89 por mês, abaixo do mínimo oficial. Sabemos que nessa condição encontram-se prioritariamente os trabalhadores com funções relativas à parte da Ia vara na agroindústria (RIBEIRO, 1987, p. 160).

As reivindicações por pagamentos e melhorias das condições de trabalho eram constantemente comparadas ao Nordeste devido às conquistas empreendidas pelos movimentos sociais rurais, além da realidade dos pagamentos daquela região serem as maiores do país. Em reportagem, *O Fluminense* expôs o preço da tonelada de cana na região comparada aos estados do NE. Enquanto em Campos a tonelada custava Cr\$617,00, lá pagava-se Cr\$842,00, impactando diretamente no salário-mínimo real e no poder de compra. Dessas reivindicações estavam cientes o então Ministro do Planejamento, Delfim Neto, cujas promessas de equiparação dos preços foram feitas à Oswaldo Barreto de Almeida, presidente da Associação Fluminense dos Plantadores de Cana - ASFLUCAN, no início dos anos 1980⁹².

⁹¹ Trabalhadores permanentes são aqueles contratados pela Usina e que não são dispensados após o período da safra. Podem ter seus salários reduzidos e as funções remanejadas, mas que geralmente não ficavam desempregados.

⁹²*O Fluminense*: Delfim tem solução para Campos, 27 de junho de 1980.

As difíceis condições de subsistência dos trabalhadores campistas era lugar comum na mídia, não só no jornal *O Fluminense*, mas também no *Jornal do Brasil*. Em matéria para este, Carlos Peixoto produziu uma importante reportagem cujo título - Cortador de cana acha que vive melhor em favela do Rio⁹³ - leva o leitor a curiosidade sobre a trajetória das pessoas entrevistadas pelo jornalista em 1980.

Bourdieu (2010) chama atenção para as estratégias elaboradas pela imprensa para atrair a atenção do público, com a escolha de títulos e palavras-chave que captem o interesse e produzam a imagem do mundo repleto de violência e crime, cujas visões pessimistas de que as situações não podem ser transformadas estimulam a desistência e a resignação ao invés da revolta.

Assim, as pressões da concorrência se conjugam com as rotinas profissionais para levar a televisão a produzir a imagem de um mundo cheio de violências e de crimes, de guerras étnicas e de ódios racistas, e a propor à contemplação cotidiana um ambiente de ameaças incompreensível e inquietante, do qual é preciso se manter distante e se proteger, uma sucessão absurda de desastres sobre os quais não se compreende nada e nada se pode fazer. Insinua-se assim, pouco a pouco, uma filosofia pessimista da história que encoraja a desistência e a resignação em lugar de estimular a revolta e a indignação. Ao invés de mobilizar e de politizar, uma tal filosofia acaba contribuindo para avivar os temores xenófobos, assim como a ilusão de que o crime e a violência não param de crescer também favorece as ansiedades e as fobias da visão obnubilada pela idéia de segurança (BOURDIEU, 2010, p. 61).

A história contada retrata duas famílias de trabalhadores: Sr. Alexandre José de Souza, casado com D. Neusa Silva de Souza e D. Maria da Penha Ferreira, casada com Sr. Manuel Ferreira. Ambas essas famílias partiram de distritos de Campos dos Goytacazes para a periferia carioca.

Sr. Alexandre mudou-se de Guarus para viver na favela da Rocinha, em busca de emprego, pois a situação no corte da cana dificultava sua permanência. Trajetória de vida comum a muitos trabalhadores, a reportagem apresenta elementos importantes sobre os custos de vida na região, as relações de dominação do barracão, o excessivo custo dos alimentos, bem como o salário e as diferenças de pagamento entre homens e mulheres. O salário do corte da cana consta na reportagem como Cr\$90 ao dia para as mulheres, e Cr\$180/dia para os homens, e para criança entre 10 anos, Cr\$100. Os custos de vida chamam atenção, pois relatam que no vilarejo onde vivia D. Penha, em Abadia, os custos do arroz chegavam próximo aos Cr\$40,00 e o feijão a Cr\$160,00.

⁹³ *Jornal do Brasil*: Cortador de cana acha que vive melhor em favela no Rio, 9 de novembro de 1980.

Figura 10 - Cortador de cana acha que vive melhor em favela do Rio



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1980.

Apesar da informalidade presente no setor canavieiro, o Sr. Alexandre possuía emprego fixo de cortador de cana e tomava conta de uma turma, o que proporcionava um aumento no final do mês, recebendo o valor de Cr\$120/dia em 1978, residindo em casa com energia elétrica e água, situação atípica na região de Guarus. Seu "conforto" com relação a outros trabalhadores não o impediu de migrar para a região da Rocinha, onde o salário era Cr\$295/dia e não precisava mais embarcar às 4h em caminhões não projetados para transporte de pessoas⁹⁴.

D. Maria da Penha, trabalhando igualmente 6 vezes na semana, das 7h às 16h, recebia Cr\$90/dia, enquanto seu marido, o Sr. Manuel Ferreira, recebia mensalmente Cr\$4 mil e 300. A história dessa mulher, cujo trabalho misturava-se com a criação de oito filhos é comum em Campos. A ausência de assistência médica, a subnutrição infantil, a fraqueza, o cansaço e o desgaste causado por horas de inalação de fuligem, em roupas inapropriadas e com as mãos descobertas são elementos sensivelmente trazidos por Carlos Peixoto.

⁹⁴O transporte, feito em caminhões improvisados com bancos e cobertos com lonas ou ônibus era considerado humilhante pelos trabalhadores, além dos inúmeros acidentes e tombamentos registrados devido às más condições das estradas, da imprudência dos caminhoneiros e da inexistência de cintos de segurança. Abordo esse tópico detalhadamente posteriormente.

Atento para o fato narrado sobre a condição de trabalho do Sr. Alexandre, empregado fixo da usina e que por tomar conta da turma recebia um valor extra. A condição deste ex-cortador, no entanto, era superior a de cerca de 15 mil trabalhadores clandestinos da indústria sucroalcooleira, cujos direitos a quaisquer benefícios— até mesmo salário-mínimo— eram constantemente negados. Atento para pluralidade de relações dentro de uma mesma categoria— cortadores de cana— cujos acessos e possibilidades eram perpassados por diversos fatores legais e burocráticos - carteira assinada, FGTS, assistência média, Funrural -, e considerados privilégios frente a outros trabalhadores, elementos a serem discutidos posteriormente.

Dessa maneira, percebemos os múltiplos problemas presentes nas vidas dos assalariados não moradores, sem acesso aos direitos anteriormente conquistados pelos colonos. Essa mão de obra “livre” se caracterizava pelo distanciamento com seus empregadores, onde os vínculos trabalhistas suprimiam a figura do “pai-patrão”, aquele que o trabalhador recorria nos momentos de necessidade de remédios, comida ou favores⁹⁵.

Prossigo agora, com uma descrição detalhada de como funciona o corte da cana e quais as condições de trabalho presentes no momento de construção da greve, para analisar, em sequência, os tipos de contratos de trabalho.

2.3 O TRABALHO DE CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR.

2.3.1 O transporte para os canaviais.

O dia do cortador de cana, principalmente o bóia-fria cuja residência não era localizada na fazenda, iniciava bem antes do início da jornada de trabalho. Para as mulheres, a jornada intensa do corte era posterior aos cuidados da casa e dos filhos. A preparação da “marmitta” a ser levada para o almoço reduzia o horário de descanso, e as múltiplas tarefas socialmente impostas a elas sobrecarregavam ainda mais seus corpos.

Considero importante destacar o recorte de gênero do trabalho canavieiro, poucas vezes mencionado nos trabalhos referentes à região açucareira de Campos, já que as

⁹⁵ O trabalho de Sigaud (1978) apresenta um importante paralelo para pensarmos as especificidades das relações entre moradores-não moradores. No campo feito pela autora na Zona da Mata de Pernambuco, a relação dos trabalhadores moradores eram estabelecidas através da sua relação com o proprietário.

mulheres constituíam expressivo número, mas se encontravam fora da proteção trabalhista legal, além de receberem salários inferiores pelo mesmo papel desempenhado. Com múltiplas jornadas de trabalho e responsabilidades sociais atribuídas, estavam ainda mais a margem de qualquer mecanismo de assistência social ou previdenciária. No entanto, isso não significava a ausência feminina nos sindicatos, lutas políticas e execução do trabalho conforme demonstra produções como a de Silva (2004), Xavier & Chadud (s/d); Saffioti & Ferrante (1986).

Não só o recorte de gênero, mas o de raça/etnia é demonstrado por Silva (2004), onde a autora traz a história de vida e das dores de uma trabalhadora bóia-fria de nome Cida, cuja opressão pelo gênero e pela cor da sua pele condicionou as humilhações sofridas pela família, pelos parceiros e no ambiente de trabalho. Indicamos a ausência de estudos que relacionem a questão racial aos trabalhadores bóias-frias, por isso, achamos importante mencionar esse episódio como possibilidade para novas abordagens.

Silva (2004) apresenta a hipótese de que com o fim do colonato e perda do papel do homem como gestor do trabalho familiar, deixa de ser o “pai-marido-patrão” para tornar-se um “provedor defeituoso”. Como as condições de alimentação e vida tornaram-se piores nas regiões urbanas, o trabalho feminino foi empregado como complementação da renda.

O trabalho feminino foi oferecido livremente às unidades produtivas. Apesar dos salários inferiores, as exigências de produtividade não se alteravam. O processo de exploração da mão de obra feminina ignorava as particularidades desse universo, desconsiderava sua jornada doméstica e submetia às mulheres à situação de perigo nos transportes, no contato com homens desconhecidos e na responsabilização de quaisquer males ocorridos com seus filhos.

No início deste capítulo mencionei a história de Tereza, cujo trabalho como cortadora iniciava antes das 4h, horário que o caminhão passava para buscá-la. Essa história é apenas uma exemplificação do que ocorre com milhares de bóias-frias ao longo dos seus anos de vida. Em vista disso, começo a argumentação desta seção considerando a humilhação sofrida pelos trabalhadores no momento do seu embarque nos caminhões impróprios.

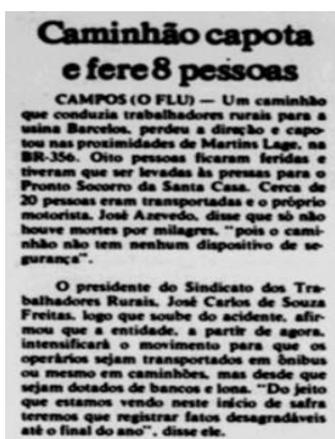
Dadas as extensões das fazendas na região, os canaviais localizavam-se distantes dos centros da cidade ou sede da Usina. Consequentemente, era necessário a utilização de transporte para levar e buscar os canavieiros para a jornada de trabalho. Os pontos de

encontro poderiam ser nos centros dos bairros – para os assalariados não-moradores – ou na parte central das usinas.

O caminhão utilizado pelos usineiros, empreiteiros ou fazendeiros não possuíam como única função transportar os trabalhadores. Carregavam bois, cavalos, cana e quaisquer objetos ou animais no período em que permaneciam no eito. Para o transporte humano, às vezes adaptavam com bancos de madeira e lonas. Na maioria das vezes, o trajeto era realizado sentado na caçamba sem qualquer conforto.

O caminho até o canavial era marcado por uma esfera de dominação e humilhação. Espremidas, as mulheres encontravam-se com seus corpos cobertos e seus rostos escondidos, com a função de proteção dos acidentes e dos olhares maliciosos dos homens, precisando impor muitas vezes o respeito. Silva (2004) considera o caminhão como uma representação do modo de dominação, onde o controle sobre a turma de trabalhadores operava através do silêncio, da disciplina, dos poucos diálogos e da ausência de questionamento.

Figura 11 - Caminhão capota e fere 8 pessoas



Fonte: *O Fluminense*, 1982.

A imprensa noticiava costumeiramente os acidentes sofridos pelas condições irregulares, por tombamento causado pelo excesso de peso ou direção imprudente. Deste modo, ao não fornecer ônibus adequados para transporte, o trabalhador tinha sua vida posta em risco pela omissão. Sofria, ainda, com a possibilidade de perder o dia de trabalho caso atrasasse ou tivesse discussões com seus colegas e superiores.

Feitas essas considerações sobre o trajeto, demonstro a partir de agora como o trabalho era organizado quando finalmente chegavam ao canavial e quais eram as funções desempenhadas por cada um no processo de corte da cana. Além disso, elenco quais são os impactos presentes nos corpos dos trabalhadores pelo esforço repetitivo.

2.3.2 “No eito, só quem protege o homem é Jesus”

Os cortadores eram – e ainda são – organizados coletivamente, conhecido em quase todo Brasil como **turma**. Quando contratados dos empreiteiros, era comum que assumissem no discurso e na identificação “ser da turma de fulano” ou “trabalhar na turma de fulano”. A turma era costumeiramente vigiada e organizada pelo “fiscal de turma” ou “turmeiro”, responsável por comandar o trabalho. Geralmente possuía carteira assinada pela empresa ou empreiteiro, e de acordo com Ribeiro (1987) era uma figura com posição ambígua, já que podia ser considerado como “olheiro” do patrão ou alguém que denunciaria qualquer irregularidade ou problemas relacionados ao trabalho. Além disso, eram responsáveis por aferir a execução do trabalho, orientar e corrigir os erros e costumavam ser antigos cortadores alçados a essa categoria pela fidelidade, com possibilidades de assumir o discurso do patrão em benefício próprio.

Ao longo dessa seção, o leitor perceberá diversas conexões entre o passado e o presente. Diversas práticas analisadas ainda são realidades na agroindústria canavieira Campista, que apesar de ínfima quando comparado à década de 1970 e 1980, continua reproduzindo as formas de pagamento, de contratação e de corte da cana. Por isso, diversas ações são expressas no presente, pois se modificaram muito pouco ao longo do tempo.

Em Campos dos Goytacazes, a carta era cortada através de duas formas, que permanecem atualmente: a cana queimada e a crua. A queimada costuma ser utilizada para facilitar o corte e aumentar a produtividade, pois economiza tempo na retirada das folhas e das palhas da cana. Soma-se a isso, o grande número de acidentes ocasionados pela folha cortante. Além disso, a queima do canavial impede o acidente com animais peçonhentos presentes em toda lavoura.

No estudo de Sigaud (1978), ela aborda sensivelmente as oposições feitas por trabalhadores sobre a limpa para o corte da cana crua e seus perigos, considerado pelos trabalhadores daquela região como o pior trabalho a ser executado. O depoimento de uma cortadora colhido pela autora revela o sofrimento e a dificuldade na execução dessa tarefa:

“Apesar, o que eu quero dizer à sra. é que o serviço mais difícil que nós encontramos é limpar cana. O homem que limpa cana só quem protege ele é Jesus e mais ninguém. Arriscado de ficar sem um olho, arriscado de ficar sem um dedo. Tem muita gente cego de um olho. Esse olho mesmo, eu levei uma pancada nesse olho, cortou o olho, cortou aqui assim. Tudo foi trabalhando” (SIGAUD, 1978, p. 60)

As canas eram dispostas em um retângulo com 7 linhas (espécie de “ruas de cana”), chamado **eito**, e o comprimento variava conforme a produtividade do trabalhador, o estágio e o crescimento das socas de cana, entre outros fatores. Após o corte, tinham suas palhas e ponteiros retiradas e eram carregadas para a linha central do eito. Vale destacar que a reivindicação da greve de 1984 para redução do corte de 7 linhas para o de 5 derivou da superexploração causada, já que ao aumentar o número de linhas, o trabalhador executa mais atividades e anda uma distância superior, sem aumento do salário. Discuti essa mesma reivindicação quando abordei a greve de Guariba.

Após a organização das canas cortadas pelas turmas e o recolhimento da motocana - máquina que recolhia a matéria prima -, o fiscal de palha anotava a placa do caminhão, os nomes dos trabalhadores daquela turma responsável pelo corte e um peso médio provável. Os trabalhadores, como “garantia” do serviço realizado naquele dia, recebiam uma ficha contendo as mesmas informações. No final de cada semana, o escritório da usina informava aos trabalhadores o peso total e o valor computado por cada um deles.

Os trabalhadores jamais concordam com esse peso, que geralmente também difere do cálculo aproximado feito pelo fiscal de palha. Consideram que a balança é tarada sempre a favor da usina, diminuindo o peso do volume real (NEVES, 1989, p. 37).

De acordo com Neves (1989), um trabalhador médio cortava até três toneladas de cana por dia na década de 1980. O trabalho é executado através de repetitivos golpes com o podão bem rentes ao solo, exigindo a curvatura da coluna cervical e ocasionando frequentemente dores e câimbras nos trabalhadores. Laat (2010) descreve minuciosamente em seu trabalho como são realizados os movimentos e afirma que após uma jornada de oito horas, “o trabalhador poderá ter executado de 10.000 a 12.000 movimentos do membro superior. Lembrando que há uma movimentação simultânea da coluna vertebral, especialmente dos segmentos lombares e cervicais, bem como da articulação do ombro” (LAAT, 2010, p. 58).

Conforme dito acima, apesar da queima do canavial servir para facilitar o corte, a fuligem⁹⁶ e o calor não absorvido pelo solo completamente é altamente prejudicial para a saúde dos canavieiros. As fuligens causam problemas respiratórios e podem agravar quadros como bronquite, sinusite, asma e causar inflamações. O calor do solo, somado às

⁹⁶ Importante considerar que ao longo da minha estada na cidade de Campos dos Goytacazes, nos períodos de maio a dezembro, frequentemente a casa era tomada pela fuligem dos canaviais, mesmo a kms de distância, e frequentemente apresentava quadros de enxaqueca e sinusite. Conforme minha vivência na cidade ao longo de 5 anos, pude notar que são sintomas comuns na população campista, especialmente nos bairros próximos às usinas.

altas temperaturas nos canaviais e o excesso de roupas utilizadas como equipamentos de proteção individual leva os trabalhadores a perdas excessivas de líquidos⁹⁷.

Conforme também abordado no início do capítulo, a ingestão de água nem sempre é possível ou nem sempre é potável, dada a dificuldade de bombas de água distantes das sedes, principalmente, pois durante a década de 1980 poucas unidades produtivas da região possuíam sistema de irrigação. A perda de líquidos através da transpiração pode levar a um quadro de hipertermia. Essa situação pouco se alterou de 1984 para cá.

Como sintomas da hipertermia surgem inicialmente sede, fadiga e câimbras intensas. Na sequência o mecanismo termorregulador corporal começa a entrar em falência e surgem sinais como náuseas, vômitos, irritabilidade, confusão mental, falta de coordenação motora, delírio e desmaio. A pele geralmente torna-se muito quente e vermelha, às vezes com calafrios mesmo em ambientes quentes. O suor é abundante, até o momento em que surge a desidratação, quando então a pele torna-se seca. Essa é uma fase perigosa, pois a ausência de sudorese não permite adequada perda de calor, colocando em risco de vida pela hipertermia grave. Cessa então a atividade motora, e a pessoa deve ser imediatamente tratada. (LAAT, 2010, p.62)

A exposição constante ao sol também causa efeitos irreversíveis no envelhecimento precoce dos canavieiros. Os momentos de descanso também são realizados sob o sol, inclusive o curto período de almoço, feito costumeiramente sentado ao chão ou encostado em algum objeto, com a comida quase sempre azeda devido às altas temperaturas. Consideramos, assim como Alves (2006); Laa (2010); Guanais (2010; 2018) e outros pesquisadores, um importante agente para degradação das condições de trabalho o **pagamento por produção**⁹⁸.

Destacamos, apesar disso, que o pagamento por produção nem sempre foi comum nas lavouras canavieiras, fruto do processo de mecanização da agroindústria e da necessidade de maior controle do trabalho por parte dos capitalistas. Anteriormente, os trabalhadores ganhavam por feixo de cana cortado. Por exemplo, 200 (duzentos) feixos

⁹⁷ Mesmo quando são fornecidos equipamentos de proteção adequados como calças, botas com pontas de aço, luvas, cotoveleiras, caneleiras estas são muito pesadas e com grossas espessuras e ocasionam da mesma forma a perda excessiva de líquido.

⁹⁸ O pagamento por produção, de certo modo, se assemelha ao salário por peça analisado por Marx. Apesar dos contextos da produção serem diferentes, ambos têm por objetivo o autocontrole por parte do trabalhador, cuja produção, ao menos no nível discursivo, depende da capacidade de trabalho e não da delegação das tarefas ou do controle contínuo da força de trabalho. Diz o autor: “O salário por peça não é senão uma forma modificada do salário por tempo, assim como o salário por tempo, a forma modificada do valor ou preço da força de trabalho. No salário por peça, temos a impressão, à primeira vista, de que o valor de uso vendido pelo trabalhador não é função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas trabalho já objetivado no produto, e de que o preço desse trabalho não é determinado, como no salário por tempo, pela fração valor diário da força de trabalho/jornada de trabalho de dado número de horas, mas pela capacidade de produção do produtor” (MARX, 2011, p.411).

com 20 canas poderiam corresponder a um salário-mínimo. Dessa forma, o trabalhador tinha controle de sua produção, pois anotava ao fim de cada trabalho qual foi sua produção diária.

O pagamento por produção em Campos era realizado através da tonelada de cana cortada. Antes da greve de 1984, era pago CR\$900 por tonelada de cana. O salário-mínimo em maio do mesmo ano era de Cr\$ 97.176,00. Desta forma, realizando um cálculo médio do salário-mínimo pelo valor pago pela tonelada, para alcançar o mínimo nacional, o trabalhador deveria cortar aproximadamente 96 toneladas ao mês. Se as exigências da produtividade exigidas pela agroindústria paulista no ano de 2010 pudessem ser aplicadas à Campos em 1984, um trabalhador que cortasse de 12 a 14 toneladas de cana por dia caminharia cerca 8.800 metros, despenderia 366.300 golpes de podão, carregaria em montes de 15 kg o peso correspondente, faria 800 trajetos de 15kg a uma distância de 1,5 a 3 metros, perdendo em média 8 litros de água por dia (LAAT apud ALVES, 2010, p. 59).

Guanais (2018), ao relacionar o pagamento por produção à intensificação do trabalho e a superexploração, reflete a partir de conceitos de Marx como salário por peça para provar como esse modelo é benéfico para os empregadores e exploram ainda mais a mão de obra dos cortadores. Partindo das reflexões da autora, apreendemos o pagamento por produção como um dos traços da dominação da classe patronal agroindustrial, com alguns objetivos como o roubo do trabalho (e as estratégias utilizadas pelo fiscal para medir erroneamente suas linhas); o roubo na balança (presentes nas usinas e cujas pesagens não contavam com os trabalhadores presentes); a auto exploração do trabalho e a concorrência entre a categoria.

A auto exploração do trabalho é um dos pilares do sistema de pagamento por produção e fere os direitos básicos do trabalhador de conhecimento do valor do salário e da produtividade realizada. O pagamento por produção realizado no modelo de tonelada por cana cortada impede os canavieiros de obterem com precisão o quanto produziram, ou seja, o quanto irão receber. Essa situação ainda é agravada devido aos frequentes roubos na pesagem por parte da usina, cujas balanças adulteradas ou a “vista grossa” dos fiscais permitem contabilizar nos registros dos trabalhadores menos do que produziram de fato. Todas essas questões estão relacionadas às reivindicações da greve de 1984, pois são uma constante no setor – no passado e no presente – e pauta nas reuniões dos sindicatos.

O trabalho “às cegas”, por não possuírem conhecimento do valor real obtido, leva os trabalhadores a forçarem seus limites para atingir o mínimo proposto pela usina/fazendeiro. Cada unidade possui uma cota diária que deve ser cumprida por todos os cortadores, sob o risco de demissão. Desse modo, a auto exploração é realizada pelo medo do desemprego, além da humilhação e da coação, podendo o contratado ficar “manchado” por não atingir o grau de produtividade exigido.

Uma das possibilidades de medir o trabalho executado pelo cortador é através da quantidade de metros. Outra é através do peso da cana cortada. Para os trabalhadores somente o metro lhe assegura ter, ao final e no decorrer da jornada, controle da sua produção. Isto porque os trabalhadores não dispõem de balanças no eito, a cana é transportada e pesada na usina. Para os usineiros, de outro lado, a melhor forma de remunerar os trabalhadores é pelo peso da cana cortada, porque ele, enquanto produtor de cana, controla a sua produção pelo peso de cana produzida. O peso da cana numa certa área (tonelada por hectare) também é a medida de produtividade mais difundida no setor. [...] Porque, por tonelada, apenas os patrões controlam o resultado do trabalho, dado que são os usineiros que dispõem da balança, com isto os trabalhadores estão sujeitos a roubos e ludibriações. [...] Para os patrões, ao contrário, abrir mão do pagamento por tonelada significava deixar aos trabalhadores um instrumento bastante significativo para conquista de maior autonomia, porque é deixar que os trabalhadores controlem seu processo de trabalho e esta é uma das prerrogativas mais caras aos capitalistas (ALVES, 1991, p. 192).

Diferente de outras colheitas onde a mecanização altera as formas de executar o trabalho, na lavoura canavieira manual desde o século XVI não há inovações profundas no modo de realizar os cortes, apenas avanços básicos do instrumento principal: o podão, contando com novas lâminas e apoio. Fora este aspecto, o trabalho permanece nos mesmos termos de execução (NOVAES, 2007). A classe patronal, ao enriquecer pelo aumento da produtividade, estabelece uma série de mecanismos de concorrência entre as turmas e entre os indivíduos, dado que o caráter do trabalho por produção exige menor fiscalização.

Desse modo, ao contratar profissionais mais novos e com maior capacidade de corte diário de cana, o insere em turmas com menores produtividades para “puxar o serviço”, isto é, iniciar o corte na primeira linha para que os outros possam acompanhá-lo. Caso os outros fiquem para trás, será evidente para os fiscais e para outros presentes o desempenho dos demais. Essa estratégia não considera, no entanto, as particularidades, os tipos físicos, a idade, quantas safras aquele cortador já realizou, haja vista que o objetivo do capitalista é a acumulação através da exploração da mão de obra.

Essa forma de remuneração apresenta vantagens para a classe patronal, ainda, pela menor necessidade de controle, já que a produção e o ganho dependem do esforço

individual. Para os patrões, reduzir a supervisão, e conseqüentemente, a possibilidade de desentendimentos entre os fiscais/gerentes e os trabalhadores, aumenta a produtividade.

O trabalhador, então, extrapola e extrapolava seus próprios limites físicos na expectativa de alcançar a produção diária e garantir o salário, por vezes se automedicando para suportar as jornadas, as dores, bem como recorrendo a suplementos. Novaes (2007) relata que, em 2005, algumas usinas paulistas distribuía repositores hidroeletrólitos e vitamínicos para inibir os sintomas de câimbra e aumentar o ritmo da produção. Esse líquido também inibia a fome dos trabalhadores, levando a uma diminuição do horário de almoço, substituído pela continuidade do trabalho. Apesar de não termos encontrado nenhuma menção na literatura sobre o uso em Campos, é marcante destacar a existência dessas práticas.

Guanais (2018), ao analisar os trabalhadores que migram durante o período da safra para a agroindústria paulista, destaca que para estes, quando residindo nos alojamentos das usinas, estão submetidos a uma esfera total do trabalho. Isso significa que toda a sociabilidade, todas as relações são baseadas no trabalho, impedindo um real descanso dos trabalhadores. Nesses alojamentos, seus corpos são condicionados pelos responsáveis e os horários de dormir, acordar, fazer as refeições, as necessidades fisiológicas e até mesmo tomar banho são estritamente reguladas para permitir a continuidade da produtividade no dia seguinte.

Mais de 30 anos após 1984, em outras regiões do país, as situações pelas quais lutaram os movimentos dos canavieiros na década analisada ainda permanecem. Isso demonstra a importância de retomar os estudos comparativos sobre as transformações da agroindústria do ponto de vista do trabalho. As mudanças do ponto de vista tecnológico, apesar de enriqueceram o capitalista, não transformou significativamente a vida dos assalariados. Continuam sendo expropriados e violentados pelos patrões, nos alojamentos, eitos e fora deles.

O capitalista possui o interesse central em dominar o tempo e instaurar a disciplina, conforme Thompson (1998). Apesar de analisar o contexto inglês após a segunda metade do século XVII, reitera algumas ideias e conceitos relativos até hoje à sociedade capitalista, como a distinção entre o tempo do empregado e do empregador. O empregador, visando evitar que o valor do tempo de seu empregado seja ocioso, deve cuidar e vigiá-lo, e a vigilância da execução do trabalho é elemento comum no trabalho rural, e especificamente no canavieiro, principalmente pela figura do fiscal de turma. "O

tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta" (THOMPSON, 1998, p.272).

Dessa forma, especialmente para os confinados nos alojamentos, seu tempo livre é condicionado apenas à recuperação das forças para retomada do corte nas horas seguintes. Ainda assim, os trabalhadores moradores, conforme já discutimos acima, não escapavam dessa lógica, já que suas residências estavam no espaço de dominação e vigilância dos patrões, e suas rotinas influenciadas pelos costumes e regras daquele local.

Outra forma de acirramento das competições entre os canavieiros envolvendo o aumento da produtividade estava na recompensa em prêmios para aqueles que não apresentam nenhuma falta ao longo do mês e mantém um padrão de produção na média ou acima dela. Em algumas usinas do país existia o *Podão de Ouro*, uma competição cujos prêmios eram dinheiro e motocicletas, além do reconhecimento formal do usineiro em cerimônias públicas. De acordo com Guanais (2018), para esse posto:

ao longo de toda a safra os cortadores de cana têm seus índices de produção registrados pelas usinas, e ao final do ano, alguns dias antes de voltarem para sua terra natal, as empresas distribuem alguns prêmios para aqueles que obtiveram os maiores índices de produtividade. O prêmio máximo - normalmente uma moto ou um carro - geralmente é dado somente a um trabalhador, justamente aquele que cortou a maior quantidade de cana dentre todos os demais e que não teve faltas no serviço [...] O vencedor de tal competição é comumente conhecido como Podão de Ouro (GUANAIS, 2018, p. 145).

As relações entre trabalhadores, patrões e seus funcionários, estavam inseridas no contexto de diferentes interesses e graus de dominação e poder. Desse modo, um funcionário com um cargo menor, como o fiscal de turma, desejando atingir o cargo de gerente geral podia assumir papéis e posições contrárias aos interesses dos trabalhadores, classe à qual está mais próxima do que a de capitalista. Estavam os canavieiros, portanto, cercados de “autoridades” com objetivos de extrair o máximo do seu trabalho e remunerá-lo o mínimo possível. À vista disso, passo agora às categorias dos funcionários e desenvolvo outros aspectos da dominação.

2.3.3 “OS HOMENS”

O título dessa seção é uma referência ao estudo de Sigaud (1978), cujos sujeitos da pesquisa realizada pela autora utilizam essa denominação para referência aos patrões e seus empregados. Optamos por revisitar esse aspecto de seu trabalho, pois foi o ponto

de partida para abordagens das categorias ligadas à classe patronal e a aplicação de seus interesses no nosso objeto de estudo.

Em concordância com o que discutimos anteriormente acerca da discordância dos trabalhadores frente à pesagem da cana, a relação entre os trabalhadores e patrão era marcada pela consciência do roubo na balança. Enquanto realizavam seus trabalhos e recebiam os pagamentos, sabiam das injustiças sofridas, comentavam, mas consideravam por vezes inevitável e uma situação imutável, pois como o processo era feito tendia a favorecer sempre os dominantes.

Essas injustiças eram realizadas pelos funcionários com ou sem consentimento do patrão, sendo as categorias menos quistas pelos trabalhadores as seguintes: **O “geral” (gerência); o “administrador da fazenda”; o “geral da lavoura” (fiscal); além do apontador e medidor.** Essas categorias são refletidas a partir do estudo de Ribeiro (1987), e nosso intuito é pôr em evidência categorias por vezes negligenciadas e com poucos estudos sobre suas atuações em Campos.

O geral ocupava o cargo de gerência e amedrontava os trabalhadores através das armas e dos carros utilizados para percorrer o canavial. Andava sempre com outros homens armados, também ligados á usina. Era responsável pela “‘ordem de serviço’, ‘(que canavial será queimado ou cortado, e até onde)’, dá o preço da capina e/ou corte e ‘marca a tarefa’ do dia em cada fazenda. A fazenda não sendo da usina, o ‘geral’ não vai lá. O administrador do fazendeiro é quem manda” (RIBEIRO, 1987, p.186).

O administrador da fazenda, podendo ser um ou mais, realizava a ordem de início dos trabalhos, abrindo a jornada. Era responsável pela sua fazenda, e ia até outras a convite do geral, mas lá não exercia nenhum mando. Os “gerais da lavoura” (fiscal), geralmente eram mais de um homem, fiscalizavam o serviço, corriam todas as fazendas, mas só parava nas turmas por ele gerenciadas. Ocupava importante função no dia a dia dos trabalhadores, pois decidiam:

se trabalhador acidentado pode ser removido para o escritório e parar sem ‘perder o dia’, isto é, sem desconto do salário. Localizá-lo, entretanto, é difícil por ele estar sempre ‘circulando’. Por essa razão, o acidente oficializado sem perda do dia raramente é registrado (RIBEIRO, 1987, p. 186).

O apontador e medidor, de acordo com Ribeiro (1987), eram funções diferentes assumidas pela mesma pessoa. Ele era encaminhado com os trabalhadores no transporte – ônibus ou caminhão – fazia a primeira medição da tarefa para registrar a produtividade e os dias trabalhados durante a semana para o trabalhador não perder o direito ao repouso

remunerado. O apontador representava um papel ambíguo, pois em certos momentos, como escrito pela autora, ajudava a reduzir a folha de pagamento e de ponto dos cortadores nas tarefas que independiam da produção, para ficarem bem com o gerente geral e ser bem-visto pelo escritório da usina.

Ele ganha conforme a condição: "diarista", "contratado" (por tempo determinado) ou "fichado" (efetivo), e também atua conforme a condição: se não é e deseja ser "fichado", é "duro", se já é, é "mole". Por essa razão, entre os trabalhadores, é considerado "esperto" aquele que "marca o ponto" e a "tarefa tirada" em casa, para depois confrontar com o resultado que vem no envelope (RIBEIRO, 1987, p. 187).

O papel do apontador e até mesmo do medidor, apresentava semelhanças com o cabo, figura analisada por Sigaud (1978), que segundo a autora, roubava em questão da medição das áreas, contagem dos feixes e no peso da cana. No entanto, os moradores por ela estudados justificavam o roubo porque ele precisava manter sua posição, já que poderia ser rebaixado à morador novamente a qualquer momento. O Cabo da Zona da Mata de Pernambuco era semelhante à figura de fiscal, em Campos, e em diversas áreas do Brasil.

Outras funções como motorista do caminhão (caminhoneiro), contratados da usina ou dos fornecedores de cana também compunham o quadro de funcionários, prejudicando os trabalhadores ao falsificar notas com os pesos da cana – que reduziam a remuneração –, dependendo da sua cumplicidade com o balanceiro. O caminhão, conforme já discuto, era local ambíguo das representações dos modos de dominação dos trabalhadores e das sociabilidades.

De acordo com Neves (1989), os trabalhadores acreditavam na constante perda contra as reivindicações da pesagem, pois os balanceiros possuíam credibilidade incontestável e vínculos com a administração da usina. “Ademais, consideram que estar ao lado da empresa é uma posição inerente ao próprio desempenho do balanceiro. Neste sentido, não pode haver balanceiro que se sustente no cargo, se identificado com os interesses dos trabalhadores” (NEVES, 1989, p. 39).

Essas relações de trabalho refletiam a existência de práticas de poder e micropoder para além do usineiro, agindo em nome dele, mesmo que indiretamente. A distribuição do poder permitia que fossem criados mecanismos de suborno, roubos, desvios de mercadoria e valores, além de falsificações de nota fiscal. As relações monetárias, apesar de complexas e envolvendo muitos agentes, eram relações de confiança, cujas comprovações de fraude eram difíceis pelo caráter manual da coleta, pesagem e

transporte. Não havia como provar concretamente quaisquer alterações, seja pelo poder físico daqueles em posições elevadas de mando e reconhecimento, seja pela dificuldade técnica dos procedimentos.

Portanto, evidenciei acima o árduo trabalho do corte da cana-de-açúcar, que envolve longas jornadas, ausência de equipamentos de proteção adequados, superexploração do trabalho, o pagamento por produção, as categorias dos trabalhadores e dos “homens”. A seguir, analiso os contratos de trabalho presentes em Campos naquele mesmo período. A greve que ocorreu em 1984 foi fruto de todas as questões abordadas e dou continuidade posteriormente, haja vista que os processos eram interligados, construídos, maturados e refletidos temporalmente. Dentre as reivindicações de 1984, estava o fim da figura do empreiteiro, sujeito responsável pela piora nos quadros de ausência de direitos e dignidade, a ser discutido.

Categorizo os trabalhadores, a seguir, conforme o modelo do contrato de trabalho: trabalhadores *efetivos* (“*fichados*”); *de contrato direto* (“*contratados*”); *de contrato cortado*; *de safra* (*safristas*); *clandestinos* (“*trabalham pela firma*”) e *diaristas*.

2.4 TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

Os diferentes contratos de trabalho estavam inseridos em contextos de disputas por direitos básicos não estendidos a todos. Os ausentes direitos trabalhistas do setor canavieiro, apesar de garantidos pelas leis para dar dignidade ao cidadão, eram determinados por práticas da classe patronal, cujas percepções sobre trabalho e direitos eram incompatíveis com algumas determinações jurídicas.

A compreensão do direito se inseria em formas específicas de compreensão do mundo, onde a lógica capitalista desprezava, diversas vezes, os canavieiros enquanto seres humanos, elementos a serem exemplificados posteriormente. Havia, também, em diversos momentos, uma animalização do trabalhador, levando os usineiros a considerá-los como sem vontade própria, sem ação e domesticados. Essas reflexões dialogam com as análises elaboradas por Bruno (2008; 2019), importante interlocutora sobre a temática.

Desta forma, antes da compreensão acerca das categorias dos contratos presentes em Campos, importa considerar visões sobre práticas conservadoras da classe patronal, cujos direitos, baseados em concepções conservadoras do mundo, legitimavam sua superioridade enquanto naturalizavam a inferioridade dos trabalhadores. Na utilização da humilhação como recurso de poder, a classe patronal exigia a lealdade dos trabalhadores,

compreendendo seu poder privado como lei, operando na ambiguidade da proteção e da punição. Essas relações assemelham-se ao que fora debatido anteriormente sobre os benefícios concedidos àquelas cujas relações de lealdade foram testadas.

Ressalto, também, o argumento da autora sobre a humilhação ser "presente na premissa da amizade e solidariedade entre patrões e empregados" (BRUNO, 2019, p. 153), onde a "precariedade das condições de trabalho encontra-se enraizada e introjetada na vida do trabalhador do campo, faz parte do seu querer, de seus desejos e de sua cultura" (BRUNO, 2019, p.153). Apesar de não se referir aos usineiros campistas, a argumentação da autora encontra-se nos discursos deles, principalmente relacionado aos contratos de trabalho. Por isso, ao longo de todo trabalho diversos exemplos são citados visando corroborar o argumento.

Em Campos, era costumeira a argumentação da classe patronal sobre a preguiça e a baixa produtividade dos trabalhadores "fichados", preferindo a contratação e remunerando melhor trabalhadores ilegais ou safristas, cuja exploração da mão de obra e a cobrança por produtividade era maior. Os contratos escolhidos pelos usineiros era um recurso capaz de negar ao trabalhador o direito à aposentadoria, férias remuneradas, 13º salário, assistência médica ou colocá-lo na ilegalidade, onde sua invisibilidade perante o Estado não garantia acesso à nenhum direito básico, apagava trajetória e invisibilizava sua cidadania.

Havia nas usinas nesse período diversos trabalhadores com salários e condições específicas, cujas lutas e reivindicações por direitos e condições mínimas de trabalho convergiam. Para compreender as múltiplas relações de exploração e poder presente neste espaço, faz-se necessário distinguir esses grupos. Reforço que o trabalho rural é regularizado através do Estatuto do Trabalhador Rural. O Estatuto pretende definir o trabalho, suas durações, as formas de contratação, as remunerações, homologações, servindo também como mecanismo de orientação aos sindicatos em suas lutas, como mencionado antes.

2.4. 1 Trabalhadores “fichados” e “contratados”.

Os trabalhadores canavieiros *efetivos* (“*fichados*”) eram minoria dos trabalhadores rurais das usinas e seus direitos eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já que tinham carteira assinada, com acesso às verbas rescisórias, 13º, férias, descanso semanal remunerado, entre outros. Além disso, possuíam acesso ao

pagamento de salário por convenção coletiva dos Sindicatos com seus respectivos aumentos. Seu contrato possuía um vínculo permanente e contínuo, portanto, continuavam empregados mesmo nos períodos da entressafra.

A posição dos “fichados” era superior em termos de acesso aos direitos do que os trabalhadores de contrato direto. Sua nomenclatura refere, principalmente, à ausência de intermediadores entre eles e o patrão. Eram contratados diretamente pelo escritório ou pelos usineiros, sem intermédio dos empreiteiros.

De acordo com Neves (1989), os trabalhadores dessa categoria eram antigos clandestinos que após o enquadramento sindical de 1962 puderam ter reconhecidos seus direitos. Eram constantemente ameaçados pelos patrões, que incentivavam a rescisão pelo trabalhador para acesso ao FGTS em momentos de dificuldades financeiras, com garantia de recontração posterior através do empreiteiro, cujos direitos não são cumpridos.

Os trabalhadores de contrato direto – ou contratados –, possuíam carteira assinada, mas se distinguiam dos de contrato cortado em casos de rescisão. Para o primeiro, “a rescisão supõe a transferência de um volume de recursos financeiros, através da indenização, situação geralmente indesejada pela empresa”. Para o segundo, havia “a liberação do pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço” (NEVES, 1989, p.19).

O "contratado" recebe o salário mínimo regional, tem também carteira assinada, mas trabalha por tempo determinado, em geral nunca superior a cinco meses e meio, quando se dá baixa na carteira e ele é novamente contratado, perdendo os direitos trabalhistas do semestre. Recebe, como o "fichado", o salário por mês. (RIBEIRO, 1987, p. 183)

Importante considerar que os trabalhadores efetivos e os de contrato direto recebiam um salário maior, o chamado salário profissional (ou salário do sindicato) após o 6º mês de trabalho, através de uma diferença de $\frac{1}{6}$ do salário-mínimo do governo e da categoria. Esse aumento, considerado injusto pela classe patronal, estimulava a ruptura de contrato no 6º mês, com garantias de saque do FGTS e recontração em momento posterior, impedindo que esses trabalhadores acionassem o valor extra.

De acordo com Neves (1989) ambas as categorias (efetivos e contratados) poderiam ocupar, ainda, posições intermediárias da administração, principalmente porque **suas remunerações não eram baseadas em produção**, eram mensalistas ou diaristas. A autora não menciona os canavieiros, também inseridos nesse modelo de contrato, principalmente aqueles trabalhadores-moradores, conforme já defini acima.

São por isso mesmo classificados como mensalistas ou diaristas, quanto às formas de pagamento. Além das posições de administrador geral, administrador de fazenda, auxiliar de administração, encarregado ou apontador, podem ocupar os cargos de ronda - vigia do barracão de máquina - campeiro, cocheiro ou trabalharem nos tratos culturais ligados ao sistema de irrigação (NEVES, 1989, p. 20).

Os contratos baseados no pagamento por produção eram relacionados aos trabalhadores de **contrato cortado e os clandestinos**. Passo agora à definição dessas categorias, mas exemplifico mais atentamente a última categoria, já que o fim do papel executado pelo empregado é uma das reivindicações dos movimentos grevistas da década de 1980.

2.4.2 Trabalhadores de contrato cortado e safristas.

Os trabalhadores de contrato cortado tinham carteira assinada, mas o contrato era suspenso após cinco ou seis meses. Recolhiam o FGTS e eram posteriormente recontratados pela usina. A estratégia empregada pela classe patronal era utilizada para evitar os pagamentos das verbas rescisórias obrigatórias após doze meses, bem como da homologação sindical dos contratos. O período de rescisão, considerado como “férias”, coincidia com o período de colheita de frutas das fazendas de abacaxi e melão, portanto, viam como uma oportunidade de aumentar o salário enquanto não eram novamente chamados. De acordo com Neves (1989), os trabalhadores de contrato cortado se definiam como *trabalhadores de usina*, porque aguardavam a recontração.

A autora atenta para as relações de dominação presentes nessa modalidade, principalmente pela necessidade de construção da identidade de *bom trabalhador* para garantia do retorno. Isso significava, na prática, a submissão a essa estratégia, bem como o compromisso de não entrar com ações trabalhistas exigindo o pagamento dos direitos ou a continuidade do contrato. Por isso, ela ressalta que os “trabalhadores de usina” eram recrutados entre famílias de antigos trabalhadores acostumados a lidar com essas relações, e que nunca apresentaram oposição direta aos patrões ou “tocaram questão na justiça”.

Como em grande parte a identidade de cada trabalhador está também construída pelo pertencimento a uma família, atitudes consideradas inadequadas pela administração por parte de um trabalhador costumam atingir direta ou indiretamente os demais familiares. As formas de controle e disciplina já passam assim a ser transferidas para o seio da família, já que a ruptura conflitiva por um dos membros interfere de forma mais ou menos intensa na reprodução da família (NEVES, 1989, p. 28)

Neves (1989) considerou a existência de trabalhadores que apesar de estarem vinculados à usina por seis ou sete meses do ano, não se definiam como trabalhadores de

usina, acreditando ser “sem patrão” ou “livres”. Ao longo do período de afastamento da usina, se dedicavam aos trabalhos agrícolas nas propriedades de fornecedores de cana, plantadores de abacaxi, pesca ou o comércio ambulante.

Sua desvinculação à definição de trabalhador de usina relacionava-se ao sentimento de descompromisso com as regras e normas impostas aos grupos que mantinham a família e a identidade de “bom trabalhador”. Aderiam a essa condição de rescisão, primordialmente, pelo acesso aos benefícios médicos e aos direitos como PIS, FGTS e aposentadoria.

Embora considerem que trabalhar para usina signifique baixa do rendimento que poderiam obter como **clandestino**, essa situação é desejada para ir formando o **direito**, isto é, computando o tempo para a aposentadoria. Relativizam essa diferença quando consideram o acesso, ao final do contrato, a um fundo de reserva composto pelo décimo-terceiro e férias proporcionais, pelo PIS e pelo Fundo de Garantia (NEVES, 1989, p. 29).

Existia, também, os trabalhadores de safra (“safristas”), que eram contratados geralmente por 10 ou 11 meses e tinham seu contrato rompido antes de completar 12 meses. No entanto, achamos insuficientes as informações acerca desse grupo de trabalhadores, pois poderiam ser familiares dos trabalhadores de contrato cortado (mulheres, filhos, sobrinhos) ou até mesmo migrantes empregados pelo empreiteiro. Apesar da ausência de descrição sobre a forma de pagamento e execução do trabalho, aparecem como uma das pautas da convenção coletiva do Sindicato da Indústria do Açúcar de Campos (STIAC), analisado por Ribeiro (1987).

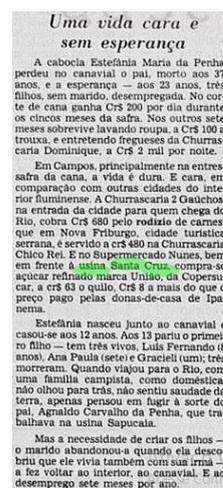
Encontramos, ainda, uma reportagem do *Jornal do Brasil*, sobre a condição de vida das mulheres chefes de famílias no período entressafra. Segundo a reportagem, a história de Estefânia Maria da Penha surge como um indício da dimensão da miséria naqueles períodos. Importa ressaltar que o salário-mínimo vigente na data da publicação, em fevereiro de 1982, conforme o Decreto n.º 86514, de 1981, era de Cr \$11.928,00.

Aos 23 anos e mãe de três filhos, seu apelido era “cabocla”. Penha trabalhava durante os cinco meses das safras para a usina ganhando Cr\$200 por dia, e, nos outros sete meses do ano, trabalhava lavando roupas, cobrando Cr\$100 a trouxa, além de se prostituir, ganhando em média Cr\$2 mil por noite. Foi abandonada pelo marido após descobrir que ele também era companheiro da sua irmã, e retornou ao canavial para criar seus filhos.

Figura 12 - Estefânia decidiu 'ir á luta'



Figura 13 - Uma vida cara e sem esperança



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1982.

Regressa à Usina Sapucaia, onde seu pai, Agnaldo Carvalho da Penha havia trabalhado. Seu depoimento revela a situação de milhares de trabalhadores da lavoura:

Aqui em Campos uma empregada doméstica só consegue ganhar Cr\$3 mil por mês, no máximo Cr\$ 4 mil. E ninguém quer uma mulher com três filhos. Lavando roupa ganho Cr\$400 por mês, na base de Cr\$100 a trouxa. E quando soube que as meninas lá da Churrascaria Dominique (eufemismo muito utilizado no interior fluminense para encobrir as casas de prostituição) estavam arranjando até Cr\$ 60 mil por mês, resolvi experimentar. Entre passar fome com minhas crianças e **me virar** e decidir **ir à luta** - diz com desembaraço.⁹⁹

Situação mais delicada encontravam-se os trabalhadores clandestinos, sujeitos das pautas das reuniões dos sindicatos, dissídios coletivos e jornais. Abordo a seguir suas particularidades, dialogando com a bibliografia analisada e problematizando a figura do empreiteiro, responsável por essas contratações.

2.4.3 Trabalhadores clandestinos.

O trabalho clandestino abarcava todos os gêneros, mas as mulheres e crianças ocupavam a maioria pelos salários inferiores, ausência de vínculos empregatícios, carteira de trabalho ou registro formal. Seus pagamentos eram acordados diretamente com o administrador da fazenda, empreiteiro ou chefe da família.

As empreiteiras eram empresas (juridicamente registradas) dos “donos de firma”, que através dos “empreiteiros” aliciavam mão de obra local e nacional e faziam as contratações para prestação de serviço nas terras das usinas ou de fazendas particulares.

⁹⁹ *Jornal do Brasil*: Uma vida cara e sem esperanças. 21 de fevereiro de 1982. Grifos originais.

Os empreiteiros eram agentes que levavam as turmas para o serviço, gerenciavam o pagamento e ganhavam um percentual sobre a produção diária (“a empreitada”) ou sobre a produção individual de cada trabalhador, além de receber um salário da usina.

A maioria das usinas custeava o transporte dessas turmas para os canaviais, geralmente conduzidos em caminhões e o pagamento era realizado através do empreiteiro quinzenalmente ou semanalmente. O pagamento aos trabalhadores baseado na produção, já evidenciado seu caráter conflitivo, causa de roubos e desentendimentos.

Diversas estratégias de dominação foram aplicadas para controle do trabalho desses clandestinos, uma delas estudada por Ribeiro (1987) era o acordo estabelecido entre o empreiteiro e um trabalhador mais forte, com ritmo de trabalho mais constante, cuja produção deveria “puxar” seus companheiros de turma ou de linha¹⁰⁰. Com isso, o trabalhador “super-homem” ganhava benefícios salariais pelo esforço ao mesmo passo que aumentava a superexploração da turma e o lucro do empreiteiro, dependente do sucesso da jornada.

No formato da empreitada, a classe patronal não tinha responsabilidade e encargos trabalhistas, sendo todos condicionados à empresa contratada pela usina. Os direitos, no entanto, não eram pagos e os trabalhadores sofriam com constantes ameaças e exploração, encontrando dificuldades para reivindicar na justiça seus direitos.

O "dono de firma" é o responsável jurídico, aquele que estabelece o contrato geral para a safra e que ganha no contrato de cada usina. Também é aquele que retém indevidamente a soma correspondente aos encargos sociais pagos pela usina para parte dos trabalhadores que são "contratados". Algumas vezes manipula esse capital em forma de "prêmios de incentivo", mas numa soma que jamais corresponde à conta no papel, do valor real devido. Em geral, são figuras com estigma de "corruptos" ou de "caráter pouco recomendável" segundo a opinião pública local" (RIBEIRO, 1987, p.188).

Importante consideração acerca do aliciamento dos trabalhadores é elaborada por Neves (1989), revelando as dificuldades encontradas pelos administradores de usina para contratação do trabalho clandestino, rejeitado pelos próprios locais devido ao abuso, a injustiça no pagamento e o desrespeito. Desta forma, encontram soluções no aliciamento nas regiões Norte e Nordeste, principalmente em áreas com baixos índices de empregos e/ou assoladas por secas e escassez de alimentos.

O trabalho do empreiteiro não é exclusividade em Campos, e esse modelo foi amplamente difundido a partir dos anos 60 por todo o país. Palmeira (2015) chama

¹⁰⁰ As canas são cortadas em formato de linhas e ruas, onde podem trabalhar uma ou mais pessoas, conforme já explicado.

atenção que o trabalho por empreitada não era desconhecido na Zona da Mata, mas que não constituíam até anos 1963/1964 um formato generalizado e os proprietários os utilizavam apenas nas épocas das safras. Até 1963, o serviço era acertado diretamente com os trabalhadores que se voluntariavam, através de indicação pelos gerentes das usinas ou com os empreiteiros. Expõe que uma condição imposta para permanência dos moradores e principalmente de seus filhos na terra, durante a fase adulta, é sua associação a um empreiteiro, cujos direitos trabalhistas não são pagos. Segundo as condições, essa estratégia de manipulação obriga o trabalhador a acatar a "sugestão" e se manter próximo a família ou ser expulso sem poder requerer indenização (PALMEIRA, 2015, p.184).

Os empreiteiros e os usineiros operavam semelhantemente em muitos casos. Não compreendo essas semelhanças enquanto coincidências ou acasos, mas estratégias internalizadas e estruturadas nas relações da lavoura, visando o benefício dos patrões. Outra delas, exposta pelo autor são o roubo da balança e a “cana-suja”, atribuindo áreas com muita palha ou mato ao cortador, necessitando o aumento da produção para atingir o limite mínimo estabelecido (PALMEIRA, 2015, p.189).

Silva (1999), ao analisar o território paulista e dos espaços de produção da cana-de-açúcar, café e laranja, destacou a trajetória dos empreiteiros, anteriormente conhecidos como “gatos”. Os gatos, para a autora, eram intermediários, agenciadores entre os trabalhadores agrícolas e a indústria, usina ou fazenda, responsáveis pelos salários dos trabalhadores. Em seu estudo, as trajetórias desses sujeitos estavam ligadas ao trabalho rural, tendo sido, em maioria, sitiantes e meeiros. O gato tinha em sua identidade a vivência e o conhecimento do serviço, dos trabalhadores e mecanismos de dominação por ter sido ele próprio um trabalhador bóia-fria. Era contratado pela usina para realizar o recrutamento, vigilância, encaminhamento e pagamento.

A substituição dos gatos pelos empreiteiros ocorreu através das mudanças de “roupagens” da figura desse agenciador, cujas responsabilidades e percepções acerca do trabalho sofrem mudanças nos critérios valorativos. No estudo de Silva (1999), os gatos eram responsáveis pela organização do trabalho, mas não assumiam as responsabilidades legais e recebiam, além do salário, parte da produção da sua turma.

Já os empreiteiros, podendo ter sido anteriormente “gatos”, eram agenciadores cujas responsabilidades jurídicas incidiam sobre sua firma. A usina ou fazenda abstinha-se dos deveres legais para com os trabalhadores, inseridos nesses casos como prestadores de serviços contratados pelo empreiteiro, mas submetidos às mesmas relações de dominação e trabalho do que os trabalhadores fichados pela agroindústria.

Em estudo recente, Guanais (2018), ao analisar trabalhadores migrantes do município de Tavares, na Paraíba, para São Paulo, relata que naqueles locais os arregimentadores ou turmeiros (o equivalente ao empreiteiro) são pessoas com trajetórias de vida ligada àquele local, com conhecimento tanto do pessoal da usina quanto de origem, e selecionam os trabalhadores com base no conhecimento sobre o perfil, a força física e as condições de necessidade. A autora traz importantes reflexões sobre as relações de parentesco e amizade que envolvem os sujeitos de sua pesquisa - os cortadores - e os arregimentadores.

Assim, ao se utilizarem do olhar e do conhecimento nativo dos arregimentadores as usinas garantem uma maior precisão na escolha de seus trabalhadores e, portanto, reduzem os problemas e tensões no decorrer da safra. É por essa função que eles acabam funcionando com um “olho da empresa” nas cidades de origem dos trabalhadores, já que se encarregam de realizar essa primeira e importante triagem para as usinas (GUANAIS, 2018, p. 74).

Bruno (2019) ao refletir sobre os processos de aliciamento da mão de obra, pondera que o momento inicial do agenciamento é marcado pela agradabilidade dos aliciadores e das promessas de oportunidades no trabalho. No entanto, ao chegarem nas fazendas, prevalece “o tempo das coações e das ameaças” (BRUNO, 2019, p. 153). De fato, esse é o percurso seguido pelos empreiteiros da região de Campos, cujo exemplo abaixo é comum.

Foi registrado, em julho de 1983 a primeira de uma série de reportagens no *O Fluminense* acerca de uma empreiteira, gerenciada por Antônio Quirino, cujas situações de trabalho análogo à escravidão puderam ser encontradas. O empreiteiro trouxe 125 trabalhadores, mais mulheres e filhos, de Murici, no estado de Alagoas¹⁰¹, com proposta de salários de Cr\$100 mil mensais e prosperidade para trabalhar na fazenda Monjolo, de propriedade da Usina Santa Cruz.

Os trabalhadores estavam famintos, dormindo em um velho prédio chamado curral, onde costumavam levar animais doentes. A brutalidade dos empreiteiros após o início da viagem foi destacada pela reportagem, alegando que um dos trabalhadores, Severino Ramos, de 29 anos, quase foi morto à golpes de foice por Antônio Quirino ao reivindicar um tratamento mais justo. Os trabalhadores e suas famílias, segundo a matéria, desejavam retornar para o estado o mais rápido possível¹⁰².

¹⁰¹ O *Jornal dos Sports*, na edição do dia 28/07/1983 também ressalta o mesmo número de trabalhadores. O caso também é noticiado na edição do dia 08/08 do mesmo ano.

¹⁰² *O Fluminense*: Trabalho-escravo no Norte-RJ é denunciado. 23 de julho de 1983.

Figura 14 - Trabalho-escravo no Norte-RJ é denunciado



Fonte: *O Fluminense*, 1983.

Posteriormente, na edição do dia 26/07/83, é ressaltada a mobilização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para resolver a situação e conceder ajuda a estes trabalhadores, onde o presidente Manoel Nascimento cita só ter tido ciência do ocorrido através do jornal, demonstrando a dimensão das relações de domínio presentes nos territórios da usina, além do controle das informações do que se passa nas unidades produtivas.

“Só tomamos conhecimento do problema porque lemos em "O FLUMINENSE". Ninguém nos procurou, mas entendemos isso pelo fato das famílias não serem daqui e, portanto, nada conhecerem. O sindicato, entretanto, não se omitirá e queremos tudo esclarecido”¹⁰³.

Os trabalhadores teriam saído de Alagoas no dia 19 de junho, e segundo o depoimento do presidente Manoel Nascimento:

“Levaram cinco dias viajando de ônibus - passaram fome e frio - e tiveram como primeiro emprego a Agrisa, no Vale do São João. Mas lá permaneceram apenas duas semanas. O empregador Antônio Quirino, em seguida, levou seus trabalhadores para a Fazenda Monjolo, na Usina Santa Cruz, onde permanecem enfrentando todo o tipo de privações.”¹⁰⁴

Após as denúncias feitas à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), os 125 trabalhadores e familiares desapareceram da Usina Santa Cruz. Naquele momento, segundo o Subdelegado Regional do Trabalho, Afonso Barbosa, a hipótese era que estivessem cortando cana no sertão de São João da Barra¹⁰⁵. Conforme a reportagem

¹⁰³ *O Fluminense*: Ministério Apura Trabalho Escravo, 26 de julho de 1983.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁵ *O Fluminense*: Fiscais chegam e boias-frias somem. 27 de julho de 1983.

produzida pelo jornalista Moacir Cabral, os trabalhadores chegaram em Campos no dia 25 de junho.

Cabral demonstra nesta mesma matéria que para o Subdelegado do Trabalho e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 78 homens estavam desaparecidos. Foram levadas 143 pessoas entre *operários*¹⁰⁶, mulheres e filhos. Um comerciante chamado Geraldo Kalil abrigou todas as famílias que chegaram a Conselheiro Josino, na Fazenda Nossa Senhora da Penha, custeando a alimentação e com ajuda da comunidade os auxiliou a encontrar emprego.

Figura 15 - Fiscais chegam e bóias-frias somem



Fonte: *O Fluminense*, 1983.

Um trabalhador relatou sobre as condições da Fazenda Monjolo, pertencente à Usina Santa Cruz como: "*Virgem, aquilo é coisa do demo*", onde sofreram privações, passaram fome e crianças adoeceram. Ainda de acordo com Cabral, cerca de 40 trabalhadores encontravam-se, ainda, com o empreiteiro Quirino, trabalhando no Parque Novo Mundo. Quirino acusava seus opositores de "tentarem roubar os seus trabalhadores"¹⁰⁷.

Segundo *O Fluminense*¹⁰⁸, até o dia 5 de agosto os trabalhadores continuavam sem vínculo empregatício, recolhimento do FGTS, remuneração de dias de descanso e assistência do Funrural. A Subdelegacia do Ministério do Trabalho, em conjunto da Delegacia de Polícia estava investigando e localizando os trabalhadores para acusar criminalmente Quirino.

¹⁰⁶ Termo utilizado pela reportagem, mantido por mim.

¹⁰⁷ *O Fluminense*: Boias-frias passam muitas privações, 3 de agosto de 1983 03/08/1983.

¹⁰⁸ *O Fluminense*: Drt apura casos de bóias-frias, 5 de agosto de 1983.

Três dias depois, em reportagem no *Jornal dos Sports (RJ)*¹⁰⁹, é exposta à ação do Ministério do Trabalho para processar Antônio Quirino por crimes contra a organização do trabalho, realizado pela equipe de sindicância do Delegado do Trabalho Luis Carlos de Brito, ao recolher o depoimento de 17 trabalhadores, comprovando a existência do trabalho-escravo pelo empreiteiro.

Em reportagem no final de setembro para *O Fluminense*, o Diretor-Superintendente Geraldo Hayem Coutinho, da Agrisa - Agroindústria São João, para onde os trabalhadores foram levados inicialmente e permaneceram por duas semanas, alegou que ao perceber que os pagamentos não eram repassados teria desfeito o contrato com a empresa de Quirino. Alguns trabalhadores chegaram a Cabo Frio fugidos dos "capangas" do empreiteiro, e conforme a reportagem, eram vigiados nos galpões por homens armados¹¹⁰.

Apesar da mobilização deste caso, cujas ações dos órgãos públicos, inclusive dos vereadores da câmara de Cabo Frio e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foram indispensáveis para trazer o debate acerca do problema das empreiteiras e dos trabalhadores clandestinos, a situação não findou por definitivo o modelo de contratação. Os movimentos dos sindicatos ao longo da década de 80 evidenciam a permanência de condições precárias de cerca de 15 mil trabalhadores clandestinos, e as greves de 1984 e 1985 demonstram isso.

Em edição especial sobre o Norte-Flu, *O Fluminense* publicou a reportagem "Distorções existentes no meio rural, propiciam surgimento de 'novos-ricos'", explicando com números como os empreiteiros enriqueciam. Certamente, à custa da retirada do direito dos cortadores e da sobrecarga de trabalho. O jornal respondeu à pergunta "e quanto ganha um empreiteiro de 'bóias-frias'?", com cálculos, considerando:

Suponhamos que um empreiteiro transporte uma turma de 15 pessoas eficientes para cortar cana numa propriedade. Esta turma trabalha na base de 20 carretas de cana, de seis toneladas, diariamente. Em 1,5 tonelada, o fazendeiro paga ao empreiteiro Cr\$45,00 no corte. (Cr\$90,00 pelo mesmo peso quando o empreiteiro entra com o carreto para transportar para a usina). Uma carreta de cana daria, portanto, (na base de Cr\$45,00 p/1,5 toneladas), Cr\$180,00 para o empreiteiro (sem computar o carregamento para a usina). Vinte carretas seriam igual a Cr\$3.600,00 por dia para o empreiteiro. Seu ganho líquido equivaleria a esta quantia menos o custo diário dos trabalhadores, que, a Cr\$50,00 cada, equivaleria Cr\$ 750,00. Portanto, Cr\$3.600,00 menos Cr\$750,00, é igual a Cr\$2.850,00. Ou seja, o lucro líquido diário para o empreiteiro. Mas este cálculo foi feito "por baixo". Sabe-se que a maioria dos empreiteiros chega a faturar até Cr\$5 mil diariamente, pois os próprios caminhões cabem 60 "bóias-frias" em pé, transportados como gado,

¹⁰⁹ *Jornal dos Sports (RJ)*: DRT processa empreiteiro que explora "bóias-frias". 8 de agosto de 1983

¹¹⁰ *O Fluminense*: Peões nordestinos eram escravizados. 21 de setembro de 1983

sem as mínimas condições de segurança. Só no distrito de Tocos existem oito empreiteiras¹¹¹.

Além da importância desta reportagem para elucidação das disparidades das condições, reforça a saúde dos trabalhadores que era debilitada, principalmente na época do plantio, onde os defensivos químicos aplicados, ao entrarem em contato com as mãos dos trabalhadores deixavam os membros em carne viva. De acordo com Iamamoto & Costa (2015),

em Campos a aplicação de fungicidas mercuriais ocorria em dois momentos, na época do plantio: o primeiro, inteiramente manual, quando os toletes de cana eram banhados por uma solução de água e fungicida; o segundo, mediante a pulverização da mesma substância nos toletes através de bomba manual. As partículas podiam penetrar nos pulmões por vias respiratórias, cutâneas e digestiva, ingressando na corrente sanguínea e causando intoxicação dos trabalhadores. O contato dérmico ocorria quando se preparava a solução, durante a aplicação e no plantio. A ingestão ocorria durante a alimentação, feita no mesmo local de trabalho (IAMAMOTO & COSTA, 2015, p. 653).

Além disso, as autoras ressaltam os efeitos dos compostos organomercuriais no organismo, permanecendo no plasma e glóbulos vermelhos por até três meses. Ao analisar os estudos realizados pelo Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio (INT/MIC), de 10 a 14/12/1979, as autoras informam os sintomas apresentados pelos 29 voluntários acompanhados pela pesquisa, com recolhimento de amostra de sangue, fezes e urinas. Dos resultados, conforme evidenciam as pesquisadoras:

Mais de 50% apresentavam sinais de alteração no sistema nervoso: tremor de mão (14); dislalia (quatro); alteração de marcha (dois). Alterações dermatológicas foram encontradas em aproximadamente 80% dos lavradores examinados, predominando rarefação de pelos e alopecia (14); eczema de contato (seis). Outros dados obtidos foram: hipertensão arterial (seis casos); edema (quatro); cefaleia (dez); dores articulares (sete); lipotimia (três); insônia (três); alterações renais (dois). (IAMAMOTO & Costa, 2015, p. 654)

Conforme a entrevista realizada com José Carlos Souza Freitas¹¹², presidente do STRC, de janeiro a novembro de 1977 haviam sido protocolados no Funrural 1.873 acidentes de trabalho, além de cerca de dois mil que não chegaram a ser atendidos no posto de saúde. Além disso, Freitas destacou acidentes como as palhas de cana que poderiam causar cegueira e os cortes de facão. Naqueles locais, não havia fornecimento

¹¹¹ *O Fluminense*: Distorções existentes no meio rural, propiciam surgimento de “novos-ricos”. 16 de dezembro de 1977.

¹¹² José Carlos de Souza Freitas começou a trabalhar aos nove anos. Na usina, começou em 1959 como clandestino, sem carteira assinada, tendo assinado a carteira em 1963 (IAMAMOTO & COSTA, 2015, p.660).

de equipamento de proteção individual e o presidente do sindicato afirmou que os patrões não aceitavam a utilização das luvas, pois acreditavam diminuir a produção¹¹³.

A exploração e a humilhação também eram sentidas pelos trabalhadores diaristas, que aparecem na literatura como modelo de trabalho rejeitado, ao máximo, pelos patrões. Eram utilizados principalmente no período entressafra ou quando necessitavam acelerar o corte e a moagem. Os pagamentos eram efetuados pela tarefa realizada no dia. Essa categoria de trabalho não agradava os empreiteiros, pois consideravam os trabalhadores “moles demais”, pois o salário era independente da produção realizada.

Os valores referentes ao pagamento também eram distintos entre os jovens, principalmente aqueles entre 14 e 18 anos, de contratos com tempo determinado, sem possibilidade de alcance do salário-mínimo regional, independente da produtividade. “Definidos como **aprendizes**, embora alguns realizem o mesmo trabalho daqueles considerados adultos, recebem 50% do salário mínimo quando têm 14 a 16 anos e 75%, quando têm de 16 a 18 anos” (NEVES, 1989, p.35). Os jovens entre 14 e 16 anos eram contratados como diaristas ou horistas, e suas atividades era limpa da cana, irrigação, acompanhamento de motocanas – recolhendo as que caíram pelo caminho – e distribuição de água aos trabalhadores.

Sigaud (1978) registra uma exceção. Relata que os trabalhadores moradores da fazenda analisada por ela, na Zona da Mata de Pernambuco, preferiam o trabalho por diária ao invés da produção, devido às condições impostas a eles. Segundo a autora, aos trabalhadores-moradores eram oferecidos os piores canaviais, com muita palha para retirar, canas pouco produtivas e distantes, privilegiando os trabalhadores do empreiteiro com os melhores eitos, visando acirrar a competição e aumentar a cota diária. As condições daqueles trabalhadores eram tão degradantes que a diária se tornava melhor do que o pagamento por produção, tendo em conta que as condições da execução do trabalho eram perigosas, cansativas e pouco rentáveis.

Guanais (2018) explora a lógica da usina sobre o pagamento da diária, por eles considerados como desvantagem. Naquele formato, precisavam aumentar a vigilância dos trabalhadores e “ficar no pé” para produzirem, pois, conforme dito, a remuneração estava desassociada da quantidade de cana cortada ou da execução do serviço. Além disso, a

¹¹³Essa última informação não foi até o momento encontrada por nós em nenhuma outra fonte, mas é importante de ser mencionada.

autora demonstra em seu estudo que os sujeitos por ela entrevistados sentiam-se mais livres ao executar o trabalho por produção, porque ditavam o ritmo de atividade e descanso, enquanto na diária os fiscais eram mais rígidos e exigiam o menor tempo de descanso possível.

O descanso dos trabalhadores, sejam eles rurais ou não, esbarram nos interesses do capitalista em explorar ao máximo a produtividade da mão de obra contratada. Desse modo, os descansos, pausas, intervalos, conversas não são bem-vistas e, segundo eles, devem ser punidas. "Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’" (THOMPSON, 1998, p. 298). Essa lógica está presente no trabalho por diária.

Creio, no entanto, que aquilo que os patrões consideram “desleixo”, “o descaso”, “a preguiça” dos trabalhadores da diária são, na verdade, formas silenciosas da resistência. Scott (2000) pondera que os grupos subordinados apresentam formas sutis de resistir a dominação em contextos onde a ruptura com o *status quo* não é possível. Desse modo, os trabalhadores nas oportunidades existentes utilizam de fofocas, intrigas, descanso, canções, contos, entre outros, como meio para burlar as regras dos dominadores.

No trabalho por diária, poderia ocorrer dos trabalhadores estabelecerem o que o autor considera “formas silenciosas da resistência camponesa”, ao burlar o desejo de auto exploração que os patrões acreditam incutir nos seus empregados. No entanto, não podemos desconsiderar o limite dessa resistência, tendo em conta o desequilíbrio de poder e a possibilidade de não conseguirem empregos futuros se não executarem o mínimo esperado.

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2000, p.24).

Outras formas de dominação eram exercidas sobre todos trabalhadores das categorias analisadas acima, aparentam ser um traço da agroindústria canavieira. Silva (1999) ressalta a existência de lista negras - registros contendo nomes dos trabalhadores e informações – que ainda hoje circulam entre as usinas para evitar a contratação de alguns “perfis”. São listados, geralmente, aqueles que tiveram desentendimento com os patrões e funcionários, militantes dos sindicatos ou então aqueles indenizados através dos

processos. As listas são enviadas para as usinas no início de cada safra e na região de São Paulo, ficam impedidos de prestar serviços por três anos.

Devido ao desconhecimento do nome real dos trabalhadores, identificados comumente por sobrenomes, categorias físicas e/ou regionais, alguns conseguem burlar esse sistema ao serem contratados diretamente pela administração. Mas, se estiverem acostumados a prestar serviços aos empreiteiros, dificilmente escapam do desemprego, diante do conhecimento sobre os canavieiros das turmas.

Guanais (2010), ademais, aponta a existência dos “ganchos”, que “são os mecanismos criados e utilizados no dia a dia do trabalho para suspender por um tempo aquele cortador de cana que não tenha executado bem sua tarefa ou que tenha desobedecido ao fiscal” (GUANAIS, 2010, p. 52). Como os trabalhadores recebem por produção, “levar um gancho” significa não obter salário correspondente ao período, prejudicando indescritivelmente a subsistência familiar, já que dificilmente conseguem comprar alimentos nos barracões sem terem trabalhado.

Mediante ao que foi dito, aponte neste capítulo algumas possibilidades sobre as características inerentes da agroindústria canaveira em Campos, mas essas possibilidades não se restringem apenas a essa região. Conforme demonstrei, os exemplos de outros estados também servem para analisar a realidade campista e indicar as continuidades e rupturas das práticas.

2.4.4 Considerações finais sobre o capítulo.

A exploração e a dominação sofrida pelos canavieiros estava diretamente associada ao modelo de produção latifundiário e monocultor. O usineiro ou fazendeiro exercia a autoridade máxima nas suas propriedades, mesmo com a existência da lei e das instituições na democracia. A própria existência de capelas, barracões, postos de saúde e escolas dentro das fazendas tornava aquele espaço um microcosmo governado, quase totalmente, pela elite proprietária de terras. Freyre (2003) já havia discutido sobre o caráter de mando e exercício do poder dos proprietários, e nos parece plausível, diante da discussão acima, apontar como continuidades alguns desses elementos.

O trabalhador, na visão do patrão, é mão de obra substituível e sem valor humano. Quando os trabalhadores locais, cansados da exploração sofrida se recusavam a aceitar o que os oferecia, encontravam modos de trazer mão de obra de regiões empobrecidas e com poucas alternativas de subsistência. Não à toa os empreiteiros na literatura

especializada dão preferência a regiões como as regiões do sertão nordestino e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A escolha não ocorre pelo acaso, mas pela certeza da ausência de perspectivas dos mais pobres, fazendo com que migrar seja a única forma de manter a família viva. Essa dinâmica mantém-se quase inalterada.

Além disso, o quanto o trabalhador pode receber - em especial, o máximo -, era e continua sendo um dos controles mais caros aos patrões. Ao determinar o roubo descarado da produção e do volume de cana cortado, o patrão não só extrai seu lucro, como impede o acesso a determinados bens materiais que levariam a uma mudança material. Ao definir o salário máximo, mesmo com o pagamento por produção, a elite garante a impossibilidade de buscar empregos em outras cidades e boicota o acesso à compra de terrenos para viver da própria produção. Objetivam limitar o sonho de migrar, colocando o barracão como única alternativa de compra, minando o poder de compra do seu salário e endividando diariamente o canavieiro. Com dívidas e sem pagamentos em espécie, são acorrentados às palhas da cana, se transformam quase que em cativos.

A prática do poder, no entanto, não conta apenas com a coação e com a força física. Os atos simbólicos e os contrassensos compõem a dissimulação da classe patronal, já que em momentos de comemoração pelo fim da safra, através da premiação de trabalhadores com alta produtividade ou nos momentos de ajuda, ressalta, através do discurso - e do ato de levar o trabalhador para suas esferas como a “casa-grande” - a colaboração, o esforço e a dedicação.

Cada vez mais, como aponta Guanais (2010), a agroindústria tem diversificado suas estratégias para dominar seu quadro de funcionários. Após os anos 1990, investe em mão de obra especializada e técnica nos escritórios e na administração, como agrônomos, engenheiros, psicólogos e administradores para pensar novas formas de atingir o trabalhador canavieiro. As estratégias de dominação direta - como ordens, gritos, coerção, ameaças de demissão - já foram debatidas, mas atento para as modificações internas realizadas pelas empresas, para auxiliar na “doutrinação” do trabalhador frente às exigências por produtividade, maiores a cada safra.

Guanais (2010) indica a formação de cursos - para além dos tradicionais sobre as técnicas do corte da cana -, sobre os valores e missões da empresa, posições e atitudes que um bom "colaborador" (termo capitalista que estabelece falsas assimetrias das relações entre patrões e empregados) precisa ter para ser reconhecido e bem sucedido na Usina. Há atualmente, portanto, novas formas de dominação simbólica, aplicadas através de estratégias administrativas de liderança, autoajuda e recompensar como sorteios,

prêmios e reconhecimento público. Obviamente, destinam-se àquelas que melhor aderem ao comportamento desejado pelos superiores, relacionado à assiduidade do trabalho, ausência de reclamação, não “fazer questão” na justiça sobre o descumprimento da legislação trabalhista, entre outros.

Esses elementos não são irrelevantes ao pensar o cenário das usinas, pelo contrário, desconstruem a visão tradicional de dominação e a percepção dos latifundiários sobre sua própria forma de exercer o domínio e o controle. Ao analisar a documentação mencionada acima sob a ótica da teoria, aprendemos novas concepções de poder e dominação para além da humilhação como um recurso, da animalização e ameaça de demissão.

Os pequenos feitos, pequenos momentos de falsa igualdade são determinantes para manutenção da estrutura de poder e evitam revoltas constantes. Hun (2019) relaciona a violência como forma de dominação à uma fraqueza das estruturas de poder, e concordamos na medida em que apenas a violência ou a coação não poderiam ao longo de tantos anos submeterem trabalhadores sob o jugo da humilhação. O fiscal que evita “pegar no pé” dos trabalhadores por produção, o “apontador” que em determinado dia não continua a roubar de um trabalhador “cabeça quente” após reclamação, o usineiro que oferece o transporte das crianças até a escola, dentre outros exemplos, são apontamentos do limite entre a aceitação e a revolta.

Não estou, de modo algum, tentando determinar até qual ponto os trabalhadores podem suportar a dominação sem resistência, mas demonstrando o jogo de “tira” e “oferece” praticado pela elite campista para se manter no poder. As razões históricas, as lutas dos negros escravizados e o medo dessa elite campista ao longo dos séculos, dado aos diversos crimes de assassinatos contra senhores de engenho podem ser utilizados, no futuro, para relacionar essas ações. A elite, bem como os trabalhadores, possui consciência deste jogo e de suas regras. Os primeiros, tentam manter a todo custo suas vitórias permanentes, enquanto os segundos, apesar de mais fortes, não conseguiram ainda a organização - para além das representações sindicais - necessária para ruir ou ameaçar essas estruturas, salvo algumas exceções.

Apesar disso, resistem da maneira como é possível, através da resistência silenciosa (SCOTT, 2000) ou da justiça do trabalho, mas expõem para as instituições e órgãos governamentais a sua existência, sinalizando a desordem e a injustiça ao qual são submetidos. O objetivo deste capítulo, além de demonstrar as condições de trabalho,

retomou o debate sobre Campos, cujas análises sobre os trabalhadores e suas greves nos anos 1980 não permaneceu no foco das discussões.

As razões acima - e muitas outras - foram responsáveis por levar a organização e mobilização em torno da greve de 1984, a primeira no período da redemocratização, mas não a única. Ao longo das greves de 1985, 1986, 1987 e 1989, essas questões foram uma constante e reafirmaram a importância da discussão sobre os trabalhadores-moradores, os bóias-frias, o pagamento por produção, os contratos e as dominações através deles, entre outros. Indico, constantemente, o cenário vivenciado pelos trabalhadores antes, durante e depois das greves, para demonstrar ao leitor o que estava em jogo nos momentos de paralisação da produção. As greves evidenciam, no discurso, nas marchas e nas assembleias uma ferida sempre aberta e uma trajetória de abusos e violências sofridas pelos canavieiros.

A greve é momento de força e de união. É o podão contra o revólver, o pobre contra o rico, o dominado contra o dominador. No capítulo abaixo, analiso atentamente a greve de 1984, quais questões estavam em jogo, os responsáveis pelo andamento, bem como as vitórias e conquistas. Poderão perceber algumas repetições de ideias ou explicações, mas servem para elucidar o caráter dinâmico dos processos históricos, bem como explicar a construção e comprovação das hipóteses.

CAPÍTULO 3: A greve de 1984: Luta, ação e poder

Momentos importantes

Maio (1979) – III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais

Outubro (1979) – Greves da Zona da Mata de Pernambuco

Agosto (1981) – I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

Agosto (1981) – Negociação do Dissídio Coletivo dos Trabalhadores Rurais de Campos e região

Fevereiro e março (1984): Início da mobilização e assembleias realizadas pelo sindicato.

Junho (1984): tentativas de negociação pelo MSTR das conquistas obtidas em Guariba.

15 de julho (1984): Reunião de preparação para o I encontro.

22 de julho (1984): I Encontro dos Canavieiros do Estado do Rio de Janeiro, localizado no automóvel clube - momento de decisão das propostas a serem encaminhadas aos usineiros. Prazo de resposta 7 dias. Contou com a presença de todos os setores canavieiros do Rio e os apanhadores de laranja.

29 de julho (1984): Assembleia de decretação da greve de Campos e região, dada a recusa dos usineiros em atender às exigências.

30 de julho (1984): Paralisação decretada às 00h, com fim 36 horas depois.

31 de julho (1984): Negociação na Delegacia Regional do Trabalho e fim da greve campista com vitória dos trabalhadores.

3.1 Introdução

A sucinta cronologia acima tem por objetivo situar temporalmente o leitor nos acontecimentos até a greve de Campos. Logo, o objetivo desse capítulo é introduzi-la, partindo das suas múltiplas interpretações e indicando elementos não abordados pela bibliografia especializada, como as análises das exposições de sindicalistas, jornais e momentos posteriores a assinatura do acordo. Ao longo do texto, percebe-se que o movimento é fruto do acúmulo das experiências dos eventos, congressos e ações diárias de resistência.

As experiências constituem para os grupos humanas uma referência no tempo e no espaço, pautadas na compreensão das transformações ao seu redor e do seu lugar no

mundo. É fruto de uma reflexão, consciente ou não, de que as coisas mudam. Ao dizer que o movimento de 1984 é marcado pelo acúmulo de experiências, refiro-me tanto às experiências do movimento sindical, quanto as vivências do sujeito nas relações com a sociedade que o cerca. O mesmo ocorre enquanto organizados como classe.

As experiências, bem como as expectativas, são mais do que profundas recordações, elas constituem uma relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã. "São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político" (KOSELLECK, 2006, p.308). Ainda, elaboram os acontecimentos passados, torna-os possíveis de serem presentes.

É baseada na realidade (passada ou atual), é viva, podendo incluir no comportamento as possibilidades realizadas ou as falhas (KOSELLECK, 2006). De modo geral, podem ser acionadas nos momentos confrontos, auxiliando na direção, dando sentido, acalmando ou causando medo às pessoas. No contexto das greves, as lembranças, as expectativas e os laços entre o passado e o presente dos canavieiros de outras regiões eram vivas.

Portanto, a greve de Campos estava inserida em contextos de referência ao passado, baseada na experiência, e também na expectativa de mudanças semelhantes à outras lutas. Logo, são episódios extremamente necessários para compreender seu desenrolar, conforme demonstrado nos capítulos anteriores.

Segundo Ribeiro (1987), CEDI (1985) e Gonçalves (2019), múltiplos atores e órgãos dela participaram, apesar de suas influências serem compreendidas em níveis distintos pelos autores. Portanto, reflito sobre o movimento à luz da imprensa e dessas interpretações, indicando as convergências e divergência das hipóteses, ampliando o debate a partir das fontes analisadas. Devido ao tempo imposto para realização dessa pesquisa e a impossibilidade de entrevistar trabalhadores e membros dos Sindicatos, não pretendo restringir a atuação de cada ator, mas prefiro indicar como foram múltiplas as percepções e as contradições presentes nesse movimento.

No cenário público, a greve de 1984 é marcada pela presença da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG/RJ), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC), pela carestia, formas de exploração, dominação praticadas pelos usineiros e plantadores de cana. Para compreender como alguma dessas entidades e a conjuntura aparecem e se relacionam com a greve nas pesquisas e nos jornais, foi

necessário contextualizá-las no capítulo 1. Retomo algumas afirmações por compreender que o movimento de 1984 só foi possível devido ao acúmulo de experiências e eventos tanto da organização sindical, quanto das contradições patronais e Estado, que auxiliaram no processo de reflexão e tomada de consciência para novas formas de luta.

Embora a greve de Guariba apresente condições distintas, com reproduções diferenciadas do parque sucroalcooleiro, ainda sim a imagem expressada na mídia impressa provavelmente estimulou um gatilho da mobilização, que junto ao acúmulo das práticas políticas do sindicato, indicaram e fortaleceram a greve.

Minha hipótese articula o projeto do complexo CONTAG e as articulações com o movimento sindical campista, proposta por Ribeiro (1987), e a análise de Gonçalves (2019) sobre a construção do movimento através de encontros e reuniões. O que os jornais indicam é que havia uma movimentação desde o início do ano sobre a possibilidade da paralisação, tal como ocorreu em Guariba. Os trabalhadores discutiam essa possibilidade e os depoimentos colhidos por Gonçalves (2019) e a exposição oral dos sindicalizados, conforme analiso abaixo, apontam para um sentimento coletivo de transformação, onde a greve foi uma grande etapa. A greve era uma possibilidade próxima e suas bases já estavam sendo alicerçadas entre os trabalhadores.

Considero a importância do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ocorrido em 1979 com objetivo de unificar o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) e obter conquistas a partir da luta em conjunto. Além desse congresso, em 1980 ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Assalariados, organizado pela CONTAG e realizado em Carpina, Pernambuco. Nesse encontro, foram discutidas e aprovadas as propostas da luta unificada de 1981 para instaurar a Convenção Coletiva do Trabalho, unificando a categoria através de uma data base estadual, que diferiam e definiam anualmente as propostas previstas para a campanha salarial.

Com a luta integrada, a ideia seria pressionar pelo piso salarial e por cumprimento das legislações, bem como esperava-se que por serem muitos agentes envolvidos nas reivindicações, a repressão diminuiria. Em períodos de organização da campanha salarial eram encaminhadas as propostas de greve. Já no que se referia a data-base, “deve estar preferencialmente delimitada no momento em que se configura o auge da produção e da demanda de mão-de-obra, isto é, momento de maior dependência do capital em relação ao trabalho” (RIBEIRO, 1987, p.22).

Apesar da hipótese considerar as experiências da greve de Guariba, meses antes, indicamos os contextos distintos às quais aconteceram. Em Guariba, o governador apoiou

a dispersão através do uso da força, defendendo os interesses dos proprietários. No Rio de Janeiro, o governador à época, Leonel Brizola, engajado nas lutas pela redemocratização impediu – solicitado por Anthony Garotinho, radialista e militante pelo PDT¹¹⁴, e sua esposa, Rosinha Garotinho – a intervenção policial, garantindo a livre manifestação.

Conforme a entrevista de Paulo Honorato (presidente do STRC em 2016), concedida a Gonçalves (2019), a greve não foi orientada pelo governo ou pelo PDT, partido do governador e dos Garotinhos, mas contaram com seu apoio¹¹⁵. No plano regional, Rosinha e Garotinho auxiliaram, ainda, conseguindo carros para transporte dos sindicalistas até os canaviais para informar da paralisação, divulgando na rádio e convocando os trabalhadores para assembleia. Naquela conjuntura, o casal era respeitado e conhecido pelos campistas.

Logo, esses episódios são pontos de partida para as análises seguintes, já que auxiliam na compreensão das diretrizes da atuação do STRC em Campos até o momento da greve de 1984. Sem eles, não é possível perceber o quadro de referências e expectativas presentes no movimento campista. Por fim, conforme enunciado, algumas informações serão retomadas, mas não podem ser desconectadas dos contextos.

3.2 O fim dos anos 1970 e as mudanças do sindicalismo rural.

Os anos finais dos anos 1970 exercem uma influência direta nos movimentos sociais rurais, inclusive em Campos. Apesar de ainda existir naquele momento a repressão e perseguição aos líderes sindicais e suas entidades, há uma reorganização desses setores e a retomada das pautas e lutas, a partir de 1978. A CONTAG mobilizou suas federações para retomar a liderança e propor novas estratégias, principalmente pelo surgimento de outras entidades que criticavam o modelo proposto pela confederação e seu quadro político. A rearticulação reanimava o sindicalismo rural, e no caso do Rio de Janeiro, articulava novas alianças com os respectivos sindicatos.

¹¹⁴ Partido Democrático Trabalhista.

¹¹⁵ Segundo o entrevistado: “Olha, a greve de 84 eu não acompanhei, mas eu vejo contar muito que não foi fácil. O sindicato saiu daqui meia noite, uma hora da manhã, dormiram aqui e foram fazer os piquete na rua. Aí os grandes fazendeiros, os grandes usineiros, ligaram pra polícia. E a polícia ia pra lá, pra barrar. Eles conheceram o Garotinho [Anthony Garotinho]. Aí o Garotinho tinha um conhecimento com o Brizola. Porque Brizola, em 64, naquela revolução que houve, né, ele saiu do país, como contam, do estado do Rio, vestido de mulher, pra não verem ele. Aí Garotinho ligou pra Brizola e Brizola ligou pra um policial e mandou largar o povo. (...) Rosinha entrou junto com Garotinho, no meio da greve do pessoal do sindicato com piquete (Paulo Honorato, entrevista realizada em 09/12/2016 por Rayanne de Medeiros Gonçalves) (GONÇALVES, 2019, p. 102).

Não apenas as greves dos canavieiros, mas dos metalúrgicos no ABCD paulista abordada no capítulo 1, dos professores e dos bancários demonstraram a efervescência política nos momentos de retomada da abertura democrática. Nos anos que antecedem o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais e a própria greve de 1984, velhos e novos elementos foram mobilizados para combater os descumprimentos da legislação. Os trabalhadores percebiam como a justiça encontrava-se aparelhada, atendendo aos interesses das elites e tornando ociosos os processos, principalmente os trabalhistas. Nesse contexto de mobilização e desencanto com a esfera legal, portanto, que ocorreu o evento, com reflexos diretos em Campos.

O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais contou com cerca de 1600 dirigentes sindicais de toda parte do país e promoveu a difusão dos dissídios pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, o fim da figura dos empreiteiros, dos "gatos" e quaisquer intermediários e rejeitara qualquer tentativa de criação de cooperativas dos empregados temporários. As resoluções deste congresso também reforçaram a luta pela Reforma Agrária e pelo combate à expropriação dos trabalhadores, além da necessidade de reajustes nos órgãos fiscais e combate ao crescimento do latifúndio no Brasil (ANDRADE, 1981).

Ademais, Medeiros (1989) destaca outras pautas como a redistribuição de terras em áreas prioritárias e já desapropriadas, cumprimento da legislação trabalhista, direito à criação dos próprios estatutos pelos sindicatos, entre outras medidas. Dentre as proposições publicadas pelo encontro, destaco:

1) que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais exija do Governo a imediata decisão política de implantação da Reforma Agrária, massiva e drástica, visando promover a melhor distribuição da terra e modificações estruturais no regime de sua posse, uso e propriedade, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. (ANDRADE, 1981, p. 81)

Neste congresso houve a luta por alteração da legislação sindical, desejando plenos poderes de organização, atuação, filiação e afastando o Estado das instâncias de decisões, impedindo-o de dissolver os sindicatos através da administração pública. Em síntese, desejavam autonomia total. Além disso, o sindicalismo visava agregar alianças com o sindicalismo urbano em prol da reforma agrária e deixavam de considerar o governo – e suas fracassadas políticas agrárias – como um interlocutor, tornando-os um dos elementos a serem combatidos para alcance dos objetivos (MEDEIROS, 1989, p. 117).

A importância daquele momento resulta, ainda, nas estratégias seguintes, passando o MSTR incentivar uma postura mais combativa para o cumprimento da legislação, e não só as estratégias empregadas na justiça do trabalho.

Assim, se no nível das reivindicações mais imediatas, o III Congresso reafirmou a ênfase no cumprimento da legislação existente mas não respeitada, num plano mais geral, o deslocamento que apontamos trouxe consigo uma mudança de estratégias quanto ao encaminhamento das reivindicações: passou a ser proposta a pressão coletiva, com estímulo à mobilização, à ênfase nas ações de resistência e à valorização das iniciativas dos trabalhadores. Segundo o que se documentou do encontro, tratava-se não mais de pedir, mas de exigir. (MEDEIROS, 1989, p. 118)

As decisões do congresso são somadas à luta do STRC, principalmente pela possibilidade de manter a forma de luta – legalista –, mas obtendo apoio externo e multiplicando as conquistas. O STRC tem uma história marcada pela defesa da legalidade jurídica e pelo estabelecimento do diálogo através dos direitos previstos em lei, ao invés dos conflitos diretos e das pressões, diante das condições já analisadas.

Naquele momento, a pressão coletiva poderia ser, também, instaurada através dos processos. Esse elemento era conhecido e defendido pelos sindicalistas campistas, razão pela qual acreditamos terem adotado e aceito ingressar no movimento. Desse modo, decidem adotar uma das medidas propostas pela CONTAG como a moção de Dissídios Coletivos contra um ou mais patrões, contando com centenas de trabalhadores solicitantes, para pressionar a justiça a resolver aqueles conflitos.

O Dissídio compõe a convenção coletiva do trabalho. Para chegar até esse momento, há um processo relativamente longo, onde são realizadas diversas assembleias gerais de conscientização em cada município, discutindo as condições reais de trabalho, as possibilidades de melhorias, reflexões sobre a luta coletiva. São estruturadas demandas coletivas em diversos municípios, levado a conhecimento da classe patronal através de documentos oficiais, por meio do FETAG e dos Sindicatos da Região. Caso os patrões recusem, como geralmente ocorria, encaminha-se a DRT para agendar reuniões para discussão das cláusulas.

É, portanto, uma ação judicial que pode ser instaurada quando não há possibilidade de negociação com os patrões em questões sobre salários, condições de trabalho, pagamento de férias, verbas rescisórias, entre outros. Pretende mediar as relações entre empregados-empregadores para um ponto em comum. Do ponto de vista jurídico, é um processo burocrático cujas etapas devem ser seguidas à risca para existir.

Divide-se em cinco fases: (1) A petição; (2) o reconhecimento da petição pelo presidente do TRT que encaminha a notificação para a outra parte e marca a audiência; (3) Audiência de Conciliação ou Mesa Redonda de Negociação na DRT. Não havendo conciliação, entra na fase seguinte; (4) fase pré-julgamento para recolhimento dos documentos das partes contendo "Razões Finais". A procuradoria sorteia os juízes relator e revisor que dão o parecer ao processo. A procuradoria marca a data do julgamento; (5) julgamento pelo TRT. Cabe ainda a possibilidade de recurso ao supremo (TST) em caso de discordância no resultado do julgamento. (RIBEIRO, 1987, p. 26)

Faz-se importante realizar esse percurso até a greve de 1984, pois uma das razões da greve era o desencanto com os processos e o desejo por soluções mais imediatas e concretas, de certo modo contrárias às formas de reivindicação do STRC. A derrota na conquista do dissídio de 1981 contribui para a formação de novos quadros políticos e repertórios de ações. Tilly & Tarrow (2015) consideram que um confronto político envolve o conflito com o Estado, mas também nas organizações responsáveis pela mobilização dos conflitos.

Desse modo, estava posto naquele instante uma disputa causada por rupturas internas do MSTR, mas também com as políticas do governo que engendrou novas possibilidades de ação. Demonstramos a seguir, resumidamente, o que foi esse momento de ações coletivas e quais suas consequências para o sindicalismo campista.

3.3 O Dissídio Coletivo de 1981

Conforme citado anteriormente, as diretrizes estaduais da CONTAG para os Movimentos Sindicais envolviam, além da pressão e da demanda por Reforma Agrária, a intensificação dos processos coletivos visando chamar atenção da justiça e das autoridades responsáveis acerca das condições de exploração sofridas pelos trabalhadores rurais. A negociação do dissídio regional iniciou em 27 de agosto de 1981 com mediação da Delegacia Regional do Trabalho na mesa redonda de negociações (RIBEIRO, 1987).

A classe patronal contava com seus representantes do Sindicato dos Usineiros - SIRA, além da Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FAERJ). Os trabalhadores eram representados pela CONTAG, na figura do seu presidente, José Francisco da Silva, pelo STRC, dirigentes e apoiadores, dentre eles, o líder rural José Pureza, cuja trajetória de vida está ligada a Campos através da ocupação do Imbé.

Apesar do início da negociação em 27/08/81, data que Ribeiro (1987) esteve presente, a existência do dissídio coletivo para pressão aparece na mídia através de sua mobilização um ano antes da data de negociação. Registramos duas reportagens no jornal

O Fluminense acerca deste momento. A primeira do dia 9 de janeiro de 1980, cujo título “Líder dos rurais entra com dissídio no TRT” abordou a viagem de José de Carlos de Souza Freitas, presidente do STRC, ao Rio de Janeiro para entrada no TRT. Segundo a matéria, Freitas teria aberto o processo devido à falta de resposta de José Carlos Pereira Menezes, líder do sindicato patronal, quanto aos ofícios¹¹⁶.

Ainda nessa reportagem, *O Fluminense* demonstra a análise de Freitas quanto à possibilidade de não perder a data base, mas que “muito embora ele próprio não acredite que o Tribunal vá favorecer a classe, ‘porque é composto de empregadores’”¹¹⁷. Importante destacar daquele momento, ainda a luta por dois hectares de terra para cultivo da subsistência, benefício extremamente valorizado e já discutido. A reportagem não mencionou o dissídio no plano da luta coletiva da CONTAG, mas sim, como uma ação individual do STRC. Possivelmente o jornalista desconhecia a presença da Confederação e da articulação no interior do movimento sindical.

Figura 16 - Líder dos rurais entra com dissídio no TRT



Fonte: *O Fluminense*, 1980.

Em segundo momento, a reportagem publicada no dia 31 de maio de 1981 informa sobre uma reunião realizada pelo Sindicato no dia 1º de junho para discutir as bases do dissídio coletivo. Freitas, presidente do STRC, segundo *O Fluminense*, “nada quis adiantar quanto às reivindicações, tendo-se limitado a dizer que”:

¹¹⁶ A reportagem se refere ao sindicato patronal dos plantadores de cana como “Sindicato Rural de Campos”. Não adotei essa nomenclatura, pois pode confundir o leitor, então me refiro como sindicato patronal.

¹¹⁷ *O Fluminense*: Líder dos Rurais Entra com Dissídio no TRT, 09 de janeiro de 1980.

‘[Freitas] conduzirá os trabalhos no sentido de que a classe aprove itens de que têm direito legal’. Mais uma vez, os rurais de Campos voltarão a defender a chamada Lei Castelo Branco, que destina dois hectares de terra para cultivo por trabalhadores rurais. Como os associados do Sindicato residem em lugares muito distantes do centro da cidade, ônibus especiais foram fretados para transportar o pessoal. ‘Infelizmente, o trabalhador rural não tem condições de se deslocar à cidade por recursos próprios. O Sindicato conseguiu alguma verba e vai empregar em aluguéis de ônibus. Desta forma, grande parte poderá estar presente para decidir o rumo que devemos tomar’, disse José Carlos¹¹⁸.

Figura 17 - Sindicato discute bases do dissídio



Fonte: *O Fluminense*, 1981.

Dentre as propostas demandadas à classe patronal, estavam o direito ao aumento salarial, estabelecimento do piso para categoria, direito à recibo de pagamento de salário e data-base para reajuste salarial para 15/07, coincidindo com os ciclos da produção agrícola. Julho geralmente era o mês de início da safra, com maior demanda da mão de obra, possibilitando uma maior barganha. Essas propostas foram rejeitadas pelos patrões, principalmente a definição da data-base do reajuste, desejando associá-las ao mês de agosto ou setembro, final da safra. Naquela data, o poder de negociação é menor e os trabalhadores estavam mais ocupados procurando novos empregos, impossibilitando um piso para a categoria.

Na negociação ocorrida no DRT, os trabalhadores conseguiram obter 31 cláusulas, sendo que as duas principais demandas ficaram pendentes e sem consenso: data-base e reajuste salarial previsto na lei. No entanto, conforme demonstrou Ribeiro (1987), a classe patronal em assembleia no dia 9 de setembro (1981), assistida pelo

¹¹⁸ *O Fluminense*: Sindicato discute base dos dissídios, 31 de maio e 1 de junho de 1981.

Delegado da DRT, concedeu o reajuste salarial de 7%. Apesar disso, a discussão sobre a data-base foi dividida, e os empregadores que não aceitaram se retiraram do acordo.

“O desfecho teve como principal o fato de que cinco municípios foram retirados do acordo, isto é, os representantes do setor patronal entraram com recursos: Campos, São João da Barra, Conceição de Macabu, Bom Jesus do Itabapoana e São Fidelis. Conseqüentemente, perderam a data-base original e foram ‘isolados’ para o litígio dos tribunais, uma vez que a Federação, que coordenava as negociações, aceitou o acordo parcial nesses termos” (RIBEIRO, 1987, p. 37)

Isso levou ao estranhamento momentâneo¹¹⁹ das relações entre o STRC e a FETAG/RJ, pois ao aceitarem os termos parciais, prejudicaram a luta campista e o pacto foi desfeito. Os campistas perderam sua data-base, ficaram sem aumento ou negociação por um ano e tiveram que enfrentar, enfraquecidos, a classe patronal, mobilizados na FAERJ e SIRA.

Dessa forma, o Sindicato precisou entrar com dissídios dos cinco municípios sem apoio da federação, possibilitando mais tempo para os patronais organizarem sua defesa ou rejeitarem negociação. Considerei como momentâneo o estranhamento entre o STRC e a FETAG/RJ, pois de acordo com reportagens presentes no *O Fluminense*, o STRC continuava participar de reuniões com a federação. Em abril de 1982 lutaram em conjunto para o reajuste salarial com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor¹²⁰.

Um ano após, sem haver uma nova mobilização pela federação, o Sindicato vai ao Tribunal Regional do Trabalho no Rio de Janeiro, no dia 25 de maio de 1982 para o julgamento do Dissídio Coletivo da Agroindústria. “O processo se dava entre o SIRA, FAERJ e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Campos, Bom Jesus do Itabapoana, Itaocara, São João da Barra, Conceição de Macabu, São Fidélis e Casimiro de Abreu”, que também eram representados pela FETAG/RJ (RIBEIRO, 1987, p. 39).

Naquele processo foi discutido uma das estratégias utilizada pela classe patronal campista: a deslegitimação do STRC enquanto sindicato dos trabalhadores dado ao seu enquadramento. Para os usineiros, o Sindicato não deveria ter o direito de representar os

¹¹⁹ Após a derrota do dissídio de 1981, houve um período de conflito entre a CONTAG e o STRC, mas que não prejudicaram o apoio do sindicato campista à unidade sindical. Ao longo da greve, a presença maciça das entidades representativas foram fundamentais para o êxito. Supomos que provavelmente após a derrota, mesmo lutando sozinhos na justiça com os Dissídios, os dirigentes do STRC continuam a adotar o projeto de movimento sindical para o RJ, e contam com seu apoio para mobilização em 1983 acerca da campanha salarial. Além disso, Ribeiro (1987) aponta para o I Encontro dos Canavieiros do Estado do Rio de Janeiro, realizado no dia 22 de julho de 1984 como momento de reconciliação das alianças perdidas após o processo, inserindo essa atividade nos planos do MSTR gerenciados pela CONTAG.

¹²⁰ *O Fluminense*: Rurais querem INPC de janeiro, 24 de abril de 1982.

trabalhadores rurais, porque como suas empresas representavam uma **indústria** cuja atividade incluía **também** áreas rurais, deveriam os trabalhadores serem enquadrados enquanto industriários, independentemente de sua função.

Apesar desse debate, o sindicato já possuía representação - inclusive perante os juízes do trabalho - há muitos anos, mas os usineiros retomavam essa querela com objetivo de atrasar as negociações ou invalidar as reivindicações. Como argumento, diziam que o acesso ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e do Açúcar de Campos (STIAC), enquadrados como industriários, era quem fornecia acesso à Previdência Social Urbana, e não ao FUNRURAL cujas aplicações e extensão à família eram debilitadas (RIBEIRO, 1987).

Não pretendo nessa dissertação analisar a posição do STIAC frente a essa disputa do enquadramento sindical, mas ressaltamos a sua posição ambígua, dado que em determinados momentos defendiam e corroboravam com a visão da classe patronal a respeito da sua representação sobre os rurais, ocasionado pelo interesse na contribuição sindical. O STIAC apresentava ao longo de sua trajetória uma disputa acirrada e um distanciamento do STRC, onde os recursos financeiros eram o eixo central dos conflitos.

Por outro lado, deve-se atentar que sua trajetória se associa a de militantes comunistas, cuja combatividade fora silenciada com as múltiplas intervenções após o golpe de 1964. Desse modo, as ações tomadas pelos dirigentes em relação às greves e lutas coletivas provavelmente podem ser explicadas através do controle e da repressão, já que a destituição de determinados quadros combativos na esfera do sindicalismo é um modo de dominação para produzir processos de desarticulação da classe e distanciamento das bases.

Retornando ao julgamento do dia 25 de maio de 1982, a resolução dada pelos juízes foi desfavorável ao sindicato rural, perdem novamente o direito de representação do enquadramento sindical, modificado com a greve de 1984. “Naquele momento, ficou excluída a entidade da negociação coletiva com os rurais, e a estes, restou o direito de entrar com recurso no Tribunal Superior do Trabalho para continuar a peleia na justiça superior. À nível do Tribunal Regional do Trabalho, a questão ficou fechada” (RIBEIRO, 1987, p. 46).

Para além da manipulação das leis para defesa dos interesses da classe patronal, Ribeiro (1987) aponta para a teatralização do julgamento, como são dispostos os juízes, a postura, o olhar de indiferença para os trabalhadores. A autora aborda uma questão chave para compreensão da classe patronal campista: o imbricamento de seus interesses

e da diversificação dos seus negócios. Ao falar de dominação e exploração nos territórios das usinas e fazendas, devemos ampliar as concepções sobre a dominação tradicional que põe o usineiro como sujeito arcaico ou inculto. Há o lado do capitalista, do gerenciador de negócios, cujas conexões com outros setores possibilitavam o aumento da renda, prestígio e benefícios políticos.

Com isso, Ribeiro (1987) aponta a percepção dos trabalhadores sobre os juízes também serem proprietários de terra. Acredito que a classe patronal campista possuía outros negócios a não ser a agroindústria. O imbricamento e difusão do capital político para fora das usinas auxiliava na sobrevivência daquela elite, debilitada pelo fim dos incentivos públicos. Sancionar os interesses dos trabalhadores não só representava a criação de uma jurisprudência que poderia afetá-los, mas também, reconhecia as condições criadas e mantidas por sua própria classe. Ao pensar do lugar do usineiro ou proprietário rural, acatar a argumentação dos sindicalistas implicava admitir falhas daquele modelo socioeconômico.

Desde os corredores, na entrada, alguns Juízes foram reconhecidos pelos trabalhadores e dirigentes como sendo proprietários rurais que, enquanto tais, raramente eram cumpridores da legislação Trabalhista no campo. Outros, como por exemplo, o Juiz Presidente, no decorrer do julgamento, citou a si próprio como referência, por ser proprietário rural na Bahia. O resultado não podia ser outro. (RIBEIRO, 1987, p. 46)

Pude encontrar um indício dessa hipótese no livro de Antônio Carlos Pereira Pinto, filho do ex-usineiro Jorge Renato Pereira Pinto, antigo proprietário das usinas Santa Isabel e Santa Maria, localizadas em Bom Jesus do Itabapoana, interior do estado do Rio de Janeiro, fronteira com o Espírito Santo. Na obra de memórias acerca da ascensão e declínio das usinas de seu pai, Pereira Pinto (2004) relatou sua própria trajetória enquanto deputado estadual e inserção nos círculos políticos por influência de seu pai para defesa da política sucroalcooleira. Eleito sobre as bandeiras de defesa dos interesses dos trabalhadores, com discursos de combate à pobreza e a exploração do trabalhador, representava os fios tecidos pela classe patronal para manutenção do seu estilo de vida e posição social.

De volta ao julgamento, os juízes cujos interesses eram opostos ao direito dos canavieiros votaram contra a unificação das pautas orientadas pela FETAG/RJ e os sindicatos um a um foram perdendo suas reivindicações através dos votos. Das 37 cláusulas, só foram obtidas pelos rurais 6 delas, uma na íntegra e cinco com alteração da redação (RIBEIRO, 1987, p. 49), dado o grau de organização da elite. Insistimos no

diálogo com essa autora dado a riqueza dos detalhes e dos depoimentos colhidos ao longo do processo, que servem não só como contextualização até o momento da greve de 1984, mas, para a tentativa de iniciar um debate acerca do perfil dos usineiros campistas e de suas práticas e discursos enquanto classe.

A visão do trabalhador como animal, nascido para obedecer e realizar o trabalho bruto foi destacado na fala de um juiz. Acerca de uma das cláusulas sobre a estabilidade da gestante após 90 dias do afastamento, os juízes votaram pela manutenção dos 60 dias, tendo um deles alegado que: ““Eu sei, eu conheço e tenho empregados. É que a trabalhadora rural **é como índia**. Vai no mato, tem o filho e logo volta a trabalhar. Não precisa de todo esse tempo. **Isso é coisa da cidade** (sic.)”” (RIBEIRO, 1987, p. 50, grifos meus).

Ao dizer que a trabalhadora “é como índia”, que vai ao mato parir e retorna ao trabalho, o juiz demonstra sua visão de mundo sobre aqueles que emprega. Considera as empregadas como mulheres cuja função, além de ter filhos, é apenas ser explorada. A ela não cabia o descanso, o repouso após o parto ou até mesmo o momento de atenção e conexão com o filho que traz ao mundo, visto que esses direitos são reservados para “a cidade”. Aponta que os trabalhadores da cidade, sim, eram dignos de terem seus direitos respeitados. A mulher bóia-fria, por outro lado, era animalizada, sem sentimentos, desejos, vontades, e caso tivessem, não deveriam ser considerados.

Destaco a cláusula sobre o fornecimento de água potável durante o serviço, conforme discutimos em outro capítulo. Um juiz achava de um “profundo irrealismo” (NEVES, 1987, p. 51) o canavieiro ter direito a ingerir água potável durante um dia inteiro de trabalho sob o sol, com altas temperaturas devido à roupa e ao solo, além da perda constante de nutrientes. As opiniões dos magistrados sobre direitos básicos também se estendiam a outras categorias, como a reivindicação dos vaqueiros terem liberação uma vez ao mês para realizar suas tarefas na cidade, passear ou realizar qualquer atividade de seu interesse. Segundo o juiz presente no julgamento:

““Mexo com pecuária há muitos anos. O vaqueiro tem que ficar direto. Quem vai cuidar quando ele sair, o empregador? **E olha, vaqueiro anda feito bicho de chiqueiro, anda imundo e nem teria como chegar na cidade**. Não, essa cláusula não faz sentido. E vai vender o que? O que não tem nem pra ele? (sic.)”” (RIBEIRO, 1987, p. 52, grifos meus).

Ao expressar o seu desprezo pela figura do trabalhador rural, juízes e proprietários de terra reafirmavam uma visão de classe pautada na animalização, na defesa da

propriedade e dos interesses privados acima de tudo, do ódio aos pobres, da normalização da miserabilidade dos seus empregados. Os empregados eram reduzidos a bichos de chiqueiro, sem identidade, cidadania ou direito a livre manifestação.

Ponderamos, ainda, o próprio momento da negociação como uma afronta aos direitos e ao mando dos usineiros. Sigaud (2009), ao analisar as greves da Zona da Mata de Pernambuco, compreendeu o momento da greve como a subversão da ordem estabelecida, onde os trabalhadores assumiam uma identidade coletiva contra os patrões, também reunidos na defesa de seus interesses. Naquele momento as identidades pessoais eram deixadas de lado para estabelecer uma estratégia enquanto classe. Os patrões demonstram seu descontentamento só pela ordem estabelecida ter sido alterada e serem obrigados a negociar, na justiça, com aqueles que menosprezavam e atribuíam uma inferioridade natural. Explica a autora:

Caberia ainda uma última reflexão a respeito do que parece ser a marca distintiva do momento da greve, aquilo que articula e confere unidade às ações que se passam nos dois planos: a subversão da ordem estabelecida. No plano dos engenhos, como foi visto, os trabalhadores assumiram o controle das fazendas, subvertendo a dominação a que cotidianamente estão submetidos e forçando os patrões a uma atitude defensiva. No plano da cidade, a inversão da ordem se evidenciava no fato de os patrões serem obrigados a desempenhar o papel dos parceiros no jogo das negociações, submetendo-se, assim, às regras da simetria que, embora formais e episódicas, os humilhavam porque os tornavam iguais àqueles que desprezavam, por considerá-los socialmente inferiores (SIGAUD, 2009, p.297).

Findado os exemplos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos não obteve nenhuma vantagem significativa ao adotar como luta a proposta organizada pela CONTAG¹²¹. Ao longo desse processo, ficou claro a organização da classe patronal campista, bem como a defesa de seus interesses por funcionários públicos cujas prerrogativas de imparcialidade - e honestidade - não eram cumpridas. A derrota não significou o fim das resistências cotidianas, paralisações nos canaviais ou processos, mas significou perante aos patrões a facilidade com que o movimento dos trabalhadores se fragmentou quando a CONTAG não cumpriu com a defesa coletiva dos interesses e aceitou a condição para a maioria.

Essas razões auxiliam para compreensão dos sentimentos, expectativas e lembranças atuantes no momento da greve, analisadas a seguir. A contextualização situa no tempo e espaço os sujeitos, dotados de reflexão, assim como articulam suas

¹²¹ Para detalhes das cláusulas derrotadas dos trabalhadores canavieiros, cf. Ribeiro, 1987, p. 55-57

experiências e vivências na sua *práxis* política. No próximo capítulo, analisamos como todas essas questões são percebidas e vivenciadas.

3.4 Visões e versões sobre a greve de 1984.

Antes de tecer considerações sobre o movimento, trago minhas percepções sobre a importância desse momento político e como, através dos indícios, pude reconstruir a paralisação. Minha leitura, influenciada não só pela reflexão dos autores sobre a temática, mas pela construção do problema através das fontes, privilegia não apenas as causas, ganhos ou derrotas dos grevistas, mas como o movimento é retratado, como os atores se posicionam na mídia e no campo político, quais são os encontros e desencontros entre as versões dos trabalhadores, dos acadêmicos e jornalistas.

Primeiramente, concordo com a hipótese de Gonçalves (2019) acerca da construção do movimento e da importância da CONTAG, FETAG/RJ e do sindicato para realização do “grande momento”. Conquanto, mesmo com seu auxílio nas negociações e nos encaminhamentos para realização da greve, não pode ser deixado de fora o acúmulo das tradições dos trabalhadores, principalmente destes com relação ao STRC.

O STRC, conforme mencionado diversas vezes neste trabalho, mantém com os canavieiros uma relação próxima, mas ambígua. Do mesmo modo que as assistências são prestadas, mantém o sindicato uma postura fiel às suas crenças, acreditando na negociação legal como forma adequada de luta. Essa opção obviamente não era apoiada por todos os trabalhadores, mas na visão do STRC está fundamentada em reflexões sobre as possibilidades de conquistas a curto, médio e longo prazo, baseadas na forma como entendem seu lugar no mundo, como acreditavam que deveria ser o Sindicato e como os usineiros reagem frente às manifestações grevistas ou de caráter mais radical.

Dessa forma, ao considerar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos como *legalista*, não estamos julgando o seu posicionamento frente às situações de exploração e dominação, mas elencando um dos seus aspectos. O fato de discorrermos sobre a valorização de suas ações na esfera jurídica, não significa de modo algum que são favoráveis ou defendem os interesses dos patrões. Operamos com essa categoria sociológica, pois, de fato, essa era sua maneira de tentar transformar a sociedade. Por isso no primeiro capítulo foram demonstradas as condições de violência aos quais estavam submetidos.

Dito isso, aponto para a premência em inserir nos debates a figura do cortador de cana como sujeito ativo e cujas reflexões conseguem levá-los a um processo de ruptura com as entidades e organizações que falam, oficialmente, em nome dele. Essa necessidade ocorre devido à realidade presente na década de 1980 em Campos, pois como mencionamos, apesar da presença do STRC e de suas políticas assistencialistas, não tinha com os trabalhadores de modo em geral uma relação de mobilização e/ou conscientização de classe. Os vínculos dos trabalhadores com seu sindicato não eram, a grosso modo, relações que permitissem o amadurecimento das experiências e das vivências de uma classe, pois poucos eram os trabalhos de base e os encontros em momentos de desmobilização.

Percebemos, ao longo do estudo, um espaço a ser preenchido sobre as greves de 1984 e as posteriores, acerca das percepções e os pensamentos dos trabalhadores sobre o processo. Apesar da presença da Confederação e da Federação terem agido auxiliando, ainda não foi possível mapear e trazer à tona como esse processo ocorre na visão daquelas cujas mãos são calejadas pelo uso incessante do podão. As experiências organizadas por essas entidades eram importantes, mas não podem ser a única alternativa de compreensão do cenário.

Inferimos, nas análises dos jornais, uma divulgação do problema até o momento de deflagração e uma constante tentativa dos trabalhadores e do sindicato em transformar as relações sociais com o usineiro/fazendeiro através do diálogo. Até certo ponto, Gonçalves (2019) e os jornais analisados, apresentam a greve como uma resposta à conjuntura nacional, regional de desemprego, aumento dos gêneros alimentícios, ausência de direitos trabalhistas e desencanto com os processos. Por outro lado, as bases da greves foram fortificadas com o movimento de Guariba.

Enganam-se àqueles que acreditam em resistência apenas em momentos de grandes eventos. Em reportagem, o *Jornal dos Sports (RJ)*¹²² evidencia a prática de saques e destruição das plantações, em maio de 1984, meses antes da greve. Os trabalhadores ao longo de todo o ano davam exemplos da sua coragem e durante a greve elas são exacerbadas, exponenciando o que uma classe consegue fazer quando está unida.

O momento de deflagração foi realizado fora da Lei de greve, mas as bases de sua possibilidade já estavam sendo construídas, desenvolvidas pelos trabalhadores e pelo Sindicato desde antes do I Encontro, em 22 de julho. Essa hipótese também é corroborada

¹²²*Jornal dos Sports (RJ)*: Campos, 31 de maio de 1984.

por Gonçalves (2019, p.119), ao mapear um panfleto de uma reunião do dia 28 de junho, localizada no Ginásio do Americano Futebol¹²³, organizada pelo Sindicato, Federação e Confederação.

Em seu trabalho, a autora reproduz o panfleto através de uma fotografia do mesmo, cujo título era: “COMPANHEIROS! Trabalhadores rurais canavieiros - O seu Sindicato de Trabalhadores Rurais espera sua presença na grande Assembleia”, que introduziu as pautas: salário de Cz\$4.000,00, Cz\$2,50 por metro comum de 5 linhas de cana e Cz\$3,00 por metro de 5 linhas de cana irrigada.

Não podemos afirmar categoricamente se os usineiros subestimaram o poder dos trabalhadores e a vontade deles em romper com as lutas através legais, mas tendemos a pensar que descreditaram na possibilidade da repetição de uma greve como a de Guariba ou de Pernambuco, dado a historicidade daquelas relações.

O movimento de conscientização das lutas iniciou meses antes, inclusive com a participação do STRC nas greves de Pernambuco, naquela época experiente na realização de paralisações (RIBEIRO, 1987). As reivindicações eram relacionadas aos direitos trabalhistas e a melhoria nas condições de vida, sendo elas: mudanças nos valores relativos ao pagamento da cana (irrigada, cana crua, cana queimada), fim da figura do empreiteiro - solicitando contratação direta com a empresa -, melhorias no transporte, aumento do salário-mínimo da categoria, direito à efetiva representação sindical, fim do pagamento em crédito, fornecimento de recibos de pagamento, remuneração nos dias de chuva desde que o trabalhador comparecesse e equipamentos de proteção individual adequado.

As etapas e acontecimentos foram analisados a partir dos discursos, reportagens e entrevistas realizadas por autores. Devido ao grande número de material empírico, tornou-se possível comparar, questionar e indagar às fontes, uma à luz da outra. O resultado dessa comparação levou às múltiplas percepções sobre o processo de greve - da mobilização no automóvel clube à negociação na DRT -, e compreendemos a posição dos

¹²³ O Americano é um dos “times de usina” da região. Historicamente, os usineiros investiam na formação desses clubes e os trabalhadores engajavam-se como torcedores e jogadores. Um dos importantes clubes da região era da Usina Santa Maria, já mencionada, que disputava campeonatos regionais. Tiveram seu crescimento entre os anos 1930 e 1950. Os principais eram: São João, Esporte Clube São José, Cambaíba Esporte Clube, Paraíso Futebol Clube, Esporte Clube Sapucaia, Sport Clube aliança, entre outros. Sobre essa temática, conferir: SANTOS, Leonardo Soares. Os times de usina de Campos dos Goytacazes/RJ (1917-1980), Boletim Petróleo, Royalties e Região - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XV, nº 58 – dezembro/2017.

sujeitos no campo político e acadêmico como causa para as diferentes memórias e prioridades no que tange à lembrança sobre a luta.

A seguir, analiso a comunicação de José Sales, suplente da diretoria do STRC, cujas opiniões corroboram com as fontes. Posteriormente, verifico as reportagens e o que falaram acerca do movimento. A escolha dessa sequência é elaborada para introduzir o leitor no universo grevista, com objetivo de compreender as explicações e razões pelas quais chegaremos às conclusões finais.

Um dos marcos para o início da greve campista, foi o I Encontro dos Canavieiros do Estado do Rio de Janeiro, ocorrido no dia 22 de julho. O encontro contou com a presença de vários setores e de José Francisco, presidente da CONTAG, para causar impressão de união e estruturação, com vistas a debater sobre o movimento sindical e a possibilidade de uma greve a ser construída posteriormente.

Os trabalhadores não decretam a greve naquele encontro, cujos objetivos eram discutir as cláusulas a serem encaminhadas ao sindicato patronal, mas estavam preparados para essa possibilidade e já construíam alianças políticas. A greve foi decretada no dia 29, após vencido o prazo de resposta dos patrões. No dia 22 de julho, no entanto, os trabalhadores pressionavam o STRC e as entidades representativas para negociação com os patrões sob o risco de paralisar.

Os trabalhadores utilizaram o Sindicato para negociar com os patrões desde antes do dia 29, possivelmente acreditando que a própria capacidade de demonstrar interesse em uma greve fosse suficiente para coagir os patrões e fazê-los sentar à mesa para estabelecer as negociações sem uma ruptura brusca. De fato, como veremos, isso não ocorre. Ribeiro (1987) aponta que os panfletos distribuídos a partir do I Encontro exibiam as conquistas obtidas em Guariba e reivindicavam as mesmas vitórias, demonstrando a influência daquele movimento. No entanto, não pudemos localizá-los.

Prossigo, então, com a análise da exposição de José Sales, suplente da diretoria do STRC, organizada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), em 1985, sobre as lutas dos trabalhadores rurais. Além de auxiliar na compreensão sobre a greve, traz importantes conexões sobre o papel dos trabalhadores, dos usineiros e da mídia nesse processo.

3.5 José Rodrigues Sales - preparação, mobilização e resolução da greve de 1984.

Refletir sobre movimentos sociais, manifestações e greves a partir das considerações de quem participou ativamente do início, meio e fim, auxilia na observação de elementos ocultos nas visões “oficiais” ou dos meios de comunicação, cujos interesses nem sempre representam os mesmos dos trabalhadores. Dessa forma, ao analisar o movimento “partindo de dentro”, podemos relacioná-lo com o exterior, isso é, com as coisas faladas sobre e para esse movimento. A análise da apresentação de Sales, a ser contextualizada, problematizada e associada com outros elementos colabora para destacar dados não apresentados nas fontes analisadas, bem como novos pontos de vistas e uma visão de mundo partindo dos trabalhadores.

Conforme o discurso de José Rodrigues Sales, o movimento grevista foi sendo construído através da divulgação nos mais variados locais, como esquinas, ônibus e bares. Ressalta a atenção que precisavam ter ao divulgá-lo, pois poderiam ter 'espiões' dos patrões, evitando conflitos diretos ou repressão. Sales alerta para a mobilização realizada pelo sindicato, inclusive nas residências.

O sindicalista relata que no mês de fevereiro para março de 1984 as assembleias se iniciaram no sindicato, onde eram reunidos os trabalhadores e a diretoria, mas não havia força para decretar nenhuma medida. Então, no dia 22 de julho, segundo ele, "um mês e quinze dias que tinha começado a moagem", a organização já estava realizada para a primeira assembleia no automóvel clube.

O encontro do automóvel clube, noticiado pela imprensa, contou com o apoio da Federação, a CONTAG e o Sindicato para aluguel do espaço com capacidade para suportar cerca de 6 mil trabalhadores, número esperado pelos líderes. A fala de José Sales reforça que naquele momento, apesar de compreenderem a possibilidade da realização de uma greve, estavam dispostos a negociar com a classe patronal as exigências, dando o prazo de sete dias a contar daquela data (22 de julho) para resposta. Desta forma, aguardavam de um domingo ao outro, do dia 22 ao dia 29.

A escolha da data da assembleia, aos domingos, eram estratégias utilizadas pelos sindicatos em todo o Brasil, pois era o dia dedicado à resolução dos problemas nas cidades, de encontros, das feiras, das missas, festas. Em suma, momentos onde os trabalhadores se encontravam e estavam livres para conversar, debater as questões sem os olhos atentos dos patrões e seus funcionários, bem como dispendo de tempo livre.

A fala do sindicalista que experienciou a greve e ajudou na organização condiz com o encontrado nos jornais, apesar de trazer elementos mais detalhados da percepção dos trabalhadores sobre o movimento. Sales afirma que a assembleia do dia 29 era “pra

ter resposta dos patrões, se eles realmente tinham atendido à nossa reivindicação” (CEDI, 1985, p. 64), e como não foram atendidas, a greve foi decidida naquele mesmo instante a partir do dia 29.

Explica que a greve não fora deflagrada na grande assembleia do dia 22, mas sim, no dia 29. Uma das estratégias citadas pelo mesmo era a paralisação dos caminhões para que não chegassem às usinas, porque caso houvesse canas para moer, haveria menos possibilidades de negociação, já que segundo o sindicalista era preciso o prejuízo “porque sem prejuízo a gente não ia ter resultado nenhum” (CEDI, 1985, p. 64). Conforme apontou Gonçalves (2019) em sua pesquisa, não só os trabalhadores sabiam das conquistas das greves em outros Estados, como José Sales reforça serem respaldados por Pernambuco e São Paulo, e isso informava aos trabalhadores a importância daquele momento.

Em sua exposição, destacamos uma menção à greve de Guariba ao afirmar que durante os dois dias de greve “graças a Deus, não deu quebra pau, não deu... Assim dizer, de trabalhadores entrar em armazém para pegar... entendeu como é?” (CEDI, 1985, p.65). Como demonstrado no primeiro capítulo, devido à situação de fome e pobreza extrema a qual estavam submetidos, os canavieiros guaribenses saquearam o mercado de um empreiteiro da região. Em Campos não ocorre essa ação, e destaco o termo utilizado por José ao dizer que não "entraram para pegar", provavelmente atentando ao uso das palavras para não deslegitimar o movimento de guariba ou associar os saques aos “roubos”, “invasão” e “depredação”, termos utilizados pela classe patronal para definir a ação.

Conforme discutiremos posteriormente, a mídia exerce um papel importante nessa greve, e ela é destacada pelo sindicalista ao dizer que:

quando foi logo no dia seguinte, que era o segundo dia de greve, os patrões mandam notícias em jornal para os trabalhadores que eles podiam voltar para as suas atividades, porque as coisas estaria tudo resolvido, conforme os trabalhadores tavam querendo... (CEDI, 1985, p.65)

Acredito que ao assumir o compromisso público com os trabalhadores acerca do cumprimento das exigências – e por isso enviado ao jornal a reportagem –, os usineiros pretendiam dar credibilidade, já que naquela altura apenas suas palavras não eram o suficiente para os trabalhadores. Dessa forma, e como Sales afirma, não aceitaram a palavra como “acordo”, alertando-os que a paralisação continuaria até que a negociação fosse sinalizada pelos coordenadores da greve, isto é, a Federação com ordem da CONTAG.

Sales, enquanto representante sindical, tinha como um de seus deveres a proteção da imagem do movimento e dos trabalhadores, e dessa forma, justifica o fato de não terem seguido a lei de greve – aspecto inédito em Campos acerca das greves – do seguinte modo:

É que devido ao sofrimento dos trabalhadores estavam passando a gente estava achando que o tempo era curto prá procurar a lei a 'lei de greve'. E conforme a gente já viu que ontem, **esta lei 4.430 também ela traz muita falsidade**, mas a gente sabe que ela existe. Mas devido ao sofrimento do pessoal não aguentar mais, a gente não se importou com lei. Fizemos ela na marra e tivemos êxito. (CEDI, 1985, p.65, grifos meus).

Acentuo a fala sobre considerar que a lei de greve "trazer muita falsidade". O sindicalista possivelmente se referia a dificuldade em instaurar a greve nos parâmetros da lei, principalmente devido à justiça campista após o dissídio de 1981 ter demonstrado estar favorável aos usineiros e a dominação da classe rural, conforme discutimos anteriormente. Ademais, as condições de salário e a fome não eram condicionadas ao tempo da justiça, e os trabalhadores necessitavam de soluções rápidas para o conflito.

O trabalhador destacou que a imprensa foi favorável ao movimento, não atrapalhando e colaborando, inclusive a televisão através da *Tv Globo*, *Tv Manchete* e *Tv Norte-Fluminense*, na época uma rede local.

(...) Por aí chega a TV GLOBO, TV MANCHETE, chega TV NORTE-FLUMINENSE, que é a televisão da localidade. Isso foi uma grande coisa que nós tivemos também, com a presença da imprensa colaborando, não prejudicando, colaborando. Porque é uma grande coisa que a gente tem que num caso de emergência, imediatamente a imprensa está ali pra logo tomar suas providências, junto com o movimento... (CEDI, 1985, p.65)

Indiquei essa fala porque minha hipótese considera que o problema dos trabalhadores rurais foi construído na imprensa até o momento da greve, principalmente em jornais de grande alcance regional como *O Fluminense*, que ao longo dos anos 1980 a 1984 expôs por diversas vezes o sofrimento e a dificuldade enfrentada pelos canavieiros. Considero a possibilidade de a mobilização dos trabalhadores no decorrer dos meses ter chamado atenção da imprensa, tornando-o elegível de publicações, reportagens, diante as condições presenciadas e a impossibilidade de ocultar esses movimentos locais com importantes reflexos para política e economia regional.

Conforme Sales (1985), a reprodução da mídia sobre o evento auxiliou na garantia pelos trabalhadores de que não seriam enrolados. Entretanto, apesar da divulgação acerca das vitórias e cláusulas acordados, o sindicalista informa que os usineiros descumpriram o acórdão, fornecendo apenas as anotações da produção diária e um pequeno reajuste de pagamento. Com isso, novamente os trabalhadores foram parando, não de uma forma

conjunta como antes da resolução da greve, mas gradualmente, reivindicando o cumprimento. Um importante aspecto do suplente da diretoria merece ser destacado, e em seguida, explico as razões.

(...) Agora os patrões na presença dos trabalhadores... (porque a negociação das reivindicações se deu perante só a diretoria de CONTAG, Federação e sindicato e não na presença dos trabalhadores). A negociação do cumprimento foi na presença de todo os trabalhadores. (CEDI, 1985, p.66)

Segundo a fala, nos momentos da negociação dos acordos na Delegacia Regional do Trabalho, as bases não foram mobilizadas para estar presente. Sobre isso, temos duas hipóteses: a primeira, pois estavam organizando os piquetes e coordenando as paralisações para evitar que houvesse retorno das atividades antes da assinatura, segundo que dada a tradição legalista do STRC, a mobilização da base era algo incomum e talvez demandasse um tempo o qual não tinham.

Houve, ainda, a reorganização dos usineiros após a greve de 1984, principalmente pelo caráter repentino e dada as condições políticas as quais o país enfrentava. Bruno (2002) em sua tese de doutorado aponta para a reorganização da classe patronal em 1985, principalmente dado o crescimento das lutas por Reforma Agrária, mobilização das classes trabalhadoras e da mídia em torno da temática. Devemos considerar, ainda, que naquele momento havia lutas ativas dos assentados das usinas que faliram, tal como a de Novo Horizonte estudada por Neves (1997). Essa suposição é corroborada com a fala do suplente da diretoria, ao informar o seguinte sobre a greve:

Bom, companheiros nós fizemos a organização na primeira, mas os patrões nós pegamos de surpresa, no repente, certo? Mas agora eles tão bem mais conscientizados do que a primeira vez. Que que nós temos que fazer? Se organizar mais do que eles ainda, que nós somos a maioria e eles são a minoria). (CEDI, 1985, p.66)

As greves eram momentos de fragilidade da autoridade patronal. Os patrões, assim como os trabalhadores, uniam-se em prol do objetivo de evitar perdas econômicas e a concessão de direitos considerados ilegítimos. O incômodo com a greve era maior que a esfera legal, já que a lentidão da justiça e o aparelhamento de interesses não afetavam diretamente a produção e a produtividade, causando poucos prejuízos, conforme constatado no dissídio de 1981.

A classe dos usineiros campistas, assim como a dos trabalhadores, não é homogênea, tampouco uma coisa, mas seu processo de defesa da propriedade privada, da intocabilidade da terra, da autoridade do patrão e status são aspectos compartilhados por seus membros.

Bourdieu (2004) considera que o capital simbólico só pode ser compreendido quando analisado através das relações sociais existentes, como os sujeitos se posicionam no campo político e social, relacionado a sua capacidade de instaurar, modificar e manter determinadas práticas e atitudes. Dessa forma, trabalhadores e usineiros estão em posições diferentes do campo social e mobilizam capitais culturais, referências e expectativas diferentes, que só podem ser compreendidas e só fazem sentido amparadas na realidade e no cotidiano. Além disso,

o capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento: assim, o poder de constituição, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo (BOURDIEU, 2004, p. 166)

A palavra do usineiro, carregada dos seus valores e poder político, apesar de em momentos de greve não conseguir determinar o fim da paralisação, conforme indicado acima por Sales, em momentos de "normalidade" ou "estabilidade" das relações, possui força de lei. Conforme também indicou o sindicalista, após a greve, novas paralisações exigindo o cumprimento ocorreram. Dentre elas, a dos trabalhadores da Usina Barcelos, localizada no pequeno distrito de Barcelos, município de São João da Barra, divisa com Campos dos Goytacazes.

A Usina Barcelos pertencia ao grupo OTTON, cujo usineiro proprietário possuía outras unidades produtivas em Pernambuco e São Paulo. Em 1984, a usina campista não era uma das maiores em produtividade, mas devido sua localização – na região conhecida até hoje como “baixada campista” – foi referência para urbanização no entorno.

Sales destacou um curioso episódio onde o poder simbólico opera e os capitais mobilizados pelo usineiro são postos à prova. Na paralisação de Barcelos, exigiram os trabalhadores que fossem registrados o cumprimento do acordo, e o patrão, ao afirmar que seria executado o solicitado, teria retirado um fio de seu bigode "com sangue e tudo" (CEDI, 1995, p. 67) como prova de sua palavra e da sua seriedade quanto ao discurso.

Vocês sabem foi perante o Dr. Altamir, o pessoal da CONTAG deve ter esse fio de cabelo com sangue e tudo, dentro de uma caixa de fósforo como recordação. Ele virou e disse: 'eu vou arrancar um fio de cabelo e vou deixar com o advogado de vocês que certamente é o representante de vocês, que vocês trabalhadores tem que ter para não ficar só, eu vou cumprir este acordo. E vocês podem retornar às atividades de vocês.' Ele arrancou o fio de bigode com sangue e tudo e deu ao Dr. Altamir. E terminou a greve, ele cumpriu tudo aquilo... Não foi 100% mas a cláusulas mais necessárias que os trabalhadores necessitava ele atendeu. (CEDI, 1995, p. 67)

Distantes das entidades representativas e dos momentos de mobilização geral, as relações entre patrões-empregados envolviam a palavra e a credibilidade, capitais mobilizados e gerenciados para estabelecer os limites das relações de trabalho. Conforme já discuto, a figura do usineiro é contraditória (é o pai, o patrão, o juiz, o “socorro” nos momentos de desespero). Naquele episódio, as condições não eram propícias para que continuassem a paralisação até o aspecto formal e jurídico ser cumprido, restando a confiança no que o ato de retirar um “fio do bigode com sangue” representava.

Existe, por parte do sindicalista a preocupação com o papel da coletividade para realização da greve. Conforme diz Sales, a FETAG/RJ e a CONTAG, em conjunto com o Sindicato e os trabalhadores foram indispensáveis, já que "enquanto a gente pensar que sozinho faz alguma coisa a gente está perdido" (CEDI, 1985, p.70). Ademais, o número dos participantes das assembleias importava para dar legitimidade ao movimento. Em sua fala, indicou que a primeira assembleia teve a participação de 2000 a 2500 trabalhadores, mas considera pouco perto dos 60 mil trabalhadores rurais, número que estipula.

Na segunda assembleia - referindo-se a do Automóvel Clube – houve, em sua visão, uma mobilização para aumentar o número de trabalhadores, com objetivo de não deflagrar uma greve com menos participantes do que no primeiro encontro. Informa que estiveram presentes 4.550 trabalhadores, devidamente contados. Apesar de a grande maioria não ter participado, a greve foi aceita e reconhecida pelos canavieiros das fazendas e usinas, alegando que: "mas os 60.000 se mobilizou, lá mesmo no seu local onde ele mora, no seu sindicato, na sua base e na roça e setor de trabalho, onde aguardavam parado esperando o êxito do movimento" (CEDI, 1985, p. 70).

Desse modo, ao utilizar a exposição de José Rodrigues Sales, suplente da diretoria do STRC como fonte para análise do movimento grevista de 1984, pudemos estabelecer melhores ordenações sobre o ocorrido, além de trazer à tona alguns elementos da visão de mundo dos trabalhadores acerca da sua própria atuação. A fala do expositor demonstrou a união dos canavieiros, o apoio da FETAG/RJ e da CONTAG e da pressão política exercida para atendimento das demandas, não sendo satisfatórias apenas as promessas do patrão. Adiante, analiso o movimento partindo dos jornais, para posteriormente, trazer nas considerações finais caminhos e apontamentos pertinentes ao campo.

3.6 O grande momento: Da assembleia à vitória.

A greve é decretada no dia 29 de julho. Apesar disso, há por parte da mídia uma construção do problema sobre as condições dos canavieiros, conforme exemplos utilizados no capítulo 2. Meses antes da paralisação, as tentativas de negociação, por parte dos trabalhadores, já estampavam os jornais, conforme será demonstrado nessa seção. Foram analisadas reportagens de diversos jornais como *O Fluminense*, *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Última Hora (RJ)*, *Jornal do Comércio (RJ)*, buscando indícios e informações relevantes para reconstrução do movimento.

As influências das greves de outros estados, discutidas acima, foram indispensáveis para as experiências e possibilidades. No entanto, um elemento não discutido na bibliografia é a greve deflagrada pelos operários da Usina Novo Horizonte, no início de janeiro do mesmo ano (1984). A usina tinha como diretor Roberto Moll, já mencionado nessa dissertação.

Naquele período, 120 trabalhadores da indústria paralisaram por 16 dias, reivindicando o pagamento de salário atrasado de novembro e dezembro de 1983 e parte do 13º salário¹²⁴. Durante o período, cerca de 300 toneladas de cana ficaram paradas no pátio, gerando prejuízo aos patrões. Apesar da crise enfrentada pela Usina desde o início da década de 1980, os responsáveis assinaram o “Acordo de Cavalheiro” prometendo realizar o pagamento, totalizando cerca de CR\$41 milhões de cruzeiros¹²⁵.

Apesar de o movimento ter sido dos industriários, reunidos no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar (STIAC), possivelmente repercutiu entre os rurais. Sem a moagem da cana e a transformação da matéria-prima, os cortadores provavelmente tiveram sua produção reduzida e por consequência, seu salário. A própria duração chama atenção para como os trabalhadores campistas eram ativos e reagiam frente às condições degradantes de trabalho, mesmo com a repressão.

Retornando aos trabalhadores rurais, assim como em Guariba, uma das principais exigências dos canavieiros da região açucareira era o retorno do corte de 5 linhas (ou ruas). Segundo reportagem do jornal *O Globo*, havia no mês de junho uma mobilização de nove sindicatos dos trabalhadores rurais da região norte-fluminense para equiparar às conquistas da região paulista.

¹²⁴ *O Fluminense*: Movimento de greve em Campos pode acabar hoje, 12 de janeiro de 1984.

¹²⁵ *O Fluminense*: Operário encerra greve em usina de açúcar, 26 de janeiro de 1984.

Portanto, antes do I Encontro dos Canavieiros do Norte-Fluminense, os trabalhadores já demandavam o pagamento do corte de cana a Cr\$1.740,00 por tonelada. Não só em Campos dos Goytacazes, mas o Sindicato dos Trabalhadores de São João da Barra havia iniciado uma campanha pela conquista da tonelada. O Presidente do Sindicato, José Maria Felizardo, em entrevista, denunciou “pressões dos usineiros e grandes proprietários, com ameaças de demissão dos trabalhadores que participem das reuniões”¹²⁶.

Os usineiros, desse modo, não foram surpreendidos por solicitações “geradas” no calor do momento. Para além das reclamações diárias, no âmbito da organização sindical já haviam negociações para aumento dos salários e retorno do corte de 5 ruas. Conforme noticiou *O Fluminense* mais de um mês antes do I Encontro, alguns usineiros já haviam acatado o retorno do antigo modelo, mesmo com a incipiente mobilização de uma possível greve. Isso evidencia não só o medo, por alguns, da repetição de saques e incêndios como em Guariba, mas, a grave situação de miséria e fome agravada pelo novo formato.

Figura 18 - Bóias-frias podem deflagrar greve



Fonte: *O Fluminense*, 1984.

O próprio título da reportagem: “Bóias-frias podem deflagrar greve”, coloca no horizonte da sociedade em geral a proximidade com o evento. Portanto, há um processo gradual de negociação e maturação do movimento. Conforme a notícia:

A mobilização dos canavieiros fluminenses sequer deslanchou, mas o entendimento com os patrões será feito. Amanhã, em Campos, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Eraldo Lirio, se reunirá com

¹²⁶ *O Globo*: Bóias-frias do Rio exigem acordo igual ao de Guariba, 13 de junho de 1984.

representantes de todos os sindicatos para avaliar o que será negociado com os usineiros, principalmente com relação ao sistema de pagamentos e segurança no trabalho¹²⁷.

As denúncias e as tentativas de negociação foram intermediadas pela FETAG/RJ e seu presidente, Eraldo Lírio. Segundo Lírio, os trabalhadores não desejavam naquele momento realizar uma greve, mas sim, negociar. No entanto, não aceitariam servir de “(...) amortecedor contra a vontade do trabalhador que está passando fome nos campos”¹²⁸. Segundo o presidente, contavam com o “bom senso” dos usineiros para o entendimento, tendo optado por uma mesa redonda no dia 25 daquele mês. Evidentemente, esse “bom senso” não foi alcançado, mesmo com os repetitivos avisos.

Conforme os usineiros retrocediam ou ignoravam uma resolução, a postura dos trabalhadores tornava-se mais impaciente. Isso é percebido através da entrevista de Lírio, cujo discurso, um mês após, considerou a greve uma pauta dos trabalhadores, que poderia irromper a qualquer momento caso os usineiros continuassem negando uma negociação. Ele disse que:

A situação é insuportável em todos os níveis e aguardamos entendimentos desde o mês passado. A greve – assegurou Eraldo Lírio – ainda está na pauta dos trabalhadores e poderá ser deflagrada a qualquer momento, ou mesmo antes das negociações, porque o “bóia-fria” não suporta tanta exploração, **exercida principalmente pelas empreiteiras**¹²⁹.

Destaco a queixa aos empreiteiros, constantes entre as assembleias, encontros e na mídia. Como debatido anteriormente, a figura do empreiteiro contribui para a fome e a miséria, ao superexplorar e impedir o acesso aos direitos trabalhistas. Por esse motivo, uma das reivindicações do STRC era o fim da contratação através dessas empresas.

Antes do I Encontro, os usineiros já haviam descartado a possibilidade de equiparação salarial a Guariba, mas haviam confirmado encaminhar uma proposta à Federação até o dia 21 de julho, pois tinham conhecimento da discussão no dia 22. As justificativas do presidente do Sindicato da Refinação de Açúcar e Alcool dos Estados do Rio e Espírito Santo, Geraldo Coutinho, era sobre as diferentes situações entre RJ e SP, referente ao custo da produção.

O argumento era corroborado por Evaldo Inojosa, que segundo *O Fluminense*:

Comentou ainda que a agroindústria açucareira do Estado do Rio ‘é hoje uma fortaleza’ sitiada de um lado pelo poderio econômico paulista e de outro pelo

¹²⁷ *O Fluminense*: Boias-frias podem deflagrar a greve, 14 de junho de 1984.

¹²⁸ *O Fluminense*: Líder adverte para levante, 16 de junho de 1984.

¹²⁹ *O Fluminense*: Bóias-frias ameaçam ir à greve por melhorias, 13 de julho de 1984.

poder político do Nordeste, levando o setor, segundo disse, a uma estagnação devido ainda à falta de consolidação das dívidas e do programa de irrigação¹³⁰

As demandas eram públicas mesmo antes da greve e abarcavam: tonelada da cana a Cr\$1,740, redução do corte de 7 para 5 ruas, salário mensal de Cr\$250 mil, transporte adequado, ferramentas fornecidas pelo patrão, carteira assinada, remuneração aos domingos e feriados, férias, 13º salário, indenização por tempo de serviço e extinção de todas as empreiteiras. Os trabalhadores recebiam, antes do acordo, uma média de CR\$5 mil por semana ou Cr\$15 por metro linear¹³¹.

Às vésperas do I Encontro, o presidente da Federação, em entrevista para *O Globo*¹³² informou que o movimento sindical não encaminharia as propostas de greve, optando pelo prazo para negociação com os patrões. Caso não houvesse uma contraproposta justa e os usineiros fossem “insensíveis”, a greve teria chances de ser decretada. Para aquele encontro, foram mobilizados vinte e cinco ônibus para levar os trabalhadores do campo ao clube, onde foi realizado.

É preciso dimensionar a importância daquele momento para a luta dos canavieiros campistas. Após anos sem mobilizações coletivas, os trabalhadores de nove sindicatos da região norte-fluminense e os apanhadores de laranja de Itaboraí unem-se para enfrentar um adversário em comum, mobilizando as bases a ponto de tirá-las do seu local de origem e do Sindicato para discussão coletiva em um grande local.

Ao longo de dois meses a preparação para o I Encontro foi orientada pelo modelo da CONTAG, através da FETAG/RJ e dos STR. Os líderes sindicais iam às casas, demonstrando as conquistas que poderiam ser obtidas e o resultado da união da classe em outros locais, como espelho para o Rio de Janeiro. Apesar das críticas ao modelo de sindicalismo da CONTAG, que segundo seus opositores não contemplavam a ação pelas bases, a preparação do evento é pautada justamente na necessidade da presença e engajamento do trabalhador.

Além disso, o episódio fortaleceu as alianças políticas regionais e locais, extra e intra STR. Como exemplo, contaram com a presença do Bispo de Campos, Dom Carlos Alberto Navarro, ligado ao setor mais progressista da Igreja Católica, em oposição ao seu

¹³⁰ *Idem, ibidem.*

¹³¹ *O Globo*: Além da carteira assinada mais salários e direitos, 1 de agosto de 1984.

¹³² *O Globo*: Santa Casa acusa INAMPS de limitar doentes em Campos, 22 de julho de 1984.

antecessor religioso, ligado à Tradição, Família e Propriedade (TFP), com histórico de ataques e oposição às lutas por Reforma Agrária em Campos¹³³.

Segundo *O Fluminense*, o bispo foi convidado para “dar sua bênção para que sejam encontradas as melhores soluções num prazo breve pelos caminhos da paz, do entendimento e fraternidade”¹³⁴. A relação dos católicos com os canavieiros campistas possui pouco destaque entre os pesquisadores, mas constituem um importante elemento de análise para compreensão das relações entre religião e movimentos sociais. Ao longo dos anos, e principalmente após 1984, a Igreja atuou massivamente na ajuda aos demitidos, fornecendo cestas básicas para os moradores das usinas falidas.

O encontro pautou-se por um clima de confronto, mesmo que indireto, já que os canavieiros conheciam a oposição dos usineiros frente às demandas. Quando sintetizaram as propostas, principalmente objetivando a equiparação às conquistas de Guariba, compreendiam a possibilidade de uma greve¹³⁵. Por outro lado, Eraldo Lírio, presidente da FETAG/RJ, aparece nas reportagens como um mediador, apelando para a sensibilidade dos usineiros frente às condições de fome para evitar problemas.

Curiosamente, dois dias antes à assembleia do dia 29, *O Fluminense*, que vinha atribuindo a possibilidade de greve e a oposição do Sindicato dos Usineiros à equiparação das conquistas as de Guariba, noticiou a possibilidade de um acordo e inseriu o Secretário do Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, como um mediador da negociação. Reforça que:

As bases do acordo, que poderá ser assinado na reunião de Campos, segunda-feira, multiplica os ganhos dos cortadores de cana, pois atualmente, para ganhar um salário mínimo eles precisam trabalhar 12 horas por dia, enquanto pelo acordo poderão ganhar em média Cr\$200 mil, trabalhando 8 horas/dia, além de obter 13º salário, pagamento de dias de chuva, ferramentas e equipamentos de proteção no trabalho, transportes gratuitos e carteira assinada¹³⁶.

Ao passo onde a negociação com o Sindicato dos Usineiros tornou-se mais difícil, os trabalhadores aumentaram as pressões e a greve apareceu como iminente nas manchetes. Em entrevista, Manoel Francisco Pereira, presidente do Sindicato dos

¹³³ Zanotto (2010), ao analisar as relações entre a TFP e a Reforma Agrária, expressa que a ideologia da entidade acreditava que a Reforma Agrária possuía um sentido pecaminoso e ofensivo às leis divinas, além de agredir o direito de propriedade e da ascensão natural pela capacidade particular. Além disso, criticavam a ação do Estado em conceder terras ou espoliar bens, pois o direito de propriedade não era, em sua ideologia, uma concessão do Estado, mas uma ordem natural das coisas postas por Deus.

¹³⁴ *O Fluminense*: Bóias-frias discutem greve no Domingo, 20 de julho de 1984.

¹³⁵ Na região vizinha, em Macaé, os canavieiros também pressionavam os sindicatos dos usineiros para acatar 10 demandas, discutidas e aprovadas durante o I Encontro dos Canavieiros do Norte Fluminense.

¹³⁶ *O Fluminense*: Acordo pode sustar a greve de bóias-frias, 27 de julho de 1984.

Trabalhadores Rurais de Campos, demonstrou que a decisão de uma greve estava na mão dos trabalhadores, e caso optassem pela paralisação – o que de fato ocorreu – só cederiam quando as negociações fossem atendidas.

A decisão - explicou ontem o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, Manoel Francisco Pereira - caberá aos bóias-frias. Se eles optarem pela paralisação imediata não haverá outra alternativa, a não ser encaminhar esse movimento até que os patrões decidam pela negociação com base no que reivindicamos¹³⁷.

Os patrões, seja por considerarem ilegítimas as reivindicações ou por argumentarem a impossibilidade da equiparação a Guariba, não acordam uma negociação. **Desse modo, reunidos no dia 29, no Automóvel Clube, cerca de 4000 trabalhadores, representando oito sindicatos da região Norte Fluminense, optam pela greve a partir das 00h.** Nos momentos seguintes, 11 usinas paralisaram quase totalmente, sendo elas: São João, Santa Cruz, São José, Tocos, Baixa Grande, Novo Horizonte, Cupim, Queimados, Barcelos, Cambaíba e Poço Gordo.

Conforme os indícios, o movimento aparece organizado pelas respectivas entidades mesmo antes da decretação. Segundo o jornal *Última Hora (RJ)*:

O movimento grevista dos bóias-frias da região Norte Fluminense está sendo coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pela Federação Nacional da Categoria. Na assembléia de ontem, que decidiu pela greve, realizada no Automóvel Clube Fluminense, na cidade de Campos, estiveram presentes mais de quatro mil canavieiros, que aprovaram por unanimidade a paralisação da categoria a partir de hoje¹³⁸.

A greve decretada paralisou, diretamente, 30 mil trabalhadores, e indiretamente, 100 mil. Como reivindicação, exigiam: redução do corte de sete para cinco linhas, pagamento de Cr\$1.740,00 por tonelada de cana cortada, Cr\$60,00 por metro linear para cana comum, Cr\$160,00 para cana irrigada, assinatura da carteira de trabalho direto pelo empregador, fim das empreiteiras, transporte seguro e gratuito, fornecimento de ferramentas, comprovante de produção, remuneração e pagamento nos dias de chuva baseado na média.

¹³⁷ *O Fluminense*: Greve de bóias-frias pode ser decretada já, 28 de julho de 1984.

¹³⁸ *Última Hora (RJ)*: 100 mil canavieiros iniciam greve hoje, 30 de julho de 1984.

Figura 19 - 100 mil em greve



Fonte: *Última Hora* (RJ), 1984.

Outro veículo a noticiar a organização da greve foi a *Tribuna da Imprensa* (RJ). Em nota semelhante à do *Última Hora* (RJ), expressam que:

Os 100 mil canaveiros que trabalham em oito municípios do norte-fluminense decidiram entrar em greve a partir de hoje. Vão permanecer em greve até verem atendidas as suas reivindicações. O movimento dos boias-frias está coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pela Federação Nacional da categoria. Na assembleia realizada ontem no Automóvel Clube Fluminense, em Campos, estiveram presentes mais de 4000 canaveiros, que aprovaram por unanimidade a paralisação da categoria. Após vários meses de negociação, os boias-frias da região Norte-Fluminense elaboraram um documento que foi entregue aos usineiros com as reivindicações mínimas da categoria¹³⁹.

Apesar de a Assembleia do dia 29 ter reunido 8 sindicatos da região, os grevistas esperavam o apoio dos sindicatos de São João da Barra, Macaé, Conceição de Macabu, São Fidélis, Bom Jesus, Cabo Frio e Itaperuna, que contava com uma destilaria de álcool. As negociações entre a classe patronal e os trabalhadores deveriam ter iniciado no dia 30, mas pela impossibilidade do delegado do Trabalho, Pedro Correa Neto, foram adiadas para o dia 31. O delegado não pode comparecer, pois havia sido deflagrada a greve dos metalúrgicos¹⁴⁰. Junto a eles, participariam da reunião na Subdelegacia do Trabalho de Campos, o secretário estadual do trabalho e habitação, Luis Paulo Machado e o secretário Carlos Alberto de Oliveira¹⁴¹.

Mesmo diante de todos os indícios da paralisação caso não houvesse negociação com os usineiros, os trabalhadores ao chegarem para reunião no dia 30, na subdelegacia do trabalho, surpreendem o subdelegado Afonso Barbosa e Célio Wagner, presidente do Sindicato Rural, que representava os fornecedores de cana. *Segundo O Fluminense*, o

¹³⁹ *Tribuna da Imprensa* (RJ): Em greve os canaveiros fluminenses, 30 de julho de 1984.

¹⁴⁰ *O Fluminense* (RJ): Greve por melhores salários para 25 mil bóias-frias, 31 de julho de 1984.

¹⁴¹ *Última Hora* (RJ): Canaveiros param e exigem direitos, 31 de julho de 1984.

subdelegado teria perguntando “Eles estão em greve?”, alegando que “não pode haver paralisação, pois estamos em negociação”¹⁴².

Manoel Francisco Pereira¹⁴³, combativamente, teria respondido que: “Não podemos bancar o avestruz e esconder a cabeça, pois o problema é sério e tem que ser resolvido com urgência”¹⁴⁴. Após a anuência da paralisação no dia 29, o que demonstram as fontes e os discursos dos sindicalistas é o retorno as atividades apenas quando tivessem garantias do cumprimento das exigências, principalmente, pois a fome não esperava.

Figura 20 - Greve por melhores salários para 25 mil bóias-frias



Fonte: O Fluminense, 1984.

Mesmo com o adiamento da reunião, os trabalhadores permaneceram mobilizados no Sindicato, contando com apoio da CONTAG e da FETAG/RJ. José Francisco, ao conceder entrevista, alertou que "se o adiamento foi uma tática, os usineiros erraram, pois, a greve vai continuar ainda mais forte"¹⁴⁵.

Célio Wagner, representando o interesse de sua classe, considerou absurdo o pagamento de Cr\$1.740 por tonelada de cana cortada, “admitindo que os fazendeiros e usineiros da região não dispõem de recursos para isso, adiantando que é possível uma melhoria”. No entanto, apesar de considerar absurdo o salário proposto pelos trabalhadores, silenciou-se quanto à questão das empreiteiras, considerando uma questão “de estrita competência dos usineiros”¹⁴⁶. Evidentemente, não poderia se posicionar

¹⁴² *O Fluminense (RJ)*: Greve por melhores salários para 25 mil bóias-frias, 31 de julho de 1984.

¹⁴³ Presidente do STRC.

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁴⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*.

contra essa forma de contratação, pois favorecia o lucro da classe patronal, isentava de responsabilidades e aumentava a exploração e dominação dos canavieiros.

O silêncio de Célio Wagner sobre as empreiteiras é contraposto à fala do presidente do STRC, Manoel Francisco Ferreira, ao denunciar as estratégias pelas empreiteiras para não pagar os direitos trabalhistas após a safra. Segundo ele, as empresas decretavam falência e retornavam no início da safra seguinte com outro nome.

Ao final das safras, diversas empreiteiras abrem falências só para não pagar os direitos dos trabalhadores, entre os quais a empresa Pau-Ferro. - No ano passado, segundo ele, a firma JB Azevedo abriu falência e, este ano, voltou com outro nome (Serv-Solo), que tem Geronso Braga de Azevedo e um tal de "Nilzão" como proprietários¹⁴⁷.

Imaginemos: ao longo de toda safra, humilhações constantes, sobrecarga da jornada de trabalho, perda de peso, desgaste físico, emocional, acidentes de trabalho e o medo do desemprego no restante do ano. No término, a demissão sem direito algum, “uma mão na frente e outra atrás” e o medo da fome por sete meses.

Desse modo, a greve permitiu uma maior visibilidade das circunstâncias na imprensa. Possibilitava ao sindicalismo – e sindicalistas – potencializar e divulgar questões e questionamentos pouco dimensionadas pela mídia em momentos de “normalidade”. Isso é, existia a possibilidade de construir uma narrativa favorável aos seus interesses, demonstrando o lado ruim daqueles que se diziam portadores de bons valores, homens íntegros e empresários respeitáveis, como os usineiros.

A publicização da miséria poderia impactar o público leitor do jornal, ao perceberem naquelas famílias tradicionais da região a associação ao trabalho em condições análogas à escravidão, atraso de salários e humilhação dos mais pobres. Não são denúncias vazias de importância política e contribuíram para a negociação e vitória do movimento. O sindicalismo compreendia a disputa de narrativas presentes no campo político.

Bourdieu (1989, p. 1989) considera que o conhecimento do mundo social e das categorias que os tornam possíveis estão em jogo na luta política, sendo ao mesmo tempo, teórica e prática, contestando o poder de conservar ou transformar o mundo social, através de categorias de percepção sobre ele. Logo, tornar público, objetivado, visível e dizível o que não é uma experiência coletiva ou conhecida por todos os sujeitos é uma das

¹⁴⁷ *O Fluminense (RJ)*: Greve por melhores salários para 25 mil bóias-frias, 31 de julho de 1984.

ferramentas da luta de classe. Ela ocorre, também, através da produção simbólica, da construção e difusão do discurso.

Por isso, considerar seus pronunciamentos apenas como denúncias pautadas na indignação retira o caráter reflexivo e estratégico do movimento. Eram, ademais, assessorados por profissionais de diversas áreas qualificados para auxiliar na construção de discursos que angariassem apoio. A própria vivência sindical e o entendimento dos processos políticos permitiam essa articulação.

Como exemplo, a entrevista de Eraldo Lírio ao jornal *Última Hora* (RJ) indicou, mais do que denúncias, um apelo ao público ao abordar o trabalho infantil, a sobrecarga das mulheres e os transportes indevidos. Segundo o presidente da FETAG/RJ:

Crianças de 10 anos de idade trabalham como adultos, recebendo de Cr\$500 a Cr\$1 mil por dia. As mulheres, até mesmo grávidas, executam serviços pesados e sua remuneração varia de Cr\$1 mil a Cr\$2.500 por dia. Os trabalhadores são transportados em carros de carregar gado, sem qualquer higiene ou segurança. Os desmandos dos patrões fazem parte do dia a dia¹⁴⁸.

A partir das 00h, quando foi decretada e ao longo do dia 30, os sindicalistas percorreram as fazendas, mobilizando trabalhadores, atualizando as notícias e reforçando a importância da unidade. Realizaram, ainda, piquetes para impedir o desembarque nas lavouras, ameaçando incendiar ônibus e caminhões que transportavam os trabalhadores que moravam nas favelas próximas. Os piquetes foram estrategicamente posicionados nas pontes que cortam o Rio Paraíba do Sul, que liga Campos à Guarus, nas entradas e saídas de favelas próximas e nas principais estradas de acesso aos canaviais¹⁴⁹.

¹⁴⁸ *Última Hora (RJ)*: Canaveiros param e exigem direitos, 31 de julho de 1984.

¹⁴⁹ *Jornal do Brasil*: Reunião hoje em Campos tenta pôr fim à greve dos cortadores de cana, 31 de julho de 1984.

Figura 21 - De braços cruzados, nos canaviais, os cortadores impedem que bóias-frias trabalhem¹⁵⁰



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1984.

Diferente de Guariba, no primeiro dia da greve não houve nenhuma repressão, o único incidente registrado foi a presença de dois camburões da Polícia Militar em Barcelos e Travessão, interessados em garantir a “proteção” daqueles que desejassem trabalhar. Após interferência dos advogados do STRC, liberaram a área e deixaram a negociação por conta dos próprios trabalhadores.

Os usineiros reuniram-se, na noite no dia 30, para avaliar a situação e as cláusulas que iriam negociar na reunião do dia seguinte. A mesa-redonda iniciou-se, finalmente, no dia 31 de julho, às 8h30, na Subdelegacia Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. Estiveram presentes cerca de 30 pessoas, como presidentes dos sindicatos, advogados, presidente da confederação e federação, além de Pedro Correia Neto e os representantes da agroindústria.

Os usineiros, no entanto, não aceitaram de forma pacífica a negociação e inicialmente tentaram boicotá-la alegando que o STRC não tinha competência, segundo o enquadramento sindical, para representar os rurais, pois eram enquadrados como industriários. A argumentação foi deslegitimada pela observação do acordo não se referir à filiação previdenciária ou equivalentes.

¹⁵⁰ Nessa fotografia é possível perceber as roupas, as expressões e o envelhecimento que o trabalho do corte de cana causa. Os seus danos foram analisados no capítulo 2.

Figura 22 - Bóias-frias e usineiros fazem acordo em Campos



**Bóias-frias e usineiros
fazem acordo em Campos**

Em Traversas, Município de Campos, trabalhadores do setor sucroalcooleiro comemoram (foto) o acordo feito por seus representantes com os dos patrões, na Subdelegacia Regional do Trabalho, para pôr fim à greve iniciada segunda-feira, e que paralisa cerca de 25 mil bóias-frias no Norte do Estado. Além de carteira assinada, eles obtiveram aumento da remuneração por tonelada de cana cortada, ferramentas e equipamentos de proteção gratuitos, comprovantes de pagamento de salário e direito de receber por até 15 dias de ausência por motivo de saúde. O Presidente do Sindicato dos Usineiros, Antônio Inácio, disse que não haverá problemas de custo, com as concessões, desde que o Governo aceite os índices de reajuste do açúcar e de álcool fixados pela Fundação Getúlio Vargas. Página 9

Fonte: *O Globo*, 1984.

Após cinco horas de negociação, firmaram um acordo coletivo do trabalho, pondo fim à greve. Segundo entrevista de José Francisco, naquele momento os trabalhadores começaram a ser libertar, alegando ser a carta de alforria dos canavieiros¹⁵¹. Politicamente e simbolicamente, os trabalhadores rompiam com os grilhões e soltavam o grito preso desde 1964, demonstrando à classe patronal e a sociedade civil a organização, decisão e capacidade de reflexão dos cortadores de cana.

As conquistas, ao menos na esfera legal, foram significativas para os canavieiros, principalmente pela tabela das tarefas do corte de cana e fim das empreiteiras. A demanda inicial, a redução do corte de 7 para 5 ruas e o preço da tonelada também foram atendidas. O valor passou de Cr\$900 para Cr\$1.430, que proporcionaria um salário médio de 200 a Cr\$250 mil mensais para os homens. Além disso, conquistaram: fornecimento de equipamentos de trabalho (como botas, luvas, macacão, podão), transporte seguro e gratuito, pagamento do 13º salário e dias parados por conta de chuva, assinatura da carteira de trabalho, extinção das empreiteiras, fornecimento de comprovantes contendo

¹⁵¹ Segundo José Francisco: “Neste momento, começamos a nos liberar. É a nossa carta de alforria”. *O Fluminense*: Bóias-frias voltam aos trabalhos nos canaviais, 1 de agosto de 1984.

o nome do empregador a produção realizada, quantidade de tarefas executadas e os descontos.

Quadro 1 – Demandas e conquistas da greve dos canavieiros (1984)

DEMANDAS:	CONQUISTAS:	VALOR CORRIGIDO SEGUNDO O IPCA (07/84 – 02/2022), ESTIMADO EM REAIS¹⁵².
REDUÇÃO DO CORTE DE 7 PARA 5 LINHAS¹⁵³	ATENDIDA COMPLETAMENTE.	
CR\$1.740,00 POR TONELADA DE CANA CORTADA	CR\$1.430,00 POR TONELADA DE CANA CORTADA.	CR\$1.740,00 – R\$14,24 CR\$1.430,00 – R\$11,70
CR\$160,00 POR METRO LINEAR DE CANA IRRIGADA	CR\$91,00 POR METRO LINEAR DE CANA IRRIGADA	CR\$160,00 – R\$1,31 CR\$91,00 – R\$0,74
CR\$60,00 POR METRO LINEAR DE CANA QUEIMADA	CR\$45,00 POR METRO LINEAR DE CANA QUEIMADA	CR\$60,00 – R\$0,49 CR\$45,00 – R\$0,37
COMPROVAÇÃO DAS TAREFAS ATRAVÉS DE FORMULÁRIOS OU FICHAS, CONTENDO NOME, QUANTIDADE, TAREFA, METRO LINEAR OU TONELADA	ATENDIDA COMPLETAMENTE	
MELHORIA NOS TRANSPORTES (GRATUITAMENTE FORNECIDOS)	ATENDIDA COMPLETAMENTE	
FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	ATENDIDA COMPLETAMENTE	
CONTRATAÇÃO DIRETA PELO EMPREGADOR E FIM DAS EMPREITEIRAS	ATENDIDA COMPLETAMENTE	
PAGAMENTO EM DIAS DE CHUVA, QUANDO COMPROVADO O COMPARECIMENTO DO TRABALHADOR NA FAZENDA.	ATENDIDA COMPLETAMENTE	
PAGAMENTO POR DIVISÃO DE TAREFAS	ATENDIDA COMPLETAMENTE	
ESTABELECIMENTO DA DATA-BASE PARA REAJUSTE DE SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO.	ATENDIDA COMPLETAMENTE.	

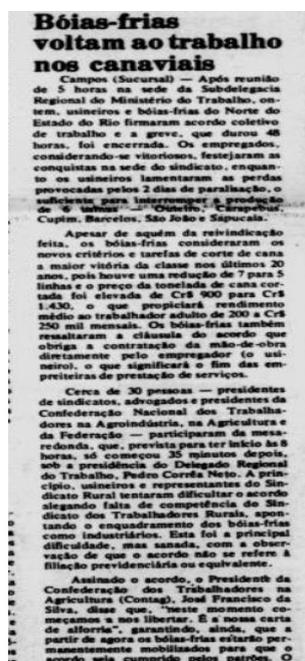
¹⁵² Para contextualização do leitor, os valores relativos ao pagamento em cruzeiro, moeda vigente na época foram recalculados através da calculadora do Banco Central para reais, tendo como referência o período de julho de 1984 a fevereiro de 2022. Para este cálculo, são observadas as tendências inflacionárias sobre Índice de preços no consumidor (IPCA).

¹⁵³ Quando o corte for realizado em locais de difícil acesso, com utilização de animais para transporte, será acrescido 30% sobre o valor em todas as modalidades.

Fonte: *O Globo* (1984), *O Fluminense* (1984), *Folha de São Paulo* (1984). Elaboração própria.

Para os usineiros, a greve de 36 horas representou um prejuízo de 4 bilhões e 140 milhões de cruzeiros na receita. Além disso, as usinas deixaram de receber 100 mil toneladas de cana, que poderiam gerar uma produção de 180 mil sacos de açúcar. Segundo a diretoria do Sindicato da Indústria da Refinação do Açúcar do Rio e Espírito Santo e seu diretor, Antônio Evaldo Inojosa, perderam também cerca de 10 mil toneladas de cana queimadas nas fazendas e que não foram cortadas¹⁵⁴.

Figura 23 - Bóias-frias voltam ao trabalho nos canaviais



Fonte: *O Fluminense*, 1984.

Percebe-se, portanto, que o esforço dos grevistas, ao menos legalmente, foi concretizado com a assinatura do acordo. Além das conquistas relativas ao trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC) pôde construir novas formas de luta, para além daquelas estabelecidas na justiça legal. A greve de 1984 explode com a Lei, mas é orientada e apoiada pela CONTAG e sua proposta de sindicalismo.

No entanto, o processo de ruptura das tradições conservadoras e contra a exploração do trabalhador é longo e tortuoso. A seguir, trago minhas considerações finais

¹⁵⁴ *O Fluminense*: Bóias-frias voltam ao trabalho nos canaviais, 1 de agosto de 1984.

sobre a greve e sobre a organização da classe em momentos seguintes, indicando a existência de novas questões e elementos a serem investigados posteriormente.

3.7 Considerações Finais

O pós-greve: continuidade ou ruptura?

As mudanças nas relações de trabalho, sejam elas legais ou práticas, são processos maturados e alcançados ao longo do tempo. Após a greve, percebe-se a resistência e a oposição dos usineiros, fazendeiros e empreiteiros em cumprir com o acordo, desafiando constantemente a lei e o valor da palavra escrita e “carimbada”. Desse modo, o retorno aos canaviais, no dia 1 de agosto é marcado, em algumas fazendas, pela continuidade das práticas arbitrárias e pelo desejo de ocultar e descredibilizar a conquista do movimento.

Como demonstrarei, não só as empreiteiras continuaram existindo, como houve represálias àqueles que exigiam o cumprimento dos valores relativos ao corte da cana. O mês de agosto de 1984, após a primeira greve do período da redemocratização, foi pautado pelo risco de demissão, em outubro, pela falta de cana, ocasionada pela estiagem que assolou a região por 6 meses¹⁵⁵.

Com isso, além de lutar pelo cumprimento das demandas, a perda de 25 mil toneladas de cana, prejuízo aproximado em Cr\$36 bilhões para usineiros e plantadores, ameaçou a subsistência até o início da próxima safra. Ainda mobilizados, os trabalhadores não excluía a possibilidade de uma nova greve, caso não fossem postas em prática, num prazo de 8 dias, os valores e as condições acordadas¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Em São Paulo, no mês de agosto, os canavieiros das 21 usinas da região de Ribeiro Preto, cerca de 17.500 trabalhadores, além dos 8.000 apanhadores de laranja da região de Bebedouro, enfrentaram problema semelhante. O desemprego após o término da moagem, agravada pela seca há dois meses, gerou um grande problema social, com riscos de repetirem a greve caso não fossem indenizados corretamente. Vf: *O Globo*, 1984.

¹⁵⁶ *O Fluminense*: Demissão em massa é o novo problema dos bóias-frias, 2 de agosto de 1984.

Figura 24 - Canaviais: de novo o trabalho



Canaviais: de novo o trabalho

Numa fazenda de Campos, a cortadora de cana volta ao trabalho (foto) após o fim da greve de menos de dois dias que resultou, para cerca de 25 mil bóias-freitas do setor açucareiro no Estado, em conquistas como as de aumento salarial e direito a carteira assinada. O Sindicato da Indústria e da Refinação confirmou que já estão operando nor-

malmente mesmo as usinas que estavam ameaçadas de ficar sem matéria-prima por causa da paralisação. O Sindicato dos trabalhadores, por sua vez, estuda uma forma de atuar conjuntamente com o Ministério do Trabalho, para fiscalizar a assinatura das carteiras por parte das firmas empregadoras de mão-de-obra. Página 15

Viúva ganha direito de ser inseminada

Em decisão inédita no mundo, um tribunal de Paris decidiu ontem que a viúva Corinne Parpalinx, de 23 anos, tem direito a ser fecundada com o sêmen do seu marido, morto

Fonte: O Globo, 1984.

A classe patronal não aceitou de forma pacífica que os limites de sua autoridade fossem desafiados. Mesmo com o prejuízo causado pela paralisação de 36h e a consciência da força dos trabalhadores unidos, optaram por testar a cada momento sua capacidade de destituir medidas oficiais e legais. É possível que para os usineiros e plantadores, a lei, os órgãos públicos de fiscalização e a própria mesa redonda do DRT fosse uma encenação, um modo para amenizar os conflitos sem acarretar em mudança efetiva dentro das suas propriedades.

Isso significa que ao longo de todo o período analisado nessa dissertação há, por outro lado, a mobilização da classe patronal frente aos avanços dos trabalhadores. Essas relações entre as classes são pautadas pela mobilização e enfrentamento. A classe patronal deve ser entendida, portanto, como ativa. As disputas pelo poder e pela manutenção da dominação são diárias, presentes em múltiplas esferas da vida social, estendendo-se além dos momentos grevistas.

Nessa lógica, atrapalhavam e adiavam ao máximo as negociações, mas quando eram feitas, pretendiam não as cumprir. Acredito que a visão de mundo dos usineiros, ligado ao direito inalienável da propriedade, estabelecia um conflito com o Estado quando este intermediava ou legislava como a relação entre capital-trabalho deveria ocorrer nas usinas e fazendas.

Se por um consideravam o Estado um aliado do setor sucroalcooleiro quando fornecia benefícios, créditos a juros subsidiados, isenção de impostos e outras vantagens fiscais; quando este intervinha ou defendia o interesse da classe canavieira tornava-se opositor. Não desconsidero a hipótese de haver entre os usineiros quem considerasse os órgãos de fiscalização e o próprio Ministério do Trabalho como incapazes de confrontá-los abertamente. Eram relações ambíguas, pautadas no distanciamento e aproximação a depender dos benefícios em vista.

Mediante a isso, ao retornar o corte, no dia seguinte ao acordo, os trabalhadores das fazendas Barra Seca e Abadia, da Usina São José; Fazenda Doce, da Usina Barcelos e Fazenda São João, da Usina São João, foram comunicados que não teriam direito ao preço acordado. Como resultado, cerca de mil canavieiros paralisaram até às 11h, regressando apenas quando o Sindicato interviu e o presidente Manoel Francisco sugeriu uma tolerância de 8 dias para regularização das remunerações e medidas. Segundo entrevista concedida por Manoel Francisco, o prazo de 8 dias, caso não fosse cumprido, inevitavelmente acarretaria uma nova greve¹⁵⁷.

O processo de luta transforma a própria percepção dos trabalhadores sobre os direitos, complexificando a reflexão sobre seu papel no mundo e dificultando aceitar regressões das conquistas. Como resposta, intensificam-se as ameaças e a exploração, além da tentativa, por parte da classe patronal, em esticar seus poderes e testar os novos limites.

Após a greve os empreiteiros continuaram explorando os trabalhadores. Um deles, Rubens Gomes de Azevedo, de 40 anos, foi acusado de ameaçar com um revólver Taurus 32, cerca de 60 trabalhadores da Fazenda Abadia, na Usina São José. Na ocasião, o empreiteiro no início da jornada afirmou que ao invés de pagar Cr\$45,50 por metro linear, pagaria Cr\$50,00 com metragem própria, onde a vara equivalia a uma média de 2m e 20cm. Essa estratégia, conforme já discutido na dissertação, reduzia a remuneração e aumentava o número de toneladas cortadas devido à metragem errada.

Os trabalhadores, ao discordarem da remuneração correram risco de serem baleados, já que Rubens de Azevedo disparou a esmo contra os canaviais para coagi-los. Ainda, o primeiro trabalhador a reclamar, Jorge Luis Ribeiro, de 27 anos e pai de 5 filhos, sofreu dupla sanção: foi desafiado a ir com o empreiteiro até o ônibus, onde o mesmo guardava o revólver, além de ter sido demitido da firma¹⁵⁸.

¹⁵⁷ *O Fluminense*: Nova paralisação pode sair em 8 dias, 2 de agosto de 1984.

¹⁵⁸ *O Fluminense*: Empreiteiro faz ameaças de morte à bóias-frias, 3 de agosto de 1984.

Jorge Ribeiro, combativamente, chamou a polícia, que chegou após a fuga do empreiteiro. Em momentos seguintes foi capturado pela 111ª Delegacia de Polícia de Campos, pagou multa máxima por porte ilegal de armas de fogo e liberado. O caso demonstra, portanto, como a violência continuou sendo um recurso de poder para humilhar e dominar os trabalhadores.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sob presidência de Manoel Francisco Pereira, não ficou omissivo aguardando que os usineiros acatassem deliberadamente às transformações. Conforme reportagem do *O Globo*, a principal preocupação do sindicato naquele instante era a assinatura da carteira de trabalho e o fim dos empreiteiros. Segundo ele, “o que mais nos preocupa (...) são as firmas empreiteiras que sequer têm capital social para funcionar como empresas, mas foram registradas”¹⁵⁹. Havia planos de atuarem em conjunto com o Ministério do Trabalho para fiscalizar e regularizar os clandestinos.

A greve refletiu, ainda, nos fornecedores de cana (plantadores), insatisfeitos com o critério de pagamento determinado pelo Conselho Deliberativo do IAA. Na ocasião, ameaçaram não entregar a matéria-prima às usinas caso os usineiros continuassem retendo 10% do valor da cana entregue para pagamento posterior, em janeiro ou fevereiro, como garantia de promissórias rurais. Segundo o argumento dos plantadores, o custo da produção era alto e os preços defasados, exigindo o pagamento integral¹⁶⁰.

Para os usineiros, antigos conflitos precisaram ser resolvidos, pois, além do prejuízo causado pela greve, a falta de chuva afetou a produtividade da matéria-prima. O projeto de irrigação, desejado desde os anos 1970, era realidade distante e exclusiva a poucos lotes em algumas fazendas. Portanto, caso os plantadores entrassem em greve, as canas não seriam cortadas e perderiam seu teor de sacarose, levando a redução do produto final. Para além, como o pagamento dos canavieiros é efetuado por produção, não havendo trabalho, não havia salário, o que poderia levar a uma greve mais enérgica¹⁶¹.

Argumentei, no capítulo dois, que as relações dos usineiros com os plantadores eram ambíguas, marcadas pelo distanciamento quanto à posição nas relações de produção, na proximidade quanto às opiniões sobre os trabalhadores e intocabilidade da propriedade privada. Essa ambiguidade torna-se notória quando percebemos os mecanismos utilizados pelos plantadores para impor suas condições de fornecimento da cana. No episódio citado acima, apesar de não decretarem uma greve geral, boicotaram

¹⁵⁹ *O Globo*: Usinas de álcool e açúcar voltam a operar após a greve, 2 de agosto de 1984.

¹⁶⁰ *O Fluminense*: Boicote de cana ameaça o açúcar, 10 de agosto de 1984.

¹⁶¹ *O Fluminense*: Indústria açucareira pode parar novamente, 10 de agosto de 1984.

as usinas que não realizavam o pagamento total pelas cotas fornecidas. Os usineiros, cujos prejuízos cresciam a cada dia, rapidamente negociaram¹⁶².

O capital financeiro e simbólico dos plantadores e sua posição de classe impossibilitava os usineiros de argumentarem de forma ríspida ou cortarem as relações, conforme faziam com os trabalhadores. A mão de obra do corte poderia ser substituída por migrantes, mas a produção dificilmente poderia ser adquirida de outros Estados¹⁶³.

No meio desse embate, os canavieiros continuavam tendo seus direitos desrespeitados e as vitórias não eram concretizadas na prática. Lutavam, marcavam assembleias e pressionavam os patrões. Segundo *O Fluminense*, o STRC convocou os trabalhadores para uma assembleia no dia 26 para discutir a possibilidade de uma nova greve, devido ao descumprimento do acordo firmado no dia 31 de julho. A assembleia estava marcada para o auditório do sindicato, mas com possibilidades de ocupar o ginásio do Automóvel Clube Fluminense.

A disposição da liderança da classe é repetir o movimento grevista, considerando que os bóias-frias estão sendo traídos pelo descumprimento do que fora estabelecido em acordo. O Sindicato, através de comissões de mobilização, já está trabalhando no interior de municípios convocando os trabalhadores para a assembleia, que deverá ser marcada para o auditório do Automóvel Club Fluminense, de onde saiu a greve do mês passado¹⁶⁴.

Novamente, a mídia noticia a possibilidade de uma nova paralisação. Segundo Manoel Francisco:

Estamos buscando o entendimento com os usineiros. Alguns têm sido sensíveis, mas, na verdade, podemos dizer que todas as usinas estão descumprindo o acordo. Se esta situação se mantiver até domingo que vem, a possibilidade de greve aumentará bastante, pois não podemos suportar mais¹⁶⁵.

Portanto, o STRC estava disposto a reanimar o movimento grevista e pelo que indica o jornal, esse também era o desejo dos trabalhadores. Eraldo Lírio, presidente da FETAG/RJ, desembarcou em Campos para auxiliar na mobilização do sindicato e muitos canavieiros foram contactados nos seus locais de trabalho. A própria presença da confederação demonstrou a real possibilidade de irromper uma nova paralisação.

¹⁶² *O Fluminense*: Campos: fornecedores de cana começam boicote, 14 de agosto de 1984.

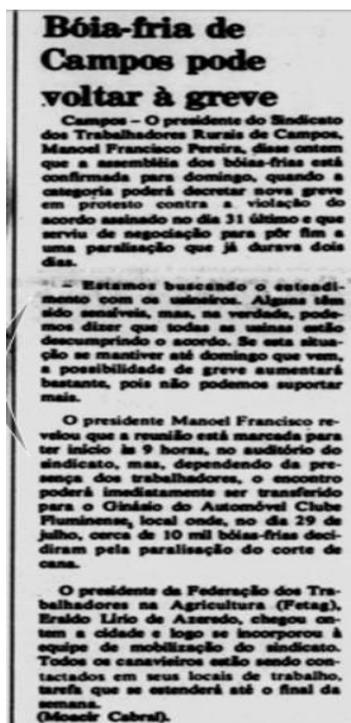
¹⁶³ Pinto (2004) relata em seu livro que uma das razões que contribuíram para a falência da Usina Santa Maria esteve a necessidade de adquirir cana-de-açúcar de outras regiões do Norte e Noroeste Fluminense. Dada a dificuldade das estradas, bem como o tempo entre o corte e a moagem, a produtividade perdida não compensava os custos da operação. Na indústria sucroalcooleira, o corte e a moagem são projetados para serem feitos no menor tempo possível, visando maior aproveitamento da matéria-prima.

¹⁶⁴ *O Fluminense*: Trabalhadores rurais marcam assembleia, 16 de agosto de 1984.

¹⁶⁵ *O Fluminense*: Bóia-fria de Campos pode voltar à greve, 23 de agosto de 1984.

O Sindicato propôs, no entanto, que fosse setorizada, atingindo 5 mil trabalhadores que não estavam recebendo o salário acordado. Antes da Assembleia, os usineiros já negociavam com a FETAG/RJ e garantiam a correção das irregularidades, cientes da paralisação nas áreas onde houvesse descumprimento¹⁶⁶.

Figura 25 - Bóia-fria de Campos pode voltar à greve



Fonte: *O Fluminense*, 1984.

Apesar da mídia não noticiar o resultado da Assembleia, o jornal *O Fluminense* informa que na tarde do dia 28 de agosto, cerca de 600 trabalhadores da Usina Santa Cruz decretaram greve. Ela foi finalizada no dia seguinte, após os usineiros acordarem com o STRC o cumprimento integral do acordo coletivo. Ademais, manifestações ocorreram na Usina Outeiro¹⁶⁷.

Após a greve de 1984, uma nova postura é inaugurada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, cujas lutas ligadas às paralisações, piquetes e greves foram uma das formas de luta de classes. Não acredito que os processos tenham perdido força total, mas a vitória causada pela organização e confronto direto engendrou novas perspectivas para obter melhorias.

¹⁶⁶ *O Fluminense*: Bóias-frias podem parar mais uma vez, 26 e 27 de agosto de 1984.

¹⁶⁷ *O Fluminense*: Bóia-fria de Campos já voltou ao trabalho, 30 de agosto de 1984.

A assinatura do acordo, apesar de não representar transformações imediatas e totais nas relações de trabalho e na vida dos canavieiros, auxiliou na construção de uma nova estratégia, pautada na greve setorializada e em paralisações onde houvessem irregularidades. Essa estratégia manteve ativa a mobilização, ampliou a atuação do Sindicato e possibilitou uma pressão constante sobre os patrões pelo cumprimento do acordo. Permitiu, ainda, uma fiscalização mais presente da federação e do sindicato, aproximando os trabalhadores do sindicalismo.

A importância desse momento na História dos Movimentos Sociais do estado do Rio de Janeiro e de Campos, demonstrada ao longo de todo trabalho, permitiu, ainda, uma ampliação das lutas e da oposição a classe patronal nos anos seguintes. A partir da “Carta de Alforria” dos canavieiros campistas, as relações entre trabalhadores e patrões seriam profundamente transformadas, marcadas pela exacerbação da resistência, da crítica e a oposição à dominação.

Após 1984, uma nova atuação política é inaugurada, homens e mulheres, trabalhadores do corte de cana-de-açúcar, libertam os gritos aprisionados por décadas através de greves cada vez maiores e estruturadas. Em junho de 1985, onze meses depois, paralisaram novamente por quatro dias, gerando um prejuízo ainda maior para os patrões e demandando com mais vigor o reajuste salarial e a garantia das conquistas obtidas em 1984.

Por fim, cabe indicar que o período analisado nessa dissertação apresenta diversas questões não resolvidas e de extrema importância para compreensão do cenário de redemocratização no interior do Rio de Janeiro. Com esse trabalho, objetivei contribuir com esse grandioso universo do trabalho canavieiro em Campos, apontando perguntas, propondo algumas soluções e indicando a futuros pesquisadores as múltiplas possibilidades e riquezas presentes nesse campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís W. **O resgate da dignidade** - Greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.

ANDRADE, Pedro. **Encontros da Classe Trabalhadora de 1906 até a CONCLAT** - 1981. Editora Colombo, São Paulo, 1981.

BARCELLOS, Fernando Henrique. **Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A televisão, o jornalismo e a política, in: Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução Lucy Magalhães, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência - Por uma Sociologia do campo científico**. Editora UNESP, São Paulo, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

BRAY, Silvio Carlos. **A cultura da Cana-de-Açúcar no Vale do Paranapanema** – Um estudo de Geografia Agrária. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BRAY, Silvio Carlos. A política do Instituto do Açúcar e do Alcool na década de 70 e seus reflexos na área canavieira do vale do Paranapanema (SP). Trabalho apresentado no **2ª Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 1979.

BRUNO, Regina. A humilhação como recurso de poder: empregadores e trabalhadores rurais escravizados no Brasil contemporâneo. In: LEITE, Sergio; BRUNO, Regina (orgs). **O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI**. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2019

BRUNO, Regina. Bancada Ruralista, Conservadorismo e Representação de interesses no Brasil Contemporâneo. In: MALUF, Renato; FLEXOR, George. **Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais: Conjuntura e Políticas Públicas**. E-book, 2017.

BRUNO, Regina. **O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República**. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, Unicamp, 2002.

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra. Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUR, 1997.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil (1962-1985) – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. MDA, Brasília, 2010.

CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria do Rosário. **Na Oficina Do Historiador: Conversas Sobre História E Imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette – Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEZEMONE, Marcus. **Do cativeiro à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)**. Tese de doutorado. Niterói: Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2008

DREIFUSS, René. 1964: **A conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**, 3ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte – Prefácio sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal**, 48ª ed, Global, São Paulo, 2003.

GEBARA, José., & BACCARIN, José G. Alteração no sistema de corte de cana, de 5 para 7 ruas: implicações para produtores e trabalhadores. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 60, pp. 45-56, 1984.

GONÇALVES, Rayanne de Medeiros. **Canavieiros Na Região De Campos Dos Goytacazes: Reflexões Sobre A Ação Sindical Da Constituição Do Sindicato À Greve De 1984**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

GUANAIS, Juliana Biondi. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

GUANAIS, Juliana. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP**. Dissertação (mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

HAN, Byung-Chul. **O que é o poder?**, Editora Vozes, 2019.

IAMAMOTO, Marilda; COSTA, Ana Maria. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985). In: MEDEIROS, Leonilde S. (Org) **Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1964-1988)**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.nmspp.net.br/>, acesso em fev. 2021.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

KAGEYAMA, Angela; SILVA, José. Os Resultados da Modernização Agrícola dos anos 70. **Estudos Econômicos**, 13 (3), 1983.

LAAT, Erivelton F. DE. **Trabalho E Risco No Corte Manual De Cana-de-açúcar: A Maratona Perigosa Nos Canaviais**. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2010.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Serviço Geográfico I.B.G.E, Rio de Janeiro, 1945.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LERRER, Débora F. **Trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST**. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAGALHÃES, Aline; MIRANDA, Iúlian. A Greve Como Direito Fundamental: Características E Perspectivas Trabalhista-Administrativas. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v.56, n.86, jul./dez, 2012.

MARCHIORI, Maria Emília Padro. **O mundo das usinas: problemas da agroindústria açucareira no município de Campos(1922-1933).**1979. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

MARTINS, José de Souza. **EXPROPRIAÇÃO & VIOLÊNCIA (a questão política no campo).** Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica Da Economia Política.** Editora Expressão Popular, São Paulo, v. 31, 2008.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política - Livro I, O processo de Produção do Capital.** Boi Tempo Editorial, 2011.

MATHEUS, Letícia. **Comunicação, tempo, história - Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos.** Tese apresentada ao Programa de Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

MATHEUS, Letícia. **O jornal como fonte de tradição: a experiência de O FLUMINENSE.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/O%20jornal%20como%20fonte%20de%20tradicao.pdf>, acesso em maio de 2021.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.** Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde. **História dos movimentos sociais no Campo.** FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), Rio de Janeiro, 1989.

MEDEIROS, Leonilde. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.** 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

MENEZES, Marilda Aparecida; COVER, Maciel. Alojamentos de trabalhadores migrantes em usinas de cana-de-açúcar: espaço social de dominação e resistência. **Illuminuras**, Porto Alegre, v.13, n. 30, jan./jun, p. 85-103, 2012.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOORE, Barrington. **Injustiça – As bases sociais da obediência e da revolta.** Editora Brasiliense, 1987.

MOREL, Marco. Os Primeiros Passos Da Palavra Impressa. In: MARTINS, Ana; LUCA, Tânia (orgs). **História da Imprensa no Brasil**, Editora Contexto, São Paulo, 2012.

NETO, Murilo P. As greves metalúrgicas de 1978 e 1979 em São Paulo, Osasco e Guarulhos no ciclo nacional. In: LOPES, José Sergio P; HEREDIA, Beatriz. **Movimentos cruzados histórias específicas** - estudo comparativo das práticas sindicais e de greve entre metalúrgicos e canavieiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

NEVES, Delma Pessanha. A Construção Do Futuro E a Redimensão Do Passado. **Revista de História Regional**, v. 2, n. 1, p. 115-142, 2007. Disponível em: <<https://revista.uepg.br/index.php/rhr/article/view/63>>. Acesso em: 29 de abril de 2021.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: Reforma Agrária em Migalhas** - Estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997b.

NEVES, Delma Pessanha. **Do Imbé, novos horizontes: processo de construção de um assentamento rural**. Niterói, Intertexto, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Engenho e Arte: estudo do processo de subordinação da agricultura à indústria na região açucareira de Campos** – RJ. 1988. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana – Estudos das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

NEVES, Delma Pessanha. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana**. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. **Por trás dos verdes canaviais**. Niterói: EDUFF, 1989.

NOVAES, J. R. P. Campeões De Produtividade, **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 167–177, 2007.

NOVAES, José Roberto P. **Modernização, Relações de Trabalho e Poder**. Um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira no Nordeste. São Paulo: Instituto de Economia, UNICAMP (Tese), 1993.

NOVAES, José Roberto. Indas e vindas: disparidades e conexões regionais - Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra de cana paulista. In: ALVES, Francisco; NOVAES, Jose Roberto (Orgs.). Migrantes - **Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 314p., 2008.

OLIVEIRA, Roberto et al. O caráter histórico e atual das lutas dos canavieiros de Pernambuco por direitos. In: LOPES, José Sérgio; HEREDIA, Beatriz. **Movimentos cruzados histórias específicas** - estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

OSCAR, João. **Escravidão & Engenhos**. Campos; São João da Barra; Macaé; São Fidelis. Achiamé, Rio de Janeiro, 1985.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES Bernardo; MEDEIRO, Leonilde; PAULILO, Maria (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas - O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <www.nmspp.net.br>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, 3(7), 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532>, acesso em 12 de janeiro de 2022.

PENTEADO, Maria Antonieta. **Trabalhadores da cana: protesto social em Guariba (maio 1984)**. Editora EDUEM, São Paulo, 2002.

PERANI, Cláudio. **A greve dos bóias-frias em São Paulo**. Cadernos do CEAS, nº 93, set/out 84.

PINTO, Antônio Carlos. **Quem quebrou a casa de meu pai?**. Editora Comunitá, Rio de Janeiro, 2004.

PORTO, Cleia Anice; TEIXEIRA, Marco Antônio. Ação e resistência da Contag na ditadura civil-militar no Brasil. In: SAUER, Sérgio. **Lutas, Memórias e Violações no Campo Brasileiro: Conflitos, repressão e resistências no passado e presente**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

QUADROS, Marcos Paulo. **Conservadorismo À Brasileira: Sociedade e Elites Políticas na Contemporaneidade**. Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, Rio Grande do Sul, 2015.

RIBEIRO, Ana Maria M. **Passeio de beija-flor: a luta do sindicato pela garantia da representação dos canavieiros fluminenses - Um estudo da ação sindical no campo. 1987**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 1987. (Tese Publicada na Internet). Disponível em: <<https://fdocumentos.tips/document/passeio-de-beija-flor-a-luta-do-sindicato-passeio-de-beija-flor-a-luta-do.html>>. Acesso em: 29 abril 2021.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Um novo olhar para a Roça: a questão agrária no Estado Novo. 2001**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

RICCI, Rudá. **A CONTAG no governo de transição**: Um ator à procura de um texto. Caderno CEDEC, nº 15, 1-86, 1990.

RODRIGUES, Gelze; ROSS, Jurandy. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil** – Perspectivas geográfica, histórica e ambiental. EDUFU, Minas Gerais, 2020.

RODRIGUES, Leôncio M. **O Sindicalismo nos anos 80** - Um Balanço. São Paulo em Perspectiva, 11-19, 1990.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena** – Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O Brasil Republicano - O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Leonardo Soares. Os times de usina de Campos dos Goytacazes/RJ (1917-1980). **Boletim Petróleo, Royalties e Região** - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XV, nº 58 – dezembro, 2017.

SANTOS, Leonardo Soares. Quem eram os militantes comunistas do meio rural campista ? Partido político, mediadores e movimentos rurais em Campos dos Goytacazes (1928-1964). In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTORIA AGRÁRIA, XIV**, Badajoz, 2013.

SANTOS, Leonardo Soares. **Um sertão entre muitas certezas: A luta pela terra na Zona Rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)**, Agbook, Rio de Janeiro, 2018.

SCOTT, J. C. **La resistencia y el arte de los dominados**. Ediciones Era, México, 2000.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n. 1, p. 10–31, 2002.

SETÚBAL, Mariana. Uma análise da permanência de formas de escravidão na agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes. In: ALVES, Francisco; NOVAES, Jose Roberto (Orgs.). **Migrantes - Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2008, 314p.

SIGAUD, Lygia. A nação dos homens: uma análise regional de ideologia. **Anuário Antropológico**, v. 78, n. 13, p. 13–114, 1978.

SIGAUD, Lygia. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. **Estudos Históricos**, n. 18, 1996.

SILVA, Iby Montenegro. **A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Maria Aparecida. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 7ª ed, 2004.

SILVA, Maria Aparecida. **Errantes do Fim do Século**. 1ª reimpressão. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: ALVES, Francisco; NOVAES, Jose Roberto (Orgs.). **Migrantes - Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2008, 314p.

SOARES, F. V. **O campo na luta por seus direitos: uma análise sobre a relação entre os trabalhadores rurais campistas e os direitos trabalhistas no Rio de Janeiro durante o período democrático (1945-1964)**. Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SOARES, Leonardo. Comunistas e Ligas Camponesas em Campos dos Goytacazes: O caso da ocupação das terras do Imbé (1962-1963). **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 7, n. 13, p. 18-33, 2020

TEIXEIRA, Marco Antônio (2010). Algumas notas sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais após o golpe de 1964. **Revista de História**, vol. 2, nº 1, 121-136, 2010.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**, Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade – Uma teoria social da mídia**. Editora Vozes, 5ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2002.

VERONEZZI, Fernando. As Reivindicações Dos Trabalhadores Rurais Assalariados Da Lavoura Canavieira: A Greve De Guariba De 1984 e a Luta Por Terra No Interior Do Estado De São Paulo. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, nº 26, 73-94, 2015.

VIANA, Marco Túlio. Da greve ao boicote: Os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Belo Horizonte, nº 50, jan. – jul, 2007.

XAVIER, Glauber; CHADUD, Reycilane. Casa, Trabalho e Gênero: O Cotidiano dos (as) “Bóias-Frias” pela Descrição do Visível. “Associativismo, profissões e políticas públicas – **III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero**”, 2010. Disponível em: <https://strabalhoegenero.fcs.ufg.br/n/30712-casa-genero-e-trabalho-2010>, acesso em julho de 2021.

ZANOTTO, Gizele. “Reforma Agrária: questão de consciência?” Uma análise do antiagrorreformismo da TFP. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 9, n. 1, 2010.